

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**MULHERES NA COORDENAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DO
TERCEIRO SETOR NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO (1990-2000):**

**construção de sujeitos coletivos e de
propostas socioeducativas.**

Autora: Denise Gomide Carvalho

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria da Glória Marcondes Gohn

Campinas, fevereiro de 2002.

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**MULHERES NA COORDENAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DO
TERCEIRO SETOR NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO (1990-2000):**

**construção de sujeitos coletivos e de
propostas socioeducativas.**

Autora: Denise Gomide Carvalho

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria da Glória Marcondes Gohn

Este exemplar corresponde à redação final
da Dissertação defendida por Denise
Gomide Carvalho e aprovada pela
comissão julgadora.

Data: ____/____/____

Assinatura: _____
(orientadora)

Comissão Julgadora:

Campinas, fevereiro de 2002.

© by Denise Gomide Carvalho, 2002.

**Catálogo na Publicação elaborada pela biblioteca
da Faculdade de Educação/UNICAMP**

Bibliotecária: Rosemary Passos - CRB-8ª/5751

C254m Carvalho, Denise Gomide
Mulheres na coordenação de organizações do terceiro setor no município de São Paulo (1990-2000) : construção de sujeitos coletivos e de propostas socioeducativas / Denise Gomide Carvalho. – Campinas, SP: [s.n.], 2002.

Orientador : Maria da Glória Marcondes Gohn.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas,
Faculdade de Educação.

1. Mulheres. 2. Lideranças. 3. Educação não-formal. 4. Organizações não-governamentais. 5. Terceiro setor. I. Gohn, Maria da Glória Marcondes. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

02-045-BFE

RESUMO

Esta pesquisa teve por objetivo estudar a atuação de mulheres coordenadoras e lideranças de organizações atuantes em dois campos do *terceiro setor*, no município de São Paulo, a saber, direitos da mulher e educação popular para mulheres. Com base na observação das experiências de vida que propiciaram a inserção nesses cargos, bem como na reflexão sobre as relações, intrínsecas e extrínsecas, estabelecidas interna e externamente pelas organizações em pauta, buscou-se verificar os processos envolvidos na construção de sujeitos coletivos voltados para as problemáticas específicas das mulheres e para a equidade e igualdade nas relações de gênero. Da mesma forma, observou-se as bases de suas propostas socioeducativas, suas diretrizes gerais e a cultura política apropriada e produzida. Pesquisou-se, também, em que medida esses sujeitos, políticos e coletivos, em sua maioria caudatários de movimentos de contestação e mobilização, estão se adequando à recente legislação e às novas exigências administrativas e gerenciais do *terceiro setor* no Brasil. Neste contexto, essas organizações e suas coordenadoras têm na educação não-formal sua práxis profissional constante.

ABSTRACT

This essay had as purpose to study the performance of women in charge of coordination and leadership positions of organizations from São Paulo city, related to two fields in the Third Sector: women rights and popular education for women. The research basis was consolidated through the examination of life experiences which conducted these women to occupy those positions, as well as on the reflection concerning intrinsic and extrinsic relationships established inside and outside these organizations. Through this methodology, the researcher sought to verify the processes involved in the structuration of collective persons concerning the peculiarity of women's problems and also equity/equality in gender relationships. In the same manner, these organizations were examined considering the basis of the social-educational purposes, the general guidelines and the political culture that was assumed and engendered. On what level these political and collective persons – whose majority is partisan from the contestation and mobilization – have been fitting themselves to the late legislation and also to the new administrative and management requirements was also researched. In this context, these organizations and their coordinators retain on non-formal education their ceaseless professional praxis.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a duas pessoas:

**Ao Fernando,
meu grande companheiro, feminista pós-graduando,
sem quem este estudo não teria se concretizado...
pelo seu incentivo e apoio, e por ter
suportado toda a “barra” deste processo.**

**Por fim, por mais esta amostra
do seu amor e da sua solidariedade.**

**À Lelê,
cuja grande amizade também se transformou
na mais enriquecedora experiência,
nesta fase da minha caminhada.
Exemplo de sabedoria, dignidade e do que é capaz
uma mulher lúcida, atuante e permanentemente
aberta ao debate e às transformações.
São infindos os meus agradecimentos pelo seu apoio,
colaboração e solidariedade.**

AGRADECIMENTOS

Como todo processo em construção, a elaboração desta pesquisa e deste estudo não seria possível sem o apoio, amizade, colaboração, paciência, torcida e amor de algumas pessoas. Os momentos difíceis e de dúvidas foram muitos, além das fases em que a saúde pessoal e familiar entraram em baixa. A cada uma delas, deixo aqui meus profundos agradecimentos.

À minha orientadora, Prof^a Dr^a Maria da Glória Marcondes Gohn, a quem devo a possibilidade da realização desta pesquisa, pela sobre-humana compreensão das dificuldades de sua orientanda, pela orientação segura e pelas contribuições teóricas que este trabalho incorpora.

Ao Prof. Dr. José Roberto Heloani, meu mestre há mais de uma década, pelos seus conselhos, apoio, encaminhamentos e, principalmente, pela sua fraternal preocupação com os rumos da minha vida.

À Prof^a Dr^a Heleieth I. B. Saffioti, pelos seus ricos e rigorosos ensinamentos, por sua receptividade e sua amizade para com esta principiante nos estudos marxistas e das relações de gênero.

À Prof^a Dr^a Liliana Segnini, pela sua paciência e afeição, por todo o apoio e todas as contribuições.

Ao Prof. Dr. Paul Singer, mestre cujos ensinamentos, solidariedade, humildade, transformaram-se e se transformam, a cada palavra, em grandes lições de vida.

Ao Prof. Dr. Silvio Gallo, cuja prática filosófica e atenção a todos e todas que o seguem são exemplares.

À Prof^a Francisca Severino e ao Prof. Aldo Fornazieri, da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (1997), pelo empenho e dedicação em transmitir as bases e os aspectos fundamentais dos campos da Sociologia e da Política.

Às grandes mulheres e companheiras do Elas por Elas na Política, da Rede Mulher de Educação e da Sempreviva Organização Feminista – e cujos nomes serão constantemente citados no corpo deste estudo -, quero frisar que a sua receptividade, colaboração, apoio e disponibilidade

foram imprescindíveis para a realização desta pesquisa, cujo tema pretende colaborar minimamente com as nossas práticas.

Às companheiras e ao companheiro da “burocracia” da Universidade: Wanda, Nadir, Gislene, Antonio Carlos, Cidinha, Rita, “tia” Jacy, a quem devo, além do atendimento exemplar, a amizade que conforta e estimula.

Aos(às) colegas do Gemdec/Unicamp, pelas trocas e diálogos. Em especial, quero registrar o valor da amizade de Léo, Edvaneide, Guilherme, José Benedito.

À grande amiga Isabel Moraes, pelo seu imensurável apoio em todos os momentos e por suas valiosas contribuições e observações nas revisões deste trabalho.

À amiga-irmã Idalina, por todas as forças, torcidas, apoios e tudo o mais.

Ao amigo Roberto Torrico, cujo companheirismo e amparo nos dois momentos cruciais deste trabalho foram de imensa importância.

À Célia Sanda, amiga de vários percursos, por toda a motivação e colaboração também neste processo.

Às companheiras Bia e Vera, pelas forças, motivações e torcidas, muito importantes neste percurso.

À Geralda, assessora sem a qual tudo teria, realmente, se tornado um caos.

E a tantas(os) outras(os) amigas(os) da vida e colegas da Unicamp, da PUC/SP e da FEA/USP, que em vários momentos apoiaram e colaboraram, de muitas formas, além de me darem muita força e energias positivas: Aparecida Neri, Elisa Cattapan, Néelson Borelli, Dr. Néelson Cymbalista, Cristina dos Santos, Eliane Catunda, Baiana, André Souza, Tathy, Catarina...

Agradeço, por fim, à Fundação Capes, cujo apoio financeiro contribuiu para o desenvolvimento desse estudo.

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS

LISTA DE SIGLAS

RESUMO

ABSTRACT

INTRODUÇÃO	1
A) A Onipresença do <i>Gênero</i> nas Relações Humanas	2
B) Procedimentos Metodológicos	12
 CAPÍTULO 1 – UM OLHAR SOBRE MULHERES	
NA MALHA GROSSA DA SOCIEDADE	25
1.1. Reflexões sobre Estado e Poder	26
1.2. Considerações sobre Capitalismo e Sociedade Civil Organizada	29
1.3. O Terceiro Setor no Cenário	42
1.3.1. Sobre os tipos de Organizações do Terceiro Setor Brasileiro	46
1.3.2. Ordenamento Jurídico do Terceiro Setor no Brasil	52
 CAPÍTULO 2 – ONGs DE MULHERES:	
APRESENTANDO OS SUJEITOS DA PESQUISA	57
2.1. A Rede Mulher de Educação – RME	64
2.1.1. A Construção do Percorso Metodológico da Pesquisa: fontes e dados	64
2.1.2. Momentos da Construção de uma História: a RME	66

2.1.3.	Atuação no Período de 1990-2000	74
2.1.4.	Desafios	82
2.2.	A Sempreviva Organização Feminista – SOF	84
2.2.1.	A Construção do Percorso Metodológico da Pesquisa: fontes e dados	84
2.2.2.	Cenários da Construção de uma História	84
2.2.3.	Atuação no Período de 1990-2000	94
2.2.4.	Desafios	100
2.3.	<i>Elas por Elas na Política: Por que sim? Não, por quê?</i>	103
 CAPÍTULO 3 – TERCEIRO SETOR E O MUNDO DO TRABALHO:		
	Considerações sobre Mulheres em ONGs	113
3.1.	Breve Panorama do Mundo do Trabalho no Brasil	114
3.2.	Terceiro Setor e o Mundo do Trabalho: Social ou Empresarial?	118
3.3.	Aspectos Centrais sobre Trabalho de Mulheres em ONGs e de ONGs de Mulheres	124
3.3.1.	Mulheres na Gestão de Recursos de ONGs	127
 CAPÍTULO 4 - EQÜIDADE E PARIDADE EM DIREÇÃO À IGUALDADE:		
	Sobre Mulheres e Educação Não-Formal	133
4.1.	Contextos sobre Educação e Educação Não-Formal	134
4.2.	Características Gerais da Educação Informal e Não-Formal	136
4.2.1.	Educação Informal	136
4.2.2.	Educação Não-Formal	137
4.2.3.	Educação Não-Formal e Educação Popular	139
4.3.	Observando Processos Socieducativos dos Sujeitos da Pesquisa	141
4.3.1.	Gênero e Liderança na Rede Mulher de Educação	141
4.3.2.	Mulheres e Economia na Sempreviva Organização Feminista	147

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Premissas para um Estudo Comparado	153
---	-----

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	157
-----------------------------------	-----

OBRAS CONSULTADAS	163
--------------------------	-----

ANEXOS:	169
----------------	-----

Anexo 1:	Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999 (das OSCIPs)
Anexo 2:	Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999 (Regulamenta a Lei 9.790, de 23 de março de 1999)
Anexo 3:	Artigo nº 59 - Medida Provisória nº 2113-31, de 24 de maio de 2001)
Anexo 4:	Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998 (Lei do Voluntariado)
Anexo 5:	Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998 (Lei das Organizações Sociais – OSs)
Anexo 6:	Quadro: Mulheres no Mercado de Trabalho: Indicadores de Participação Econômica no Brasil
Anexo 7:	Quadro: Nichos Femininos mais desfavorecidos
Anexo 8:	Banco de Dados sobre o Trabalho das Mulheres Fundação Carlos Chagas – Notas Metodológicas
Anexo 9:	<i>Folder</i> Rede Mulher de Educação – RME
Anexo 10:	<i>Folder</i> Sempreviva Organização Feminista – SOF
Anexo 11:	<i>Folder</i> Seminário de Criação Elas por Elas na Política
Anexo 12:	<i>Folder</i> Marcha Mundial das Mulheres
Anexo 13:	Mapa de atuação da Rede Mulher de Educação
Anexo 14:	Lista de Publicações RME
Anexo 15:	Lista de Publicações e Vídeos SOF

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Organizações do Terceiro Setor: Áreas de Atuação	51
------------	--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Abong	Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais
Ceaal	Conselho de Educação de Adultos da América Latina
CECF	Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo
Dieese	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
FCC	Fundação Carlos Chagas
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FIBGE	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
FSP	Jornal Folha de S.Paulo
Nemge	Núcleo de Estudos de Gênero
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PF	Ponto Focal da Organização Rede Mulher de Educação
PT	Partido dos Trabalhadores
RME	Rede Mulher de Educação
Repem	Rede de Educação Popular para Mulheres
(A) SOF	Sempreviva Organização Feminista
(O) SOF	Serviço de Orientação à Família
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
Unifem	Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher
USP	Universidade de São Paulo

INTRODUÇÃO

No terreno movediço da atualidade, marcado pela reestruturação capitalista, pelo impacto das políticas globalizantes de cunho neoliberal, pelo choque das novas tecnologias, pela crise das utopias, pelo processo acelerado de transformação em todos os campos da atuação e do saber humanos; por entre as forças tentaculares do Estado e do mercado, passam a ter visibilidade as *organizações sem fins lucrativos da sociedade civil*, multifacetadas, dinâmicas, voláteis, por vezes paradoxais, e que um neologismo já de uso corrente denomina *terceiro setor*.

No entanto, mesmo neste campo, o recorte de gênero só é pontuado, comumente, pelo trabalho e participação de mulheres em organizações não-governamentais¹ (ONGs). E são elas, apoiando mulheres de outras organizações sem fins lucrativos, de outras áreas de atuação, as responsáveis pela grande parte das articulações e práticas sociais e políticas que se desenrolam no cerne deste heterogêneo setor.

Mas evidenciar os impactos das mudanças vertiginosas, particularmente na dinâmica dos movimentos sociais e das organizações sem fins lucrativos cujas lideranças² e coordenações são mulheres, impõe a necessidade de compreender também alguns contextos históricos nos quais se inscreveram e se inscrevem.

Assim, o objetivo central desta dissertação foi realizar um estudo sobre a atuação de mulheres dirigentes de duas ONGs – que prioritariamente trabalham em prol dos direitos, da formação e da articulação de mulheres –, bem como sobre as relações, intrínsecas e extrínsecas,

¹Conforme Menescal, “Provindo da denominação em inglês *Non-Governmental Organization (NGO)*, o termo ONG tem sua origem nas Nações Unidas, onde foi pela primeira vez utilizado para se referir a organizações que atuavam a nível supra e internacional (...) Na resolução 288 (X) de 1950 do Conselho Econômico e Social (Ecosoc), ONG foi definida no âmbito das Nações Unidas como sendo *uma organização internacional a qual não foi estabelecida por acordos governamentais*.” (1996, p. 22).

² Para não incorrer em estudos específicos da área da Administração, adota-se a definição de *liderança* elaborada por Lapierre, que está estreitamente ligada à de imaginário. Para este autor, o *imaginário* é o universo “fantasmagórico subjacente ao pensamento e à ação de um sujeito, que estrutura tanto sua relação com seu mundo interior, quanto com seu mundo exterior.” (1995, p. 30). A palavra *imaginário* é por ele utilizada no sentido adquirido na linguagem corrente. Lapierre associa o imaginário à liderança, “um fenômeno misterioso e complexo. Além das capacidades analíticas, dos conhecimentos técnicos, da sensibilidade política e das habilidades de direção que pode exercer um dirigente (informar-se, comunicar, persuadir, cativar, seduzir, manipular, exigir etc.), sua liderança é atribuída à sua vida interior. Ela manifesta-se em seus modos de ser e de agir. A visão criativa, os desejos e seus interesses profundos, a paixão e a determinação obstinada por uma idéia, uma causa ou um projeto, as disposições, as qualidades e os atributos pessoais, a segurança e o entusiasmo são alguns dos elementos que levam a aderir ao líder; e sob seu governo, abrem-se novos horizontes, inovações ousadas ou mudanças radicais. Se a liderança é, como

estabelecidas interna e externamente, com a finalidade de verificar em que medida influem na construção destes sujeitos coletivos e de suas propostas socioeducativas.

Para tal, cabe apresentar as principais linhas deste estudo, o suporte teórico que as sustentam e a metodologia utilizada.

A) A ONIPRESENÇA DO GÊNERO NAS RELAÇÕES HUMANAS

Historicamente, o patriarcado é o mais antigo sistema de dominação-exploração, pois calcula-se que o homem haja estabelecido seu domínio sobre a mulher há cerca de seis milênios. O poder deste domínio pode ser comprovado por meio também das mulheres, quando desempenham, conforme Saffioti³, “com maior ou menor freqüência e com mais ou menos rudeza as funções do patriarca, disciplinando filhos e outras crianças e adolescentes segundo a lei do pai. Ainda que não sejam cúmplices deste regime, colaboram para alimentá-lo”.

Enquanto sistema sociopolítico, o patriarcado interfere tanto na produção material quanto na produção (ou reprodução) de seres humanos, pois estes fenômenos de *produção e reprodução* hão que ser entendidos como *unidade*. Já a divisão da população em classes sociais – pedras fundamentais do sistema capitalista de produção – é, para Saffioti, outra fonte de dominação, considerada absolutamente legítima “pelos poderosos e por aqueles que se proclamam neutros”. O mesmo acontece com as diferenças étnicas. Assim, tem-se que a combinação dos três sistemas de dominação-exploração – *patriarcado, racismo e capitalismo* – são estruturadores e predominantes na sociedade brasileira.

Com isso, essa autora considerou três categorias sociais históricas – classe⁴, gênero e etnia – enquanto contradições fundamentais dessa mesma sociedade, não operando isoladamente, pois

pretendemos, uma direção que provém da personalidade dos dirigentes, compreende-se então a ligação que nós queremos estabelecer entre o imaginário e a liderança.” (Lapierre, 1995, p. 31).

³ O exame sobre o *enovelado* patriarcado-capitalismo-racismo, bem como sobre o conceito e as relações de gênero tiveram por base as seguintes obras de Saffioti, elencadas na Bibliografia desta dissertação: 1987; 1988; 1997 a, p. 140-168; 1997b; 1997c, p. 61; 1997d, p. 42; 1999 a, p. 142; 2000. Da mesma forma, considerou-se suas análises efetuadas em aulas realizadas na PUC/SP, em 2000, cujos tópicos estão elencados no item B desta Introdução.

⁴ Em 1988, Saffioti já apontava para o fato de que o sistema de classes não se realiza exclusivamente no plano econômico, “pois se trata de uma realidade multifacética, onde tem lugar outros tipos de dominação: social, cultural, política, ideológica, além da econômica.” (1988, p. 145). Julgou-se esta reflexão de suma importância para se compreender efetivamente o *nó* entre as três categorias citadas.

um *nó* entrelaça essas três identidades sociais básicas: identidades essas não-autônomas, em virtude de estarem atados os antagonismos que lhes dão origem, embora tanto estes quanto sua simbiose apresentem natureza contraditória.

Essas três categorias são analisadas, também, como as principais *gramáticas socialmente construídas*, ou seja, compõem um conjunto de regras para determinar o comportamento de homens e mulheres, brancos e negros, de ricos e pobres, de crianças, adultos e idosos, etc. Dentre outras gramáticas que poderiam ser consideradas secundárias, a da *idade* rege as relações entre crianças, adolescentes e idosos, de um lado, e adultos, de outro. A grande diferença entre as três primeiras gramáticas principais e esta, considerada secundária e que regula as relações entre distintas gerações, reside no fato de que o adulto domina apenas transitoriamente menores e idosos. É, pois, um processo conflituoso e não propriamente contraditório.

Diante desses complexos fatores, coube verificar aspectos da *construção social do masculino e feminino* que, conseqüentemente, *estabelece diferenças socialmente construídas* – denominadas de *gênero* – (Saffioti, 1992; 1997 a) e em que medida *gênero* é “uma categoria útil para análise histórica” (Scott, 1989).

Na prática, o *gênero* está presente desde que homens e mulheres surgiram na face do mundo. Calcula-se que sua história data do início da humanidade, há cerca de 250-300 mil anos, sendo transversal a todas as instâncias da vida e das relações. Todas(os) estão sempre em um gênero, mas em matrizes diferentes, para momentos e circunstâncias diversas⁵. Dito de outro modo, uma pessoa pode viver situações simultâneas em mais de uma matriz gênero. Por exemplo, uma mulher cuidando de seus filhos é uma mãe atenta e zelosa; com o marido, é “frágil” e meiga; no trabalho, transveste-se de profissional altamente competitiva, típica “postura” do gênero masculino. Pontua-se que *gênero* passa a ser uma contradição a partir da instauração da ordem patriarcal.

Assim, tem-se que mulheres e homens, na qualidade de representantes de diferentes categorias de gênero, desenvolvem as relações constitutivas da totalidade social em uma *sociedade*, organizada e sob o poder do Estado — por ela eleito e sobre o qual ela tenta interferir de diversas formas, utilizando-se do seu poder —, cuja realidade é heterogênea e contraditória.

⁵ Análises formuladas pela Prof^ª Dr^ª Heleieth Saffioti, em aulas ministradas no período entre 18/9 a 5/12/00.

Saffioti situa essas relações em dois processos: o das *relações interpessoais*, no processo micro – ou na *malha fina* da sociedade; e o das relações entre as categorias de gênero, as diferentes etnias e as distintas classes sociais, estabelecidas na *malha grossa da sociedade*, ou seja, no processo macrosocial. No entanto, essa mesma autora frisa que, de uma parte, há que se considerar que todas as relações sociais são interpessoais. Da mesma forma, é nesses processos que se sucedem relações sob preconceitos, estereótipos⁶, discriminações variadas, sempre com maior prejuízo para as mulheres (1992, p. 64; 1997 a, p. 149; 1999 a, p. 156).

Especificamente as relações sociais de produção, não se restringem ao domínio do “público”⁷, pois invadem a área “privada” das relações sociais de reprodução, da mesma forma que as relações sociais de reprodução extrapolam a esfera “privada”, penetrando vigorosamente no âmbito da produção “pública”. Alie-se a isso o fato de que o patriarcado e o capitalismo são duas faces de um mesmo modo de produzir e reproduzir a vida (Saffioti, 1988). Com isso, pôde-se observar que a *unidade* constituída pelos fenômenos produção-reprodução levou as mulheres a questionarem, por um lado, o carimbo de “privado”, nos termos de Saffioti, aplicado a um espaço que é também público e, de outro, o carimbo de “público” a um espaço que é também privado.

Tem-se, aqui, que essas são algumas das bases que instigaram mulheres a lutarem por amplos direitos, como poderá ser visto no decorrer desta dissertação. E interessa ver, neste momento, possíveis pontos relacionados a como mulheres e seus movimentos se inseriram e se inserem nessas *malhas*.

Foram de grande importância as ações femininas em prol da educação e de melhores condições gerais afins com a maternagem, ainda no século XIX, bem como da luta pelo sufrágio feminino, no Brasil, encabeçada por Bertha Lutz, com sua consagração em fevereiro de 1932, por meio da instituição do voto feminino com base no novo Código Eleitoral, ratificado na Constituição de 1934. Porém, conquistado o direito, o movimento dispersou-se.

Após a Segunda Guerra Mundial, em 1949, a obra da escritora francesa Simone de Beauvoir, *O Segundo Sexo*, teve repercussão mundial. Nele, é estudado o desenvolvimento psicológico da mulher e os condicionamentos impostos à sua socialização, tornando-a alienada.

⁶ Conforme Saffioti, os homens são ensinados a competir permanentemente, em todas as circunstâncias de suas vidas, tornando a competição um traço fundamental da personalidade masculina, destinada a desempenhar o papel do macho. Logo, têm por obrigação serem duros, firmes, sem emoções aparentes. As mulheres, ao contrário, devem inibir quaisquer traços de agressividade, pois cabem-lhe os papéis de dóceis, ternas, cordatas e passivas. Estes modelos de *homem ativo e mulher passiva* são chamados estereótipos. (1987, p. 36-7).

⁷ Aspas da autora.

“Não se nasce mulher, torna-se mulher”. Esta frase não demorou a engendrar nas mulheres motivações maiores que o restrito mundo familiar ou o do “chão de fábrica”. Como exemplo, Sader localizou organizações de mulheres populares já na década de 1950, na zona Sul da cidade de São Paulo (1988).

Na América Latina, os movimentos sociais⁸ conceituados como “novos”⁹ – e nos quais estão inclusos os movimentos de mulheres e feministas – desenharam trajetórias peculiares e diferentes das percorridas pelos movimentos europeus. Foram e são provenientes de sociedades civis marcadas pela herança da colonização e da exploração: tradições de relações clientelistas e autoritárias, Estados cartoriais e sistemas judiciários inoperantes. Enquanto nos países europeus predominaram os novos movimentos, que buscavam essencialmente os direitos sociais e culturais, na América Latina predominaram os movimentos sociais populares reivindicatórios de bens e serviços, focalizados basicamente nos direitos econômicos, elementares e de sobrevivência humana (Gohn, 1997 a).

Não obstante, verificou-se, no Brasil, o crescimento da participação social das mulheres a partir de 1970, tanto nos chamados novos movimentos sociais (com grande participação de mulheres das camadas médias da população), como nos movimentos populares, especialmente os das periferias urbanas. Este fato pôde ser verificado, por um lado, em diversos movimentos populares — entre eles os de donas de casa, os de mães e os de luta pelas creches; e, por outro, nas lutas das feministas, entendendo-se *feminismo* nos termos de Saffioti, a saber, uma perspectiva político-científica que tem por objetivo criar mecanismos políticos para a construção da igualdade social entre homens e mulheres, além de colaborar para ampliar o acervo de saberes (1999b, p. 160).

Deve-se destacar, entretanto, que, no Brasil, as duas formas – movimentos populares e novos movimentos sociais – desenvolveram-se articuladas, na maioria dos casos. Em São Paulo,

⁸ Frise-se que se entende por movimentos e lutas sociais os realizados pela sociedade civil organizada, os quais, de formas diferenciadas, expressam diversos conflitos com a cultura e as instâncias de poder dominantes. Esses movimentos agem pelas mais diversas causas, visando, em geral, à introdução de novos valores e/ou à conquista de direitos básicos. Entre elas, desejos de mudança, ações de resistência, lutas por uma nova ordem social, defesa de minorias (negros e mulheres, por exemplo). Para tanto, pressupõe-se que haja entre seus sujeitos uma forte interação e plena integração com a causa em questão. Uma concepção ampla de *movimentos e lutas sociais* adotada por Gohn (1995) inclui ações coletivas como reivindicações, revoltas, rebeliões, atos de insubordinações, insurreições, protestos, entre outros.

⁹ Entre as características básicas dos *Novos Movimentos Sociais*, em suas três principais linhas (*Histórico-política* (Claus Offe), *psicossocial* (Melucci, Laclau e Mouffe) e *acionalista* (Alain Touraine) vale citar: a construção de um modelo teórico baseado na cultura; os atores sociais são analisados por suas ações coletivas e pela identidade coletiva criada no processo, por grupos; etc. (Cf. Gohn, 1997 a, p. 119-24).

por exemplo, o movimento feminista em suas diferentes tendências, teve, nas décadas de 1970 e 1980, influência decisiva na constituição do movimento de Luta por Creches, constituído por outros agrupamentos de mulheres. Para Gohn, a reivindicação por creches permitiu também um avanço e, de certa forma, “a abertura de um espaço de lutas para o movimento feminista junto às camadas populares” (1985, p. 109).

O que permitiu a articulação dessas duas formas de lutas? Sabemos que elas têm, como denominador comum, os interesses das mulheres. Mas elas são lutas distintas, uma vez que a luta por creches é uma luta geral, envolvendo não apenas interesses da mulher, mas também do homem. Assim sendo, o Movimento Feminista engloba como uma de suas formas de manifestação a luta por creches, mas não se reduz a ela. (Gohn, 1985, p. 109-10).

Mas, em geral, alguns fatores primordiais concorreram para as mudanças no bojo dos movimentos sociais, entre eles a transformação, o crescimento e a expansão de *organizações não-governamentais* (ONGs) nos anos 1980 que, conforme Gohn, constituíram-se na “forma que viria a ser quase que uma substituta dos movimentos sociais nos anos 90”. (1997a, p. 285-86). No entanto, a autora avalia que

...não nos resta a menor dúvida de que, no plano geral, a principal contribuição dos diferentes tipos de movimentos sociais brasileiros dos últimos vinte anos foi no plano da reconstrução do processo de democratização do país. E não se trata apenas da reconstrução do regime político, da retomada da democracia e do fim do regime militar. Trata-se da reconstrução ou construção de valores democráticos, de novos rumos para a cultura do país, do preenchimento de vazios na condução da luta pela redemocratização, constituindo-se como agentes interlocutores que dialogam diretamente com a população e com o Estado. (Gohn, 1997b, p. 45).

As ONGs, sobretudo na década de 1980, destacaram-se pelo apoio dado aos movimentos sociais. Porém, têm um dinamismo muito diferente do estabelecido por esses movimentos sociais e populares, onde a dinâmica interna é dada pelo calor da luta, pelas paixões, pelas tendências (Gohn, 1999).

Tem-se que levar em consideração, também, que muitas outras organizações sem fins lucrativos, bem como alguns partidos políticos e regimes, vieram do cerne de diversos movimentos sociais. Ou seja, institucionalizaram suas reivindicações específicas, pretendendo, muitas vezes, perpetuar em políticas públicas e sociais muitas de suas demandas por reformas e mudanças.

Soares também relembra que a década de 1980 foi marcada pela reconstrução das instâncias da democracia liberal, entre elas, a reorganização partidária, eleições de diversos níveis, a reelaboração da Constituição do país.

A partir de então, apareceu uma nova militante nos partidos políticos, as feministas, e nestes espaços o tema ‘mulher’ tornou-se alvo de debate, item obrigatório dos programas e plataformas eleitorais dos partidos progressistas, como resultado da visibilidade que as questões das mulheres ganharam, trazidas por seus movimentos.(...) Após as eleições de 1982, foram criadas instâncias com a finalidade de pensar e propor políticas públicas que remetem à questão da igualdade/diferença: igualdade de direitos e condições diferentes de exercer estes direitos. (...) O movimento de mulheres é caracterizado também por grandes fluxos e refluxos, sendo esta uma de suas características fundamentais, pois a construção de um novo sujeito político é um processo lento, sujeito a conjunturas, influências, pressões, peso das práticas tradicionais. (Soares, 1998, p. 46).

Os anos de 1980 foram marcados, também, pela criação de conselhos e instâncias institucionalizadas específicas para as mulheres. Na década de 1990, os movimentos de mulheres e feministas “saem das ruas” e adotam novas formas de atuação. Esse fato, para Soares, não significa desmobilização. Para ela, as ONGs feministas desenvolvem seus trabalhos e ganham sua legitimidade: ao longo dos anos, essas mulheres optaram por centrarem-se em atividades mais concretas e especializadas. (1998, p. 46).

Foi também nesse período que a categoria *gênero* passou a ser incorporada, de forma gradativa, porém efetivamente, no vocabulário e nos processos de formação de diversas organizações não-governamentais brasileiras, voltadas até então somente para as problemáticas específicas das mulheres. Logo, é importante frisar que, para pensar *gênero*, bem como para lutar pela igualdade e equidade das relações *de gênero*, não foi nem é necessária a presença de homens, bem como estudos específicos sobre homens – como poderá ser visto ao longo desta dissertação. As desigualdades socialmente construídas ao longo da história deram muitos elementos para que mulheres, interessadas em relações e condições igualitárias e equitativas, pudessem construir novas formas de se pensar *gênero*.

Paralelamente, com o surgimento do *terceiro setor*¹⁰ como conglomerado, no começo da década de 1990, a sociedade civil passou a constituir – principalmente por meio de suas diversas organizações sem fins lucrativos – um espaço tido como de integração cidadã, distinguindo-se

¹⁰ Não só o conceito e a estrutura deste terceiro setor são recentes no Brasil, mas também seu referencial teórico. Ao mesmo tempo, é grande a diversidade de atuação, práticas e tempo de existência das organizações sem fins lucrativos. Em virtude dessa heterogeneidade, um recente ordenamento jurídico foi sancionado, mobilizando a atenção de organizações para essas

assim do Estado. Ao se caracterizar pela promoção de interesses coletivos, diferenciou-se também da lógica do mercado. “Forma-se, por assim dizer, um terceiro setor.” (Fernandes, 1997, p. 27). Logo, os sujeitos coletivos em pauta neste estudo passam a também fazer parte deste *setor* – com ou sem concordância em relação aos termos deste novo espectro: serviço voluntário e profissionalização, de um lado, *solidariedade e cidadania*¹¹ plena, de outro.

Mas como bem destaca Gohn, o campo de atuação do terceiro setor é bastante contraditório. Em vários casos, ele apenas

expandiu-se e ele passou a ser organizado menos como lugar de acesso aos direitos de uma cidadania emancipatória e mais como lugar de exercício de uma cidadania outorgada, de cima para baixo, que promove a inclusão de indivíduos a uma rede de serviços, na maioria das vezes de forma assistencial. Os novos cidadãos se transformaram em clientes de políticas públicas administradas pelas entidades do terceiro setor. (2000, p. 69).

O terceiro setor é aqui compreendido como um *campo*¹² de ação, nos termos de Pierre Bourdieu, da mesma forma que suas organizações são concebidas como seus *subcampos*. Saliente-se que este é um campo recente, mas que, à maneira de todos os outros campos, é um campo em construção¹³.

Para Bourdieu, a posição de um determinado “agente” no espaço social pode ser definida pela posição que ele ocupa nos diferentes campos, a saber, na distribuição dos poderes que atuam em cada um destes campos, entre eles, o capital econômico – nas suas diferentes espécies –, o capital cultural, o capital social e também o *capital simbólico*, geralmente reconhecido pelo

normatizações. Apesar das múltiplas questões envolvidas na sua constituição, o terceiro setor está sendo considerado por estudiosos, entre eles Rifkin (1995), como uma *resposta ao maciço desemprego*, oriundo da atual reestruturação capitalista.

¹¹ O termo *cidadania* tem sido amplamente utilizado na última década, tanto em publicações quanto em palestras e cursos que vêm sendo promovidos com “fins sociais”. Porém, em muitas esferas, observa-se um uso indiscriminado da palavra, sem que sejam aprofundadas suas características centrais. Para Herbert de Souza, o Betinho, “cidadão é o indivíduo que tem consciência de seus direitos e deveres e participa ativamente de todas as questões da sociedade.” (1994, p. 22).

¹² Para Bourdieu, os campos são considerados espaços estruturados de posições (ou de postos), “cujas propriedades dependem das posições nestes espaços, podendo ser analisadas independentemente das características de seus ocupantes (em parte determinadas por elas)”. Este autor estabelece leis gerais dos campos, por meio das quais, por exemplo, campos diversos como Filosofia e Política possuem leis de funcionamento invariantes, ou seja, pode-se aplicar a universos diferentes um mesmo modo de pensamento. Porém, descobre-se em cada campo particular propriedades específicas e, ao mesmo tempo, avança-se no conhecimento dos mecanismos universais dos campos, que se especificam em função de variáveis secundárias. “Mas sabe-se que em cada campo se encontrará uma luta, da qual se deve, cada vez, procurar as formas específicas, entre o novo que está entrando e que tenta forçar o direito de entrada e o dominante que tenta defender o monopólio e excluir a concorrência. Assim, um campo se explica, entre outras coisas, por meio da definição dos objetos de disputas e dos interesses específicos que são irredutíveis aos objetos de disputas e aos interesses próprios de outros campos (não se poderia motivar um filósofo com questões próprias dos geógrafos) e que não são percebidos por quem não foi formado para entrar neste campo (cada categoria e interesses implica a indiferença em relação a outros interesses, a outros investimentos, destinados assim a serem percebidos como absurdos, insensatos, ou nobres, desinteressados)” (1983, p. 89; 1998, p. 59).

¹³ Análises feitas em aula pela Prof^a Dr^a Heleieth Saffioti, em 23 de outubro de 2000.

“prestígio, reputação, fama, etc.”. O capital simbólico é a forma percebida e reconhecida como *legítima* das diferentes espécies de capital que, “à maneira dos trunfos num jogo, são os poderes que definem as probabilidades de ganho num campo determinado (de fato, a cada campo ou subcampo corresponde uma espécie de capital particular, que ocorre, como poder e como coisa em jogo, neste campo.” (1983, p. 134).

Isso posto, compreende-se que as ONGs e os movimentos de mulheres e feministas em pauta, bem como suas coordenações e lideranças, constituem, respectivamente, os *sujeitos coletivos* e os sujeitos sociais e políticos deste estudo. A exemplo de Gouveia (1993), considera-se a categoria *sujeito* diversa da categoria *ator*. O *ser sujeito* relaciona-se com liberdade – autonomia, ação, vontade, bem como pressupõe a existência de um *projeto*. Para esta autora, o *sujeito* em Marx reelabora a realidade, com base em um projeto – e age já na imaginação. Logo, de forma sumária, *sujeito* é aquele que elabora sobre o seu estado e sua ação – e age¹⁴.

É importante notar que a literatura sobre *gênero* se remete também a *sujeitos múltiplos* (Laurettis, 1987, *apud* Saffioti), pois sua constituição não se faz exclusivamente pelo gênero, mas também pela classe social e pela etnia, cada qual constituindo uma identidade, apresentada por esses sujeitos, convivendo em maior ou menor harmonia. “Ou melhor, cada conjuntura específica exigirá do sujeito um posicionamento mais acentuado de sua identidade de gênero ou classe ou, ainda, de raça/etnia”. O sujeito é, também, *multifacetado*, apresentando várias subjetividades, “frutos de uma produção em série da sociedade capitalista, como se se tratasse de uma linha de montagem.” (Saffioti, 1995, p. 9).

Com isso, o cerne do *trabalho* dos sujeitos deste estudo tem na *educação não-formal*¹⁵ sua práxis constante. Adequando a concepção de *cultura*¹⁶ política de Gohn para as práticas das ONGs de mulheres e feministas, entende-se que os processos de educação não-formal, construídos pelos sujeitos em estudo, consistem no curso de absorção, reelaboração e

¹⁴ Entre outros pontos, Gouveia considerou que o termo *ator* tem por referencial primordial o indivíduo – sendo que qualquer postulação de atores coletivos é determinada com base em ações individuais (pressupõe-se que se refira a ações individuais não-elaboradas ou enraizadas em um projeto mais amplo) - e tem sua base teórica em Weber. “É interessante observar que, diferentemente do conceito de sujeito que pressupõe a existência de um projeto, que, por sua vez, demanda a possibilidade de conhecimento, o ator tem objetivos, o que, a meu ver, é mais restrito, na medida em que não implica necessariamente criação, nem permite que se coloque a possibilidade de transformação” (1993, p. 63).

¹⁵ Conforme Gohn, a educação não-formal designa processos envolvendo: aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos, capacitação dos indivíduos para o trabalho, aprendizagens e exercícios de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, etc. (1995, p. 174).

¹⁶ A *cultura* é aqui concebida também nos termos de Gohn, como “modos, formas e processos de atuação dos homens na história, onde ela se constrói. Está constantemente se modificando, mas, ao mesmo tempo, é continuamente influenciada por valores que se sedimentam em tradições e são transmitidos de uma geração para outra.” (1999, p.98).

transformação da cultura predominante – pois, por meio desta, continuam a se perpetuar as contradições dos sistemas de dominação-exploração. Essas práticas educativas geram uma cultura política, cujos principais conteúdos caminham para se obter a efetiva conquista de direitos para as mulheres, bem como equidade e igualdade nas relações de gênero, contribuindo para mudanças na ideologia até então dominante. (Gohn, 1999, p. 98).

Da mesma forma, as mulheres, engajadas em ONGs e movimentos sociais, buscaram e buscam também sua *autonomia*, ou “o poder de definir os princípios de definição do mundo social em conformidade com seus próprios interesses” (Bourdieu, 1998, p. 125). Para Gouveia, o princípio básico da autonomia está na propriedade do pensar e agir conforme si mesmo(a). Porém, a idéia de *si mesma(o)* presta-se a múltiplas interpretações, pois pode ser remetida a voluntarismo e soberania. Assim, o problema central está na questão das normas, das regras, da lei, ou seja, autonomia é negar a lei do outro – e, no contexto deste trabalho, dos sistemas de dominação-exploração –, fazendo as suas próprias, criando significados diferentes dos instituídos (1993, p. 69-70.)

Em suma, concebe-se que mulheres dirigentes e lideranças de ONGs e movimentos que trabalham exclusivamente em prol da equidade das relações de gênero, bem como das problemáticas específicas das mulheres, lutam para modificar a gramática sexual que rege estas relações, o que não ocorre por votação, mas por meio das práticas sociais e políticas cotidianas. E existe uma base fundamental e histórica para esse trabalho: a preservação do *status quo* contempla os interesses dos homens, ao passo que transformações no sentido da igualdade social entre homens e mulheres respondem às aspirações femininas. (Saffioti, 1997 a, p. 16; 2000, p. 11-2).

E para lograr suas inspirações, deduz-se que essas mulheres têm despendido esforços na prática do que Saffioti denomina de *pequeno* ou micropoder, que lhes é imputado tanto como sujeitos coletivos quanto como sujeitos sociais e políticos. Poder esse que se defronta com outros micropoderes e com o grande ou macropoder, tanto na malha fina como na malha grossa da sociedade, em múltiplas (inter)relações com homens e, principalmente, com outras mulheres. Cabe lembrar Saffioti ao analisar que

O poder está concentrado em mãos masculinas há milênios. E os homens temem perder privilégios que asseguram sua supremacia sobre as mulheres. (...) A sociedade não está dividida entre homens dominadores de um lado e mulheres subordinadas de outro. Há homens que dominam outros homens, mulheres que dominam outras mulheres e mulheres que dominam homens. Isto equivale a dizer que o patriarcado, sistema de relações sociais que garante a subordinação da mulher ao homem, não constitui o único princípio estruturador da sociedade brasileira. (1987, p. 16).

De outra forma, levou-se em conta também o *poder simbólico* que esses sujeitos podem exercer – e estar submetidos – por meio de suas ações de caráter transformador, tendo em conta que é “com efeito, esse poder invisível, o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (Bourdieu, 1998, p. 7-8).

Com base nesses aspectos centrais, descreve-se, a seguir, a metodologia utilizada para a elaboração deste trabalho.

B) PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

b.1) Método

Para a realização da pesquisa e do estudo em pauta, partiu-se do pressuposto que a opção por qualquer um dos métodos científicos existentes – e voltados para a análise das questões sociais – não garantirá a veracidade deste processo de construção de um conhecimento que, de forma alguma, se pretende por concluído com a sistematização desta dissertação.

No entanto, neste trabalho, considerou-se os processos *in flux*, partindo-se do princípio de que a história não é linear: se por um lado ocorreram e ocorrem diversos avanços, de outro, sucederam e sucedem variados retrocessos. Considerou-se, da mesma forma, que a história não é determinada ou tampouco intencional. De outra parte, os sujeitos sociais são teleológicos, portanto, perseguem objetivos, fins.

Para Benjamin, a história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de “agoras”. E a consciência que faz explodir o *continuum* da história é própria das classes revolucionárias no momento da ação.

O materialista histórico não pode renunciar ao conceito de um presente que não é transição, mas pára no tempo e se imobiliza. Porque esse conceito define exatamente *aquele*¹⁷ presente em que ele mesmo escreve a história. O historicista apresenta a imagem ‘eterna’ do passado, o materialista histórico faz desse passado uma experiência única. (1994, 229-31).

A esses fatores, correspondeu não perder de vista a totalidade dos processos sob análise. Nesse sentido, tem-se a formação social capitalista presidida por uma lógica específica da totalidade orgânica. Assim, aponta-se para as três contradições sociais – classe, gênero e etnia – já mencionadas no item A deste Capítulo. Cabe ressaltar, invocando Marx, o primado do *material* sobre o *ideal*, a saber:

¹⁷ Grifo do autor.

... na produção social de sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser: é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência. Em certo estágio de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que é a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais se tinham movido até então. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações transformam-se no seu entrave. Surge então uma época de revolução social. (...) Assim como não se julga um indivíduo pela idéia que ele faz de si próprio, não se poderá julgar uma tal época de transformação pela sua consciência de si; é preciso, pelo contrário, explicar esta consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações de produção. (Marx, 1989, 28-29).

Simultaneamente, foram de suma importância as incorporações do pensamento marxista pelas estudiosas das relações de gênero que orientam este trabalho, isto é, a consideração de dimensões imprescindíveis deste fenômeno a merecerem atualmente profundas reflexões, não contempladas no momento histórico da produção de Marx e Engels. Cabe, portanto, pôr em relevo, mais uma vez, o entrelaçamento das três categorias sociais históricas - classe, gênero e etnia – como contradições fundamentais da sociedade brasileira (Saffioti, 1999 a, p.142; 1997c, p. 61).

b.2) Objetivos do Estudo

Com base em diversas consultas a obras sobre problemáticas específicas das mulheres e relações de gênero, considerou-se, na fase preliminar deste estudo, a possibilidade de trazer algumas contribuições a esses subcampos, tendo em conta a exígua produção teórica e analítica no campo das relações sociais e de poder entre mulheres, internas (nas ONGs) e externas (na malha grossa da sociedade), e sua influência na construção e na visibilidade de seus sujeitos coletivos. Este referencial tornou-se o instrumental nuclear deste trabalho.

Pretendeu-se, assim, observar e documentar como se refletem nessas organizações as questões estruturais e conjunturais da sociedade; o que há de especificamente feminino e feminista na atuação dessas mulheres; em que aspectos elas reproduzem relações de outros

campos (Estado, mercado) e, em que medida, instauram uma práxis renovadora e uma nova forma de representação, articulação e atuação enquanto sujeitos coletivos e sociopolíticos.

O estudo visou a trazer à luz e dar visibilidade a essas organizações, pois, além dos aspectos relacionais e das articulações e processos implementados, encontram-se em suas propostas socioeducativas a grande base de suas práticas. Foram pesquisadas três organizações não-governamentais, a saber: uma, sedimentada por quase quatro décadas de atuação (Sempreviva Organização Feminista); outra, com vinte anos de vida (Rede Mulher de Educação); e a terceira (Elas por Elas na Política), recém-nascida e, como se verá, talvez natimorta.

b.3) Coleta de Dados e Subsídios: Sujeitos e Fontes de Informação

b.3.1. Sujeitos Coletivos: as Organizações Não-Governamentais

A presente pesquisa foi realizada no município de São Paulo, com as seguintes organizações e suas respectivas coordenações e lideranças, dos seguintes subcampos do terceiro setor: Rede Mulher de Educação (RME) – educação popular para mulheres; Sempreviva Organização Feminista (SOF) – direitos da mulher (feminista); Elas por Elas na Política – apoio à participação de mulheres na política. Esta última ONG não foi considerada neste estudo como *organização*, ou seja, como sujeito coletivo. Logo, não será sujeito-objeto dos pressupostos para um breve estudo comparado, realizado no fim deste trabalho, por motivos explanados no Capítulo 2. Porém, em virtude do conteúdo do depoimento de algumas das entrevistadas e de todo o trabalho despendido, resolveu-se não prescindir de alguns relatos, os quais foram incorporados nos momentos em que isto foi julgado pertinente. Sabe-se que este procedimento não seguiu o padrão metodológico normalmente utilizado em pesquisas; no entanto, acreditou-se que as declarações de mulheres com vasta experiência no campo de luta da equidade social, em geral, e das relações de gênero, em momentos específicos, só poderiam contribuir com este trabalho.

O período considerado para levantamento de dados foi o de 1990 a 2000. As organizações foram selecionadas com o critério de amostras de caráter intencional¹⁸, tendo em conta:

¹⁸ Conforme Marconi e Lakatos, com a amostra intencional, o pesquisador está interessado na opinião (ação, intenção, etc.) de determinados elementos da população, sem se dirigir, no entanto, à “massa”, isto é, “a elementos representativos da população em geral, mas àqueles que, segundo seu entender, pela função desempenhada, cargo ocupado, prestígio social, exercem as funções de líderes de opinião na comunidade.” (1996, p. 47).

1 - RME e SOF: seguindo a indicação feita por feministas, já há muito neste campo de atuação¹⁹. O fato de serem coordenações, lideranças e organizações reconhecidas em vários aspectos, a notabilidade de seus trabalhos e suas trajetórias foram alguns dos principais fatores que influíram na escolha dessas ONGs e mulheres.

Cabe informar que esta pesquisadora – a partir da investigação realizada para esta dissertação – foi convidada, em junho de 2000, por Beatriz Cannabrava, a integrar-se na RME como sócia-educadora e membro do Conselho Administrativo – fato consagrado na Assembléia Geral de setembro de 2000 –, o que não implicou mudança de metodologia, tendo em conta que grande parte da pesquisa de campo já estava concluída.

2 - *Elas por Elas na Política*: sua proposta inovadora no Brasil constituiu motivação para incorporá-la, no início do trabalho de campo, a esta pesquisa. A autora desta pesquisa acompanhou todo o processo de discussões, de elaboração do Estatuto, do Seminário de criação da organização – quando então foram escolhidas suas dirigentes. Ao todo, participou-se de 28 reuniões e dois eventos (seminário de criação e jantar para arrecadação de fundos) que perfizeram a quase totalidade dos encontros da organização.

b.3.2. Sujeitos Sociopolíticos: as Coordenações e Lideranças

Foram realizadas, ao todo, 15 entrevistas com as mulheres das organizações citadas no item anterior, no período entre 1999 e 2000, as quais ocupavam os seguintes cargos oficiais:

1 – RME: um total de oito entrevistadas, entre elas²⁰: Beatriz Cannabrava, sócia honorária, sócia-educadora e uma das pioneiras na organização; a atual presidenta da RME, Denise Carreira; Menchu Ajamil, financiadora internacional de alguns projetos da organização; Moema Viezzer, fundadora da RME, sócia honorária e sócia-educadora; Vera Vieira, coordenadora executiva. No Ponto Focal²¹ (PF) de Osasco, a Associação das Mulheres para a Educação - AME, foram entrevistadas: Denise Cesário, coordenadora da área de projetos e captação de recursos deste PF; Helena Maria Ferrari, sócia-educadora e secretária do Conselho de

¹⁹ Por ocasião de levantamento de dados e materiais para a realização de um seminário sobre momentos da história dos movimentos de mulheres e feministas, no Brasil e no mundo, realizado na Unicamp, em 1998, na disciplina *FE 467 – Movimentos Sociais e Gestão da Educação* – Profª Drª Maria da Glória Gohn.

²⁰ Ordem alfabética. Cargos para o período de 2000-2001, renovados até 2002.

²¹ Os Pontos Focais da RME são ONGs, núcleos universitários ou organizações afins, com as quais a RME prioriza suas ações de capacitação, intercâmbio e realização de projetos e ações conjuntas.

Administração da RME e também coordenadora do terceiro setor de Ponto Focal; Terezinha Maria dos Santos, presidenta da AME.

2 – SOF: duas entrevistadas, a saber: a coordenadora de programas da ONG, Miriam Nobre; e Nalu Faria, coordenadora geral da SOF.

3 – Elas por Elas na Política: cinco entrevistadas, com atuações diversas, antes e após a criação oficial (e ainda não regulamentada) da ONG, pormenorizadas no Capítulo 2. Foram elas: Aldaíza Sposati; Maria Aparecida de Laia; Maria Estela Segatto Corrêa; Maria Sánchez-Carlo; Marilu André.

As entrevistadas também foram selecionadas com o critério de “amostras de caráter intencional”, tendo em conta:

1 – RME:

- Beatriz Cannabrava: uma das colaboradoras no processo de criação da ONG, educadora popular e liderança renomada neste campo de atuação; Denise Carreira²²: presidenta eleita na Assembléia de 2000, pessoa com experiência diversificada no movimento de mulheres – estava, então, havia três anos na ONG, como sócia-educadora e suplente do Conselho de Administração; Moema Viezzer, a fundadora da RME, pessoa de renome internacional como autora de livro e conhecida educadora popular.

- Vera Vieira, coordenadora executiva: pela atuação relevante desde sua entrada na Rede (1996), momento no qual aconteciam várias transformações, tendo em conta uma aguda crise institucional. É uma pessoa que tomou com garra e muito profissionalismo praticamente todas as áreas da organização: administração e finanças; projetos; captação de recursos e contatos com as agências internacionais; etc.

- Membros e presidenta do PF: a estrutura de *rede* difere das ONGs de uma maneira geral – o que também será detalhado no Capítulo 2. Por isso, julgou-se imprescindível contatar um dos PFs ligados à RME, sendo que o mais próximo é o de Osasco. As pessoas entrevistadas eram pessoas-chave nesta organização.

²² Tendo em conta sua eleição como presidenta, em setembro de 2000, acreditou-se ser necessário obter seu depoimento.

- Agente financiadora internacional: presente no Seminário e Assembléia Geral da RME de 2000. Ter o depoimento e a avaliação de quem não só dá apoio técnico e financeiro, mas também acompanha de perto o trabalho da ONG foi uma oportunidade ímpar.

2 – SOF: a coordenadora de programas, Miriam Nobre, e Nalu Faria, coordenadora geral, são as pessoas-chave desta ONG: têm atuação em âmbito nacional e internacional; coordenam e participam dos processos de formação que promovem; são autoras de publicações; participam das negociações com as financiadoras; etc. São, realmente, as mulheres de maior visibilidade na SOF, tendo em conta o caráter amplo de suas atuações. Frise-se que a SOF conta com o trabalho constante, rigoroso e fundamental de outras 11 pessoas, que não foram incorporadas a esta pesquisa pelo caráter específico de suas atuações.

3 – Elas por Elas na Política: as cinco entrevistadas foram as idealizadoras da ONG. Como esta organização não foi incorporada à presente dissertação, não foram feitas reflexões pormenorizadas sobre a mesma, e os relatos das entrevistadas foram automaticamente incorporados à construção da história institucional.

b.3.3. Outras Fontes de Informação

A pesquisa teórica – que acabou por estender-se à de campo – para levantamento de dados primários e secundários compreendeu:

a) Levantamento e análise de dados secundários, como documentos e publicações das ONGs em pauta, bem como de outras organizações do terceiro setor; *surveys* produzidos pela Fundação Seade, pela Fundação Carlos Chagas, pelo Dieese e pela FIBGE.

b) Levantamento e aprofundamento de matrizes teóricas e novas análises sobre gênero.

c) Participação em disciplinas, sendo que se deve dar vulto a:

c.1. Faculdade de Educação/Unicamp: disciplinas ministradas pela Prof^a Dr^a Maria da Glória Gohn, fundamentais para os conhecimentos adquiridos, principalmente sobre movimentos sociais, organizações não-governamentais e terceiro setor, bem como suas relações com o Estado e o mercado; educação não-formal e popular; participação sociopolítica.

Disciplina ministrada pela Prof^a Dr^a Liliana Segnini, sobre gênero e trabalho.

c.2. PUC/SP – Pós-Graduação em Sociologia: atividade programada e disciplina, ministradas pela Profª Drª Heleieth Saffioti, essenciais para toda a compreensão das relações de gênero e das problemáticas específicas das mulheres, bem como da imbricação destas com a totalidade orgânica; dos principais referenciais marxianos e de outras abordagens dialéticas; de métodos e metodologias.

c.3. Faculdade de Economia/USP: Disciplina ministrada pelo Prof. Dr. Paul I. Singer, sobre economia solidária e todas as suas implicações no mundo do trabalho, nas relações com o Estado, etc.

d) Participação em seminários, fóruns, congressos e oficinas: aqui, vale frisar que participar e, por vezes, colaborar com esses processos, foi também relevante para este estudo, pois propiciou ampla coleta de dados primários. Ênfases sejam feitas aos seguintes eventos:

d.1. Pelas ONGs em pauta, cujos momentos, além de privilegiados para esta pesquisa, proporcionaram novos e ricos conhecimentos, na sua maioria sistematizados em apostilas e/ou posteriores publicações. O contato com mulheres oriundas de várias partes do Brasil propiciou, também, observar suas impressões sobre as articulações dessas organizações, apesar de não terem sido oficialmente entrevistadas. Eram pessoas de diversos subcampos de atuação do movimento de mulheres e que, em geral, já tinham relações anteriores com essas ONGs.

d.2. Por diversas organizações – governamentais, do mercado e privadas sem fins lucrativos – interessadas em discutir e propagar o recém-constituído terceiro setor. Como exemplo, os Fóruns do Terceiro Setor, realizados mensalmente pelo Senac. O processo de constituição de um *marco legal do terceiro setor para o Estado de São Paulo*, promovido pela Secretaria de Justiça, no qual se participou como Membro da sociedade civil, representando a Associação dos Clubes da Maioridade do Estado de S.Paulo – onde esta pesquisadora realiza trabalho voluntário com mulheres e homens da terceira idade. Eventos e grupos promovidos e organizados pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo. Cursos promovidos pela Federação de Obras Sociais, entidade sem fins lucrativos. Etc. A participação desta pesquisadora nessas instâncias deu-se a partir de 1996, fato que propiciou oportunidades para verificar e analisar discursos, situações, documentos, etc.

b.4) Técnicas e Instrumentos

Na *pesquisa de campo*, optou-se pela utilização e combinação de diferentes *técnicas*, entre elas:

a) Observação participante: adotou-se este procedimento nos processos em que se foi convidada a participar de reuniões, seminários e eventos diversos (conforme item b.3.3.). Esta técnica, sob a ótica aqui adotada, visou ao envolvimento da pesquisadora com a realidade e com os sujeitos que se buscava conhecer.

b) Coleta de dados pessoais básicos: levando-se em conta o já citado nó constituído pelas três categorias sociais, contradições fundamentais da sociedade brasileira, ou seja, classe, gênero e etnia²³, solicitou-se pontualmente às coordenações que fornecessem dados sobre suas origens socioeconômicas, considerando que a etnia se mostrava por si só. Quanto ao gênero – ou ao “contrato sexual” como denominam algumas estudiosas –, cabe pontuar que nenhuma das entrevistadas declarou ser homossexual.

Dados gerais como filiação e tendências políticas e partidárias, condição civil e faixa etária também foram considerados, assim como escolaridade/área de formação e atuações profissionais relevantes.

c) Coleta dos *relatos de vida* das coordenadoras e lideranças das ONGs em pauta, excetuando-se as três entrevistadas do PF da RME. Para Bertaux, a diferença entre a *história* e o *relato* de vida reside no fato de que a primeira é o que o próprio termo indica: o narrador conta livremente suas experiências com intervenção mínima da(o) pesquisadora(r). Já o relato de vida sob a perspectiva que o autor denomina de *etnossociológica*²⁴ consiste, basicamente, em concentrar o estudo sobre um (ou mais) determinado mundo social, centrado em uma atividade específica ou situação, que reagrupa o conjunto das pessoas que se encontram em uma dada situação social. O sujeito é convidado pela(o) pesquisadora(r) a considerar e rever suas experiências passadas através de um filtro – e relacionadas com o interesse dessa(e) pesquisadora(r). (Bertaux, 1997, p. 8 e 34).

²³ Como poderá ser visto no Capítulo 2 desta dissertação, as questões étnicas são transversais nas organizações de mulheres, sendo que principalmente as problemáticas específicas das negras são tratadas em organizações a elas destinadas.

²⁴ Na concepção de Bertaux, “... a conduta etnossociológica consiste em investigar sobre um fragmento da realidade sociohistórica, da qual se sabe pouco a priori. Aquilo que o pesquisador acredita saber de antemão, evidencia-se rapidamente como estando sujeito à ordem dos estereótipos, preconceitos e outras representações coletivas carregadas de julgamentos morais que circulam no senso comum” (1997, p.16). Para ele, com a reformulação da clássica oposição subjetivo/objetivo, pode-se compreender melhor em que os relatos de vida podem receptor uma enorme riqueza de informações factuais exatas e de descrições confiáveis - apesar de evidentemente incompletas - de encadeamentos de situações, de interações e de ações. É este o espírito do recurso aos relatos de vida em uma perspectiva etnossociológica: referir-se do particular ao geral, graças ao uso de casos particulares e daquilo que eles contêm de dados factuais modificados em sua ordem diacrônica.

Bertaux considera que todo relato de vida traz, simultaneamente, elementos de informação e indícios referentes aos fenômenos situados em níveis muito diversos: estruturação inicial da personalidade do sujeito em *habitus* (inclusas influências familiares, quando presentes), aprendizagens culturais e profissionais, transformações psíquicas ulteriores, tipo habitual de conduta, histórico das relações do sujeito com seus próximos, os *significant others* (cf. autor, expressão de G.H. Mead), relações sociais “objetivas”, ou melhor, *objetivadas*, próprias de tal ou tal mundo social – e aí definindo os espaços (posições, estatutos) –, papéis, normas e expectativas de conduta, jogos de rivalidade, concorrência, conflito declarado, mecanismos sociais, lógicas sociais, processos recorrentes, fenômenos culturais, semânticos e simbólicos, bem como a evolução histórica das relações sociais de sexo.

Assim, deve-se considerar que as pessoas vivem em grupos e, geralmente, também em famílias. Para cada período de vida de um sujeito, seu relato descreverá não somente sua vida interior e suas ações, mas também os contextos interpessoais e sociais.

Nessa perspectiva, conforme o autor, o relato de vida pode constituir um instrumento notável de extração de saberes práticos, orientando para a descrição de experiências vividas pessoalmente e para os contextos no seio dos quais elas estão inscritas.

Isso posto, com base nos relatos de vida, houve intencionalidade central de se resgatar alguns pontos, que possibilitassem reconstituir a construção de sujeitos coletivos e de propostas socioeducativas. Para tal, transcreve-se abaixo modelo da carta-padrão enviada às entrevistadas da RME²⁵ e da SOF, com fins de devolutiva após o processo de entrevista, o que ocorreu no período entre 2000 e 2001, no qual estão bem claros os pontos que deveriam ser contemplados. Ressalte-se que este procedimento teve por objetivo ratificar as informações fornecidas, tendo em conta que todas as mulheres entrevistadas consentiram na publicação de seus nomes nesta dissertação.

“Prezada (nome):

Envio anexas as transcrições das entrevistas que você me concedeu, para sua apreciação e quaisquer outros complementos / informações / modificações que julgue necessários. Para tal, informo - e em determinadas questões ratifico as colocações já feitas por mim - que os enfoques sob os quais serão tratados os seus (e o de todas as outras “sujeitas” da minha pesquisa) depoimentos serão, principalmente:

²⁵ Denise Carreira, por motivos particulares, não teve condição de dar esta devolutiva, autorizando, no entanto, a utilização de sua entrevista.

- a) Com base em sua trajetória profissional, como você se vê no papel de coordenadora da (nome ONG). Quais as gratificações e os principais problemas do cargo.
- b) Como as mulheres, com base em determinados momentos de suas trajetórias de vida, optam pela atuação profissional em organizações da sociedade civil.
- c) Qual a importância do papel da mulher na construção de sujeitos coletivos e de propostas socioeducativas.
- d) Com base em sua experiência, como se dão as relações (de poder, de intercâmbio, etc.) com outras mulheres, dentro da organização e com outras entidades afins. Como essas relações influenciam a condução das atividades da organização.
- e) Perspectivas de ação da (nome ONG).

Mais uma vez, agradeço muitíssimo sua colaboração com a minha pesquisa.”

Cabe informar que o processo de devolutiva na ONG Elas por Elas só foi realizado por Maria Sánchez-Carlo, devido ao seu retorno aos Estados Unidos. A seguir, optou-se por não inserir esta organização na pesquisa. Logo, esta pesquisadora não cobrou/solicitou as devolutivas das demais entrevistadas.

d) Entrevistas não-estruturadas ou “abertas como conversa com finalidade”, o que ocorreu com Menchu Ajamil, representante de agência financiadora internacional, e com as três entrevistadas do Ponto Focal da RME, pelo fato de ali se estar observando e coletando dados complementares, com a finalidade de obter uma visão geral da sua atuação, bem como da relação de suas principais profissionais com a RME. Na entrevista não-estruturada o roteiro serve de orientação para a(o) pesquisadora(r) e não de cerceamento da fala das entrevistadas (Parga, Nina, 1983 *apud* Minayo, 1999, p. 121-22). Além dos dados solicitados e descritos no ponto b deste tópico, o roteiro para tais contatos continha as seguintes questões básicas:

- Fale um pouco do histórico e dos pontos principais do trabalho do PF, bem como das pessoas-chave envolvidas.
- Desde quando você está no PF, qual é o seu cargo e quais suas atribuições?
- Como se deu o contato com a RME?
- Que trabalhos foram realizados em conjunto PF/RME?

Vale informar que o Ponto Focal da RME escolhido foi a Associação de Mulheres para a Educação (AME), cujas entrevistadas não deram a devolutiva solicitada.

e) Como *instrumentos* foram utilizados cadernos de campo e gravador. Como a posição adotada foi a de participante-observador (cf. Minayo), teve-se a impressão de que a utilização deste instrumento não causou interferências notáveis.

f) Após coletados e gravados os encontros e processos de formação promovidos pelas ONGs em pauta, bem como as entrevistas, realizou-se a transcrição das fitas.

b.5) Análise dos Dados

Com base nos pontos especificados no item b.1, procurou-se realizar uma análise isolada dos elementos presentes na totalidade em questão, que foram, a seguir, a ela reincorporados, recompondo-a, construindo sua síntese, ou seja, devolvendo-lhe a totalidade.

Considerou-se, também, que

O concreto é concreto porque é a síntese de várias determinações, logo, a unidade do múltiplo. (...) Para a consciência – e a consciência filosófica está de tal modo organizada que considera que o pensamento é o homem real e que o mundo por ela concebido é, portanto, o mundo real –, o movimento das categorias surge, portanto, como o verdadeiro acto de produção – que apenas recebe um impulso exterior –, cujo resultado é o mundo; e isto (mas temos uma vez mais uma tautologia) é exacto na medida em que a totalidade concreta, enquanto totalidade pensada, enquanto representação mental do concreto, é de facto um produto do pensamento, da actividade de conceber, mas não é, de modo algum, o produto do conceito que se gera a si próprio e que concebe exteriormente e superiormente à percepção e à representação. O todo, tal como aparece na cabeça, como totalidade pensada, é um produto do cérebro pensante, que se apropria do mundo da única maneira que lhe é possível, de um modo que difere da apropriação desse mundo pela arte, pela religião, pelo espírito prático. Antes como depois, o sujeito concreto conserva a sua independência fora do cérebro; e tanto mais quanto a actividade deste for apenas especulativa e teórica. Portanto, na aplicação do método teórico (da economia política), o sujeito, a sociedade, devem estar sempre presentes na representação como ‘a priori’. (Marx, 1990b, p. 46-47).

Logo, tendo como fundamento abordagens dialéticas, foram exploradas as contradições sociais básicas da realidade para, com base nelas, desenvolver uma reflexão sobre as condições e as relações em pauta.

Dessa forma, para a análise dos relatos de vida dos sujeitos desta pesquisa, bem como para determinar as situações relevantes em campo (entre elas, a dos seminários, encontros e afins), seguiu-se uma das sugestões de técnica proposta por Bertaux, a saber, a análise temática: em cada relato e situação foram destacados temas correspondentes aos objetivos deste trabalho

(1997, p. 91). Frise-se que a estrutura desta dissertação está também vinculada a esses referenciais.

Tendo por norte um levantamento histórico, mas também uma observação temática, procedeu-se à análise dos materiais institucionais, entre eles, documentos como estatutos, relatórios, projetos de formação e qualificação de mulheres, publicações de divulgação externa. Apesar de este estudo centrar-se no período de 1990-2000, o objetivo central apontou para a relevância de se resgatar em documentos que retratassem períodos anteriores, considerados como significativos na construção desses sujeitos coletivos, bem como para a presença das atuais mulheres em seus cargos de coordenação e liderança.

Cabe enfatizar que, neste estudo, não se atinge grau pleno de objetividade ou tampouco se verifica a neutralidade desta pesquisadora, cuja subjetividade esteve em constante interação com os sujeitos da pesquisa. Entretanto, no seio do referencial da dialética materialista, a relação entre *sujeito e objeto* se concebe de outra forma. Vale dizer que o sujeito integra, de maneira ativa, a realidade sob enfoque (Saffioti, 17/4/2000, atividade programada – PUC/SP).

Assim, por intermédio desses procedimentos e, conseqüentemente, à luz do referencial teórico que forneceu as bases deste estudo – e cujos pontos centrais foram descritos no item A desta Introdução –, foram efetuadas reflexões sobre os dados coletados.

b.6) Estrutura da Dissertação

Com base nos referenciais e procedimentos anteriormente detalhados, bem como em capítulos já apresentados no processo de Qualificação deste trabalho, sistematizou-se esta dissertação da seguinte forma:

O Capítulo 1 apresenta considerações gerais sobre a situação das mulheres na *malha grossa* da sociedade brasileira. Ou seja, qual o papel e o poder do Estado e do mercado brasileiros; como alguns conflitos e contradições se estabelecem nos processos micro e macrosociais. A expansão e a transformação dos modos de produção capitalista são considerados primordiais nas mudanças em curso. No entanto, conduzem a pensar, na realidade, na conservação-dissolução dos meios de produção. Nessa conjuntura, levou-se em conta alguns momentos do histórico dos movimentos sociais no Brasil – principalmente os movimentos feministas e de mulheres –, seguidos por alguns olhares às “novas articulações” e “parcerias” da

“sociedade civil” com o Estado e o mercado, recentemente incorporadas na figura do *terceiro setor*. As relações de poder nessas instâncias geraram questões desafiadoras.

No Capítulo 2 são apresentados os sujeitos políticos e coletivos da pesquisa. Destaque-se o item destinado a ONG Elas por Elas na Política, no qual é explicado o porquê de a mesma não ter sido considerada, neste estudo, como organização, sem preterir, no entanto, certos depoimentos de algumas das suas lideranças. O propósito deste procedimento é identificar os sujeitos que figuram em todos os outros capítulos – e não em um capítulo único sobre o trabalho de campo, como usualmente se verifica em trabalhos congêneres.

Com as mulheres em pleno *movimento* no mercado de trabalho, buscou-se no Capítulo 3, inicialmente, contextualizar a situação das mulheres e também dos homens no mundo do trabalho brasileiro, tendo por base *surveys* e estudos de questões laborais. Da mesma forma, e também com base nos resultados de uma primeira pesquisa sobre *ocupações, receitas e recursos* das *organizações sem fins lucrativos no Brasil*, são apresentados alguns dados, visando a obter, principalmente, as primeiras impressões sobre a realidade e o trabalho das mulheres no campo do terceiro setor. Nesses campos, as relações sociais e de poder parecem perpetuar a divisão social e sexual do trabalho. E os sujeitos deste estudo foram essenciais para ilustrar alguns dos aspectos pontuados.

O Capítulo 4 aborda aspectos da educação não-formal no Brasil, considerando os processos de atuação dos sujeitos da pesquisa nesse subcampo da Educação, e também no âmbito da educação popular. Isso porque é por meio dos processos inseridos em práticas educativas nesses subcampos que os sujeitos desta pesquisa exercem grande parte de seu trabalho e de suas ações.

Tendo em conta que nada se encerra com este estudo, mas sim que os primeiros passos foram aqui dados ao olhar como as relações sociais e de poder influem na construção de sujeitos coletivos, sistematizou-se um último tópico com considerações finais, no qual se explicitam alguns pressupostos para um estudo comparado.

Por fim, encontram-se as Referências Bibliográficas e as Obras Consultadas, bem como Anexos pertinentes a esta dissertação.

CAPÍTULO 1

UM OLHAR SOBRE MULHERES NA MALHA GROSSA DA SOCIEDADE

Trata-se de mulheres brasileiras no Estado brasileiro, em que prevalecem políticas neoliberais, principalmente as ditadas por organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (Bird). Mulheres que compõem quase a metade da população economicamente ativa, num Estado que se pretendeu, até bem pouco tempo, patrocinador de(o) *bem-estar social*. Mulheres que vivem em uma sociedade à mercê de um Estado que ora protege banqueiros, ora “esvazia” a proteção dada aos seus parceiros capitalistas em prol do mercado internacional e que, por ora, resolve intensificar seu incentivo às organizações da sociedade civil, por meio de instrumentos legais destinados a um *terceiro setor* em construção.

E um Brasil que se esforça em assimilar as rápidas mudanças, premido pela tão conhecida globalização (da economia, da cultura, dos alimentos, etc., etc.), das reestruturações produtivas, das novas tecnologias... sem levar em conta que, conforme aponta Singer, a

... *internacionalização* financeira, econômica e cultural surge como tendência pelo menos desde a viagem de Marco Polo ao Extremo Oriente. Houve interrupções e recuos ocasionais, mas nada que fizesse a internacionalização sumir por longo período. (...) Enfim, a internacionalização já progride há mais de meio milênio e o mundo atual é o seu produto. (1997, p. 39-40).

Vale refletir sobre quais são essas instituições e esses sujeitos ou agentes, que constroem processos e relações no Brasil. Isso porque a década de 1990 trouxe à tona, em diversas áreas do trabalho com o social – prático e teórico –, discursos em torno das vantagens de *dar as mãos ao Estado*²⁶, seja por meio de parcerias em projetos ou de apoio às suas políticas de desobrigação para com camadas marginalizadas e necessitadas da sociedade (sem falar na classe média remediada), como, por exemplo, novas formas de qualificação para o trabalho e de geração de renda, muitas vezes fugazes e simplistas.

²⁶ Grifo do autor.

Trouxe, também, um novo e discutível viés ao discurso da necessária participação da *sociedade civil organizada*, em busca da *cidadania plena* e da *justiça social*. Neste contexto, as mulheres são os potenciais alvos para se estabelecerem pactos e consagrarem parcerias, cujos resultados são ainda um vasto campo de incertezas.

1.1. Reflexões sobre Estado e Poder

A presença ou a ausência do Estado brasileiro e suas implicações nos processos sociais; as múltiplas conseqüências, positivas ou negativas, de sua atuação ou de sua omissão; o poder inquestionável do qual se reveste; a retórica de um parceiro potencial de organizações e entidades sem fins lucrativos tornam pertinente retroceder um pouco na construção do conceito de *Estado*.

Em primeiro lugar, deve-se pontuar que aqui se fala da instituição social *Estado* tal como conhecida na atualidade, ou seja, o denominado *Estado Moderno* ou contemporâneo. As definições de *Estado* são amplas e seus aspectos diferenciados. Alguns estudiosos apontam, inclusive, para a problemática em se definir conceitualmente *Estado*, levando-se em conta os aspectos envolvidos em suas relações (Bobbio, 1986; Miliband, 1988; Maluf, 1993²⁷).

Diversas vezes os discursos orais conferem aos termos *Estado* e *governo* um mesmo significado. Assim, é preciso frisar que, enquanto *Estado* é uma instituição social, *governo* são conjuntos de pessoas (em variadas instâncias governamentais), que se revezam com base na *forma de governo* adotada por cada país (diferentemente do Estado), os quais ocupam posições de autoridade dentro do Estado (Johnson, p. 91).

²⁷ Conforme Maluf (autor do campo do Direito Civil), deve-se a Nicolau Maquiavel (séc. XV) a introdução da expressão *Estado* na literatura científica (1993, p. 345). Maluf considera que esse “conceito vem evoluindo desde a antigüidade, a partir da Polis grega e da Civitas romana. A própria denominação de Estado, com a exata significação que lhe atribui o direito moderno, foi desconhecida até o limiar da Idade Média, quando as expressões empregadas eram *rich*, *imperium*, *land*, *terra* etc. Teria sido a Itália o primeiro país a empregar a palavra *Stato*, embora com uma significação muito vaga. A Inglaterra, no século XV, depois a França e a Alemanha, no século XVI, usaram o termo Estado como referência à ordem pública constituída. (1993, p. 19). E completa: “...não há nem pode haver uma definição de Estado que seja geralmente aceita. As definições são ponto de vista de cada doutrina, de cada autor. Em cada definição se espelha uma doutrina... No plano político onde se encara o Estado principalmente como fato social, (...) Uns o conceituam como objeto de direito (doutrinas monárquicas), outros como sujeito de direito, como pessoa jurídica (doutrinas democráticas). Outros ainda o consideram como a expressão mesma do direito, incluindo em uma só realidade Estado e Direito (teoria monista). (1993, p. 19-20).

Mas o que aqui cabe ver é o *poder* que lhe é inerente, bem como seus desdobramentos. Falar de Estado é falar automaticamente de poder.

No pensamento marxista, Estado é um conceito fundamental: é a instituição que tem por objetivo assegurar e conservar a dominação e a exploração de classe, é o instrumento da classe dominante (que detém a propriedade e o controle dos meios de produção), mas incapaz de garantir o interesse geral – ou seja, a realização da democracia (Miliband, 1988).

Engels afirma categoricamente que o Estado não é, de modo algum, um poder que se impõe (e se impõe) à sociedade de fora para dentro.

É antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da ‘ordem’. Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado. (1987, p. 191).

O *Estado burguês*, analisado por Marx, está centrado em promover a segurança mútua da classe burguesa contra os seus elementos isolados, contra a classe explorada “uma segurança que deve tornar-se cada vez mais dispendiosa e mais autônoma perante a sociedade burguesa, porque o exercício do domínio sobre a classe explorada se torna cada vez mais difícil.” Além disso, considera que o Estado “e a organização da sociedade não são, do ponto de vista político, duas coisas distintas. O Estado é a organização da sociedade²⁸.” (1990 a, p. 143-44).

Já Foucault afirma que as monarquias da Época Clássica não só desenvolveram grandes aparelhos de Estado — exército, polícia, administração local — mas instauraram o que “se poderia chamar uma nova ‘economia’ do poder, isto é, procedimentos que permitem fazer circular os efeitos de poder de forma ao mesmo tempo contínua, ininterrupta, adaptada e ‘individualizada’ em todo o corpo social.” (1998, p. 8). Para ele, o poder é considerado uma rede produtiva, que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir, não pesa como uma força que diz não. O que faz com que o poder se

²⁸ Bottomore esclarece que, em Marx – bem como em outros sociólogos, conforme ele –, o termo *sociedade* tem três sentidos, distintos contextualmente, mas referentes a fenômenos distintos e correlatos, a saber: 1) a sociedade humana ou “humanidade socializada”; 2) tipos de sociedade existentes na história (feudal, capitalista); 3) qualquer sociedade particular (como a Roma

mantenha, diz Foucault, é que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso (1998, p. 8).

Cabe olhar, no entanto, para o Estado brasileiro, que se pretende protetor de crianças, mulheres, idosos, marginalizados e oprimidos, o que impõe lembrar que sua construção se deu sob as bases de uma colonização portuguesa – machista, patriarcal e plena de discriminações – na qual o homem detentor do pequeno poder crê ser necessário exercitar-se, a fim de, algum dia, vir a encarnar plenamente a figura do macho todo-poderoso. “Mais do que isto, acredita capacitar-se para o exercício do grande poder tendo síndromes sucessivas do pequeno poder.”(Saffioti, 1989a, p. 19).

Diante disso, é oportuno lembrar que as relações estabelecidas entre as diferentes categorias de classe, gênero e etnia situam-se em dois processos:

1) o das *relações interpessoais*, no processo micro – ou na *malha fina* da sociedade –, relações estas estabelecidas pelo fato de o ser humano ser incapaz de viver isoladamente; considera-se aqui que o próprio desenvolvimento da cultura deve-se ao gregarismo; ainda neste processo, as relações não são consideradas contraditórias, “o conflito não faz parte da natureza da relação interpessoal, mas reside fora dela: nos sujeitos ou em circunstâncias por eles vividas”. No entanto, essa “malha fina” estabelecerá relações com agregados humanos portadores de interesses contraditórios.

2) o das relações entre as categorias de gênero, as diferentes etnias e as distintas classes sociais, estabelecidas na *malha grossa da sociedade*, ou seja, no processo macrosocial. São coletividades vinculadas por contradições – fundamentais da sociedade brasileira – e que tornam inseparáveis as partes dessa sociedade. No processo histórico, elas se realizam de forma enlaçada (Saffioti, 1992, p. 64; 1997 a, p. 149).

A contradição não é excludente, como é a oposição simples. Pelo processo de negação e de negação da negação, a relação contraditória resulta numa nova relação, ou seja, alcança sua própria superação. Antes de superar-se, contudo, a contradição leva à seguinte situação: a realização histórica dos interesses de uma classe, de uma etnia, de uma categoria de gênero impede a realização histórica dos interesses de outra classe, de outra etnia, de outra categoria de gênero. Deste modo, fica evidente que a contradição integra a própria natureza da relação entre as classes sociais, entre as categorias de gênero e entre as etnias. (Saffioti, 1992, p. 66).

Antiga). “... para Marx são o nível do desenvolvimento das forças produtivas materiais e as relações de produção a ele correspondentes que determinam o caráter dos distintos tipos de sociedade.” (1988, p. 342-43).

É relevante pontuar que, tanto na *malha fina* quanto na *malha grossa* da sociedade, estabelecem-se relações de poder. Saffioti considera que o poder é, por excelência, *in flux*, não detido pelo dominador, que o exerce, sem que isto implique o não exercício do poder por parte do dominado. O poder tem sempre a mesma natureza, seja ele exercido em processos micro ou macropolíticos – os quais não são passíveis de separação, pois não são níveis que se sobrepõem. Como relação de força, o poder traduz uma luta permanente entre partes (Saffioti, 1997a, p. 148).

As mulheres são treinadas no exercício do micropoder, mas, via de regra, ignoram seu alcance para minar as instituições sacralizadas (como a família). Diante desta conclusão, Saffioti analisa que:

A micropolítica é tão importante quanto a macropolítica. Posto de outra forma, o micropoder, apresentando um alto potencial de subversão, é capaz de solapar o macropoder. (...) o micropoder, adequadamente imiscuído no macropoder, pode inaugurar formas mais democráticas do exercício deste último. Isto equivale a dizer que a micropolítica não apenas está articulada com a macropolítica mas vive no seu interior, transformando-a incessantemente. Os processos micropolíticos são extremamente mutáveis, não se cristalizando tão facilmente em produtos, como ocorre nos processos macropolíticos. Não é raro, porém, que a micropolítica gere produtos na macropolítica. E isto deve ser levado em consideração quando se formulam estratégias de luta para abolir, ou pelo menos reduzir, as desigualdades de gênero, de raça/etnia, de classe. (1997a, p. 149).

Compreende-se que é nesse exercício de micropoder que se formaram as lideranças femininas, que mudaram e mudam o curso da vida de diversas mulheres, em diversos países, e entre as quais se encontram as mulheres sujeitos deste trabalho.

1.2. Considerações sobre Capitalismo e Sociedade Civil Organizada

O conceito de “revolução industrial” é imprescindível para analisar, ou ainda descrever, as transformações que vêm acontecendo no mundo, há quase 300 anos, pois designa antes de tudo um processo de mudança de longo prazo (Singer, 1998, p. 17). A *primeira revolução industrial*, ocorrida no século XVIII, é o marco de longos processos históricos anteriores que, a partir de então, expandiu-se e ganhou velocidade crescente.

Retomar-se-á, de forma sintética, o resgate histórico efetuado por Singer. Com o desaparecimento do Império Romano, extinguiu-se a elaborada divisão internacional do trabalho que tinha o Mediterrâneo como eixo do intercâmbio econômico.

A Idade Média viveu, em consequência, um retrocesso das forças produtivas. A economia foi segmentada nos feudos quase auto-suficientes e o comércio foi drasticamente reduzido. A nova ascensão das forças produtivas, que marca o fim da Idade Média, se deveu à ruptura da auto-suficiência feudal e ao renascimento do comércio de longa distância, entre Ocidente e Oriente. O renascimento comercial implicou o crescimento das cidades, em cujo seio começou a se desenvolver uma nova classe social, a burguesia, constituída inicialmente por mercadores e cambistas. Ressurgiu a divisão internacional do trabalho, que suscitou o desenvolvimento das forças produtivas tanto na agricultura quanto na manufatura. (Singer, 1998, p.17).

Mas um extenso período marca a transição entre o renascimento comercial, que se origina com as cruzadas, e o início do processo que Singer denomina de “revolução social capitalista”, cuja base territorial foi a Inglaterra, ocorrendo de formas variadas e em épocas diversas nos outros países. “Há boas razões para crer que houve possivelmente *duas revoluções sociais na Inglaterra* (e talvez em outras regiões da Europa): uma primeira, que produziu a passagem *da servidão à produção simples de mercadorias*, e que ocorreu entre os séculos XII e XVI ou XVII.[grifos do autor]”. A segunda “revolução social capitalista” levou a economia inglesa *da produção simples de mercadorias* ao capitalismo e teve seu lugar entre os séculos XVIII e XIX (*ibidem*, p.26-27).

A indústria capitalista surge por volta do último quartel do século XVIII, “como parte da causa e da solução da crise social” (*ibidem*, p. 61). Desde então, o capitalismo e suas formas de produção expandiram-se e se transformaram a “passos largos”. Com a primeira revolução industrial, desenvolveram-se tecnologias que utilizavam equipamentos cada vez maiores e mais complexos. Da mesma forma, ela deu origem à formação social capitalista, “ou seja, à formação social em que o modo capitalista de produção domina a infra-estrutura.” (*ibidem*, p. 143).

A partir da década de 1880, tem início uma nova onda de inovações técnicas, que constituíram a chamada *segunda revolução industrial*: novas formas de energia, como a elétrica; novos bens de consumo.

Iniciou-se o desenvolvimento de métodos de produção em massa, entre eles, a linha de montagem, inventada por Ford, no início do século XX, que culminou um processo iniciado 50

anos antes. Vale notar que as mulheres passaram a ser mão-de-obra maciça — e muito bem explorada — dessas linhas de produção, em indústrias como as têxteis.

Entre 1945 (fim da Segunda Guerra Mundial) e 1973, conforme Singer, o capitalismo passou por uma fase de extraordinária prosperidade:

O capitalismo dirigido, após 1945, adquiriu um sentido democrático e progressista, consubstanciado pelo compromisso de todos os governos — inscrito em leis e nas novas constituições — de *manter o pleno emprego* [grifo do autor]. Este compromisso equivaleu a um pacto social, pelo qual se reafirmou a democracia, adicionando-lhe a responsabilidade assumida pelo estado de assegurar a todos os cidadãos trabalho e condições de vida. Este compromisso de pleno emprego e do que se chamou depois de estado de bem-estar social foi correspondido, no plano cultural, por uma profunda reviravolta na ciência econômica: *a revolução keynesiana* [grifo do autor]. (Singer, 1998, p. 158).

O “capitalismo dirigido” marcou esse período principalmente pelas mudanças na supra-estrutura, ou seja, a conclusão de Keynes de que o governo pode governar a conjuntura por meio de políticas específicas de controle do mercado foi posta em prática em muitas partes do mundo. Assim, com o liberalismo, vigente a partir de meados do século XIX, o Estado tinha por objetivo proteger o mercado por meio do capitalismo dirigido, iniciado no segundo terço do século XX, “induzindo os agentes econômicos a adotar condutas que resultassem no pleno aproveitamento dos recursos.” (*ibidem*).

No entanto, se o que parecia a “crise derradeira” do liberalismo marcou a década de 1930, pois sua desfuncionalidade para a gestão do capitalismo acabou com sua credibilidade, na década de 1970 foi o keynesianismo que entrou em crise profunda: altos índices inflacionários, corte de despesa pública e aumento da arrecadação fiscal, a qual culminou a chamada *terceira revolução industrial*, que tem na computação e na telemática suas molas propulsoras.

No final da década de 1960, Bettelheim concluía que a heterogeneidade “necessária” das condições materiais e sociais da produção, em escala mundial, designa os efeitos produzidos por duas tendências da reprodução ampliada do modo de produção capitalista, tendências nas quais uma domina em um pólo a economia mundial capitalista e a outra, em outro pólo, a chamada conservação-dissolução dos processos produtivos.

Essas “tendências” tomam, conseqüentemente, a seguinte forma, assim descritas por Bettelheim²⁹ (1969, p. 322-23):

1º) No interior das formações sociais em que domina o modo de produção capitalista, esta dominação tende principalmente à reprodução ampliada desse modo de produção, ou seja, à dissolução dos outros modos de produção e à subsunção de seus agentes às relações de produção capitalista. O termo “principalmente” indica que é a tendência dominante no seio das formações sociais consideradas. No entanto, esta tendência dominante se combina a uma outra, secundária, que é aquela da “conservação-dissolução”³⁰. É preciso entender que, no seio de uma formação social capitalista, as formas de produção não-capitalistas, antes de desaparecerem, são “reestruturadas” (particularmente dissolvidas) e, portanto, assim subordinadas (e também conservadas) às relações capitalistas dominantes. No seio de uma formação social capitalista na qual domina o modo de produção capitalista, a tendência principal não é a conservação-dissolução, mas certamente a dissolução. Numerosos índices sugerem que isto se explica não somente pelo rápido desenvolvimento das forças produtivas, que caracteriza esse modo de produção quando ele é dominante, mas também por uma sobredeterminação dos fenômenos de dissolução pelos níveis ideológico e político.

2º) No interior das formações sociais não dominadas diretamente pelo modo de produção capitalista, mas subordinadas a ele por meio do mercado mundial, a tendência principal não é a dissolução, mas a conservação-dissolução, ligada a um conjunto de determinações produzidas pela dominação “exterior” do capitalismo: o “congelamento” do desenvolvimento das forças produtivas; coação a uma especialização internacional desvantajosa; existência “exterior” de centros de acumulação do capital, para os quais convergem os capitais que poderiam “revolucionar” as condições materiais e sociais da produção. Tudo isso é sobre-determinado por elementos políticos (mantidos com a ajuda do imperialismo da dominação de classes incapazes de revolucionar condições da produção) e ideológicos (a defesa da “integridade” da formação social, face à dominação exterior), com a conservação do passado, das relações sociais antigas, aparentemente “renovadas”, como ocorre com certos “socialismos específicos”, que podem constituir uma segunda linha de defesa da velha ordem social e produtiva.

²⁹ Os grifos e aspas são do autor.

³⁰ Grifo do autor.

Essa análise conduz à hipótese de que essas paradoxais *novas formas de sistemas sociais*, decorrentes das transformações em curso, sofram a tendência prevista por Bettelheim, ou seja, de conservação-dissolução — dos outros modos de produção. Este aspecto será retomado no Capítulo 3 deste estudo, vinculado ao trabalho de mulheres em ONGs.

Vale ver, contudo, que no Brasil, se as décadas de 1960 e 1970 foram marcadas por uma série de movimentos políticos e de contracultura, os anos 1980 tiveram seu início com o fim da ditadura militar, instaurada havia quase 20 anos no país. Concebe-se, no entanto, que os governos militares, simultaneamente aos grandes danos e horrores causados, provocaram efeitos contraditórios, que, de certa forma, foram positivos no caso das mulheres. Ao se retomarem parcelas desses períodos, nota-se que foi na década de 1960 que se intensificaram diversos movimentos cívicos — estudantil, das mulheres, contra as ditaduras estabelecidas na América Latina, etc. —, os quais mudaram o caráter dos movimentos revolucionários, típicos dos processos históricos anteriores.

Para Singer, esses movimentos provocaram “amplas mudanças supra-estruturais nos principais países”. Este autor considera, também, que de todos os movimentos surgidos nesse período, o que teve maior êxito foi o feminista.

As mulheres se emanciparam economicamente da tutela masculina e protagonizaram uma revolução sexual que abalou os fundamentos da família monogâmica nuclear. Uma de suas consequências não visadas foi a queda da fecundidade a ponto de levar o crescimento populacional dos países mais desenvolvidos a se tornar negativo. (Singer, 1998, p. 161).

Como se sabe, durante o regime ditatorial, muitas brasileiras foram obrigadas a se exilar em outros países. Dentre elas, muitas das militantes que, posteriormente, puseram em prática perspectivas feministas desenvolvidas por européias e norte-americanas. Relatos como os de Moema Viezzer, da Rede Mulher de Educação (RME), podem ilustrar um pouco desse percurso. Em 1980, ela voltou de um exílio de sete anos, que foram passados no Peru, México e Inglaterra.

No Brasil, a gente saía da ditadura. Eu estava no processo de muitas traduções do primeiro trabalho meu sobre a mulher na América Latina, escrito a partir de meu encontro com Domitila, na Primeira Tribuna Internacional da Mulher no México (foram 18 traduções, para 18 idiomas diferentes). Eu queria continuar fazendo um trabalho como educadora popular. E com mulheres. Visitando tudo o que havia em São Paulo, constatei, por parte de algumas feministas históricas, um enorme esforço para colocar a proposta em pauta; inclusive, no momento em que cheguei, se começava a trabalhar entre as feministas autônomas a oportunidade de entrar nos partidos políticos que recomeçavam a articular-se após vários anos de fechamento total para qualquer tipo de instituição e agremiação. Por outro lado, encontrei muitos grupos de mulheres e clubes de mães que eram ligados às comunidades de base da igreja, no contexto da Teologia da Libertação, ou a outras instituições, mas onde não se falava nem sobre os direitos da mulher, muito menos sobre o feminismo. Logo de chegada, eu comecei a ser convidada por muitos grupos que estavam lendo em jornal-livro meu primeiro trabalho sobre a mulher na América Latina “Se me deixam falar...”, depoimento de Domitila. Eu dava palestras, um pouco na zona norte de São Paulo, a convite de instituições as mais variadas, sindicatos, universidades, ONGs, igrejas.

Da mesma forma, Beatriz Cannabrava, também da RME, teve ricas experiências nos seus 12 anos de exílio, juntamente com o marido e dois filhos: em 1974, participou do movimento de mulheres, no Peru, quando começam a se realizar as reuniões preparatórias para a Conferência de Mulheres, no México – em 1975. Ela explica que, em Lima, entrou em contato com o que havia do movimento de mulheres devido à questão da solidariedade com o Brasil, “tinha o Comitê de Solidariedade, em plena ditadura, o milagre econômico... Aí, eu começo a fazer contato com um dos grupos de mulheres do Peru, mas por conta da solidariedade. Eu não tinha ainda muita consciência da questão feminista nem nada disso. Era mais, digamos, um espaço de solidariedade.”

No entanto, passou a ampliar seus relacionamentos: pertenceu ao Comitê de Solidariedade com o Brasil, que depois se transformou no Comitê de Solidariedade da América Latina. Em consequência do golpe no Chile e da repressão na Argentina, o Comitê se ampliou. Mas Beatriz nunca se filiou a nenhum movimento de mulheres, ficando próxima de um dos grupos de mulheres mais fortes que existiam na época no Peru, ligado ao Partido Comunista: a União Popular de Mulheres Peruanas.

Mas aí já começavam a surgir algumas feministas consideradas as históricas, aqui no Brasil. Lá no Peru também tem as suas históricas, era gente que estava voltando dos Estados Unidos ou da Europa, que estava com as idéias do movimento de mulheres, e a preparação para a Conferência do México começou a envolver uma série de mulheres que estavam na universidade...

Após cinco anos em Lima (onde morou no período de 1971 a 1976), Beatriz e a família foram para o Panamá, onde ela manteve contato com o movimento de mulheres panamenho. Começou, então, a se relacionar com o pessoal de educação popular do Panamá: “grupos mais

ligados à Igreja, um centro – uma ONG, é que nessa época ninguém falava que era ONG – um centro grande de educação popular chamado Ceasta, que era ligado aos jesuítas.”

Nessa época, por volta de 1975, iniciou-se, também, o que Singer denomina de “a vaga neoliberal, que se tornou hegemônica nos anos 80 e inspirou a vasta contra-revolução institucional nos 90.” Para ele, o neoliberalismo não passa do “velho liberalismo redivivo” e seu programa se assemelha ao keynesiano, mas com claro viés antioperário e com muito maior alcance (1998, p. 168).

Foi a partir da década de 1980 – paralelamente às aceleradas mudanças conjunturais – que os movimentos sociais no Brasil passaram, conforme Gohn, “da fase do otimismo para a perplexidade e, depois, para a descrença” (1997b, p. 285). Para esta autora, vários fatores contribuíram para essas mudanças, entre eles o consenso, a generalização e o posterior desgaste das denominadas práticas participativas em diferentes setores da vida social; o aparecimento de entidades aglutinadoras dos movimentos sociais populares, especialmente no setor da moradia;

... fundamentalmente, o surgimento e o crescimento, ou a expansão, da forma que viria a ser quase que uma substituta dos movimentos sociais nos anos 90: as ONGs — Organizações Não-Governamentais. Acrescente-se ainda a este cenário a decepção da sociedade civil com a política, tanto com a praticada pelas elites dirigentes como com aquela praticada pelos partidos políticos que progressivamente foram perdendo a capacidade de articular as demandas das camadas populares. Essas alterações irão desembocar na perda da capacidade de mobilização e do esforço voluntarista que se observava na sociedade civil nos anos 70. Militantes, assessores e simpatizantes deixaram de exercitar a política por meio da atuação nos movimentos sociais, movidos pela paixão, pela ideologia ou por acreditar em algumas causas e valores gerais. A profissionalização ou a “liberação” (estar apenas a serviço do movimento) produziu efeitos contraditórios. (Gohn, 1997b, p. 285-86).

No início dos anos 1980, com o fim do regime militar, mulheres como Beatriz começam a retornar para o Brasil.

E aí, começamos a tentar abrir espaços, porque 12 anos fora, tem que começar a abrir espaços, não só profissionais, mas para participação. E aí, eu tinha conhecido Moema quando ela esteve no Peru. Moema passou uma época pelo Peru, ela e o marido estavam indo para a Inglaterra; ele ia defender uma tese sobre os indígenas peruanos. Ela ficou hospedada na minha casa e acabou mantendo um contato por correspondência e tal.

Percebe-se mais um efeito da contradição gerada pelo regime militar brasileiro: ao voltarem do exílio, as mulheres passaram a retomar uma rede de contatos que foram estabelecidos fora do Brasil. Ou, visto nos termos de Saffioti (1992, 1997a), as relações interpessoais estabelecidas pelas mulheres na malha fina da sociedade e oriundas dos efeitos perversos da ditadura resultaram na sua conglomeração, com vistas a atuar e interferir no *status quo* da malha grossa social.

Logo, esses fatores contribuíram muito para o fortalecimento dos movimentos e organizações de mulheres e feministas do país, pois, a partir deles, essas mulheres colaboraram não só com o processo de redemocratização nacional, mas passaram também a confrontar e a exigir do Estado e de suas instâncias governamentais a implementação e a legalização de medidas em prol de direitos específicos para as mulheres – ou seja, da equidade entre os sexos –, visando à igualdade entre gêneros.

Como exemplo, em 1985, por ocasião do primeiro Encontro Nacional de Educação Popular e Movimento de Mulheres, realizado em Piracicaba, na Fazendinha da Universidade Metodista, a RME iniciou sua participação no processo da Assembléia Nacional Constituinte: as representantes de grupos de mulheres de 17 Estados, presentes no Encontro, decidiram atuar conjuntamente para conseguir voz na nova Constituição. Nasceu, então, o projeto *Nós e a Constituinte*. Vera Vieira, coordenadora executiva da Rede, relatou em seu estudo *Educomunicando*³¹ que, nesse processo Constituinte, a Rede Mulher encabeçou um movimento popular nacional, envolvendo 750 grupos de mulheres de todo o Brasil. Já Beatriz lembrou que o número mínimo de assinaturas para a proposição de qualquer projeto era de 30 mil – e elas conseguiram 76 mil. Redigido o projeto de emenda, os grupos começaram a coleta de assinaturas. Foram organizadas comissões em 21 Estados, para colher assinaturas para a proposta de emenda popular do movimento de mulheres. “Era uma proposta de consenso: licença-maternidade de quatro meses, direito à creche, etc.”, contou Beatriz. As sugestões sobre os direitos das mulheres foram acatadas integralmente na nova Constituição de 1988.

Nesse sentido, Soares indica que, a partir de 1982, o movimento buscou manter duas estratégias de atuação: continuar independente do Estado e atuar nas instâncias governamentais.

³¹ Trabalho apresentando no Curso de Pós-Graduação (*lato sensu*) Gestão de Processos Comunicacionais – Universidade de São Paulo (USP) – Escola de Comunicações e Artes (ECA)/Departamento de Comunicações e Artes (CCA). Título: *Educomunicando – intervenção comunicacional das ONGs para a visibilidade de discurso e a conquista de novas parcerias. Estudo de caso: Rede Mulher*. Orientador: Adilson Odair Citelli. São Paulo, maio/1999.

A autora considera, também, que “o feminismo se diversificou”, criando novas formas de organização e práticas, como os coletivos com ações relacionadas ao corpo, à saúde, à sexualidade feminina e à violência (Soares, 1998).

Diga-se que, como resultado, a participação feminina no processo de elaboração da nova Constituição Federal (promulgada em 1988) foi intensa e muitos novos direitos foram e estão sendo adquiridos a partir desse processo. Essas questões e lutas permanecem em foco até hoje. Os encontros nacionais feministas dos anos 1980 contaram com a presença de muitas participantes (Soares, 1998).

Pode-se afirmar que esta foi uma das grandes marcas do “alto potencial de subversão” do micropoder feminino, pois, ao imiscuir-se nas instâncias do macropoder, instaurou formas mais democráticas de exercícios deste; a micropolítica exercida e articulada pelas mulheres junto ao macropoder realmente personificou-se no interior da macropolítica, transformando-a constantemente (Saffioti, 1997a).

É importante, aqui, parênteses para salientar alguns aspectos sobre *igualdade e equidade*. “A igualdade não pressupõe a anulação das diferenças, mas sim das desigualdades. Tampouco se traduz por medidas governamentais isoladas ou por políticas públicas”, afirma Saffioti. Não obstante, trata-se de um ordenamento social a ser alcançado por meio de políticas de equidade, pois são estas que levam em consideração as diferenças. Igualdade está para desigualdade, assim como a *diferença* firma a *identidade*. Logo, a “equidade e a paridade – a primeira com a atenção voltada para as diferenças entre as categorias sociais, a segunda afirmando suas identidades – são imprescindíveis para a conquista da igualdade entre as categorias de gênero.” (Saffioti, 1997b, p. 62; 69).

Com isso, após os mencionados processos de redemocratização, as conseqüências das atuais políticas neoliberais passaram a ter evidência. Entre elas, a valorização das opções individuais — o indivíduo é responsável por suas escolhas e por sua situação; esvaziamento do Estado enquanto regulador do mercado e do *bem-estar* social; neoliberais no poder, que resolvem a contento a crise inflacionária, interferindo radicalmente nas condições no mercado de trabalho; uso da globalização para justificar o desemprego em massa e para enfraquecer o movimento operário.

Chesnais (1996) considera que, atualmente, a produção dominante mostra sua incapacidade de gerir a existência do trabalho assalariado como forma de inserção social e de

acesso à renda. As diferenças profissionais e sociais acentuam-se, impulsionando os comandos mais favorecidos a tomarem “atitudes separatistas”. Essa situação está ligada à liberação e à *mundialização do capital*³², no que diz respeito à tecnologia e ao emprego.

Uma pesquisa³³ realizada pelo economista Marcio Pochmann (professor do Instituto de Economia da Unicamp) — e que abrangeu 96 países, perfazendo 86% da População Economicamente Ativa (PEA) mundial — apontou que, em 1998, o Brasil era o quarto país do mundo em desemprego, respondendo por 5,09% da desocupação da mão-de-obra no planeta. O país é responsável por 3,2% da PEA mundial. Logo, a participação brasileira no desemprego global é, até então, 59% maior do que deveria ser em termos proporcionais, com 6,65 milhões de desempregados. Somente nos quatro primeiros anos do governo FHC, o desemprego subiu 38%.

Simultaneamente, as novas formas de sistemas sociais, decorrentes de novas tecnologias expandidas por intermédio do fenômeno mais conhecido por globalização — com destaque para a *Internet* — são plenas de paradoxos: ao mesmo tempo que aproximam e motivam interações, afastam e excluem os indivíduos de atividades até então centrais para a humanidade. Isso porque ainda é uma minoria relativamente privilegiada que pode arcar com os custos desses sistemas de comunicação. Paralelamente, as ingerências que esta “mundialização das coisas” tem sobre a vida política e econômica do Estado e da sociedade causam o desmoronamento da (já) precária estabilidade geral.

Para Segnini, “é compreendido que se vivencia, no presente momento histórico, não somente um processo de reestruturação produtiva, mas sobretudo um processo de reestruturação capitalista.” (1998, p.16).

Mas as mulheres não deixaram passar despercebidos esses fatores, hoje considerados como estruturais. Bom exemplo foi o promovido por meio da *Marcha Mundial de Mulheres*, que culminou em outubro de 2000. No Brasil, a Secretaria da Marcha ficou a cargo da Sempreviva Organização Feminista (SOF), que também integrou a Coordenação Nacional e a Secretaria

³² Chesnais explica que *mundialização* é a palavra que corresponde mais exatamente à substância do termo inglês “globalização” (advindo do adjetivo inglês *global*, adotado no início dos anos 1980 pelas renomadas escolas de administração de empresas americanas). Porém, o termo de origem francesa *mundialização* (*mondialisation*) encontrou dificuldades em vários âmbitos para se impor, provavelmente devido “ao fato de que o termo ‘mundialização’ tem o defeito de diminuir, pelo menos um pouco, a falta de nitidez conceitual dos termos ‘global’ e ‘globalização’.” (*op.cit.*, pág. 24) Para o autor, a palavra “mundial” permite introduzir, com muito mais força do que o termo “global”, a idéia de que, se a economia se mundializou, seria importante construir depressa instituições políticas mundiais capazes de dominar o seu movimento.

³³ Resultados divulgados no jornal *Folha de S.Paulo*, de 21/2/99, p. 2-1, 2-6 e 2-7. A pesquisa foi realizada com base em dados de sete organismos internacionais, entre eles o FMI, as Nações Unidas e o Bird.

Executiva deste processo. As coordenadoras da SOF, Miriam Nobre e Nalu Faria, lideraram e participaram tenazmente da Marcha. A Rede Mulher de Educação também aderiu à Marcha, propagando e tomando parte de eventos afins sem, no entanto, integrar suas instâncias oficiais.

A idéia de organizar a *Marcha Mundial de Mulheres contra a Pobreza e a Violência* surgiu em decorrência do êxito obtido pela marcha *Pão e Rosas*, que aconteceu em junho de 1995, na província do Québec, no Canadá. Durante 10 dias, 850 mulheres marcharam e foram recepcionadas por 15 mil pessoas no encerramento da caminhada. Havia representantes de diversos países, inclusive do Brasil. A idéia de reforçar a solidariedade internacional entre as mulheres, em uma ação conjunta de combate à pobreza, espalhou-se pelo mundo através de contatos com o movimento feminista, sindical, de ONGs de cooperação, e pela divulgação da proposta em encontros internacionais. A proposta da Marcha representa a possibilidade do movimento de mulheres retomar uma agenda própria de reflexão e ação, independente dos calendários oficiais da ONU. (Miriam Nobre, *Folha Feminista*, nº 2, abril de 1999).

Conforme a Federação das Mulheres do Québec, a Marcha Mundial das Mulheres foi um projeto de ações concretas, do qual podiam participar organizações não-governamentais de mulheres, comitês de mulheres em grupos mistos e organizações mistas, nas quais as mulheres assumissem a liderança dessa proposta (*Cunhary Informa* – RME, agosto-setembro 1998, p. 03). Já em 1998 começaram a ocorrer os preparativos para o início oficial da Marcha no Brasil, que foi lançada em março de 2000, em 22 capitais brasileiras e outras cidades, e se estendeu até 17 de outubro de 2000, quando culminou com manifestações diversas. Entre elas, a ocorrida em Washington, que reuniu 10 mil pessoas, sendo que 4 mil provinham de outras partes do mundo para participar do evento. Ao todo, 6 mil grupos de 159 países e territórios aderiram à Marcha.

Mulheres contra o capitalismo neoliberal e o machismo (...) Em toda parte o ano 2000 foi um ano de afirmação e luta pelos direitos das mulheres. A Marcha Mundial nos permitiu pôr em andamento uma rede feminista em nível internacional. Esta é uma experiência fundamental que queremos preservar e fortalecer desenvolvendo iniciativas próprias e autônomas. (Miriam Nobre, *Folha Feminista*, nº 18, novembro de 2000).

Uma das manifestações que integraram a etapa nacional das atividades da Marcha Mundial merece ser salientada: a Marcha das Margaridas – cujo nome homenageou Margarida Alves, líder rural assassinada em 12/8/83, na Paraíba –, que reuniu 20 mil trabalhadoras rurais de todo o Brasil. A Rede Mulher de Educação promoveu diversas atividades ligadas à Marcha das Margaridas, colaborando para sua divulgação. Esta Marcha priorizou reivindicações como a valorização e o fortalecimento da mulher na reforma agrária e na agricultura familiar; garantia e

ampliação de direitos trabalhistas e sociais; o combate à violência e impunidade no campo e a todas as formas de discriminação social e de gênero (Vera Vieira, *Cunhary*, nº 40, maio-junho de 2000.).

Assim, consideradas algumas implicações geradas pela reestruturação capitalista, entre outras problemáticas, tem-se, paralelamente, o Estado e o mercado a promoverem os amplos valores do trabalho realizado pelas organizações da sociedade civil ou, como em voga denominadas, pelo *terceiro setor*. As parcerias entre Estado e sociedade civil, bem como entre esta e o mercado, começam a ganhar visibilidade, inclusive nos meios de comunicação. Em contrapartida, aparentemente, a sociedade civil começa a ter maior consciência da necessidade de sua articulação para elaborar e interferir mais decisivamente nas políticas públicas, muitas das quais ficaram literalmente “engavetadas” por mais de 20 anos – caso da Política Nacional do Idoso.

Discursos passados são reelaborados para a atual conjuntura, sempre em prol da articulação dessa *sociedade civil*, da *ética e da cidadania*³⁴ plena, da *justiça social*, do combate à violência, dos marginalizados, emergindo em vários campos e dos mais variados agentes.

Tendo em conta que a história da construção do conceito de *sociedade civil* mostra significados variados e até opostos, Scherer-Warren – tomando em conta principalmente as análises atuais de Cohen & Arato e Habermas – considera como *sociedade civil* o espaço social no qual nascem e se organizam associações voluntárias (autônomas em relação ao mercado e ao Estado), chamadas de movimentos sociais ou populares, organizações não-governamentais, grupos de ajuda mútua, entidades filantrópicas e outras semelhantes.

Entretanto, é necessário não esquecer que o indivíduo traz para a esfera do cotidiano, de suas relações comunitárias e culturais, a síntese de uma vivência e de suas relações com o mercado e o Estado. Por isso, não é possível entender as ações coletivas da sociedade civil sem pensá-las em suas relações com as outras duas esferas mencionadas. (1999, p. 39-45).

³⁴ A concepção de cidadania possui várias abordagens, construídas em momentos históricos diferentes. Com base no resgate efetuado por Gohn, tem-se que: No liberalismo, a questão da cidadania aparece associada à noção dos direitos. Trata-se dos direitos naturais e imprescritíveis do homem (liberdade, igualdade perante a lei e direito à propriedade) e dos direitos da nação (soberania nacional e separação dos poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário). A Declaração dos Direitos do Homem de 1789 firma a propriedade como direito supremo. E quem era o proprietário? Era o cidadão. E quem era o cidadão? Era o homem suficientemente esclarecido para escolher seus representantes, com conhecimento de causa, independentemente das pressões (...) Começava a nascer o sujeito político burguês. (...) O século XVIII trará mudanças nessas concepções. O racionalismo ilustrado, ao colocar toda ênfase na razão e nomear a história como evolução do espírito e autonomia da razão, propõe modificar a ordem social e política atuando sobre a consciência e a instrução. O sonho de transformação, através de uma razão ilustrada, ampliava o leque dos cidadãos, dos não-proprietários, passava pela constituição das classes populares como cidadãos, sujeitos de direitos. (...) As diferenças sociais eram vistas como diferenças de capacidades. (1994, p. 12-3).

Admite-se, pois, a visão contemporânea de sociedade civil como contraditória: primeiro, pelas relações que esta estabelece com o mercado e o Estado – ora de confronto, ora de parceria, como se verá adiante; de outro lado, porque ainda pode ser notado o fato analisado por Saffioti, ou seja, “em virtude do fenômeno de cisão chamado alienação, as pessoas não se reconhecem em sua obra, não reconhecem a sociedade como obra sua.”(1992, p. 71).

Porém, ao se tomar, por exemplo, o caso dos movimentos sociais no Brasil, Saffioti frisa que é freqüente a presença do Estado enquanto interlocutor, já que

de um lado, ele ocupa um enorme espaço na economia nacional na qualidade de empresário capitalista e, de outro, ele desempenha amplamente o papel do próprio capitalista, não apenas na condição de mediador, mas como o órgão dotado de poder legítimo para administrar praticamente todos os preços aí incluso o da força de trabalho. (1988, p.173).

Saffioti ressaltou, ainda, a presença do Estado na unidade produção-reprodução e na qualidade de “árbitro imparcial”, como disciplinador das relações de gênero e entre as classes sociais, favorecendo a atuação da classe dominante. Mas há que se ver, principalmente, que as coordenações e lideranças sujeitos desta pesquisa, tanto com o seu trabalho e suas articulações e movimentos, em geral, quanto com as suas práticas educativas, em particular, trabalham no sentido de *empoderar* mulheres, na expectativa de prepará-las não só para o exercício do micro e do macropoder, mas também para os desafios da nova conjuntura.

Logo, a direção geral das ações coletivas caminha no sentido do chamado *empowerment* que, conforme analisa Gohn, abarca “o empoderamento de grupos e indivíduos via capacitação política e organizacional, que leva ao resgate/crescimento da auto-estima e à construção da identidade, assim como ao acesso a oportunidades de emprego e geração de renda, itens de grande relevância em uma conjuntura de desemprego.” Para ela, o empoderamento torna mais fácil, também, o acesso aos serviços públicos, devido à difusão de informações que gera. (2001, p. 58).

Esse empoderamento de mulheres no Brasil pode ser visualizado por meio da breve análise de Jardim, ao rever a dinâmica da participação política e pública das mulheres no país nos últimos 25 anos. Esta participação tem tido resultados concretos, que podem ser constatados por intermédio de uma série de indicadores tais como: a criação de um Conselho Nacional da Condição da Mulher, em 1983, cuja atuação foi fundamental na segunda metade da década de

1980, principalmente junto à Assembléia Nacional Constituinte; a própria Constituição de 1988, que assegurou um conjunto importantíssimo de direitos às mulheres; a existência, no âmbito do Ministério da Saúde, do Plano de Saúde Integral da Mulher; a multiplicação pelo país de delegacias de polícia da mulher e conselhos estaduais e municipais. “Simbólico de toda esta presença é o fato do *site* do governo federal na Internet ter uma página específica para mulher (www.redegoverno.gov.br/mulhergoverno). A página traz informações sobre artigos no Congresso Nacional, notícias sobre programas em ministérios e notícias em geral, tudo se referindo aos direitos das mulheres.” (Pinto, 2001).

1.3. O Terceiro Setor no Cenário

Acreditou-se ser imprescindível olhar mais atentamente para a formação do denominado *terceiro setor* no Brasil, tendo em conta que nele estão inseridas as organizações e as coordenações sujeitos desta pesquisa. Da mesma forma, é o campo onde são tratadas problemáticas como as das discriminações, dos preconceitos, dos estereótipos, do sexismo e do racismo, entre outras.

O terceiro setor constitui, para este estudo, um *campo de ação em construção*, nos termos de Bourdieu. Da mesma forma, suas diversas organizações sem fins lucrativos são identificadas como seus *subcampos*. Essa “opção” teórica e, conseqüentemente, conceitual, deveu-se também ao fato de aqui se compactuar com a posição adotada por Landim & Beres: a da problemática de discutir a – *discutível* – idéia de *setor* (1999, p. 7).

A produção teórica específica sobre esse “conglomerado” no país é escassa. O *terceiro setor* é um campo e um conceito recentes, tornando-se objeto de discussões em âmbito nacional principalmente a partir do início da década de 1990. Além de materiais produzidos pelas próprias organizações, os estudos de Landim³⁵ e Fernandes³⁶ são considerados os pioneiros e datam da

³⁵ LANDIM, Leilah. *A invenção das ONGs — do serviço invisível à profissão sem nome*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro/Museu Nacional, 1993.

³⁶ FERNANDES, Rubem César. *Privado Porém Público: o terceiro setor na América Latina*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994.

década de 1990. Ao realizar um estudo comparativo entre Brasil e Estados Unidos, Coelho³⁷ deparou-se com essa limitação de dados e análises:

Do ponto de vista acadêmico, apenas recentemente os pesquisadores voltaram sua atenção para esse tipo de associativismo. (...) No caso do Brasil e dos Estados Unidos essa tarefa torna-se hercúlea, devido não tanto às dimensões dos objetos, mas principalmente à quantidade e à qualidade de dados sistematizados. (Coelho, 2000, p. 19; p. 21).

De acordo com Fernandes, a expressão *terceiro setor* é ainda pouco utilizada no país, tendo sido traduzida do inglês — *third sector* —, faz parte do vocabulário sociológico norte-americano (Fernandes *apud* Ioschpe, 1997) e define o conglomerado de organizações³⁸ sem fins lucrativos de serviço social (Salomon, 1993, *apud* Fernandes, 1994).

É qualificado, ainda, como o *setor* das organizações privadas com fins públicos, de atuação paralela e complementar ao Estado e ao mercado. “Ou seja, o conceito denota um conjunto de organizações e iniciativas privadas que visam à produção de bens e serviços públicos.” (Fernandes, 1994, p. 21). Antecedem o terceiro setor nacional: o Estado — *primeiro setor* — e o mercado, *segundo setor*.

No uso do termo *setor* está implícita a idéia de que a sociedade pode ser dividida em *regiões de atividades* — ou *setores*. “Tocqueville já apontava a diferença entre as atividades governamentais e as provenientes de esforços voluntários.” Conforme Coelho, em *A democracia na América*, este autor chama a atenção para a distinção das atividades que não objetivam remuneração ou compensação daquelas que acontecem no contexto econômico (2000, p. 39).

Não é proposta deste trabalho aprofundar esta discussão, mas a hipótese é a de que a base para a utilização do termo *setor* está em Tocqueville, um dos grandes difusores da democracia —

³⁷ Cabe informar que aqui serão utilizados somente alguns dados e informações levantados por Coelho, tendo em conta que, apesar da riqueza do seu estudo, sua posição é claramente de pacto com determinadas políticas neoliberais, postura com a qual não se compactua.

³⁸ O termo *organização* tem múltiplas interpretações, que variam de acordo com o campo em questão. Porém, parece haver sempre uma estreita comparação com a fisiologia — como acontece no pensamento sociológico funcionalista — e um vínculo direto com as formas de conformação das empresas. Hegedüs assinala dois significados por meio dos quais as organizações podem ser “classificadas e analisadas”: 1. O grau de burocratização da organização, no qual se diferenciam três grupos principais: a) a organização burocrática, governada por subordinação burocrática; b) a organização dicotômica, onde os principais órgãos burocráticos são operados por pessoas leigas; c) a organização totalmente administrada por pessoas leigas (autogerência). 2. O relacionamento entre a organização e o poder do Estado. Três tipos principais podem também ser diferenciados neste caso: a) organização subordinada ao poder do Estado e identificada com ele; b) organização em oposição ao poder do Estado; c) organização neutra no tocante ao poder do Estado. (1996, p. 538).

e do *liberalismo*, considerado como sistema político-base dos grandes problemas e diferenças sociais.

Para Fernandes, a sucinta definição proposta é portadora de uma ambiciosa mensagem: surge no mundo um terceiro personagem. Além do Estado e do mercado, há um “terceiro setor”. Não-governamental e não-lucrativo é, no entanto, organizado, independente, e mobiliza particularmente a dimensão voluntária do comportamento das pessoas. (1994, p. 19)

E, como notou esse autor, a dupla negação transmite um inegável contraste normativo: no terceiro setor, o poder ou o lucro não constitui razão suficiente para a ação (1994, p. 23). Nesse sentido, o depoimento de Vera é esclarecedor:

Muitas vezes eu me pergunto e eu me questiono sobre a contradição que existe de estar trabalhando pelos direitos das mulheres e até que ponto eu estou respeitando os meus próprios direitos. Porque se eu chego num ponto em que eu trabalho tanto e o que me move não é dinheiro – obviamente que eu tenho o meu salário –, mas é principalmente pelo ideal, se não, eu não estaria trabalhando sábado, domingo e feriado nem nada, a gente tem que estar pensando muito bem que tipo de liderança é essa que a gente continua a construir.

Porém, Gohn elabora a caracterização que se toma por adequada para definir este *terceiro setor*, ou seja:

o terceiro setor é um tipo de ‘Frankenstein’: grande, heterogêneo, construído de pedaços, desajeitado, com múltiplas facetas. É contraditório, pois inclui tanto entidades progressistas como conservadoras. Abrange programas e projetos sociais que objetivam tanto a emancipação dos setores populares e a construção de uma sociedade mais justa, igualitária, com justiça social, como programas meramente assistenciais, compensatórios, estruturados segundo ações estratégico-racionais, pautadas pela lógica de mercado. Um ponto em comum: todos falam em nome da cidadania.(...) O novo associativismo do terceiro setor tem estabelecido relações contraditórias com o ‘antigo’ associativismo advindo dos movimentos sociais populares (na maioria urbanos) dos anos 70 e 80. (2000, p. 60, 74).

Fato é que este é um campo em expansão. Salvatore aponta como relevantes para a consolidação do terceiro setor na conjuntura nacional diversos fatores. Entre eles, o desmantelamento do Estado de Bem-Estar Social — já caracterizado, no Brasil, pela precariedade de sua atuação; a dimensão econômico-financeira da crise do Estado; o clima ideológico neoliberal; as políticas privatizantes; o novo padrão de relação e de parceria entre o setor público e o privado; a capacidade produtiva ociosa do setor privado. Além disso, levou em conta que aspectos como as mudanças rápidas, instabilidade permanente, rapidez e

acessibilidade na obtenção de informações também contribuíram para esse processo (Salvatore, 1997, p. 1-2).

Considera-se que muitas das causas apontadas foram provocadas, também, pela globalização de fatores socioeconômicos e pela transnacionalização da economia. A sociedade brasileira passou a se defrontar com a necessidade de uma visão e atuação globais, sobre as quais se deve levar em consideração a análise de múltiplos aspectos, entre eles a aceitação da diversidade.

E, como bem observou Gohn,

atualmente, muitos de nossos administradores públicos tendem a conduzir as políticas sociais no campo da filantropia, da assistência, esvaziando o sentido público do caráter de uma política pública. Com isso, há um retraimento da responsabilidade pública, um apelo à moral, à solidariedade, remetendo as ações ao campo do assistencialismo, do voluntariado, do burocratismo e até mesmo do velho clientelismo. Os direitos se transformam em benefícios concedidos. Tende-se a restringir o campo da cidadania retirando ou cerceando os direitos e ampliando os deveres. (2001, p. 109).

Se, por um lado, o terceiro setor brasileiro tem merecido atenção e interesse de alguns campos em particular – entre eles o do mercado (empresários) e do acadêmico –, por outro os dados sobre as organizações que compõem seus subcampos ainda são precários e não traduzem sua importância neste novo contexto. Por meio de um recente estudo efetuado por Sanda (2000), pode-se constatar que o dimensionamento do terceiro setor, no Brasil, ainda se dá por estimativas, predominando as seguintes bases para obtenção dos dados deste campo: organizações cadastradas como “sem fins lucrativos” na Secretaria da Receita Federal, com Certificado de Filantropia e Título de Utilidade Pública Federal no Conselho Nacional da Assistência Social - CNAS; dados do Ministério do Trabalho. Segundo Schindler (1996, *apud* Sanda, 2000), há cerca de 220 mil organizações cadastradas na Receita Federal, 40 mil no CNAS e cerca de 230 ONGs associadas à Associação Brasileira das Organizações Não Governamentais - Abong.

Dados do Ministério do Trabalho (RAIS) indicavam que existiam, em 1995, cerca de 250 mil organizações sem fins lucrativos no Brasil (movimento de US\$ 10 bilhões/1,5% do PIB). Porém, sabe-se que uma parte considerável dessas organizações não se enquadravam nas características exigidas pela Lei nº 9.790, das OSCIPs, conhecida como a “Lei do terceiro setor”.

Para Sanda, os cadastros efetuados por essas instâncias não contemplam o trabalho social desenvolvido por organizações voluntárias de base comunitária, de iniciativa especialmente da Igreja Católica, dos centros espíritas, das igrejas evangélicas, etc. “Trata-se, portanto, de dados precários, que não traduzem a importância da dimensão do Terceiro Setor, dificultando a sua visibilidade, valorização e consolidação” (2000, p. 28).

No entanto, ao analisar o terceiro setor, Gohn bem avalia que

abrange programas e projetos sociais que objetivam tanto a emancipação dos setores populares e a construção de uma sociedade mais justa, igualitária, com justiça social, como programas meramente assistenciais, compensatórios, estruturados segundo ações estratégico-rationais, pautadas pela lógica do mercado. Um ponto em comum: todos falam em nome da cidadania. (2000, p. 60).

Concebe-se, assim, que a construção e o fortalecimento de um terceiro setor são de extrema conveniência tanto para o mercado quanto para o Estado. Isto porque suas organizações, historicamente, supriram e suprem as deficiências do poder público, por meio de parcerias parcamente remuneradas. Ao se contraporem ao poder estatal, acabaram por consagrar direitos, que foram utilizados por muitos governantes, na sequência, como objetos de propaganda política e eleitoral. E, como afirma Gohn, “o Estado e as políticas neoliberais ‘desconstroem’ o sentido do público, retirando sua universalidade e remetendo-a para o campo do assistencialismo e da lógica do consumidor usuário de serviços.” (2001, p. 88).

1.3.1. Sobre os Tipos de Organizações do Terceiro Setor Brasileiro

De modo geral, incluem-se no campo do terceiro setor, enquanto práticas e atividades exercidas, os seguintes subcampos: as associações civis e sindicais, as entidades assistenciais e/ou sociais, as fundações sem fins lucrativos, a filantropia empresarial, os movimentos sociais, as organizações não-lucrativas, as não-governamentais e as sociais (Gohn, 1999, p.83; Landim & Beres, 1999; Salvatore, 1997, p. 1; Salvatore *apud* Gomide, 1999, p. 8). É preciso notar que, sob a legislação vigente, são atribuídos outros critérios de classificação para definir quem são as *organizações da sociedade civil de interesse público*³⁹.

³⁹ Lei nº 9.790, das OSCIPs, que será abordada no item 3.3. deste capítulo e que se encontra em sua íntegra no Anexo 3 deste trabalho.

As diferenças entre esses subcampos são grandes: enquanto as entidades sociais ainda mantêm um caráter bastante assistencialista, dando atendimento direto a crianças e idosos, por exemplo; as organizações não-governamentais têm como principais metas, hoje, elaborar projetos de apoio às camadas sociais marginalizadas e de combate a problemas sociais em geral (ecológicos, das mulheres, educacionais, etc.), promover e apoiar alguns movimentos sociais — alguns oriundos de suas bases —, bem como promover e influir nas políticas públicas.

Com base nesses exemplos, surge a hipótese de que aqui se tenham todas as características reconhecidas da oposição entre dois subcampos, nos termos de Bourdieu: um subcampo, de atuação local e ações importantes, porém restritas; outro, caracterizado pelo poder de luta intercontinental, articulado em redes, tentando influir em políticas públicas e normatizações, tanto nos processos nacionais quanto internacionais.

É oportuno fazer um parêntese para ressaltar que, de todos os subcampos mencionados, somente os movimentos sociais não se constituem como *pessoa jurídica*. Conforme Szazi, a primeira grande tarefa com que as pessoas se deparam quando decidem constituir uma organização do terceiro setor é a de escolher a forma jurídica mais adequada às finalidades ou fins e ao patrimônio de que pretendem dispor (2000, p. 27).

São duas as *personalidades jurídicas* adequadas às organizações do terceiro setor: as associações e as fundações. De forma sintética, uma *associação* “pode ser definida como uma pessoa jurídica criada a partir da união de idéias e esforços de pessoas em torno de um propósito que não tenha finalidade lucrativa [grifo do autor].” Por sua vez, a *sociedade civil* também é uma pessoa jurídica criada pela união de pessoas, mas, via de regra, com finalidade de lucro. Szazi enfatiza que o Código Civil não faz nenhuma diferença entre *sociedade* e *associação*.

Quanto à fundação, é um tipo especial de pessoa jurídica, pois pode ser constituída com base na decisão de um só indivíduo. Sua constituição se dá, “em um primeiro momento, pela reunião de bens e sua destinação a uma finalidade determinada pelo instituidor. (...) As fundações podem ser criadas pelo Estado, assumindo a natureza de pessoa jurídica de direito público, ou por indivíduos ou empresas, quando assumem natureza de direito privado.” (Szazi, 2000, p. 37).

Já o *instituto* não corresponde a uma espécie de pessoa jurídica — apesar de este termo compor a razão social de muitas organizações —, sendo comumente associado a entidades dedicadas à educação e pesquisa, governamentais ou privadas, lucrativas ou não.

Isso posto, note-se que se encontram em diferentes autores considerações também variadas sobre os subcampos que compõem o terceiro setor, bem como sobre as especificidades de sua atuação e atividades. Fernandes diferenciou quatro *segmentos* (subcampos) que são: os das formas tradicionais de ajuda mútua, dos movimentos sociais e das associações civis, das organizações não-governamentais e da filantropia empresarial (1994, p.33; p.65; p. 129).

As *formas tradicionais de ajuda mútua* são, para Fernandes, as organizações de caráter comunitário, mutualista ou religioso que desenvolvem atividades assistenciais e beneficentes: possuem, em geral, uma atividade específica (creches, asilos, hospitais). Para ele, este é o maior subcampo do terceiro setor.

Os *movimentos sociais e associações civis* lutam por uma determinada causa, assumindo um caráter reivindicatório ou contestatório junto à sociedade e ao Estado.

A *filantropia empresarial* é o meio pelo qual as empresas (ou organismos por elas financiados) apóiam a execução de projetos sociais, sem preocupação com a lucratividade. No Brasil, é um subcampo ainda incipiente, tendo iniciado suas atividades de forma pontuada há pouco tempo, embora possua forte tradição nos países de Primeiro Mundo.

Logo, as *Organizações da Sociedade Civil*, ou *OSCs*, constituem um subcampo do terceiro setor, são consideradas de fim público, ou também como *terceiro setor* (e aqui se confundem campo e subcampo). Este subcampo é entendido como o das organizações que promovem o benefício da sociedade em geral, o bem público ou bem comum, em vez de beneficiar apenas seus instituidores, membros ou dirigentes, sejam pessoas físicas ou jurídicas, ou promover interesses corporativos.

Oliveira entende “que são OSCs, em sentido largo: entidades voluntariamente constituídas como pessoas de direito privativo e sem ânimo de lucro; que são autônomas, governando-se a si mesmas sem interferência do Estado ou partidos políticos”. (1997, p. 9, *apud* Sanda 2000, p. 9).

Outro termo, o de *Organizações Sociais* (OSs), é também muitas vezes utilizado como referência a todas as organizações do campo do terceiro setor. No entanto, este é um subcampo peculiar, criado com base na *reforma do Estado* e excluído da Lei das OSCIPs. As OSs são “...as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde, atendidos aos requisitos previstos nesta Lei.” (Lei 9.637/98 - Art.

1º).Essas organizações podem ser comparadas, institucionalmente, às Fundações. Sua especificidade é “permitir a transformação” de alguns órgãos que até então tinham natureza pública, como os museus, em uma nova entidade — a OS.

Na realidade, com a criação das OSs, foram extintas entidades federais no âmbito das áreas de saúde, do rádio e da televisão educativa, de desenvolvimento científico e tecnológico. Assim, “permite-se” que as atividades dessas entidades sejam absorvidas (este é o verbo utilizado na Lei) por uma OS, que deverá ter, em seu conselho de administração de 20% a 40% de membros natos representantes do Poder Público. A figura da OS é vista, também, como um interessante subterfúgio, pois desobriga o governo (ou os governos) de captar e destinar recursos para essas entidades.

No Brasil, a expressão Organizações Não-Governamentais (ONGs) – concebidas como o principal subcampo do terceiro setor neste estudo – passou a ser empregada principalmente na década de 1980 para designar um tipo particular de organização, cujas origens, no período autoritário em que há “exacerbação dos embates ideológicos globais, resultaram numa ênfase na dimensão política das ações, aproximando-as do discurso e da agenda das esquerdas”. (Fernandes, 1997, p. 26).

Com relação à denominação *Organização Não-Governamental*, Fernandes, ao compactuar com Wolfe (1992, apud Fernandes, 1997), considera que:

...na América Latina, inclusive no Brasil, é mais abrangente falar-se de sociedade civil e de suas organizações. (...) Fala-se hoje das organizações da sociedade civil (OSCs) como um conjunto que, por suas características, distingue-se não apenas do Estado mas também do mercado. Recuperada no contexto das lutas pela democratização, a idéia da sociedade civil serviu para destacar um espaço próprio, não governamental, de participação nas causas coletivas. Nela e por ela, indivíduos e instituições particulares exerceriam a sua cidadania, de forma direta e autônoma. Estar na sociedade civil implicaria um sentido de pertença cidadã, com seus direitos e deveres, num plano simbólico que é logicamente anterior ao obtido pelo pertencimento político, dado pela mediação dos órgãos do governo.” (1997, p. 27).

De outra forma, Gohn (1997a) utiliza o termo ONG para definir os seguintes subcampos: o das organizações caritativas, das desenvolvimentistas, das cidadãs e das ambientalistas. Para ela, as *ONGs caritativas* foram as que mais se expandiram, recriando um cenário urbano da assistência a partir de categorias específicas: crianças e adolescentes, mulheres, idosos (p.12-13).

Gohn ressalta que as *ONGs desenvolvimentistas* “surgiram e vêm crescendo a partir de propostas de intervenção no meio ambiente. A ECO 92 foi o marco mais significativo de sua existência. Baseando-se em propostas de desenvolvimento auto-sustentável, articulam-se em redes de caráter internacional.” (1997a, p.13).

As *ONGs ambientalistas*, no campo da visibilidade urbana, têm o trabalho que mais aparece e estão contribuindo decisivamente para a mudança do perfil das cidades.

Já as *ONGs cidadãs* são voltadas para a reivindicação dos direitos da cidadania, atuam no espaço urbano, tanto no campo popular como no não-popular.

no campo popular constroem redes de solidariedade, promovendo ou participando de programas e serviços sociais básicos e emergenciais. No campo não-popular, atuam junto a minorias discriminadas (na realidade, trata-se de grandes conjuntos humanos ou categorias que em alguns locais representam a maioria da população, como as mulheres). (Gohn, 1997a, p. 14).

Gohn diferencia, também, as ONGs por períodos de atuação, a saber: ONGs militantes, oriundas da cultura participativa, identitária e autônoma dos anos 1970 e 1980, e ONGs propositivas, típicas a partir de 1990, que atuam segundo ações estratégicas, utilizando-se de lógicas instrumentais, racionais e mercadológicas..

Tendo em conta as ONGs sujeitos deste estudo, encontram-se nelas as características de ONGs cidadãs e militantes. Porém, supõe-se que principalmente a Rede Mulher de Educação, pela sua própria natureza, tenha também aspectos típicos de ONG propositiva.

Com o objetivo de detectar em quais subcampos atuam as organizações do terceiro setor, Sanda elaborou um quadro comparativo baseado no modelo internacional, apresentado por Fernandes (1994), denominado *International Classification of Nonprofit Organizations / ICNPO* – para o cadastramento, classificação e análise das organizações que compõem o terceiro setor⁴⁰. Contudo, aponta questões, entre outras, a respeito da inclusão de partidos políticos, sindicatos, associações patronais, entidades religiosas (Sanda, 2000, p. 19).

No mesmo quadro, são apresentadas, também, as áreas (subcampos) e/ou finalidades da atuação, incluídas na Lei Federal nº 9.790, de 23 de março de 1999, conhecida como a “Lei do Terceiro Setor ”, para qualificação das “organizações da sociedade civil de interesse público” -

OSCIP. “Embora concebidos para finalidades diferentes, a ICNPO e a Lei 9790 apresentam muitas semelhanças, em termos de áreas de atuação e possibilitam visualizar a amplitude e a diversidade do campo do Terceiro Setor.” (Sanda, 2000, p. 19).

Quadro 1: Organizações do Terceiro Setor: Áreas de Atuação

Sugestão para uma Classificação Internacional – ICNPO (Salamon e Anheier, 1992)		Lei 9790 - Organização Sociedade Civil de Interesse Público / OSC-IP
Grupo 1	Cultura e Recreação • cultura e artes • recreação • clubes de serviços	• cultura • defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico
Grupo 2	Educação e Pesquisa • educação primária e secundária • educação superior • outra educação • pesquisa	• promoção gratuita da educação
Grupo 3	Saúde • hospitais e reabilitação • asilos • saúde mental e intervenção crítica • outros serviços de saúde	• promoção gratuita da saúde • promoção de segurança alimentar e nutricional
Grupo 4	Serviços Sociais • assistência social • apoios emergenciais • apoios econômicos	• assistência social
Grupo 5	Meio Ambiente • meio ambiente • proteção de animais	• preservação do meio ambiente • promoção do desenvolvimento sustentável
Grupo 6	Desenvolvimento e Habitação • desenvolvimento econômico, social e comunitário • habitação • emprego e formação	• promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza • experimentação de novos modelos socioprodutivos, produção, comércio, emprego e crédito
Grupo 7	Direitos Civis, Defesa de Direitos, Política • organizações de defesa de direitos civis • lei e serviços legais • partidos políticos	• promoção de direitos estabelecidos • construção de novos direitos • assessoria jurídica gratuita • promoção de ética, de paz, de cidadania, da democracia e de valores universais
Grupo 8	Intermediários Filantrópicos e Promoção de Voluntariado	• promoção do voluntariado
Grupo 9	Internacional	
Grupo 10	Business, Associações Profissionais, Sindicatos	
Grupo 11	Religião	
Grupo 12	Outros	• estudos e pesquisas tecnológicas alternativas

Quadro elaborado por Célia Sanda, 2000, p. 20, com base em Fernandes, 1994, p.27 e 28, e Lei Federal nº 9.790, de 23/3/1999.

⁴⁰ ICNPO: Esse modelo foi utilizado em estudo comparativo realizado em 22 países, pela Universidade *Johns Hopkins*, dos Estados Unidos.

A hipótese desta pesquisa é a de que o campo do terceiro setor ainda precisa ter uma definição no que concerne a *quais* são realmente os seus subcampos, com base em estudos norteados menos pela legislação vigente – que será abordada a seguir – e mais pelas suas práticas e atividades.

1.3.2. Ordenamento Jurídico do Terceiro Setor no Brasil

Pretende-se neste item fornecer uma descrição de alguns aspectos referentes ao ordenamento jurídico do terceiro setor no Brasil, tendo em conta seu poder de fortalecer ou lesar as organizações de seus subcampos.

Existe uma série de divergências e dúvidas entre os analistas e os próprios agentes do campo do terceiro setor quanto à natureza das organizações consideradas como de atendimento social, bem como quanto à legislação vigente até então, que formam um verdadeiro “emaranhado” que, se destrinchados, comporiam um grande dossiê jurídico.

É ilustrativo o fato de que o governo federal mantenha instâncias burocráticas para lidar com as *associações sem fins lucrativos*: o Conselho Nacional da Assistência Social - CNAS, a Secretaria da Receita Federal, a Secretaria Nacional dos Direitos da Cidadania e da Justiça (Ministério da Justiça) e o Instituto Nacional de Seguro Social - INSS.

Cada uma dessas instâncias apresenta “lógicas isoladas, arquivos independentes, superposições de exigências. Esse quadro se repete nas instâncias estaduais e municipais. Neste *apartheid* institucional a racionalidade vigente é a do descrédito jurídico-contábil entre uma burocracia e outra.” (Sposati, 1994, p. 92).

Interessa aqui ver quais são alguns mecanismos e leis que promovem o acesso das organizações dos diversos subcampos do terceiro setor a subvenções, doações, isenções e imunidades, visando a mostrar o enorme trabalho que as organizações do terceiro setor têm de realizar, com o objetivo de conquistar alguns recursos. Ilustrar-se-á com dois exemplos.

Cabe ao CNAS o registro das *entidades filantrópicas*, anteriormente em mãos do Conselho Nacional de Serviço Social – CNSS (criado em 1938). Este registro fornece o

certificado de filantropia, e sua principal vantagem é a de possibilitar a isenção da taxa patronal junto ao INSS⁴¹.

A expressão *entidade filantrópica*, conforme Sposati,

...foi cunhada em instrumentos legais sem a fundamentação em uma clara doutrina que embasasse tal classificação... A Constituição de 1988 usa nomenclatura difusa: entidades de assistência social, entidade filantrópica, entidade beneficente e até mesmo as modernas ONGs. Se nisto reside uma identidade (ou distinção) para seu tratamento não fica claro no texto constitucional como, também, a recém-sancionada Lei Orgânica da Assistência Social nº 8.472/93, não deixa claro. (1994, p. 12; p. 18).

Um segundo exemplo é o da Lei nº 091, de 1935, que determinou a regra com a qual as sociedades são declaradas de *utilidade pública federal*. As organizações com este título podem: receber doações; realizar festas, rifas e sorteios, receber receitas das loterias federais, ter isenção da cota patronal para o INSS e depósito do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS; deduzir do imposto de renda doações de pessoas jurídicas (até 1994, podiam ser deduzidas, também, as doações oriundas de pessoas físicas). Existem determinações similares tanto em âmbito estadual quanto municipal, com benefícios e concessões condizentes a cada um desses campos governamentais.

Diante disso, o Conselho do Comunidade Solidária⁴², tendo por objetivo construir um *Marco Legal* para as organizações do terceiro setor, instituiu, em 1997, o Grupo de Trabalho Marco Legal: Terceiro Setor, por meio do qual realizou uma série de debates. O processo de elaboração do Marco Legal para o terceiro setor foi realizado por meio de consulta e diálogo entre cerca de 90 representantes do governo federal – incluídos os 11 ministros de Estado que compunham então o Conselho –, bem como de algumas organizações do terceiro setor (*Cadernos Comunidade Solidária*, 1998)⁴³. Esse processo visou a identificar as principais dificuldades legais e a buscar sugestões para inovar a legislação, então em vigor, relativa às organizações da sociedade civil de caráter público.

⁴¹ Até 1994, o acervo do Conselho registrava de 40 a 50 mil entidades com esta natureza. Mas nas passagens de uma instância ministerial a outra, foi perdido o banco de dados computadorizados do CNSS, conforme constatado por Leilah Landim, do ISER.

⁴² Órgão de coordenação do Programa Comunidade Solidária que envolve tanto o governo quanto diferentes setores da sociedade, “visando construir novos espaços e canais de interlocução entre o governo e a sociedade civil” (Cardoso, Ruth, 1997, p. 9 In: Ioschpe, 1997).

⁴³ Em 30/3/99, tomou posse o novo Conselho do Comunidade Solidária, que teve sua composição alterada: o número de ministros foi reduzido de 11 para 4, enquanto que o número de representantes da sociedade civil aumentou de 21 para 28.

Por meio do Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo – IDESP foram enviados questionários para 2.870 entidades, visando a investigar o perfil das organizações, atividades desenvolvidas, dificuldades, obstáculos ao seu bom desempenho. Embora o percentual de questionários respondidos tenha sido de 7,2%, o estudo foi considerado representativo, evidenciando a visão, a situação, o contexto e a diversidade das organizações que compõem o terceiro setor (Sanda, 2000, p. 29).

Frise-se que aqui se concebe o Comunidade Solidária de acordo com Gusmão, para quem o Programa Comunidade Solidária (PCS) é “entendido como uma iniciativa vinculada ao projeto neoliberal posto em prática no Brasil”. Ao analisar a indefinição dos discursos governamentais ao tentarem definir a finalidade do PCS, Gusmão qualificou-o como “um instrumento estratégico, de domínio político do governo e do Estado, autônomo frente ao sistema institucional de decisões do país” (2000, p. 108-10).

Além de representar o discurso e a prática social do governo que penetram as esferas municipais, estaduais e a sociedade civil, o PCS é também um instrumento que institucionaliza no Estado a *ideologia da solidariedade* [grifo da autora], mediadora de sua relação com a sociedade, passando por cima, no entanto, das mediações construídas democraticamente por essa sociedade. (Gusmão, 2000, p. 110).

O processo de construção da lei foi polêmico e gerou muitas discussões paralelas nas organizações e em academias; muitos juristas comentaram as diversas inconstitucionalidades que estavam se configurando no proposto *Marco Legal para o Terceiro Setor*. Apesar de pontos considerados “inconsistentes”, a Lei foi “consagrada” por diversos agentes, em diversas áreas, como um avanço para o setor. Cabe ao Ministério da Justiça analisar os pedidos de enquadramento das organizações como OSCIP, qualificar e expedir os certificados.

Com base na Lei 9.790, sancionada em 23/3/1999⁴⁴, é considerada “sem fins lucrativos”, a pessoa jurídica de direito privado que não distribui, entre seus sócios ou associados, conselheiros, diretores empregados ou doadores eventuais excedentes operacionais e afins.

Entre outros aspectos que não cabe aqui detalhar, a Lei estipula, em primeiro lugar (art. 2º), que 13 tipos de organizações não são passíveis de qualificação como OSCIP. Entre elas, vale citar os sindicatos e congêneres e as cooperativas.

⁴⁴ Regulamentada por meio do Decreto nº 3.100, de 30/6/99.

Porém, o artigo 3º estipula que são passíveis de qualificação as organizações cujos objetivos sociais sejam: a promoção do voluntariado e de desenvolvimento econômico-social e de combate à pobreza, entre outros.

Análises concernentes à Lei das OSCIPs foram apresentadas por Anna Cynthia Oliveira no evento “*Terceiro Setor: Conferência sobre modificações na Legislação do Setor sem fins lucrativos*”, ocorrido em São Paulo (FGV/SP, 24/3/99). A Lei foi considerada um avanço nos seguintes aspectos: traz um regime considerado novo e especial; fortalece o papel do cidadão enquanto supervisor da eficácia das OSCIP; o cadastro das organizações será central e público (Ministério da Justiça).

No entanto, outros pontos desta Lei têm gerado polêmicas, entre eles: a necessidade de rever sistemas de classificação e direitos; a adoção de uma política consistente de incentivos, em nenhum momento prevista na Lei; a inclusão de mecanismos que garantam o acesso das OSCs de fins públicos e de pequeno porte, estas últimas sem acesso aos “diplomas legais” (de Utilidade Pública Federal, Estadual, Municipal). Frise-se que alguns juristas consideram que alguns pontos são, também, inconsistentes e inconstitucionais.

Por fim, após dois anos da vigência da Lei nº 9.790, a contar da data de sua promulgação (23 de março de 1999), as organizações teriam que optar: ou pediriam seu enquadramento enquanto OSCIP – o que implicaria a renúncia de suas qualificações e benefícios anteriores – ou, caso contrário, perderiam automaticamente a possibilidade deste “título” e, conseqüentemente, seus benefícios, concessões e isenções.

ONGs como a Rede Mulher e a Sempreviva Organização Feminista, pesquisadas nesta dissertação, não aderiram à Lei 9.790, pois seguem as instruções da Abong, que não aconselha, até então, o enquadramento voluntário na nova legislação, à espera de uma definição mais efetiva de suas implicações legais, econômicas e societárias.

CAPÍTULO 2

ONGS DE MULHERES:

APRESENTANDO OS SUJEITOS DA PESQUISA

Como informado na Introdução deste trabalho, as organizações não-governamentais e suas coordenações, sujeitos coletivos e políticos desta pesquisa, estão sediadas no município de São Paulo, no Estado de São Paulo. Capital mais populosa do País, possui cerca de 10,4 milhões de habitantes (2000) e tem Marta Suplicy, do Partido dos Trabalhadores, como prefeita – a segunda mulher a ocupar este cargo na cidade. Sua região metropolitana⁴⁵ é considerada um dos maiores conglomerados mundiais e, apesar de decrescente, perfaz cerca de 17,8 milhões de habitantes (IBGE, 2000). Os problemas são muitos: sistemas hospitalar, escolar e de transportes deficitários, a violência é crescente, o número de desempregadas(os) aumenta. Com isso, acirra-se o processo de pauperização social, já apontado por Gohn na década de 1980 (1985, p. 69).

Em São Paulo, as mulheres empreenderam movimentos e debates considerados marcos históricos na vida do país e, especialmente, da cidade. Vale citar alguns: o debate organizado por SABs (Sociedade Amigos de Bairro), no qual foi programado o Encontro para Diagnóstico da Mulher Paulista, realizado em outubro de 1975, resultando na criação do CDMB – Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira (novembro de 1975) – e, posteriormente, o jornal *Nós Mulheres* (junho de 1976), vendido por Clubes de Mães e atingindo realmente as mulheres mais oprimidas; o I Congresso da Mulher Metalúrgica (janeiro de 1978) e a Reunião das Associadas dos Sindicatos de Trabalhadores em Indústrias Químicas (abril de 1978), além da participação maciça de trabalhadoras nas greves de 1978 e 1979; o 8 de março⁴⁶ – consagrado como marco

⁴⁵ Segundo a Fundação Seade, a RMSP é composta por 39 municípios, incluso São Paulo.

⁴⁶ Foi no bojo das manifestações pela redução da jornada de trabalho que 129 tecelãs da Fábrica de Tecidos Cotton, em Nova Iorque, cruzaram os braços e paralisaram os trabalhos pelo direito a uma jornada de 10 horas, na primeira greve americana conduzida unicamente por mulheres. Violentamente reprimidas pela polícia, as operárias, acuadas, se refugiaram nas dependências da fábrica. No dia 8 de março de 1857, os patrões e a polícia trancaram as portas da fábrica e atearam fogo. Asfíxiadas, dentro de um local em chamas, as tecelãs morreram carbonizadas. Durante a II Conferência Internacional de Mulheres, realizada em 1910, na Dinamarca, a famosa ativista pelos direitos femininos Clara Zetkin propôs que o 8 de março fosse declarado como a data de comemoração do Dia Internacional da Mulher, homenageando às tecelãs de Nova Iorque. Em 1911, mais de um milhão de mulheres se manifestaram na Europa. A partir daí, essa data começou a ser comemorada em todo o

simbólico da luta das mulheres por melhores condições de vida – começou a ser comemorado em 1979, com o I Congresso da Mulher Paulista; em setembro de 1983 foi criado o Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo - CECF/SP, o primeiro órgão desta natureza no Brasil (Saffioti, 1988).

As estudiosas das lutas e organizações de mulheres consideram que é a década de 1970 o marco das mais importantes mobilizações e movimentos em oposição a toda espécie de discriminação contra as mulheres. Isso deveu-se principalmente ao fato de que muitas das líderes feministas brasileiras tinham vivido no exterior (estudando ou fazendo estágios), em países nos quais o movimento feminista como um todo já tinha bem pontuadas suas questões e práticas. Saliente-se que muitos desses contingentes eram constituídos por mulheres da camada socioeconômica média da população.

Porém, a luta das mulheres brasileiras pela conquista de direitos reprodutivos, de melhores condições de vida, de espaços na vida pública, bem como pela sua ação política, têm duas referências centrais: o movimento de mulheres e o movimento feminista. Sintetizando a literatura especializada, compreende-se que o *movimento de mulheres* luta principalmente por melhoria das condições de vida local – como água, luz, saneamento, creches, etc. Também são conhecidos como movimentos populares de mulheres. Gohn concebe que *classes populares*

é uma noção que se refere a manifestações concretas das classes subordinadas no plano político, basicamente através dos movimentos sociais, e se contrapõe ao Estado e ao grupo dominante não somente como mão-de-obra destituída dos meios de produção, mas como camadas subordinadas à dominação política e ideológica, determinadas pela exploração econômica. Assim, a noção de classes populares não anula, não substitui, a de classe operária. Ao contrário, é uma de suas formas de expressão, no plano das manifestações fora da unidade produtiva propriamente dita. Por isto seu antagonismo direto é o Estado, e não a burguesia como tal. (1985, p. 71).

Por outro lado, o movimento feminista luta pela conquista e defesa de direitos considerados como *universais*, entre eles, os reprodutivos, melhores condições de trabalho e salariais, etc., muitos deles constantes nas conferências mundiais. Mas, como se verá, mesmo com diversidades, podem ser considerados faces de uma mesma moeda, pois muitas vezes os movimentos se unem e fundem suas reivindicações.

mundo. Fonte: LOPES, Carmem Lúcia Evangelho. 8 de março: Dia Internacional da Mulher – Uma data e muitas histórias (texto resumido) – Cedim-SP/Centro de Memória Sindical. In: Agenda Rede Mulher de Educação – 1998.

Já se falou que, enquanto uma perspectiva político-científica, o *feminismo* tem por objetivo criar mecanismos políticos para a construção da igualdade social entre homens e mulheres. Porém, a rigor, não se pode falar em feminismo no singular, tendo em conta que este termo recobre uma ampla gama de posições políticas. Segundo Saffioti, pode-se identificar diversos tipos de feminismo, com base nas filiações político-ideológicas de diversas correntes⁴⁷ (1988, p. 168; 1999, p. 160). Porém,

Rigorosamente, o único feminismo radical do ponto de vista político é o feminismo socialista, pois ser radical significa tomar as coisas pela raiz. Ainda que se concorde com a afirmação de Marx, de que a raiz das coisas é o homem, leva-se o raciocínio da estratégia de luta proposta um pouco mais adiante. O ser humano é, efetivamente, a raiz de todas as coisas, mas a raiz das desigualdades presentes nas sociedades regidas pelo patriarcado-racismo-capitalismo reside exatamente na já referida simbiose. Há, pois, que atacar impiedosamente esta fusão. (Saffioti, 1987, 113-15).

No entanto, nas décadas de 1970 e 1980, as feministas, ao se aliarem às mulheres das camadas populares em lutas por melhores condições básicas de vida, não difundiam o *feminismo* – ou *feminismos* – como perspectiva política de suas ações, apesar de se valerem de suas principais metas nessas articulações. Muitas das suas organizações eram oriundas de grupos religiosos e/ou que se originaram ou foram motivadas por meio de trabalhos sociais provenientes das bases da Igreja católica e, mais recentemente, de instituições protestantes pentecostalistas.

Na década de 1980, as mulheres, por intermédio de seus movimentos e organizações, colocaram novamente na pauta pública, com grande destaque e repercussão, as lutas por muitos de seus direitos, principalmente os considerados universais, referentes à sua participação política, à defesa constituída contra os atos de violência física e moral, às questões trabalhistas como a luta

⁴⁷ 1) *Conservantismo*: Focaliza o sexismo como desigualdade natural; grupo assumidamente não-feminista. Esta corrente naturaliza os processos sociais e apregoa que as mulheres são naturalmente inferiores aos homens. 2) *Liberalismo*: Tem como bandeiras a liberdade, a igualdade e a fraternidade (princípios situados meramente no plano formal). Para esta corrente, a inferioridade social feminina é decorrência da desigualdade de oportunidades entre homens e mulheres, notadamente nas áreas da educação e do trabalho. A cartilha das seguidoras desta corrente considera o capitalismo como o regime libertador da mulher, por meio da criação de oportunidades. O feminismo liberal desempenhou importante papel na conquista do voto feminino em todo o mundo. 3) *Marxismo dogmático*: Corrente que subestima a carga negativa do patriarcado e do racismo, reduz toda a problemática da dominação à luta de classes e teoriza dogmaticamente que todos os problemas se resolverão com a destruição da divisão da sociedade em classes sociais. Para esta corrente, patriarcado, sexismo e racismo são questões secundárias. 4) *Feminismo radical*: As seguidoras desta corrente são radicais e intransigentes quanto à não-aceitação das próprias diferenças sexuais biologicamente definidas (em relação ao homem). O anseio delas é o de alcançar total autonomia em relação ao homem, até no plano sexual. Tais atitudes radicais levaram à criação de estereótipos, explorados pela mídia, e provocaram a rejeição — por parte de um segmento da sociedade — de qualquer espécie de feminista. A postura desta corrente é na realidade tão sexista quanto o machismo. 5) *Feminismo socialista*: Muito mais complexa que as anteriores, esta corrente de pensamento trata de lidar, simultaneamente, com todas as contradições básicas da sociedade regida pelo patriarcado-racismo-capitalismo. Ainda que muitas vezes o racismo seja deixado de lado, as(os) adeptas(os) desta corrente jamais isolam a questão do patriarcado do problema das classes sociais. Embora o grau de êxito destas tentativas varie, há sempre a intenção de não negligenciar os antagonismos fundamentais que respondem pela opressão de mulheres, minorias étnicas e pobres. (Saffioti, 1987).

pela igualdade de salários e por melhores condições de trabalho. O processo Constituinte, como visto, foi um grande marco da participação de mulheres, com a conseqüente legalização de direitos que, havia muito, eram demandados.

No entanto, ao se pensar a totalidade da sociedade brasileira estruturada através do *nó* dos três sistemas de exploração-dominação – o patriarcado, o racismo e o capitalismo – (Saffioti, 1989 a), notou-se que as questões raciais e as problemáticas específicas das mulheres negras eram transversais e não pontuais nos movimentos e agrupamentos de mulheres e feministas. Iraci Silva e outras avaliaram que a sociedade brasileira tem absorvido, em geral, de forma mais eficaz as reivindicações das mulheres “(brancas)”⁴⁸. “A questão racial ainda é um tabu, o combate ao racismo não ‘emplaca’ como tema socialmente relevante.” (1995).

Constatou-se, também, que apesar da presença de muitas negras nos movimentos e organizações de mulheres e feministas, houve uma fragmentação para atender às necessidades específicas das mulheres negras. No Brasil,

*o Movimento de Mulheres Negras contemporâneo emergiu no bojo da luta feminista e anti-racista da década de 1970, buscando dar corpo às chamadas ‘questões específicas’. Se, de um lado, os movimentos negro e feminista enfatizam a idéia de ‘diferentes’, mas não ‘desiguais’, lutando por liberdade e igualdade para alcançar a tão necessária cidadania plena e irrestrita, de outro lado não têm dado conta de lidar com a diversidade em seu interior. Muitas têm sido as críticas das mulheres negras em relação aos movimentos negro e feminista, pela forma com que estes têm se conduzido: quando se fala em ‘mulher’, parte-se de uma suposta igualdade entre as mulheres, raramente levando em conta as diferenças étnicas, sociais e as condições daí decorrentes; e, quando se fala em ‘negro’, não se consideram as diferenças entre homens e mulheres. Assim, demonstrando descontentamento com a forma secundarizada com que o caráter de sua opressão vem sendo tratada, é compreensível que as mulheres negras tenham buscado criar organizações específicas. (Stolke, 1991, Carneiro, 1990, *apud* Iraci Silva, 1995).*

Assim, a partir de 1985, surgiram os primeiros coletivos de mulheres negras em São Paulo e no Rio de Janeiro e foram realizados encontros estaduais de mulheres negras; a presença destas mulheres no Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo deu impulso ao debate sobre a sua realidade, contribuindo para que a opressão racial fosse incorporada ao conjunto de ações deste órgão. Como resultados, estruturaram-se: em 1985, a Comissão da Mulher Negra do CECF/SP, que contou com a participação de várias mulheres e produziu importantes trabalhos denunciando a condição das mulheres negras; em 1988, a Coordenação Nacional do Programa da Mulher Negra, do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, realizando, nesse ano em que

⁴⁸ Parênteses da autora.

também se comemorava o Centenário da Abolição, o Tribunal Winnie Mandela, que julgou e condenou a discriminação contra as mulheres negras. “Enfim, ampliou-se a militância específica, que deu maior visibilidade à luta das mulheres negras.” (Iraci *et alii*, 1995).

Isso posto, foi principalmente a partir da década de 1990 que se efetivou a institucionalização de muitos movimentos de mulheres e feministas, como também a profissionalização de mulheres em subcampos do terceiro setor. Isso porque se estabelece o confronto militância-profissionalização, por meio do qual ocorre o enfrentamento de forças simbólicas das formas de atuação. Isso pôde ser constatado principalmente em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro.

Simultaneamente, foram as ONG’S feministas, os Conselhos da Condição Feminina (CECFs) e alguns órgãos internacionais, como a Unesco, os principais difusores de novas propostas sociais, como a da linguagem não-sexista. Essas práticas começaram, pela primeira vez, a estabelecer ações pela não-discriminação da mulher e pela não-distinção entre gêneros na Educação formal, ou seja, na escola e nos manuais escolares.

Isto levou a uma multiplicidade de serviços gerados por organizações de mulheres e à construção de um largo arsenal de estratégias e táticas: protestos, proposição e incremento de políticas públicas, alterações legislativas, construção de coalizações com outros movimentos. Ao mesmo tempo, elas têm mantido fóruns do movimento de mulheres para as decisões de suas agendas e de formas de atuação conjuntas. Neste percurso, e à semelhança de outros movimentos, o feminismo se especializou. Muitos grupos passaram à produção de conhecimentos, desenvolvendo mais serviços do que ações diretas, e possibilitando a constituição de uma ‘morada’ para o movimento: as ONGs feministas. (Soares, 1998, p. 46).

Para Soares, durante os anos 1990 ocorreu, também, a multiplicação dos espaços de atuação e de circulação do discurso feminista. As fronteiras entre o movimento de mulheres e o movimento feminista têm sido “sistematicamente ofuscadas”, com um número crescente de mulheres pobres, trabalhadoras, negras, lésbicas; sindicalistas, ativistas católicas progressistas e diversos outros setores, que incorporam elementos centrais do ideário e do imaginário feministas, reelaborados, porém, de acordo com suas posições, preferências ideológicas e identidades particulares. “Assim, muitos feminismos são construídos, as mulheres dos movimentos pertencem a grupos e classes sociais muito diversos, a raças e etnias diferentes, com sexualidades e trajetórias políticas distintas.” (Soares, 1998, p. 46).

Logo, ao se pretender neste estudo verificar os processos de construção de *sujeitos coletivos* estabelecidos por mulheres, fez-se necessário refletir sobre a questão da sua construção em sujeitos políticos. Ao discutir a problemática *sujeito político* no que se refere aos movimentos de liberação da mulher na América Latina, Pinto (1987) analisa que isso implica “*pensar na luta política como constituindo e constituída por agentes sociais a partir das condições de existência concretas.*” Para ela, o sujeito político constitui-se por intermédio de cadeias de significados socialmente construídos, devendo, por um lado, incorporar significados construídos historicamente e, por outro, negar qualquer determinação apriorística. (1987, p. 47-48).

No entanto, a questão que deve ser respondida refere-se “*à forma como indivíduos se constituem em sujeitos... como indivíduos se identificam na luta política, que lugares ocupam, etc.*” Aqui, complementa-se, com outro viés, o pensamento de Gouveia (1993) sobre a constituição do *ser sujeito*, citada na Introdução deste trabalho: para Pinto, o sujeito constitui-se a partir de “*posicionalidades*” (*sic*) fragmentadas e muitas vezes contraditórias que, por sua vez, são construídas socialmente. Ou seja, são posições que contêm significado social. A constituição do sujeito concretiza-se por meio de um processo interpelativo, isto é, o indivíduo identifica-se no discurso enunciativo, confundindo-se com este. O indivíduo é interpelado quando se sente parte do ‘nós’ do discurso. (Pinto, 1987, p. 48).

Pressupõe-se, então, que, firmada essa interpelação, concretiza-se a identificação do sujeito com o projeto coletivo, seu objeto. Cabe assim ver, como analisa Saffioti, que sujeito e objeto não são dados *a priori*, mas se constroem *na e pela* relação social, derivam da atividade, do produzir e reproduzir a vida em todas as suas dimensões. Por conseguinte, são sempre historicamente situados. Neste contexto, a subjetividade é construída por meio das relações sociais. Logo, adota-se a expressão *sujeito-objeto*, que pretende afastar todo e qualquer risco de uma leitura dicotomizada pois, “*rigorosamente, subjetivação e objetivação não são senão duas faces de um mesmo processo*”. Desse modo, “*quando os seres humanos, seja individualmente, seja coletivamente, se apropriam do resultado de sua práxis procedem à subjetivação, tornando-se sujeitos que, por sua vez, se objetivam por meio de sua atividade.*” (Saffioti, 1997c, p. 59-60).

Frise-se, no entanto, que o sujeito coletivo não aglutinará jamais nem todos os membros de uma categoria de gênero ou de etnia nem de uma classe social. “O que importa não é a

magnitude estatística do grupamento humano, mas sua natureza de sujeito coletivo.”(Saffioti, 1997c, p. 73).

Outro aspecto inerente aos sujeitos coletivos pesquisados são os seus *projetos políticos*, pois neles centram-se todas as vertentes de seus trabalhos: formação, produção escrita, articulações, etc. Para tal fim, considerou-se pertinente, além da perspectiva de que a esses sujeitos correspondem projetos, a análise de Gohn quando diz que

os projetos são o conjunto de propostas e diretrizes que explicam e organizam a práxis de um movimento social⁴⁹. Estes projetos não são necessariamente transformadores, pois existem vários movimentos sociais reacionários, defensores do *status quo*. (...) O caráter transformador de um projeto é dado pela natureza em si da prática do grupo, que pode estar voltada para a solução de questões localizadas (água na favela), mas contempla uma totalidade maior ao equacionar este problema no espectro da divisão social do trabalho e das injustiças sociais (direitos). (...) O projeto transformador contempla a participação real das classes populares. Contém elementos de negação da ordem capitalista e dá origem ao novo. Ele emerge a partir da articulação de interesse dos subordinados e se constrói na práxis cotidiana através das reivindicações e das pressões políticas. (...) O projeto transformador pode levar à ruptura das estruturas de dominação. (Gohn, 1991, p. 43, 45).

Para essa autora, a construção do projeto com base na prática e na práxis cotidiana abre caminho para que os sujeitos demandatários possam dar sentidos novos às suas ações, reordená-las segundo as conjunturas e forças sociais presentes, dar sentido às próprias condutas, em oposição ao sentido já dado ao sistema social pela ordem dominante. Isso é válido tanto para os sujeitos coletivos em destaque como para suas (e por vezes seus) beneficiárias(os) (*ibidem*).

Estes fatores foram fundamentais para a escolha das lideranças e das ONGs sujeitos-objetos deste estudo, as quais passam a ser apresentadas a seguir. Para tal fim, foram considerados, também, os projetos, produções e articulações que se julgou relevantes na trajetória desses sujeitos.

⁴⁹ Admite-se esta mesma afirmação como válida para as ONGs.

2.1. A Rede Mulher de Educação - RME

2.1.1. A Construção do Percorso Metodológico da Pesquisa:

fontes e dados

A primeira visita à Rede Mulher de Educação – RME deu-se no primeiro semestre de 1998, e Vera Vieira, coordenadora executiva da ONG desde setembro de 1996 e, a partir de 1997, editora do boletim institucional *Cunhary (rio das mulheres*, em tupi), foi a primeira pessoa com quem se teve contato. Os materiais e dados cedidos, para fins de apoio a um seminário que se realizou na Faculdade de Educação da Unicamp, confirmaram as primeiras informações obtidas sobre a organização: um trabalho diversificado, difundido há quase duas décadas em diversas regiões do Brasil, junto a mulheres de áreas urbanas e rurais.

No decorrer da pesquisa, soube-se que Vera havia concluído um curso *lato sensu* na Escola de Comunicações e Artes da USP, cujo trabalho final – uma proposta de intervenção comunicacional das ONGs, com base no estudo de caso da RME, já citado no Capítulo 1 – continha subsídios básicos sobre a RME. Assim, o *Educomunicando* (1999), apesar de centrado na área da Comunicação, é um documento referencial, pois:

a) no final de 1996, simultaneamente à entrada de Vera e à mudança de sede da organização, todo o acervo documental da RME – formado por 4 mil títulos de livros e periódicos, 180 fitas de vídeo, 44 slides, 1.500 cartazes, 300 fitas cassete, 200 fotografias, 24 caixas contendo tipos documentais que retratam o cotidiano da Rede como projetos de pesquisa, cursos, atas de reuniões, relatórios de atividades e textos, entre outros – foi transferido para o Paraná. Primeiramente, a documentação foi alocada para a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná - Fetaep, em Curitiba; a seguir, para a Universidade Livre do Trabalho - ULT, num acordo firmado entre RME, Fetaep e esta Universidade, sediada também em Curitiba (1997); uma última mudança, para a Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste, o que dificultou o acesso desta pesquisadora a tais documentos.

b) No *Educomunicando*, a coordenadora registrou as mudanças ocorridas na RME principalmente do período 1994-1999, bem como suas impressões gerais, que foram de suma importância para conhecer e olhar a RME por meio de um documento.

Foi também por meio de Vera, 46 anos, separada, jornalista e mestranda em Comunicação, que se obteve os nomes e dados gerais sobre a atuação de outras lideranças-chave da organização, algumas das quais foram, então, eleitas como entrevistadas no decorrer da pesquisa, a saber⁵⁰: Moema Viezzer, 62, casada, socióloga, fundadora da RME e presidenta; Beatriz Cannabrava, 66, casada, educadora, formada em odontologia, suplente do Conselho de Administração e sócia-educadora; Denise Carreira, 34, casada, jornalista e mestranda em Educação, sócia-educadora e suplente do Conselho de Administração.

No Ponto Focal eleito para visita, a Associação de Mulheres para a Educação – AME – cujo elo com a RME será relatado adiante –, sediado em Osasco / São Paulo, foram entrevistadas: Helena Ferrari, casada, formada em Direito, Pedagogia e Ciências Sociais, suplente do Conselho Fiscal e coordenadora da AME; Terezinha Maria dos Santos, 35 anos, solteira, assistente parlamentar e pedagoga, entrevistada durante o Encontro para realização da Assembléia Geral da RME, em 1999; e Denise Cesário, 38, solteira, socióloga, assessora das áreas de projetos, captação e marketing.

Porém, os nomes de Moema e Beatriz já eram familiares antes desta pesquisa ser efetuada, pois o pioneirismo das suas trajetórias como educadoras populares fez com que se tornassem conhecidas em vários círculos das não-governamentais e de outros campos interessados em seu trabalho. E ambas estiveram fora do Brasil por ocasião do regime militar, exercendo trabalhos pioneiros junto a grupos de mulheres em outros países.

Moema, a única entrevistada que reside fora de São Paulo (em Toledo/PR), também foi a autora do renomado *Se me deixam falar – testemunho de Domitila, uma mulher das minas da Bolívia*, livro que é considerado *um marco na abordagem das relações sociais de gênero* (Vieira, 1999), traduzido para, pelo menos, 18 idiomas, além do Português. Para Vera, o fato de a Rede Mulher ter ganho visibilidade nacional e internacional está vinculado ao fato de o retorno de Moema ter coincidido com o lançamento do livro em português e, na sequência, com a fundação da organização.

Por outro lado, teve-se a oportunidade de, em 1998, conhecer e estabelecer uma ótima relação com Beatriz durante um seminário realizado pela Sempreviva Organização Feminista -

⁵⁰ Cargos e idades de 2000, antes da Assembléia Geral deste ano, quando então houve a seguinte modificação: Moema Viezzer, fundadora da RME, sócia honorária e sócia-educadora; Beatriz Cannabrava, sócia honorária, sócia-educadora; Denise Carreira passou a ocupar o cargo de presidenta da RME; Vera Vieira, continuou como coordenadora executiva e sócia-educadora. Helena Maria Ferrari, do PF Osasco, sócia-educadora e passou a secretária do Conselho de Administração.

SOF, ONG também sujeito deste trabalho. E cabe frisar, neste momento, que muito das histórias destas mulheres é intrínseco à história da Rede Mulher, uma organização complexa pela sua própria constituição estrutural.

2.1.2. Momentos da Construção de uma História: a RME

Criada em 1980 e institucionalizada em 1983, a RME está sediada na Rua Coriolano, 28, bairro de Vila Romana –, e divide sua sede, desde meados da década de 1990, com outra ONG, que atua na área ambientalista.

A Rede Mulher – sua efetiva razão social⁵¹ – é estatutariamente uma “instituição feminista de caráter educativo, cultural e assistencial”, constituída como “uma sociedade civil sem fins lucrativos com prazo indeterminado de duração.” Tem por finalidade “prestação de serviços que contribuam para o equilíbrio das relações sociais entre mulheres e homens, bem como para a harmonização das relações entre a sociedade e a natureza, utilizando a educação popular sob a ótica feminista, entendida como formação, pesquisa, intercâmbio de experiências, difusão de informações e incentivo à solidariedade.” A prestação desses serviços se faz sem distinção de raça, sexo, língua, condição social, religiosa, política ou de outra natureza. A RME privilegia a interconexão das mulheres dos setores populares da cidade e do campo com os outros setores sociais, para ampliar seu espaço de atuação, decisão e poder em todas as esferas da vida na sociedade.

Como bem lembra Vera, em 1975, com o marco do Fórum Internacional *Década da Mulher*, realizado pela ONU na cidade do México, o movimento de mulheres entrou definitivamente “na agenda e no cenário internacional”. Para ela, esta foi a consagração, em nível planetário, de um dos mais importantes movimentos sociais desse final de milênio.

É também dessa época a obra de Paulo Freire *A pedagogia do oprimido* (de 1975), que, conforme a coordenadora executiva, deu as bases pedagógicas e, conseqüentemente, reconhecimento internacional à Rede Mulher como pioneira no trabalho de educação popular específico com mulheres. Pedagogia esta que “em poucas palavras, poderia ser definida como

⁵¹ **Rede Mulher de Educação** foi o nome escolhido para identificar a organização desde que apareceu a Rede Mulher de Televisão, 14 anos após a fundação da Rede Mulher- ONG - de Educação, sem fins de lucro.

uma forma de educar transformadora, que liberta o ser humano, atuando contra os efeitos de uma psicologia da opressão, contribuindo, assim, para a humanização.”

A RME foi criada nesse contexto e com a visão que imperava no movimento de mulheres: ao propor a revisão das relações desiguais baseadas em papéis sociais atribuídos a homens e mulheres (historicamente marcados pelo binômio dominação/subordinação), fez emergir a necessidade de se rever todas as formas de organização e convívio em sociedade. É nesse período que começa a ser utilizado o termo “relações de gênero” que, segundo Vera, “até hoje confunde muita gente”.

Mas como surgiu essa idéia de criar uma organização com molde de *rede* para atender mulheres das camadas populares? A fundadora da RME, Moema Viezzer, lembrou que a idéia de trabalhar em rede surgiu de uma “intuição”, numa época em que, segundo ela, não se tinha, principalmente no universo das ONGs, modelos ou tampouco referências teóricas sobre o assunto. Isso ocorreu em 1980, o Brasil saía de um processo de governos sob a ditadura militar e Moema – que havia participado, no México, do fórum que inaugurou a Década da Mulher, em 1975 – voltava do exílio de sete anos.

Eu queria continuar fazendo um trabalho como educadora popular. E com mulheres. Visitando tudo o que havia em São Paulo, constatei, por parte de algumas feministas históricas, um enorme esforço para colocar a proposta em pauta (...) E foi esta a busca, na conversa com uns e outros e do impacto que me causou ver tantas mulheres organizadas por outros, mas sem projeto próprio. Uma dica me foi dada por Regina Festa, que então fazia um trabalho de comunicação na zona leste de São Paulo, que surgiu a idéia de priorizar outra forma de organização que não fosse um centro. Um dia, descendo de São Paulo a Santos, parei num destes lugares da “rede de apoio” e esta foi a imagem que ficou gravada em mim: facilitar a criação de uma rede de apoio a mulheres organizadas ou que queriam organizar-se, mas tendo como enfoque principal a sua organização enquanto mulheres, o acesso ao conhecimento sobre os direitos da mulher, a organização autônoma das mulheres, dentro e fora das instituições e – para mim, pois ainda não se falava em relações de gênero – a busca de novas relações entre mulheres e homens na sociedade, como eu havia aprendido com as que criaram esta categoria de análise, no primeiro seminário internacional sobre relações sociais de gênero, na Inglaterra, Universidade de Sussex.

Para Moema, além de a RME ter-se constituído com base na “intuição”, as mulheres com quem trabalhavam não tinham praticamente nenhuma institucionalidade própria, pois pertenciam a outros grupos.

Scherer-Warren (1999) explica que o conceito de redes, incorporado pelas Ciências Sociais desde a década de 1940, possui significados diversos. A noção de redes analisada pela autora como *estratégia de ação coletiva*, ou seja, como conceito propositivo, vem sendo

empregada de forma crescente pelos “atores” coletivos dos movimentos sociais, com significados ideológicos e simbólicos, comportando resultados sociais e políticos. “Subjacente a essa idéia encontra-se, pois, uma nova visão do processo de mudança social – que considera fundamental a participação cidadã – e da forma de organização dos atores sociais para conduzir esse processo.” (1999, p. 23-24).

No entanto, com base nos estudos de Scherer-Warren sobre redes como estratégia de ação coletiva, percebeu-se que geralmente se fala de *redes entre ONGs e entre movimentos*, ou ambas as conjunções, e não de uma ONG que se propôs adotar a especificidade de *rede* de serviços, contando para tal com profissionais em sua base – e não de outras organizações –, caso da Rede Mulher. Como se verá adiante, este foi um fator que motivou debates e um processo de avaliação, com fins de esclarecer a estrutura da RME. De qualquer maneira, a ONG atuou e atua, também, *como e com* outras redes de ação coletiva, com fins sociopolíticos.

Exemplo disso foi e é a atuação de Moema e Beatriz na Rede de Educação Popular entre Mulheres, da América Latina - Repem⁵². Moema tomou parte de sua criação, quando, segundo ela, ainda era um *Programa de Capacitación para Mujeres* do Conselho de Educação de Adultos para a América Latina - Ceaal. Além de participar das assembléias e outras atividades, coordenou, nessa ocasião, algumas atividades específicas em parceria RME/Ceaal, entre elas, o primeiro Encontro sobre Educação Popular e Movimento de Mulheres, realizado em Piracicaba, na Fazendinha da Universidade Metodista, em 1985 (onde se deu o início da participação da RME no processo da Assembléia Nacional Constituinte); e a publicação em português do livro *Crescer Juntas*, realizada em parceria RME/Ceaal/Isis Internacional.

Moema cita outras contribuições suas junto à Repem, das quais vale citar: empenhou-se para a adoção do conceito de relações de gênero e como trabalhar o mesmo nos Centros ligados ao Ceaal que, no início, atuava por programas em separado, sem uma visão sistêmica; o mesmo se deu para a adoção da idéia de *rede* para a estrutura do programa - o nome final, *Repem*, resultou de um longo diálogo sobre ser ou não uma rede de educação popular *para* mulheres, *com* mulheres ou *entre* mulheres, que coincidiu com a reflexão que então se fazia no Ceaal sobre

⁵²Conforme descrito no site da Repem, a “**Red de Educación Popular Entre Mujeres** es una Asociación Civil sin fines de lucro, creada en 1981. Agrupa a 140 ONG y a mujeres activistas y académicas de los países de América Latina y el Caribe. REPEM es la representación regional para América Latina de DAWN (Development Alternatives with Women for a New Era) y de la Oficina de Gestión de GEO / ICAE (Oficina Internacional de Educación y Género del Consejo Internacional para la Educación de Personas Adultas). REPEM es una organización que tiene status consultivo ante ECOSOC Naciones Unidas. Su propósito fundamental es **fortalecer y consolidar procesos de articulación** equilibrada entre lo nacional, regional y global para contribuir al logro de la justicia social, económica y de género.”.

quem era educador/a popular e quem era o público-alvo; trabalhou para a organização do programa por *regiões* (Cone Sul, região Andina, Brasil, México e Centro-América). “Este agrupamento por regiões foi bem interessante e permitiu encontrar centros, programas e mulheres – que eram anteriormente desconhecidas do Ceaal –, que deram contribuições muito significativas.

Moema também foi coordenadora e representante da Repem para a região Brasil durante vários anos, no marco da RME, passando posteriormente a representação para Beatriz Cannabrava, que participou do processo de renovação⁵³ dessa Rede de Educação Popular, denominado de *autonomização* (que, conforme Beatriz, referia-se à autonomia com relação à Secretaria Geral do Ceaal), ficando oito anos na sua coordenação, no Brasil; atualmente é membro do *consejo directivo*. Moema, por sua vez, continua ligada à Repem como uma das pessoas interessadas na divulgação e promoção da mesma, porém, sem cargo institucional.

Apesar disso, no que concerne ao conceito *rede*, Gohn destaca que

as redes do terceiro setor são distintas das redes dos movimentos sociais, devido à questão ideológica. As idéias-força das ONGs militantes privilegiavam os temas políticos : democratização, direitos, cidadania, justiça social, ética etc. As idéias-força das ONGs do terceiro setor privilegiam os temas sócio-econômicos: sustentabilidade, geração de renda, produção coletiva, trabalho cooperado etc. – têm uma concepção abstrata e generalizante de cidadania. (2000, p. 96-97).

Uma reflexão inicial leva a crer que a Rede Mulher engloba as características e, por que não dizer, também as contradições das duas idéias-força de ONGs apontadas por Gohn.

Em agosto de 1983, a Rede Mulher começa a desenvolver seu primeiro projeto que, conforme relatado por Beatriz, foi realizado junto a clubes de mães e clubes de mulheres, na zona sul e leste de São Paulo, com mais de 60 organizações envolvidas nesse processo.

Beatriz relembrou que, quando começou o trabalho na RME, já havia um pequeno apoio financeiro: “A Rede foi institucionalizada inclusive para poder pedir financiamentos. Moema tinha os contatos, sabia das possibilidades de financiamento, mas precisava criar uma entidade. É efetivada em 1983, eu começo a trabalhar na Rede em agosto. Eu participei da Assembléia de

⁵³ “1988 marca una **nueva etapa** en la Red al iniciar su proceso de **autonomía orgánica -institucional**. En este proceso se establecieron los objetivos fundacionales, que de manera general siguen siendo los objetivos de hoy, lo que ha permitido **contribuir al fortalecimiento del movimiento de mujeres y de la educación en todo el continente**, a la vez que se han fortalecido los espacios de reflexión, análisis, intercambio y solidaridad, como también los espacios de capacitación y auto - formación colectiva.” (*home page* Repem).

fundação, assinei ata, mas eu começo mesmo a trabalhar na Rede em agosto, quando começa esse projeto.”

O referido projeto, caracterizado pelas pioneiras da Rede como uma *pesquisa-ação participante*, realizado nos anos de 1983 a 1985, foi uma rica experiência para Beatriz e as envolvidas. Mas ali vieram à tona, também, algumas dificuldades, como a quase impossibilidade de se utilizar o termo *feminismo*.

Quando a gente começa a pesquisa, começa a ir a campo, não dava para você falar de feminismo. Por que qual era a idéia que elas tinham de feminismo? Isso eu até comentei com você: era a mulher de laquê, que era a Eva Blay, com o cabelo todo armado, que foi a primeira presidente do Conselho – tinha acabado de ser criado o Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo, em 83, que é quando começa a nossa pesquisa. Então, a imagem das feministas era a das mulheres de laquê, que não tinham nada a ver, não tinha nada a ver com elas. A gente nem sequer falava de feminismo, nem de gênero, nem .. nada disso. E eu até me lembro de uma reunião, uma vez, lá na Zona Leste, que uma mulher levantou depois de uma discussão e disse: ‘bom, feminismo é isso, feminismo é isso, então eu sempre fui feminista.’ Então, elas começam assim: a se descobrir feministas, feministas nesse sentido mais amplo. Para mim, isso é uma opinião muito pessoal, eu continuo achando que existia, assim, um amplo movimento de mulheres e que o movimento feminista era uma parte desse movimento de mulheres. E não dava para separar em feminismo, de repente, a gente tinha que falar até em ‘feminismos’, porque tinha várias correntes dentro desse movimento.

É importante salientar que a *representação* dessas mulheres sobre *feminismo* gerava uma resistência ao termo e ao tema, baseada numa perspectiva de vida feminina provavelmente distante de sua realidade. Como freqüentemente o tema representação se mescla com a concepção de ideologia, Saffioti (1995) esclarece que, enquanto a ideologia consiste em um projeto político de estruturação da sociedade por inteiro, segundo os interesses da classe/categoria social que o elaborou, a representação, ao contrário, aspira à completude. “Isto é, autores/portadores de representações têm do fenômeno representado um retrato inteiro e operativo”. Para ela, a representação se aproxima do refigurar a vivência, compreende as imagens que as vivências assumem no nível simbólico e de cuja elaboração o inconsciente, individual e coletivo, participa ativamente.

Mas não se pode perder de vista o fato de que a representação repousa sobre uma base material, como aliás também a ideologia, pois a base material condiciona um determinado tipo de relações sociais e, por sua vez, contribui para transformá-la. Isto equivale a dizer que o contexto material permeia o nível simbólico, o nível das representações, e que estas constituem um dado do real. Rigorosamente, representar significa subjetivar o objetivo, pensar-sentir a vivência. Dadas as conexões entre o substrato material e o plano simbólico, as representações construídas pelos seres humanos operam como forças propulsoras de novas ações por eles desenvolvidas. Há, portanto, dois vetores: o do substrato material em direção ao pensamento-sensação e vice-versa. (Saffioti, 1995, p. 48-49).

De outra forma, ainda hoje, constata-se diversas outras representações de feminismo, em todas as classes sociais, sendo que, notoriamente, a prevalente é a do *feminismo radical*, ou seja, a de mulheres *feministas* radicais e intransigentes quanto à não-aceitação das próprias diferenças sexuais biologicamente definidas, cujo anseio é o de alcançar total autonomia em relação ao homem, até no plano sexual. A postura desta corrente é na realidade tão sexista quanto o machismo (Saffioti, 1987, p. 113-15).

Não obstante, o projeto gerou, entre seus resultados práticos e como uma forma de devolução dos dados da pesquisa, a peça de teatro *Por ser mulher*. Da mesma forma, resultou na consolidação de um grupo teatral atuante até o final da década de 1980, o *Maria-é-Dia*, composto pelo grupo de mulheres da zona Leste, “que descobriu e assumiu o teatro como linguagem, como forma de luta, como expressão”, após terem participado da peça (cartilha *Direito à arte de viver – Relatório I Oficina Nacional de Teatro Popular com Mulheres*, Rede Mulher, 24-28/agosto de 1988). Concebe-se que este processo foi um desafio para Beatriz enquanto uma das constantes colaboradoras do projeto. O grupo, que contou com seu acompanhamento e orientação após o final do projeto, extinguiu-se, no final dos anos 1980, por problemas de relacionamentos.

Conforme análise de Beatriz, as atrizes populares, apesar de tentarem, não conseguiram manter-se unidas, não havendo um fator de coesão no grupo, o que resultou em disputa de poder.

... esse espaço público delas era... assim... um espaço muito visível. Representando para o público, no espaço público... Aí, ficou muito evidente como os interesses vão se chocando, como é que começam a se misturar, o pessoal que assessorava o pessoal de teatro – então, começa a se assumir como de teatro, mas não se assume como rede, não se assume como entidade. Então, as atrizes, as estrelas, o grupo de teatro... A gente nunca fez uma análise profunda, nunca tivemos chance de fazer, mas teria sido muito interessante.

Diante disso, Beatriz efetuou uma análise mais ampla sobre mulher e poder. Para ela, as mulheres aprenderam a manejar o poder de uma forma “meio dissimulada. Quer dizer, quando sai para o mundo público, duas alternativas: ou continua manejando o poder dessa maneira dissimulada – e aí ela não consegue manejar o poder público – ou, qual o outro modelo que ela tem para manejar o poder público? É o modelo masculino.” Então, inclusive por uma questão de sobrevivência no mundo público, Beatriz avaliou que a mulher passa a manejar – ou continua manejando – esse poder “por baixo dos panos”, o que, para ela “é complicadíssimo”.

Neste ponto, cabe resgatar Saffioti quando alerta para o perigo da personalização do que ela denomina de *síndrome do pequeno poder*, que tem sempre lugar numa relação interpessoal, se comparada ao processo macrossocial, Esta síndrome

sempre tem lugar numa relação interpessoal e miúda, se comparada ao plano macrossocial. Todavia, é preciso cautela para não pensá-la como decorrência de atributos pessoais negativos. Sua natureza não é individual, mas social. A estrutura social fornece todos os elementos para a ocorrência da síndrome do pequeno poder, respaldando amplamente seu protagonista” (Saffioti, 1989a, p. 19).

Supõe-se que o fator motivador da dissolução do grupo teatral tenha ocorrido por simultâneas *síndromes de pequeno poder*, levando-se em conta que essas mulheres haviam já firmado, pressupostamente, seus micropoderes.

Outro momento importante da RME ocorreu em 1985, por ocasião do já citado primeiro Encontro Nacional de Educação Popular e Movimento de Mulheres (Piracicaba/SP). Foi aí que nasceu o projeto *Nós e a Constituinte* – que gerou um boletim com este mesmo nome, com oito números publicados –, com a RME assumindo a articulação de cerca de 750 grupos de mulheres brasileiras no processo da Assembléia Nacional Constituinte, comentado no Capítulo 1 deste trabalho. O Encontro deu-se, na realidade, por meio da primeira Oficina de Metodologia de Educação Popular, realizada pela Rede, em três etapas: preparação, realização do encontro e continuidade. O eixo temático escolhido foi a subordinação da mulher ao homem e a luta por relações sociais de gênero sem dominação. “O objetivo principal foi captar como esse tema é (ou não é) incluído nas organizações em que militam mulheres dos setores populares no Brasil.” (Viezzzer, 1987, p. 6).

Nota-se, a partir daí, dois aspectos importantes: o primeiro, que já em 1987, antes de enfatizar o tema específico *feminismo*, a RME centrava seus processos formativos na abordagem *relações de gênero* – constantes da apostila *Educação Popular e Movimento de Mulheres – Oficina de Metodologia* (Viezzzer, 1987); a seguir, que a presença e a visibilidade da Rede Mulher foram firmadas em âmbito nacional e latino-americano, apesar de a coordenação citar as dificuldades enfrentadas, entre elas a dimensão continental do Brasil.

Na seqüência, a RME desenvolveu com diversas mulheres, em 1987, dois programas relevantes: Educação para os Direitos da Mulher e Formação de Educadoras Populares. E a

participação das mulheres na Constituinte deu início ao Programa de Formação de Educadoras Populares para os Direitos da Mulher, que se desenvolveu a partir de 1988, por meio de oficinas de educação popular.

Assim, com o acúmulo de experiências de sua primeira década de existência, firma também sua metodologia de formação, privilegiando a construção coletiva de conhecimentos, por meio da troca de experiências e valorização do saber já acumulado pelas várias gerações de mulheres ao longo da história. “Participar é a palavra-chave na metodologia desenvolvida”, afirmou Vera. “Acredita-se que o individual reflete o coletivo, assim como o global está no local. Exercita-se, assim, a visão crítica da realidade, a partir do cotidiano.” (Vieira, 1999).

Nesse sentido, o tema da participação, para Gohn (2001), é uma lente que possibilita um olhar ampliado para a História. “... o resgate dos processos de participação leva-nos, portanto, às lutas da sociedade por acesso aos direitos sociais e à cidadania. Nesse sentido, a participação é, também, luta por melhores condições de vida e pelos benefícios da civilização.” Para ela, *participação* é uma das palavras mais utilizadas no vocabulário político, científico e popular da modernidade. “Dependendo da época e da conjuntura histórica, ela aparece associada a outros termos, como democracia, representação, organização, conscientização, cidadania, solidariedade, exclusão, etc.” (2001, p. 14).

Gohn analisou a participação em três níveis básicos: conceitual, político, prática social. Interessa aqui incorporar os dois últimos, que ilustram perfeitamente não só a *participação* da Rede Mulher, como também a das outras ONGs pesquisadas. A *participação no seu nível político* é, conforme a autora, usualmente associada a processos de democratização (em curso ou lutas para sua obtenção). Também pode ser usada como discurso mistificador em busca da mera integração social de pessoas, isoladas em processos que objetivam reiterar os mecanismos de regulação e normatização da sociedade, resultando em *políticas sociais de controle social*.

Como *prática social*, a *participação* relaciona-se ao processo social propriamente dito; trata-se das ações concretas engendradas nas lutas, movimentos e organizações para realizar algum intento. “Aqui a participação é um meio viabilizador fundamental.” (Gohn, 2001, p. 14).

2.1.3. *Atuação no Período de 1990-2000*

Ao analisar o período pré e pós-Constituinte, do qual a RME participou intensamente, Moema avaliou que

a partir da participação da Rede no processo Constituinte, que ampliou enormemente seu âmbito de ação, a fase pioneira é que começa a entrar em questão. Ou seja, institucionalmente é que tem que ser repensada. Então, o papel é que tem que ser mudado, da fase pioneira para a fase de... desenvolvimento.

Logo, estabelecida a identidade – e por que não dizer, o projeto político – de ONG de educação popular na luta por relações de gênero sem dominação, com um ideário feminista socialista implícito e com o objetivo específico de contribuir para a dinamização e articulação do movimento popular de mulheres, tem-se paralelamente o esvaziamento do pioneirismo dos anos 1980, o que gerou a primeira crise institucional da RME. Crise institucional, aliás, ocorrida em muitas ONGs brasileiras no princípio da década de 1990.

Beatriz, que havia se afastado da Rede em 1989, retorna em 1990, mas não na equipe permanente e sim coordenando oficinas e dando assessorias. Com base em seus relatos, pôde-se sintetizar alguns momentos dessa fase: a organização, cuja equipe havia se ampliado em demasia por conta do projeto Constituinte, começou a buscar financiamento. Começaram a surgir conflitos. Isso coincide com a crise de várias organizações, crise institucional de identidade – e, no caso da Rede, não financeira. “Porque uma entidade que se forma, que é criada em torno de uma liderança carismática, uma entidade pioneira... Juntar as idéias feministas com educação popular, tudo isso, nós somos pioneiras. Era uma coisa assim que era a questão da liderança, etc. Então, há um conflito interno grande, grande, grande, grande, e se dá uma ruptura nesse momento. Há uma ruptura, assim, internamente”, analisou a dirigente.

A *liderança carismática* da qual falou Beatriz era Moema Viezzer, que comentou sobre o qualificativo que lhe foi atribuído:

o que tenho entendido de liderança carismática é uma forma de ser de pessoas empreendedoras, que idealizam algo novo e, sobre o que idealizam, empreendem, dando uma orientação que marca muito a fase inicial de uma organização. É alguém que tem um carisma capaz de se cristalizar na visão de missão de uma organização que cria corpo em sua fase inicial. É um empreendedorismo especial, diferente daquele que é levado só pela questão institucional. (...) Em geral a liderança carismática é muito forte na fase inicial e a força de motivação e de criação, a identificação com a visão e a missão, principalmente de quem começa, são muito grandes e por vezes mais significativas do que a força institucional. Quando me dizem que sou uma liderança carismática, eu me situo num espaço muito mais amplo do que foi a entidade que idealizei e criei. Acho que meu carisma se expandiu no universo latino-americano da educação popular e do feminismo e me deu a oportunidade de ser empreendedora em diferentes níveis apesar de só ter criado pessoalmente uma instituição: a Rede Mulher de Educação.

Tendo em conta os pressupostos weberianos que circundam a análise de lideranças carismáticas e suas implicações não pertinentes a este estudo⁵⁴, optou-se pela verificação etimológica do termo. De origem grega (*chárisma*), *carisma* significa, em sua raiz, *dom*. No léxico, entre outras acepções, carisma é uma “atribuição a outrem de qualidades especiais de liderança, derivadas de sanção divina, mágica, diabólica, ou apenas de individualidade excepcional” (Dicionário Aurélio Eletrônico – Século XXI). Compreende-se, então, por meio destes referenciais e no âmbito deste estudo, que lideranças consideradas carismáticas, como no caso de Moema, são aquelas pessoas que possuem um dom inato de empreender e cativar, mas que, nos momentos de crise (pessoal ou das instituições que comandam), são os principais alvos, pois foi com seus carismas que se tornaram referências centrais de ação e poder, influenciando no imaginário de quem as cerca.

“A liderança não pertence apenas ao líder”, diz Lapierre. “Não existe liderança se não existe adesão ao líder. Deve existir, portanto, correspondente entre a visão e as ações que ele propõe e os desejos e as necessidades de uma comunidade e de determinada época.” (1995, p. 31).

Os conflitos ocorridos nessa fase da RME geraram questionamentos sobre sua identidade coletiva: *O que é que nós somos? Nós somos uma Rede ou somos uma entidade?*, essas eram as principais questões, segundo Beatriz. Houve um momento no qual ela acreditou que deviam se manter como uma entidade e criar a rede como um outro organismo. “Uma rede de educadoras populares ou algo assim e manter a Rede Mulher como uma entidade, um centro de documentação e pesquisa.”

Começou, então, um processo de desenvolvimento organizacional, que se paralisou em 1992, por ocasião da Eco-92, encontro no qual a Rede participou de várias atividades e eventos, entre eles do Planeta Fêmea e dos tratados sobre Mulher, População e Meio Ambiente. A ONG também foi uma das co-promotoras da Jornada Internacional de Educação Ambiental, realizada pelo Conselho Internacional de Educação de Adultos. Aí, foi redigido e lançado o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global.

Nessa mesma ocasião, a RME recebeu o apoio financeiro do Unifem para desenvolver o projeto Mulher, Meio Ambiente e Desenvolvimento, que gerou, entre outras ações, a produção de três cadernos⁵⁵, contendo textos traduzidos, nos quais se observa, também, três logomarcas: 1) Publicações Rede Mulher; 2) Escola de Mulheres para a Educação Ambiental (apenas no caderno 3); 3) Escola Laboratório de Educação Ambiental com Mulheres (apenas no caderno 2). Esse mesmo projeto possibilitou, no final de 1994, a publicação do livro *Um outro jeito de ser: novas relações entre homens e mulheres na produção e consumo de alimentos*, como resultado do “laboratório” ocorrido em 1993, por meio da “Escola de Mulheres para a Educação Ambiental”.

No período entre 1989 e 1991, a Rede Mulher teve a seu encargo a coordenação geral de outro grande projeto: A Organização das Mulheres Construindo uma Nova Sociedade⁵⁶. Este processo foi realizado em São Paulo, Minas Gerais e Brasília, com coordenações específicas para cada uma dessas localidades, e envolveu diversos grupos de mulheres das zonas urbana e rural, visando, de forma geral, a detectar suas origens, formas de atuação, dificuldades de participação social, o que pensavam sobre feminismo, etc. Note-se que, apesar da crise interna na Rede, esse processo teve uma dimensão importante. Concluiu-se, então, que, naquele momento, os problemas institucionais não causaram perdas explícitas nos processos formativos e articulações em geral.

Um marco na política institucional da Rede Mulher deu-se em 1993, por meio da avaliação externa realizada por Regina Festa, professora de Comunicação e Cultura Contemporânea na ECA/USP e no Programa de Pós-Graduação do IMS/SBC. Como profunda conhecedora do universo das ONGs, Regina Festa analisou as estratégias gerais da RME, a

⁵⁴ Para tais fins ver WEBER, Max. *Economia e sociedade*. p. 158-67.

⁵⁵ Caderno 1 – *Mulher, Ecologia e Sobrevivência*; 2 – *Vamos Verificar?* As perguntas que não podem faltar nos projetos de ONG's e Movimentos Sociais; e 3 – *Princípios da Alfabetização Ecológica*.

⁵⁶ Este projeto teve uma grande dimensão, abarcando quase 500 grupos de mulheres de vários Estados brasileiros.

relação entre estratégia e atividades, o plano operacional e o Núcleo de Comunicação (Vieira, 1999).

Conforme Vera, nesse relatório Regina destacou que a organização não perdeu sua finalidade. Levantou, porém, alguns pontos importantes para a recondução da ONG, entre os quais: a crise estratégica, ocorrida entre 1990-1993, foi em função de uma análise pouco flexível do mundo contemporâneo. Foi, também, um período de contradições internas fortes – como já relatado pelas fundadoras –, logo, de muita vitalidade, estabelecendo as bases para a gestação do novo, em construção. Houve, simultaneamente, uma tentativa de volta ao passado e um impulso de salto para o futuro.

Sobre esse momento da organização, Beatriz avaliou que “quando você começa a trabalhar com educação popular de mulheres, você sai para o espaço público. Nesse espaço público, você vai criando o seu próprio espaço, sua área de influência, digamos assim, você cria uma área de influência. Acho que não tem muito sentido essa coisa da rivalidade.” Percebeu-se com este relato que a crise comprovou para envolvidas como Beatriz a conquista do seu micropoder – e de seu potencial transformador –, e que o *saber* lidar com o poder, micro ou macro, por meio da compreensão de situações conflituosas como a vivenciada pela Rede, é capaz de gerar lideranças e projetos transformadores.

No início de 1994, deu-se o início da participação da RME e do Centro da Mulher Peruana Flora Tristán (Lima/Peru) no projeto de administração estratégica denominado *Gênero e Desenvolvimento Institucional em ONGs* – para o qual as duas ONGs foram escolhidas –, que resultou em uma publicação com o mesmo nome. Esse processo já havia sido anunciado pela Rede no *Cunhary* Edição Especial, de março de 1993. Com base na situação geral da América Latina, e em particular das ONGs consideradas históricas, o processo teve por objetivo a transformação organizacional, foi assessorado pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal - Ibam, financiado pelo Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas - Unifem e apoiado pelo *Instituto de la Mujer* (Espanha), do qual Menchu Ajamil foi consultora. Houve atividades de capacitação para os membros das organizações, realizadas simultaneamente a um projeto de assistência técnica em desenvolvimento institucional e organizacional.

Com isso, estabeleceu-se um outro marco para efetivas mudanças. Vera concluiu que os “efeitos desse processo foram sentidos profundamente, conferindo a constatação da necessidade de revisão da missão da Rede Mulher de Educação, de suas funções e estruturação. Em 1994, a

Assembléia Geral da entidade definiu novas estratégias de ação e alterações em seus estatutos.” (Vieira, 1999).

Para Moema, esse processo foi, de fato, uma renovação, uma refundação da Rede, que culminou com a Assembléia Geral em 1994, quando também se realizou um trabalho coletivo no sentido de se estabelecer, de fato, uma ONG declaradamente feminista. Em março de 1994, a coluna *Você Sabia?*, do *Cunhary* – Especial Assembléia, destacava, sob o título *Revisão completa*

Que em 93 e início de 94 foram dados passos decisivos para concretizar a mudança organizacional da Rede Mulher? E que estes passos envolveram desde a eleição de uma diretoria transitória, para elaborar o novo estatuto, até a revisão dos procedimentos administrativos, das relações interpessoais e planejamento estratégico para definir novo desenho organizacional e linhas de ação prioritárias?

A todo vapor

Que, apesar de estar mais voltada para si mesma neste período, em 93 a Rede Mulher exerceu normalmente as suas atividades, envolvendo cerca de 4.500 pessoas e organizações, através de oficinas, assessorias, publicações e atividades de cooperação e intercâmbio?

Efetivamente, esse período marcou uma etapa de revisão interna, o que pôde ser observado, também, pela aparente ausência de projetos mais significativos, tanto na lista de projetos da ONG quanto nos Informativos *Cunhary*.

A partir da Assembléia de 1994 também se definiu a forma de trabalho *da* e *de* Rede, com a imagem do *tear* e da *trama*. O *tear* é a estrutura que abriga as instâncias de decisão: a Assembléia Geral, constituída pelas sócias-educadoras, que atuam em diferentes regiões do país; o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal; a Coordenação Executiva, localizada na sede, responsável pelas áreas técnica e administrativa. A *trama* são os espaços onde se dão as múltiplas relações que a organização estabelece por meio de suas propostas e atividades.

Efetivamente, o período de 1994 a 1998 foi de suma importância para a definição da atual estrutura institucional e do seu foco de atuação. Isso ocorreu por meio do projeto e do Curso de Capacitação de Multiplicadoras em Gênero e Liderança, realizado em fevereiro de 1995, nos quais Menchu Ajamil foi pessoa fundamental, dando consultoria e participando do trabalho de campo, auxiliando na seleção de grupos identificados como mais próximos da RME. O tema foi definido como “carro-chefe” das atividades da ONG até o ano de 2000. O Curso foi realizado na forma de seis eventos em um, cujo nome gerou uma cartilha: *Rompendo o teto de cristal*,

“pensado como uma necessidade das lideranças emergentes, já que as barreiras – nem sempre visíveis – que impedem a ascensão das mulheres estão cristalizadas na sociedade brasileiras”. (Cunhary nº 19, março de 1995). Este projeto previu a sistematização dos resultados em uma publicação.

Desse processo é que foram selecionados os Pontos Focais (PFs) – que são ONGs, núcleos universitários e movimentos sociais com os quais a Rede Mulher passa a priorizar suas ações de capacitação, intercâmbio e projetos. Uma das organizações eleitas como PF, visitada para fins deste estudo, foi a Associação de Mulheres para a Educação - AME: fundada em 1986, é uma entidade social sem fins lucrativos e possuía, até 1999, 10 creches comunitárias, atendendo 800 crianças de 0 a 6 anos e dois centros de estudos, esportes e artes, com 200 crianças de 7 a 14 anos, oferecendo também cursos de qualificação profissional para adolescentes e adultos.

Em meados da década de 1990, ficou claro para a Rede Mulher, também, sua *missão*: “Contribuir para o equilíbrio das relações sociais entre mulheres e homens, promovendo a harmonia entre os seres humanos e com a natureza, por meio da educação popular feminista.” Foram estabelecidos, também, *princípios* básicos: *Os direitos das mulheres são direitos humanos; A educação popular feminista é um processo pedagógico de caráter político e aponta para a reciprocidade entre homens e mulheres, tanto na produção quanto na reprodução; a mudança na vida do planeta passa pela recuperação do princípio feminino e da natureza.*

Com o foco de atuação em *gênero e liderança*, a RME definiu-se como Escola de Formação de Multiplicadoras neste tema, que está vinculado a três eixos estratégicos (cf. *folder* institucional):

Formação: sistematização e desenvolvimento de metodologias; formação continuada de formadoras/es; formação de lideranças transformadoras rurais e urbanas; assessoria; intercâmbio; produção de materiais educativos.

Educomunicação: comunicação para trabalho em rede; serviços de interconexões; Informativo *Cunhary* (editado desde 1988, com tiragem média de 3 mil exemplares); comunicação e “lobby”; leituras críticas dos meios de comunicação; gênero e novas tecnologias.

Empoderamento Institucional: fortalecimento institucional de organizações de mulheres; metodologias de gênero e planejamento; análise de gênero no ciclo de projetos; desenvolvimento de redes institucionais; articulação interinstitucional.

As formas de atuação se efetivam por meio da *educação presencial* (cursos, laboratórios, seminários), *educação a distância* (Informativo *Cunhary*, *home page*, banco de dados e serviços de interconexões) e da *articulação* (com outras redes e instituições, de âmbito nacional e internacional).

Com base nesses eixos, a RME tem realizado diversos processos de formação de lideranças multiplicadoras (de conhecimentos), para diferentes grupos e organizações de mulheres e também mistas – muitas vezes, com a participação de homens –, bem como vem promovendo a autoformação de suas sócias-educadoras.

No período entre 1995 e 2000, efetuou diversas assessorias, oficinas, cursos e palestras com enfoques como *gênero e liderança* – trabalhado em diferentes vertentes; segurança alimentar; gênero, liderança e geração de renda; gênero, educação e cidadania; montagem de empreendimentos de geração de emprego e renda; socioeconomia solidária, etc. Vale ressaltar alguns projetos – realizados com apoio financeiro de agências ou organismos internacionais – e assessorias concretizados por meio de cursos, oficinas e material escrito, entre os quais: Como utilizar os meios de comunicação (1995); Relações de Gênero no Ciclo de Projetos (1996); Como superar obstáculos nas estratégias de prevenção e combate à violência contra a mulher (1998); Educar para a Vida: formação de monitoras de oficina (1998/1999); Gênero e Geração de Renda (2000); Gênero e Educação para os Meios de Comunicação (início 2000).

A Rede Mulher de Educação é chamada a apresentar seu trabalho em programas de TV e rádio, a dar entrevistas para revistas e jornais, bem como a participar e promover palestras, eventos, ministrar aulas em universidades e cursos de extensão e qualificação profissional, dar orientações metodológicas para variados processos, etc.

Nos anos de 1999 e 2000, a RME começa, assim, a ampliar e consolidar, de novas formas, sua visibilidade, em várias instâncias e campos de atuação. Para tal, colaborou, também, o processo de avaliação externa realizado durante 1999, considerado, no relatório de 2000, como um momento privilegiado de ver-se e ser vista dentro de uma metodologia que permitirá não apenas visualizar erros e acertos, mas traçar caminhos para o futuro.

Da mesma forma, essa avaliação contribuiu para que, na Assembléia Geral de 2000, houvesse uma renovação da Assembléia Geral e dos Conselhos da RME, que foram eleitos em caráter provisório por conta da fase de transição de membros, com um ano de mandato. A

Assembléia Geral ficou composta por 23 sócias-educadoras, pessoas físicas com direito a voz e a voto em Assembléia Geral; os Conselhos Administrativo e Fiscal, por nove sócias-educadoras; coordenadora-executiva, eleita pelo Conselho. A RME possui cerca de 2 mil filiadas(os), que são pessoas físicas ou jurídicas, com direito a voz em Assembléia Geral.

O quadro de funcionárias é formado por uma restrita equipe permanente, ou seja: a coordenadora executiva – que se ocupa, entre outras, das áreas administrativo-financeira e comunicação, além de representar a RME em diversos eventos e seminários promovidos por financiadores e outras grandes ONGs –, secretária e uma recepcionista do condomínio RME-Ecoar, bem como assessoras técnicas que prestam serviços em projetos pontuais e as sócias-educadoras, de diferentes regiões do Brasil, que realizam tanto trabalhos voluntários quanto assessoria técnica em serviços específicos. Simultaneamente, a Rede articula sete Pontos Focais, sediados em seis Estados brasileiros – dois em São Paulo, um em Minas Gerais, Mato Grosso, Tocantins, Bahia, Paraná.

Conforme documentado por Vera (*Educomunicando*), as atividades da organização são financiadas em 80% com recursos de agências internacionais de cooperação e 20% por convênios/parcerias, contratos de assessoria/consultoria, venda de publicações e filiações/anuidades.

Para o crescimento constante da visibilidade da RME contribuem, também, fatores como sua *homepage* (www.redemulher.org.br); publicações como o *Cunhary*, as recentes Cartilhas *Mudando o Mundo com as Mulheres da Terra* e a publicação, em parceria com uma editora comercial, de *Mudando o mundo: a liderança feminina no século XXI* – prevista no projeto Capacitação de Multiplicadoras em Gênero e Liderança; conquista de prêmios pelas suas sócias-educadoras e PFs – bem como indicação da própria Rede Mulher como uma das ganhadoras do Prêmio Bem Eficiente de 2001; participação em atos públicos, como a Marcha Mundial das Mulheres e a Marcha das Margaridas; participação em outras redes, como a de Socioeconomia Solidária.

Como enfatizado no seu relatório anual de 2000, manter o caráter inovador em ações voltadas para as mulheres é um critério que tem permeado as ações da RME: como uma organização não-governamental, pensou e trabalha, sob todos os aspectos, as questões que envolvem as lideranças femininas da atualidade, bem como as relações de gênero que aí se reconstróem. Considerando que as mulheres brasileiras perfazem mais de 40% da População

Economicamente Ativa e que, no entanto, ainda ganham 65% dos rendimentos dos homens em mesmas condições, esse trabalho tem que ser realmente difundido.

Ao recapitular que projetos determinam a práxis de movimentos sociais e, sob o enfoque em pauta, de ONGs, incluindo suas metas, objetivos, lutas, encaminhamentos, etc. (Gohn, 1991, p. 43), concluiu-se que a RME firma seu projeto político de promover uma educação popular feminista, cujo objetivo central é formar lideranças, com potencial multiplicador, em diversas vertentes de gênero e liderança, por meio da construção coletiva de conhecimentos.

2.1.4. Desafios

Como em todas as organizações, principalmente as congêneres, desafios são pontuados e passam a fazer parte do universo de expectativas das pessoas envolvidas na Rede Mulher de Educação. Moema considerou que, desde 1994, passou a ocorrer um avanço real na RME, que manteve sua proposta mesmo com os tropeços institucionais e relacionais. Ela entende, no entanto, que ainda é preciso trabalhar e aprofundar alguns aspectos “neste novo cenário, dos quais mencionaria:

- a consciência de pertencimento à rede, ainda fraca entre algumas sócias- educadoras e até entre conselheiras;
- o avanço coletivo em termos de coordenação (não sei como o atual comitê gestor está prevendo a mudança deste quadro);
- a desconcentração institucional cuja centralização – por motivos os mais diversos – continua sendo uma marca, concentrando numa só pessoa papéis e funções tão diversas como a coordenação, a administração, a comunicação, a representação institucional.

Na opinião de Moema, apesar do acúmulo existente, atualmente, com a possibilidade de um *pool* de pessoas muito capazes e preparadas nas diferentes habilidades que a Rede exige – seja na área do feminismo e das políticas públicas dirigidas à mulher, seja na questão da educação popular, seja na questão do encaminhamento das questões institucionais – trata-se de definir coletivamente papéis, atribuições e funções que utilizem ao máximo o potencial existente.

Já Vera admitiu que as ONGs, em geral, e as feministas, em particular, estão perdendo por não estarem dando lugar para novas lideranças. “E você tem novos desafios, você tem novos caminhos”, avaliou. Da mesma forma, considerou que, hoje, o desafio está em duas vertentes: “atrair jovens e atrair os homens para essa luta e para o diálogo. Para mim são os dois grandes desafios.”

Mas concebe-se, também, que as principais dificuldades que vêm sendo enfrentadas pela RME e que têm sido recorrentes nos últimos anos de atividades representam grandes obstáculos a serem transpostos. Entre eles, a escassez de recursos financeiros e humanos, sobrecarregando particularmente a coordenadora executiva e a secretária da sede, com acúmulo de trabalho, uma vez que o orçamento atual não permite a contratação de outras profissionais.

Considera-se, assim, que outro grande desafio da RME é conseguir apoios financeiros de mais longo prazo – o que não tem sido a política adotada pelas agências e financiadores em geral – e viabilizar novas formas de auto-sustentação. Esses fatores possibilitariam, principalmente, a contratação de técnicas e auxiliares. Isso porque com o corpo de sócias-educadoras atual, a RME fica à mercê da disponibilidade de tempo dessas profissionais, que têm, em sua maioria, compromissos de trabalho fixos. Com isso, a Rede – que tem um capital simbólico firmado pela competência de suas atuações – não tem dado conta de atender a muitos processos para os quais é convidada, entre eles, seminários, oficinas, palestras, mesas redondas, etc.

2.2. A Sempreviva Organização Feminista – SOF

2.2.1. A construção do percurso metodológico da pesquisa:

fontes e dados

O primeiro contato com as coordenadoras da Sempreviva Organização Feminista - SOF deu-se em agosto de 1999, por ocasião do processo formativo *Mulheres e Economia: Seminário de Formação Econômica dirigido às mulheres*, realizado pela organização. Soube-se deste seminário por meio de feministas do interior de São Paulo, que mantêm estreitas relações com esta ONG.

Por meio de informações de outras mulheres do movimento feminista, bem como por meio das observações em campo e publicações, constatou-se que Nalu Faria e Miriam Nobre eram as coordenações e líderes-chave da SOF. Coordenações, pelos cargos oficiais que ocupam. Líderes, pelo empreendedorismo e carisma com que conduzem as atividades e articulações da organização.

Na SOF, desde o final de 1986, Nalu, 41 anos, casada, psicóloga, ocupa o cargo de coordenadora geral. Miriam, 34, casada, agrônoma e mestre em agronomia, entrou na organização em 1993, é a atual coordenadora de programas da ONG.

As coordenadoras puseram à disposição seus arquivos, nos quais foram encontrados todos os relatórios do período de 1988 a 1999 e, ainda, alguns documentos e publicações que ilustravam um pouco da história de quase 40 anos desta organização. No entanto, foram encontradas poucas sistematizações no formato de apostila, que normalmente são utilizadas em processos de formação.

2.2.2. Cenários da Construção de uma História

A SOF, sob essa mesma sigla, teve, desde a sua fundação em 1963, as seguintes denominações: *Serviço de Orientação da Família* (1963-1989), *Sempre-Viva Organização e Formação* (1989-1993) e, atualmente, *Sempreviva Organização Feminista*. Essas alterações refletem as transformações que a ONG veio sofrendo no decorrer de sua história, transformações impostas por diferentes contextos, por novos desafios e pela ampliação de seu leque de atuação.

Sinteticamente, reconhecem-se três etapas sucessivas: um primeiro momento, centrado na atuação na área da saúde e orientação familiar; um segundo, voltado para os movimentos sociais, especialmente relacionados à atuação das mulheres (saúde, carestia, habitação, violência, etc.); o terceiro momento, atual, que aprofunda o viés feminista e define a atuação junto aos movimentos com base nos aspectos inerentes à construção social de gênero, além da ampliação da presença e de relações em âmbito nacional e internacional, da intensificação da sistematização de conhecimentos por meio da produção de material impresso (livros, cartilhas, etc.) e do intercâmbio com outras organizações internacionais, especialmente ONGs e universidades, por intermédio de parcerias voltadas para pensar e propor políticas públicas, formação feminista, sem prejuízo da vocação de origem: a saúde da mulher, os direitos reprodutivos e temas correlatos.

Essas transformações configuram um *continuum*, refletem a ampliação das demandas, mas não se pode estabelecer com rigor uma relação cronológica entre as alterações dos nomes da organização, enquanto pessoa jurídica, e as propostas e modos de atuação como sujeito coletivo, que se reconhece como entidade social, como movimento e como ONG. Isso com um fôlego que tornou possível uma longevidade rara em organizações congêneres e uma adaptabilidade peculiar às transformações, desafios, exigências, não a isentando, porém, de dificuldades e dilemas, como os que se colocam nos depoimentos de Nalu e Miriam.

Hoje, a SOF está sediada na rua Ministro Costa e Silva, 36 – bairro de Pinheiros. Em seu Estatuto, cuja última alteração foi feita em 1994, sua razão social continua a ser SOF – Serviço de Orientação à Família. No artigo 1º, define a sua natureza: “sociedade civil, de duração indeterminada, sem fins lucrativos”. Entre as finalidades da sua atuação, incluem-se “prestar serviço à população, particularmente às pessoas de baixa renda, em questões: orientação familiar, educação sexual, educação popular em saúde, formação e assessoria política em saúde, sem distinção de sexo, raça, cor, credo religioso e político partidário”.

A sua atual Diretoria, com atribuições e competências definidas estatutariamente, é eleita por uma Assembléia Geral e constitui-se dos seguintes membros: presidente, vice-presidente, primeiro e segundo secretários, primeiro e segundo tesoureiros. Seu Conselho Fiscal é composto por três membros efetivos e um suplente, eleitos pela Assembléia Geral. A filiação de associadas(os) é decidida pela Diretoria da organização, com base no cadastro de pessoas que têm afinidades com as atividades da ONG. Ao mesmo tempo, possui nove mulheres contratadas e um

homem sob regime da Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT, duas prestadoras de serviços e uma estagiária.

No entanto, por ocasião da sua fundação em 1963, a hoje denominada Sempreviva Organização Feminista – SOF, então *Serviço de Orientação Familiar* buscava apoiar as famílias de migrantes que chegavam à zona sul da cidade de São Paulo, mais especificamente à região de Santo Amaro, Vila Remo.

Na década de 1970, ampliou suas atividades, articulando-se com os movimentos sociais da região, procurando atender às suas dificuldades de atuação e demandas. Para ilustrar um pouco esse período, vale lembrar que a alta incidência de verminoses foi identificada como problema coletivo pelos clubes de mães da Vila Remo, dando origem à solicitação do curso de enfermagem ao SOF. A ONG, além de informar às mulheres noções de higiene, também ampliava o debate, introduzindo questões ligadas à precariedade dos serviços públicos necessários à saúde preventiva da população.

Nesse período, os clubes de mães da zona sul destacaram-se por ampliar os horizontes informacionais, relacionais e culturais de mulheres que passam a sair do âmbito doméstico para o político, mobilizando-se junto ao poder público para reivindicar melhorias para seu bairro. Esse processo incluiu a participação do SOF, que passou a atuar também na zona leste da cidade, a partir de 1979, onde se fortalecia o movimento das mulheres donas de casa e o de saúde que se ampliava e ganhava visibilidade.

Ao estudar a luta das mulheres por creches em São Paulo, Gohn (1985) caracterizou os *clubes de mães* como grupos formados principalmente por donas-de-casa, categoria genérica atribuída a mulheres que não trabalham fora do lar.

Porém, nos Clubes de Mães da periferia de São Paulo, grande parte das mães trabalham fora do lar, e o Clube de Mães passou a significar a possibilidade de se ter um fórum para debater os seus problemas cotidianos. Algumas práticas artesanais, tais como cursos de bordados, crochês, pinturas, etc., passaram a ser utilizadas como forma de atrair as mulheres do bairro para atividades coletivas. O trabalho conjunto possibilitou o diálogo e a troca de experiências quanto aos problemas cotidianos enfrentados. Alguns movimentos sociais dinâmicos surgidos em São Paulo, na última década, tiveram sua origem em Clubes de Mães, tais como: o Movimento de Carestia [1974-1977] e o Movimento de Luta por Creches (1985, p. 106-107).

Assim, valendo-se de referências do movimento feminista e da educação popular, o SOF, por meio de equipe multiprofissional – composta por médicas, médicos e enfermeiras –,

desenvolveu, em bairros da cidade, um programa de assistência médica à saúde das mulheres pobres e trabalhadoras, de meados da década de 1970 até dez anos depois. Foram realizadas oficinas com metalúrgicas e também junto à CUT Zonal. “O programa utilizava metodologias do movimento feminista, como oficinas de auto-exame ginecológico, e das iniciativas de educação popular, como certos formatos de encontro iniciados por jogos corporais.” (Bocchini, 1994, p. 70).

Conforme Bocchini, o SOF foi uma das primeiras ONGs do país a tratar da saúde das mulheres dentro de uma perspectiva feminista, ao lado de outras organizações como SOS Corpo (Recife) e do Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde (São Paulo). “Por definição, a atuação feminista se coloca num campo progressista, que propõe mudanças na sociedade, que redefine direitos, que põe novos direitos em discussão na sociedade.” (*ibidem*). Tal era seu objetivo de atender às carências na área de saúde, que um boletim de 1979 (s/d), participando a abertura do SOF na zona leste de São Paulo, identificou o SOF também⁵⁷ como “uma clínica”:

Na ZONA SUL de São Paulo, em Santo Amaro, existe uma Clínica com o nome S.O.F. (SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO DA FAMÍLIA). Foi fundada em 1963, por um grupo de profissionais interessados em ajudar as famílias que precisavam de orientações sobre: - planejamento de nº de filhos; - Relacionamento do casal; - Educação dos filhos; - Problemas de saúde da mulher e da família. (...) Mais tarde, em 1972, essa Clínica se tornou uma Associação, de forma que, hoje, cada cliente é também sócia. De dois em dois anos, é eleita uma Diretoria e um Conselho Fiscal, composta pelos próprios associados.

Nessa ocasião, o SOF já promovia ativamente, também, articulações de movimentos, como a Plenária da Saúde e a comemoração do 8 de Março.

Em 1976, o *Boletim Informativo* do SOF, nº 12/76, divulgava, além de informações sobre a consecução de um apoio financeiro para se obter uma *casa nova*, na zona sul, relatos de pessoas atendidas pela organização. Sob o título de *Bate-papo na sala de espera (Conversa de rotina entre associadas)*, lê-se diálogos como:

- Eu acho o SOF muito bom, porque a gente tem boa orientação do médico. Isso não acontece em qualquer clínica. Nos outros lugares têm filas enormes e leva muito tempo para ir no médico.
- É, no INPS, por exemplo, a fila é sempre mais comprida. Se você sentar, perde o lugar.

⁵⁷ Já o *Informativo SOF – Leste*, n 1, de março/79, identificou o SOF como uma entidade.

- Mas eu acho que aqui o mais importante que a gente tem com as pessoas. É como se fosse uma família...
- Aqui eu adoro, eu acho muito bom.
- Aqui, se você não fala com o médico, fala com a enfermeira. Nos outros lugares não...
- E todas são amigas. Ninguém é estúpida com a gente.

Essa conversa informal evidencia a precariedade geral dos serviços públicos na área da Saúde da ocasião – fato que, notoriamente, não mudou muito desde então –, bem como de que maneira uma entidade social, com as instabilidades financeiras características dessas organizações do terceiro setor, substituiu e substitui eficazmente as instâncias governamentais, às quais coube e cabem, efetivamente, prestar tais serviços.

É importante, contudo, situar melhor esse contexto. Para Gohn, após 1974, a conjuntura política brasileira levou a progressivas alterações nas regras do jogo então vigente. O controle social por parte das autoridades estatais teve que ser afrouxado devido às pressões dos grupos da sociedade civil, que passaram a se organizar e a pressionar por espaços de participação. “No caso do Movimento de Luta por Creches, uma das indicações sobre sua origem deve ser buscada nas diferentes determinações que possibilitaram a aglutinação dos movimentos feministas, e a série de reivindicações que ele desencadeou relativas à mulher.” Dentre estas determinações, a autora considerou que a fundamental dizia respeito a alterações na estrutura econômica da sociedade capitalista, que inseriu a mulher no mercado de trabalho de formas diferenciadas, segundo as diferentes classes e camadas sociais. (Gohn, 1985, p. 107).

Mas essa inserção não foi acompanhada de uma correspondente constituição de infraestrutura mínima que lhe possibilitasse desenvolver as *novas* atribuições. “Neste sentido, houve um agravamento na situação da mulher, que sempre teve um papel de subordinação e de objeto de opressão na sociedade.”(*ibidem*).

Em 1979, com a realização do I Congresso da Mulher Paulista, o Movimento de Luta por Creches é lançado oficialmente, unificando-se. O evento reuniu vários clubes de mães da periferia, entidades e associações feministas, a oposição sindical de São Paulo, o Movimento do Custo de Vida. O final do encontro reuniu as reivindicações levantadas em três grandes pontos:

a) Creches: totalmente financiadas pelo Estado e empresas, próximas a locais de moradia e trabalho, e que não fossem meros “depósitos de crianças”, contando com a participação dos pais na orientação pedagógica.

b) Luta pela equiparação salarial por trabalho igual e por melhores salários para todas(os) as(os) trabalhadoras(es).

c) Contra o Programa de Prevenção de Gravidez de Alto Risco.

Conforme Gohn, as reuniões gerais do Movimento de Luta por Creches ocorriam, normalmente, na sede do SOF, na zona sul da cidade.

O *Boletim Interno* do SOF, nº 3, de julho/1979, deu ênfase ao I Congresso da Mulher Paulista, comentando em tom de manifesto o que considerou como principal reivindicação: creches. Salientou, da mesma forma e em maior espaço, aspectos da divisão desigual do trabalho doméstico entre homens e mulheres:

Será que o trabalho doméstico é dever somente das mulheres? Muitas achavam que o trabalho doméstico deveria ser dividido com o homem. Mas o melhor seria que ele fosse socializado, ou seja, que se fizessem lavanderias públicas, restaurantes coletivos, creches para as crianças, já que são coisas de importância e de interesse para todos. Hoje, são as mulheres, sozinhas, que ficam com toda a responsabilidade e, portanto, sobrecarregadas. Assim lhes sobraria tempo e energia para uma participação maior na sociedade. (...) (p. 4-5).

A participação das mulheres na greve dos metalúrgicos também foi notícia no nº 3 do *Boletim Interno* SOF, que publicou o enfático depoimento de uma metalúrgica sobre a participação das mulheres nesses movimentos:

A greve dos metalúrgicos do ABC, iniciada no dia 13 de Março, contou com a participação maciça das mulheres metalúrgicas e das mulheres de metalúrgicos. Elas participaram de piquetes nas portas de fábricas, como aconteceu, por exemplo, na Pirelli, onde 10 metalúrgicas conseguiram demonstrar aos companheiros ainda indecisos a importância de tomarem a decisão juntos e assim conseguiram paralisar a fábrica. (...) Na Volkswagen, elas chegaram a deitar na frente dos ônibus para que eles não pudessem entrar na fábrica. Isto porque elas sabem o quanto são exploradas e o quanto o povo é explorado e que o que reivindicam é justo e que, portanto, lutar por melhores condições de vida é um direito. Por sua participação marcante, muitas mulheres foram inclusive detidas pela polícia. Sua presença tem sido constante nas assembléias, sempre com uma palavra de ânimo e disposição. (*Boletim Interno SOF*, nº 3, p. 3-4).

Em fevereiro de 1983, o SOF publicou *Isto é para vocês dois*, no formato de *Boletim Informativo* (nº 4). Na realidade, trata-se de uma cartilha de 35 páginas que aborda vários aspectos do corpo de mulheres e homens, onde podem ser encontradas informações importantes como detalhamentos sobre o corpo de homens e de mulheres, métodos artificiais e naturais de contracepção, femininos e masculinos - recomendados ou não –, exame ginecológico, etc.

Porém, em 1986, “à medida em que, por pressão popular, o plano de assistência integral à saúde da mulher começa a ser parcialmente assumido pelo estado”, e pelo fato de a equipe do SOF acreditar que competia ao mesmo assegurar o direito à saúde para “todos os cidadãos”, a organização deslocou seu foco de trabalho e o atendimento direto deixa de ser seu “eixo de luta”. (documento *Propostas de Trabalho - Saúde, um direito a ser conquistado*).

“Assim, em 86, a entidade acaba com os serviços de atendimento médico, investindo mais no trabalho com organização popular, por meio da atuação junto aos grupos de bairro para contribuir com o movimento popular de saúde.” Dessa forma, as prioridades de trabalho do SOF, a partir de 1987, passaram a ser: assessoria a grupos e movimento popular de saúde; formação técnica e política em saúde; oficinas em saúde da mulher. Quanto à metodologia, foi informado que se optou trabalhar de forma grupalizada, “tentando garantir o processo educativo contínuo em todos os trabalhos desenvolvidos, através de uma relação dialógica, contribuindo para o desenvolvimento da consciência crítica.” (*ibidem*).

Nesse ano, Nalu passou a integrar a equipe do SOF. Para tal, sua trajetória foi fundamental:

Foi em 86 que eu comecei a militar mesmo no movimento de mulheres. Fui trabalhar como psicóloga num posto de saúde lá na zona leste. E, a partir disso, eu fui para Carapicuíba ajudar numa oficina - uma amiga minha que ia fazer a oficina foi viajar, eu fiquei no lugar dela. Em 86, eu comecei [também] a militar na preparação do 8 de março. E nesse 8 de março, a gente definiu que ia fazer um trabalho com mulheres sindicalistas e eu comecei, então, a participar do grupo, como articulação para formar uma comissão de mulher da CUT. E eu fiquei militando na CUT, primeiro como filiada ao Sindicato dos Psicólogos e depois, quando eu fui trabalhar na SOF - eu entrei na SOF no final de 86 -, aí então acabou essa minha relação com o Sindicato: eu não dei conta de ficar no Sindicato dos Psicólogos, era muita coisa. (...) a gente trabalhava na zona sul, basicamente no trabalho de bairro. Na época, participávamos de algumas articulações de movimentos, tipo a Plenária de Saúde, o 8 de Março, mas as intervenções concretas da SOF eram no bairro. Havia a Rosa, o Rafael e a Elke - que tinham feito uma oficina com metalúrgicas -, aí nós começamos como SOF a atuar junto à CUT Zonal .

Conforme ela, foi a partir de 1987 que a equipe do SOF começou a debater, de forma bastante clara, a questão do feminismo e da auto-organização das mulheres. Percebeu-se que, para implementar um projeto de saúde da mulher, passou a ser necessário se remeter constantemente ao movimento de mulheres. Foram definidas, então, duas estratégias: manter a relação com o movimento de saúde, mas, dentro do eixo das discussões, aprofundar o envolvimento com auto-organização das mulheres. Para Nalu, “a SOF foi tomando uma

posição diferenciada em relação ao feminismo – não que ela não tivesse esta articulação com o movimento de mulheres, mas era mais difusa a relação SOF-movimento de mulheres / SOF-movimento de saúde: ficava transitando nesses dois mundos. E às vezes, o que era prioritário, uma hierarquia modificava.”

Passou a ser realizado, então, um processo formativo para a reciclagem da equipe, abordando e buscando desmitificar o tema feminismo, a partir de 1988. Esse processo vai influenciando a forma de trabalho, as atividades e as articulações. A ONG começou, conforme Nalu, a ser mais propositiva em relação a algumas atividades. Na época, desenvolveu ações conjuntas com técnicos da Secretaria de Saúde, para implementação de um Programa de Saúde da Mulher. Por meio de um curso, estruturou prioridades alternativas ao atendimento da saúde da mulher e debateu, de uma forma mais elaborada, a questão do feminismo.

A partir de 1989, o SOF, mantendo o nome oficial e a sigla conhecida, passa a denominar-se *Sempre-viva Organização e Formação*, o que é visto em seus impressos.

Em 1989, um curso de formação feminista ocorrido na zona sul trabalhou, além da saúde, questões que abordavam a opressão das mulheres, a divisão sexual do trabalho, o trabalho doméstico, a violência, o histórico do movimento feminista, consagrando a ampliação da gama de temas trabalhados pela SOF.

Nalu considera que havia características diversas entre a atuação na zona sul e na zona leste da cidade. Na zona leste, a SOF trabalhou mais com o movimento de saúde, firmando sua identidade como organização de apoio à saúde da mulher. Na zona sul, no início, houve certo cuidado para empregar a palavra feminismo, abordando mais a opressão das mulheres, movimento de mulheres, luta de mulheres. Nesse contexto aconteceu o Seminário de Feminismo, que envolveu tanto a equipe da zona sul quanto a da zona leste. Entre outros processos de formação, nesse ano, a ONG realizou também os cursos Elaboração de Documentos e Desenvolvimento de Oficina e Grupos de Interesses no 10º Encontro Feminista.

Conforme a hoje coordenadora geral da SOF,

a gente fazia muito isso: um trabalho de dessensibilização, de desconstrução mesmo dos preconceitos com a palavra feminista. E aí sempre usamos metodologias participativas, para trabalhar a visão que as pessoas tinham em relação à situação de subordinação das mulheres, a visão que as pessoas tinham de lutas. Havia algumas que estavam trabalhando minimamente com gente que ainda estava se organizando, então não tinham preconceito com o fato das mulheres estarem organizadas. E aí você fazia um trabalho de desconstruir o preconceito em relação ao tema feminismo. Tanto que rapidamente começamos a chamar de formação feminista e a gente fez algumas coisas mesmo de afirmativo. Em 89, teve o X Encontro Nacional Feminista em Bertioga. Como fizemos todo um processo na região, tanto na sul como na leste, de preparação para o Encontro Feminista, chamávamos as pessoas, fazíamos debate. No Encontro Feminista de Bertioga queríamos debater o tema do aborto, então fizemos uma preparação com a discussão do tema do aborto.

Paulatinamente, a dimensão de gênero vai sendo incorporada às reflexões e ações da SOF na área da Saúde. Ao trabalhar a saúde das mulheres sob uma perspectiva feminista, como já citado, a organização propôs mudanças, apontando para a necessidade de se debater com a sociedade as formas de se conquistar novos direitos.

Um relatório da SOF, de 1989, pontua a conjuntura municipal, bem como a visão e a situação institucional geral naquele final de década: “No ano de 1989 vivemos muitos desafios, dificuldades, mobilizações, etc. Muitas mudanças ocorreram e continuarão ocorrendo.” A ONG considerou que, no campo dos movimentos populares, em São Paulo, houve um grande aumento da demanda nos âmbitos de suas organizações internas e da participação em canais institucionais (representação da população nos espaços burocráticos municipais), bem como a busca da articulação dos movimentos populares, visando a unificá-los, pontos que a SOF, como assessoria, buscou atender. Por meio do Projeto de Formação de Agentes, a ONG consolidou alguns pontos relativos à politização e à articulação do movimento de saúde, em áreas como São Miguel, Itaim Paulista, Ermelino Matarazo, Itapeverica da Serra) e na zona sul.

Nesse ano, por meio do seu projeto Saúde da Mulher, a SOF consolidou um fórum de articulação dos grupos de mulheres das zonas sul e leste de São Paulo, que trouxe um saldo organizativo e de avanço na discussão “da opressão específica da mulher”. Para tal, contribuiu o fato de a ONG ter-se envolvido na organização de atividades voltadas para as questões específicas da mulher: comemorações do 8 de março, Seminário do Dia Internacional de Saúde da Mulher, pesquisa de saúde da mulher, etc. “Porém, consideramos que não conseguimos ter uma contribuição efetiva em relação à unificação e formação de lideranças, que é uma

necessidade colocada pelos movimentos e uma das diretrizes da SOF. As iniciativas existentes foram pontuais e/ou bastante limitadas.” (Relatório 1989, s/n, s/d).

Pelas informações documentadas, a SOF tinha expectativas em relação aos Conselhos Populares e de maior participação em canais institucionais da Prefeitura, avaliando que os movimentos, em geral, não conseguiram responder a essas duas demandas, principalmente por sua fragilidade organizativa. “Os Conselhos Populares ficaram em 2º plano. A participação institucional criou confusão entre os espaços do movimento e o institucional, além disso prevaleceu a dinâmica existente de localização, dispersão e setorização (saúde, transporte, moradia)”, o que dificultou ao movimento investir na unificação. Esses fatores foram considerados como desafios para a ONG, que já almejava à criação de uma Central dos Movimentos Populares (Relatório SOF 1989).

No final dessa década, a SOF iniciou “de forma mais sistemática e coletiva”, em reunião de avaliação do seu trabalho, juntamente com lideranças dos movimentos com os quais trabalhava, a discussão sobre quais deviam ser as prioridades de uma “entidade de assessoria”: a avaliação geral foi de que o papel era o de formação de agentes multiplicadores e de estímulo à articulação entre grupos e movimentos, “embora havendo a colocação de algumas pessoas de que existe a necessidade de estarmos cotidianamente no bairro, na organização de todas as atividades.” (*ibidem*).

Nesse ponto, vale notar que a importante ação de atendimento direto e formação na área da Saúde, bem como o apoio principalmente a grupos organizados de mulheres - que caracterizaram a SOF nas primeiras décadas de sua existência – deram lugar a um projeto político assumidamente feminista, fortalecendo sua articulação e lutas junto a movimentos populares – principalmente aqueles em prol da saúde e pela garantia dos direitos reprodutivos (que envolvem a autodeterminação quanto à maternidade e o direito a políticas públicas de acesso a contracepção e ao aborto) –, centrando-se na formação de “agentes”, mas dando continuidade a atividades e processos formativos diversos por meio do Projeto Saúde da Mulher.

2.2.3. Atuação no Período de 1990-2000

No final da década de 1980 e início da década de 1990, as demandas de assessoria e participação da SOF expandiram-se ainda mais, e o trabalho da organização passou a ser reivindicado por entidades de campos de atuação variados, entre elas sindicatos, não só de São Paulo como de outras cidades e Estados.

Entre o final de 1992 e o início de 1993, a organização passou por uma avaliação institucional, apoiada pela Icco (Organização Inter-Eclesiástica para Cooperação e Desenvolvimento – Bruxelas/Bélgica) e assessorada por Ana Maria Bianchi Reis, do Centro Ecumênico de Publicações e Estudos, de Salvador (BA). Nesse processo, sua denominação passou a ilustrar suas principais atividades e articulações, ou seja, adotou o nome de Sempreviva Organização Feminista - SOF, elegendo como principais temas de atuação a construção social de gênero, saúde da mulher, direitos reprodutivos e sexualidade. Definiu-se, ainda, que sua atuação junto aos movimentos passaria a ser feita também com base nas questões das relações de gênero. Para Bocchini, isso significou que a organização deixava de prestar assessoria aos movimentos em suas questões organizativas mais gerais, como fazia na etapa anterior. “A equipe acredita que as mudanças vão ajudar a entidade a aperfeiçoar seu trabalho com mulheres, dentro de um projeto de transformação da condição de vida das mulheres e da sociedade.” (Bocchini, 1994, p. 72).

Apesar disso, até 1995, os relatórios de atividades ainda se referiam à ONG no masculino, o que comprova a força dos seus 30 anos anteriores de atuação.

A SOF começa, dessa forma, a caracterizar-se como ONG⁵⁸ que trabalha também com diversas questões sobre *gênero*, promovendo, para tal, a formação de lideranças femininas. Para a SOF, as “relações sociais de gênero” se caracterizam por “relações desiguais entre mulheres e homens, que se dão em um mundo marcado por uma definição estereotipada do que é ser mulher e do que é ser homem e que atravessam o conjunto da vida e da sociedade, nos campos do trabalho, da família e outros.” (conforme *homepage* SOF).

Sobre isso, Nalu considerou que

⁵⁸ Conforme detalhado na *home page* da SOF, ONGs são “instituições que se propõem a realizar ações de fomento à cidadania e de sustentabilidade através da mediação social, pressão e formação de opinião pública. Promovem a defesa de direitos, campanhas públicas e atuam como agentes da política social na educação para a cidadania.”

Quando começamos a trabalhar a questão, nos grupos, do conceito de gênero, ele foi muito útil para a seguinte coisa: para trabalhar o que é a construção da identidade feminina. Então, aí, pode-se trabalhar essa idéia da construção da identidade de gênero como construção de ser mulher ou ser homem, que tem gente que trabalha só como identidade, mas o aspecto da identidade é um aspecto importante. (...) nós nunca trabalhamos muito com construção, até pela nossa tradição marxista, nunca trabalhamos muito com o conceito de patriarcado, até trabalhamos com a idéia de cultura patriarcal, limites patriarcais, mas nunca como patriarcado, tinha mais essa influência de pensar, falar da divisão sexual do trabalho. É esse trabalhar mais como sistema, que articula várias coisas.

Nesse período, conforme informações documentadas, a Sempre Viva foi a única entidade brasileira a participar do Seminário da Rede Mundial de Mulheres para os Direitos Reprodutivos, em Madras, Índia, em 1993, com representantes de 28 países de vários continentes. Essa participação favoreceu o contato e intercâmbio internacional. A ONG participou, também, de vários encontros sobre saúde, direitos reprodutivos e política populacional, como preparação para a Conferência Mundial de Populações.

Ainda em 1993, a SOF iniciou a participação em uma pesquisa da *International Reproductive Rights Research Action Group*, que abrangeu oito países, para diagnosticar as necessidades, formular interesses e reivindicações de grupos de mulheres. A proposta, no Brasil, era de realizar três estudos de caso, sobre práticas e representações a respeito da reprodução, entre mulheres das camadas populares, em três cidades brasileiras. A pesquisa foi realizada por sete entidades: Estudos e Comunicação em Sexualidade Humana - ECOS; Instituto da Mulher Negra – Geledés; Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde; Fundação Carlos Chagas; Instituto de Saúde, Cidadania, Estudos, Pesquisa, Informação e Ação - Cepia; SOS Corpo - Gênero e Cidadania; e a SOF. Essa pesquisa foi concluída em 1995.

A participação no Fórum de Mulheres de São Paulo, em 1993, deu origem a um ato conjunto com os movimentos populares, junto à Prefeitura, no sentido de garantir as conquistas e ampliação das políticas públicas relacionadas à questão de gênero. Ainda nesse ano, *Abordagens Metodológicas de Gênero e Situação Atual do Movimento de Mulheres* foi o tema desenvolvido pela SOF em um seminário ocorrido em São Paulo e, posteriormente, no Chile, em 1994. A ONG foi convidada a expor seus projetos e ações na área da comunicação, no painel *Comunicação nas Organizações Feministas: necessidades e projetos*, no Congresso Brasileiro de Comunicação Social, que aconteceu em 1993, em São Paulo, o que ilustrou a importância e necessidade de discutir políticas de comunicação relacionada a atividades das organizações feministas e movimento de mulheres.

Na conjuntura pós-*impeachment* do presidente brasileiro Fernando Collor, a *Ação da Cidadania contra a Fome e pela Vida*, considerada uma importante mobilização desse período, envolveu uma gama imensa de segmentos da sociedade: associações comunitárias, ONGs, igrejas, classe média, empresários, sindicatos, central sindical, entre outros. A questão da fome passa a ser vista por ângulos diferenciados. A SOF levou a perspectiva de gênero ao levantamento das causas e à formulação das propostas pois, como hoje, as mulheres eram as mais pobres entre os pobres, bem como as gestoras do orçamento doméstico e da falta de comida. Seminários sobre as *Alternativas da Sociedade Civil contra a Fome* indicaram a necessidade de aprofundamento das discussões e de centrar as propostas no combate ao desemprego e na geração de renda.

Desde 1995, a SOF tem enfatizado também a articulação entre relações de gênero, situação sociopolítica e econômica e os modelos de transformação, ou seja, vem pautando as questões de gênero nos marcos da luta por cidadania e democracia, dentro de um projeto de desenvolvimento que tem a questão social como ponto central. Nesse sentido, os temas saúde e direitos reprodutivos, apoio aos movimentos e grupos de mulheres, gênero e políticas públicas e cidadania passaram a ser enfatizados nos programas institucionais existentes.

O aumento da pobreza entre as mulheres, e entre determinados setores (trabalhadoras informais, nas franjas do sistema, negras), tornou-se, nessa ocasião, mais um ponto importante na agenda do movimento de mulheres. Com isso, a SOF participou ativamente da Articulação das mulheres de São Paulo e colaborou na Conferência das Mulheres Brasileiras, ocorrida em 1995. As bandeiras de luta que se destacaram foram as de setores mais organizados, como a da maior participação das mulheres no Legislativo e o direito ao aborto. Este último, bem como os direitos reprodutivos, ressaltados na Conferência Mundial de Beijing, tiveram alguma ressonância no Brasil.

Não obstante, o Programa Gênero, Políticas Públicas e Cidadania, desenvolvido pela SOF, buscou criar uma unidade temática, dando maior consistência às atividades já realizadas no campo das relações sociais de gênero e feminismo. Buscou, também, aprofundar o nível de elaboração e propostas sobre temas afins a gênero e políticas públicas.

Foi também em meados da década de 1990 que a SOF, em conjunto com o SOS Corpo, desencadeou um processo de sensibilização das organizações da Abong, para a incorporação da perspectiva de gênero em suas ações. Participou, em 1997, da produção do caderno Abong,

Gênero: um olhar que transforma. Outra iniciativa foi a realização do Seminário Mulher e Economia Popular, em conjunto com as ONGs Ação Educativa e a Rede Mulher de Educação.

Em 1996, *Relações de Gênero na Agricultura Familiar* foi a temática de uma oficina realizada pela SOF, que conglomerou um grupo de pessoas que trabalhavam o tema em universidades, ONGs, movimento sindical e de mulheres, combinando discussões conceituais e experiências práticas. Tendo em conta que nessa ocasião CUT, Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura (Contag) e MST buscavam produzir análises e propostas sobre agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentado, a SOF considerou ser oportuno apresentar uma perspectiva concreta para superar as desigualdades sociais entre homens e mulheres no meio rural. As oficinas foram realizadas em vários Estados. Um desdobramento dessa ação ocorreu em 1998, quando a SOF foi chamada para realizar uma assessoria para a Rede Programas de Tecnologia Alternativa (RPTA) - Regional Sudeste, visando à efetiva incorporação da perspectiva de gênero em seus projetos.

Ao mesmo tempo, a SOF foi ampliando consideravelmente as articulações com redes e organizações nacionais e internacionais: intensificou as relações com a Rede Mundial de Saúde e Direitos Reprodutivos; com organizações de todo o mundo, por meio da *Marcha Mundial de Mulheres*, coordenada por grupo de entidades do Québec, Canadá, como a Federação de Mulheres de Québec (1998). Contudo, ainda atua nas zonas sul e leste da cidade de São Paulo, estendendo sua ação a outras regiões brasileiras, por meio de cursos e treinamentos, que beneficiam não só mulheres organizadas, mas também técnicas(os) da rede pública de saúde, trabalhadoras(es) e lideranças sindicais, com as(os) quais trabalha conteúdos como saúde da mulher e direitos reprodutivos.

No campo da educação não-formal, a SOF é chamada para aprofundar reflexões que relacionam gênero e educação, com diversos tipos de organizações, sindicais, não-governamentais e universidades. Já as oficinas de sexualidade e gênero realizadas em escolas apresentam propostas de trabalho combinando atividades de sensibilização de professores com o diagnóstico das representações e manifestação das desigualdades de gênero na sala de aula, escola e comunidade.

A SOF integra um grupo vinculado à secretaria de Formação da Central Única dos Trabalhadores - CUT, responsável pelo Programa *de Formação de Relação entre Homens e Mulheres*. Já na assessoria à Central dos Movimentos Populares - CMP e ainda à CUT, a SOF

procura ler a conjuntura sob uma perspectiva de gênero, incorporando o combate à exclusão social das mulheres à pauta de luta dessas entidades, além de priorizar o fortalecimento da auto-organização das mulheres e a formação feminista.

Nesse processo de formação e organização, a SOF continua produzindo e veiculando sistematicamente material impresso, como folhetos, cartilhas sobre a saúde da mulher, contracepção, experiências e lições aprendidas dos movimentos de mulheres e de saúde, como ilustra o depoimento de Nalu:

A partir de 1989, a gente foi intensificando a produção de material. Em 1989, a gente fez uma cartilhinha sobre o Movimento de Mulheres. Em 1990, a gente fez uma revista sobre a saúde da mulher. Em 1992, sobre violência. A partir de 1993, começamos a editar o boletim Mulher e Saúde. Um caderno sobre Esterilização foi publicado em 94. E os Cadernos Sempre Viva a gente começou a publicar em 97.

A visibilidade da SOF é ampliada, também, por meio de sua *homepage* (www.sof.org.br), onde são veiculados, além de suas atividades e produções, as principais articulações e movimentos, tanto em âmbito nacional quanto internacional.

Com isso, pode-se dizer que a(o) SOF, ao longo de sua existência, teve e tem como diretriz geral o desenvolvimento de trabalho junto aos setores populares, principalmente com as mulheres, objetivando contribuir para a melhoria das condições de vida da sociedade em geral.

Para Miriam, as múltiplas relações que vêm sendo construídas e estabelecidas geram algumas reflexões:

É muito gratificante, para mim, ver que desencadeamos processos que vão muito além de nós. Por exemplo, quando começamos a debater e juntar as pessoas que trabalhavam com gênero e agricultura familiar, esta discussão não estava colocada, ou pelo menos não estava colocada com peso, de um ponto de vista feminista. Agora a RIAD - Rede Interamericana Agricultura e Democracia, que reúne pessoas e organizações vinculadas ao trabalho na agricultura em todo o continente americano, está iniciando uma discussão coletiva sobre gênero tendo como referência os marcos que delimitamos. Quem dinamiza este processo é uma mulher que coordenou conosco o debate sobre gênero e agricultura familiar. Poderia dar outros exemplos de processos que se desenvolvem em um bairro, ou uma região, que às vezes são tão difíceis de manter como uma articulação internacional. (...) Mas quase que a cada gratificação corresponde um problema. Quanto aos processos, mobilizamos e dependemos do empenho de muita gente. Por uma série de circunstâncias muitos paralisam e morrem. Dá um certo desânimo. Mas estamos sempre plantando. Nos canteiros da SOF você encontrará processos em todos os estágios: preparo da terra, plantio, manejo, colheita. Talvez por isto não sofremos muito quando uma planta morre antes de germinar ou florescer. Mas também não temos muito tempo para festejar as colheitas. Estamos sempre no ciclo. Nos últimos anos apostamos muito em relações com pessoas de fora, de outras entidades em relações de parceria. Estas relações dão frutos que não prevíamos, são sementes que voam pra longe e vão germinar em outros canteiros. Mas como garantir a continuidade da SOF, de nosso Plano de Trabalho acordado com sócias, público e financiadoras? Considerando as atividades que realizamos, acredito que a SOF tem uma rede de relações muito grande com mulheres atuantes no movimento sindical e popular. Isto garante que as propostas que desencadeamos tenham uma boa acolhida.

Assim, combinar luta feminista e luta pela cidadania, ações no cotidiano e reflexões mais gerais são preocupações antigas da SOF. Frise-se que a ONG não se coloca como representante somente das mulheres das camadas populares no movimento feminista, mas procura atingir o maior número possível de mulheres, inseridas em vários movimentos: “Nosso público prioritário são as mulheres organizadas no movimento autônomo de mulheres, movimento popular e sindical, rural e urbano.” (*folder* SOF).

A SOF, por meio das diversas ações desenvolvidas no decorrer de sua história, tem hoje um claro objetivo – aqui considerado como um projeto político transformador: o de “contribuir na construção de uma política feminista” – destinada a combater a desigualdade entre os gêneros, por meio do fortalecimento da organização e da autodeterminação das mulheres, e “articulada ao projeto democrático-popular, que esteja presente na formulação de propostas e nos processos organizativos e de luta dos movimentos sociais.” A Sempreviva quer que esta política feminista transforme as relações de gênero e favoreça a autodeterminação⁵⁹ das mulheres (conforme *folder* e *homepage* SOF).

⁵⁹ Conforme *homepage* da SOF, autodeterminação “É a capacidade e a possibilidade que toda pessoa humana tem que ter, de decidir sobre sua vida, seu corpo e seu destino, tendo as condições para poder colocar em prática essas decisões.”

Ao mesmo tempo, a SOF compreende que as relações de gênero se articulam com as de classe, “raça” e etnia, considerando o feminismo como

um elemento constitutivo de um projeto global de transformação da sociedade, que se propõe a criar condições de cidadania e igualdade para todas e todos. A reafirmação da igualdade não se faz em detrimento das diferenças, mas acreditamos na possibilidade de processos coletivos, em que se estabeleça um compromisso ético-político comum, sintonizado com as questões apresentadas pelo momento histórico atual. Feminismo, movimento social e transformação são a razão de ser da SOF. (folder SOF).

2.2.4. Desafios

Em 1999, começou a ser articulada a *Marcha Mundial das Mulheres – contra a pobreza e a violência*. Seu “grito de largada” foi dado em 8 de março de 2000, culminando em 17 de outubro desse ano. Muitos movimentos, organizações, associações e grupos de mulheres e feministas, tanto de áreas urbanas quanto rurais do país, participaram desse *movimento*.

Mas apesar das análises otimistas e do êxito de diversas mobilizações promovidas pelas mulheres organizadas, eventos como o 13º Encontro Nacional Feminista (abril’2000, João Pessoa/PB) deixaram a desejar segundo algumas das participantes.

Em artigo publicado na *Folha Feminista*, Nalu comentou esse Encontro com certo desalento. Para ela, prevaleceu a idéia de que o “feminismo vai bem, obrigada!” Porém, se de um lado prevaleceu uma “fala triunfal” sobre o que as mulheres conquistaram e da complexidade atual do movimento, de outro, foram silenciadas as derrotas, os retrocessos, “a falta de radicalidade”. A coordenadora geral da SOF sentiu que emoção e esperança esvaíram-se dos últimos encontros.

Quando falamos dos problemas, estes aparecem associados, de forma abstrata, à poderosa e inevitável globalização. (...) Ficou o clima de que faltava algo. E faltou. Faltou refletir nossos impasses hoje como feministas em nossas práticas cotidianas, nossas contradições e ambigüidades. Faltou discutir uma resposta ao governo Fernando Henrique Cardoso, sua política antidemocrática e subordinada ao imperialismo. (...) Faltou discutir a atualidade do controle sobre o corpo das mulheres.” (Folha Feminista, nº 12, maio de 2000, p. 2).

Diante disso, a hipótese é a de que os movimentos de mulheres e feminista, que viviam até então um momento de fragmentação do coletivo – causado principalmente pelo poder do campo econômico e das transformações em voga, que afetam também as mulheres enquanto

indivíduos –, passam a buscar causas e ideais comuns para voltar a conglomerar seus movimentos. Concebe-se que este é um desafio que se põe para a SOF e suas lideranças, tendo em conta o vasto âmbito de suas relações e articulações.

Para Saffioti, o que caracteriza a constituição do efetivo *sujeito coletivo* é o encontro entre o ser singular e o ser genérico. Mas isso exige algum grau de consciência, a fim de que o primeiro possa desenvolver atividades realizadoras do segundo. “Este tipo de raciocínio parece eficaz para se detectarem certas *unidades de sentido* [grifo e nota da autora] e, assim, evitar os descaminhos da fragmentação.” (1997c, p. 66).

Fazer as(os) jovens entenderem e aderirem ao movimento é outro grande ponto a ser conquistado. Nalu considera que “nós já saímos da pior fase, mas isso também não é só em relação ao feminismo, acontece em relação à política também: há cinco anos, os jovens estavam totalmente arredios a isso.” Ela considera que, hoje, começam a surgir expressões específicas de feminismo jovem, como as meninas dirigindo bandas e os fanzinni, além de barzinhos considerados feministas.

Mas Nalu vê também uma outra receptividade quando a SOF promove um debate entre jovens, por exemplo. Principalmente com as jovens militantes – a militância dá um diferencial muito grande. A ONG tem sido convidada a participar de debates em escolas e outros meios com grande presença de jovens. Ela relata que num desses encontros, em São Paulo,

Tinha umas meninas bem jovens, também de outras cidades, e algumas participavam de banda de rock, outras tinham fanzinni. Agora, todas muito por fora do que é o feminismo histórico. Acho que esse feminismo nosso caducou, acho que a gente caducou um pouco. (...)E mesmo a radicalidade do discurso, a irreverência, tudo o que poderia chamar a atenção da juventude, nós não temos mais. Porque esse tipo de ação nos faz ser mulheres comportadas, de *tailleur*, tudo o que nos separa da juventude. Um discurso comedido, com ares, comedido, suave, uuhhh! Não interessa para a juventude. (...)Tem que ter ampliação das coisas, a gente fala tanto em diversidade, e a raiva é que nós somos as menos diversas. Depois, eu acho que uma agravante que a nossa geração, com o tombo que a gente levou aí, um tombo meio baixo-astral, né. Nós somos muito baixo-astral.

Além das interessantes (auto)críticas efetuadas por Nalu, ela considera outros pontos que afastam a juventude do movimento feminista: a restrição dos espaços de debate, o movimento não ter capacidade de estabelecer um espaço permanente e amplo, o movimento priorizar só uma agenda de temas que não interessam à juventude – caso da Conferência da ONU, políticas públicas. Para ela, o debate que interessa à juventude é o do cotidiano, o das relações, o da

cultura. “A gente perdeu essa capacidade de dialogar com a pessoa em si, nós dialogamos com o Estado. Você não tem um chamamento... O alvo é o Estado, não tem o alvo de pensar o ser mulher, a autonomia das mulheres, como enfrentar o cotidiano”.

Entre gratificações e problemas, Miriam, por sua vez, aponta para outro desafio: o tempo. A sobrecarga de trabalho não deixa muito tempo para os estudos e debates estratégicos, para refletirem sobre os processos construídos na organização. Nesse sentido, avalia-se que mais do que um desafio, a SOF tem à sua frente um grande dilema, que perturba a muitas outras organizações da mesma natureza.

Nessa direção, em seus relatórios, a SOF pontua um desafio permanente: a tensão entre prestar assessoria direta e/ou sistematização, produção de material multiplicador e a formação de multiplicadoras(es), que exigem uma constante batalha contra o relógio.

2.3. *Elas por Elas na Política:*

Por que sim? Não, por quê?

A ONG *Elas por Elas na Política* é uma tentativa de reproduzir no Brasil uma experiência bem-sucedida das mulheres norte-americanas, filiadas ou simpatizantes do Partido Democrata daquele país. Sua criação foi idealizada e posta em prática principalmente por quatro mulheres, entrevistadas para este estudo, a saber: Maria Sánchez-Carlo, norte-americana, 49 anos, divorciada, graduada em Ciência Política e Economia e mestre em Relações Internacionais, cônsul para Assuntos Políticos do Consulado Geral dos Estados Unidos da América do Norte, em São Paulo, até agosto de 2000; Aldaíza Sposati, divorciada, assistente social e pós-doutorada em Economia, vereadora pelo Partido dos Trabalhadores, hoje em seu terceiro mandato, e professora titular da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Maria Estela Segatto Corrêa, 54, brasileira, casada, formada em Letras, com mestrado em Literatura, assessora de Assuntos Culturais e de Gênero do Consulado norte-americano; Marilu André, 28, solteira, jornalista, então assessora de Comunicação da vereadora Aldaíza. Pela sua constante participação e apoio à organização, também foi sujeito deste estudo Maria Aparecida de Laia, 43, casada, psicóloga e assistente social, presidente do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo - CECF.

Para entender os objetivos que levaram essas mulheres, comprometidas com a melhoria das condições sociais e das relações de gênero no Brasil, a adotar um modelo implantado em uma realidade tão diversa da nacional, como a dos Estados Unidos, faz-se necessário resgatar a história da organização que serviu de inspiração aos propósitos da nova ONG.

A história da *Emily's List* começou em 1985, quando 25 mulheres do Partido Democrata norte-americano fundaram uma organização, visando a arrecadar dinheiro para mulheres candidatas a cargos políticos. Com as iniciais do lema *Early Money is Like Yeast* — EMILY (“Dinheiro no princípio é como fermento”), elas batizaram a nova organização e puseram em prática suas idéias ainda naquele ano.

Uma reunião realizada na casa de Ellen Malcolm, uma de suas integrantes, marcou o início das atividades da associação, que influenciou os resultados das eleições norte-americanas, facilitando a conquista de cargos políticos por parte das mulheres. As fundadoras da *Emily's List*

valeram-se de cartas e telefonemas para informar às suas amigas que uma rede de apoio à participação política das mulheres estava se formando.

Conforme consta do documento *A História da Emily's List* (s/autor, s/data, p. 3), até a constituição dessa organização, nenhuma mulher do Partido Democrata havia sido eleita governadora de um Estado importante. Simultaneamente,

o número de deputadas na Câmara de Representantes dos Estados Unidos tinha declinado. Frustradas com as barreiras que impediam as mulheres de alcançar os mais altos cargos políticos essas mulheres fundaram a *Emily's List*, para eleger mais mulheres deputadas, senadoras e governadoras.

Consta também do histórico da *Emily's List* que essas pioneiras desenvolveram um novo conceito de arrecadação de fundos: uma rede de doadoras(es) que proveriam seus membros com informações sobre as candidatas, encorajando-as(os) a fazer doações diretamente às suas escolhidas (*ibidem*, pág. 3).

Com base no resumo “dos 12 anos de sucesso da *Emily's List*”⁶⁰, pôde-se constatar que a organização teve considerável êxito, tanto no número de filiações — então 45 mil congregadas —, quanto na arrecadação de fundos e na colocação de mulheres em altos postos da política norte-americana. A *Emily's* também promove a preparação de jovens para ingressar no mundo da política, a capacitação de mulheres para temas gerais deste campo e os inerentes à agenda de gênero.

A idéia chegou ao Brasil em 1997, durante uma visita da consultora sênior de marketing político da *Emily's*, Dee Ertukel, promovida pelo Consulado dos Estados Unidos em São Paulo. (SEIDL, Antonio Carlos. Mulher enfrenta falta de credibilidade. *Folha de S.Paulo*, 26-8-1997, p. 6, c. 1.).

Na ocasião, Aldaíza Sposati, vereadora do município de São Paulo pelo Partido dos Trabalhadores (PT), participou de um dos encontros com a consultora da *Emily's*. A atuação das mulheres norte-americanas aguçou o interesse de Aldaíza, que buscou mais informações e pesquisou pormenores sobre esse tipo de organização — denominada por ela, e posteriormente por outras envolvidas, de ONG. A tarefa da vereadora paulistana foi facilitada pelo fato de ela ser

⁶⁰ Ante tal informação, pressupõe-se que o documento tenha sido elaborado em 1997.

vizinha da cônsul Maria Sánchez-Carlo, com quem se encontrava freqüentemente, em passeios pelo bairro. E foi desses encontros que nasceu a idéia de se criar uma organização similar à *Emily's* no Brasil.

Maria, que já havia conhecido outras cidades brasileiras na década de 1980, ocupava o cargo no Consulado desde 1997. Ela relatou que, depois de as americanas terem vindo aqui falar da participação da mulher na política, surgiu a idéia de começar uma instituição semelhante à *Emily's List*, hoje a ONG Elas por Elas na Política.

Eu achei o tema simplesmente fascinante, que me pega de corpo e alma. Comecei a fazer pesquisas sobre *Emily's* e outras organizações de mulheres, e comecei a me informar mais das necessidades tanto aqui quanto lá. E basicamente, hoje, tudo em minha vida não seria igual se eu não estivesse envolvida nesses assuntos. Por quê? Porque eu acho que chegou num momento certo. E depois, a minha carreira, a minha vida particular, eu passar por anos miseráveis em Washington, eu tive bastante sucesso na minha carreira – e o sucesso me fez esquecer que, indiretamente, existem também possibilidades para outras mulheres que também querem avançar na vida, mas que talvez não tiveram tanta sorte quanto eu. E depois de passar por essas travas, essas coisas, aí eu reparei que muitos dos problemas que eu tinha era por ser mulher. E talvez na visão dos homens para quem eu trabalhava, ser mulher, desculpe a imodéstia, mas ser uma mulher competente. Por isso que eu achei pertinente e necessário eu poder me envolver com essas organizações que ajudam mulheres, que querem formar, incentivar e melhorar a condição das mulheres, para poder melhorar a vida delas também.

Conforme Maria, Aldaíza foi quem se mostrou mais interessada na criação de uma *Emily's* brasileira. Realizou-se, então uma primeira reunião, juntamente com Maria Estela e Marilu, para ver como pôr em prática a idéia. “ Foi bem antes da reunião da PUC, do dia 4 de março de 1999”, contou Maria, cuja visão sobre a ONG, após vários meses de discussão, ainda era otimista:

Vimos como é que a gente ia abrir, como íamos nos organizar, quem iríamos chamar. Quem apoiaria a nossa causa e que nomes nós precisamos para nos dar apoio. Fizemos uma lista, que foram os primeiros convites, que foram enviados para a reunião da PUC. Foram convidadas mulheres que têm trajetórias dentro de gênero, de instituições, de ONGs, todos os partidos políticos foram convidados. Não me lembro bem de tudo, mas de coisas abrangentes. Por exemplo, (...) a Fiesp foi convidada - disse que sim, que participaria, mas depois não participou. Mas nós abrimos para todo mundo. Quando as pessoas começaram a ir é que o grupo foi se firmando, foi se desenvolvendo e trilhando outros caminhos até que chegamos onde estamos.

Mas trazer para essa discussão mulheres que viessem de experiências diferenciadas tinha também outros objetivos, conforme relatado por Marilu:

uma mulher que milita só na questão partidária, só na questão política, traz vícios de leitura, e o interessante sempre foi ampliar ao máximo o nosso campo de visão em relação à formação dessa mulher. E se a gente quer de fato pensar numa possibilidade de capacitar a mulher com condições de disputar e levar os seus mandatos de igual para igual com os homens, elas precisam ter fôlego e ter informações, ter vários tipos de visão que venham de todos os lugares da sociedade.

O primeiro encontro para apresentar o trabalho da *Emily's List* e para propor a criação de uma organização similar no Brasil ocorreu em 4 de março de 1999, quando o grupo de mulheres interessadas nessa proposta reuniu-se na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, instituição na qual a vereadora Aldaíza é uma das titulares da Faculdade de Serviço Social.

Desse primeiro encontro participaram cerca de 15 mulheres, entre elas: a vereadora Aldaíza e sua assessora de comunicação, Marilu; a cônsul Maria e Maria Estela; mulheres de secretarias executivas de partidos políticos, como Sonia Bressan, do PSDB (muito ativa e participante, mas que adoeceu seriamente após pouco tempo) e Maria Luiza Costa, do PT; ex-candidatas do interior de São Paulo; Maria Aparecida de Laia; Tânia A. M. Brabo, que representou a feminista e membro do CECF Eva Blay, participando, também, como doutoranda em Sociologia da Universidade de São Paulo e pesquisadora do Núcleo de Estudos de Gênero - Nemge/USP; Maria Tereza Audi, economista e professora da PUC/SP; as advogadas Laís A.R. de Andrade e Adriana Gragnani, dirigentes da Comissão da Mulher Advogada, da Ordem dos Advogados do Brasil/São Paulo, cujo trabalho, presença e apoio foram imprescindíveis para motivar a consolidação da organização; mulheres filiadas a outros partidos, entre eles, ao PDT⁶¹. Da mesma forma, a autora deste estudo recebeu de Marilu André, assessora da vereadora Aldaíza Sposati, o convite para participar da futura organização, representando o meio acadêmico, no caso, o Grupo de Estudos em Movimentos Sociais, Educação e Cidadania – Gemdec/FE/Unicamp, coordenado pela Prof^a Dr^a Maria da Glória Gohn.

A apresentação da experiência da *Emily's* às participantes ficou a cargo da cônsul Maria Sánchez. A importância de se criar uma associação similar no Brasil, adequada à pluralidade de partidos políticos e às necessidades das mulheres brasileiras, foi enfatizada pela vereadora Aldaíza Sposati.

A intenção inicial era a de adequar o modelo norte-americano à realidade e às necessidades nacionais, consolidando uma organização para, primordialmente: a) apoiar e fomentar a formação, a qualificação e a capacitação de mulheres, visando à sua atuação na

⁶¹ Foram solicitadas todas as listas de presença das reuniões realizadas. No entanto, a lista desta primeira reunião não foi enviada.

política e em cargos políticos, inicialmente no Estado de São Paulo e posteriormente em âmbito nacional; b) captar recursos, para viabilizar campanhas de potenciais candidatas a cargos eletivos; c) detectar lideranças políticas emergentes.

Na ocasião, Maria referiu-se à possibilidade de se obter em curto espaço de tempo algum apoio financeiro de órgãos norte-americanos, com o objetivo de auxiliar a viabilização de uma ONG brasileira nos moldes da *Emily's*. Outras possibilidades de financiamento foram apresentadas⁶². Algumas mulheres relataram suas experiências e tentativas de inserção na vida política brasileira.

Discutiu-se a realização de um grande seminário e a elaboração de um projeto institucional, bem como a pauta para a reunião seguinte (proposta para 18 de março de 1999), com os seguintes objetivos:

a) trazer sugestões para a pauta do seminário, cuja realização foi prevista para o mês de maio. O evento seria aberto a mulheres de várias instâncias políticas e também às mulheres de organizações não-governamentais voltadas às questões de gênero;

b) acertar a data do seminário de criação da associação;

c) pensar em um projeto para a organização.

Resolveu-se, também, que um pequeno grupo, composto por Marilu (assessora de Aldaíza), Sonia (da Executiva do PSDB), Laís e Adriana (da Comissão da Mulher Advogada), iria se reunir em 10/3, na OAB, para delimitar a pauta do seminário e o projeto institucional⁶³, com discussão prevista para o dia 18 de março.

Até 5 de julho de 1999, foram realizadas 26 reuniões, algumas delas em grupos menores, visando a agilizar o processo de criação da organização. É importante frisar que já no segundo encontro foi apresentado um esboço de Estatuto, elaborado por Adriana Gagnani (CMA/OAB-SP), que acabou sendo o “projeto institucional” da organização. Ou seja, a organização foi se construindo, conforme a opinião de várias das participantes, “de cima para baixo”, pois as discussões sobre o teor do Estatuto centralizaram todas as reuniões que se seguiram.

Debates com poucos resultados práticos ocuparam grande parte das preparatórias para a constituição da ONG – posteriormente denominada *Elas por Elas na Política*. De certa forma, o

⁶² Esta pesquisadora comentou sobre as formas de apoio financeiro advindos da União Européia.

⁶³ Esta autora também foi convidada para esse encontro, mas não pôde estar presente.

excesso de meias-voltas, o confronto de posições políticas, etc. acabaram arrefecendo a motivação das mulheres que se propuseram fundadoras de uma ONG como essa, num país onde nem mesmo a imposição de cotas⁶⁴ para mulheres foi capaz de garantir a igualdade de condições na disputa eleitoral – seja pela falta de motivação das próprias mulheres em atuarem no campo político-governamental, seja pela falta de verbas para realizar esta empreitada e, também, pela ainda prevalecente discriminação, tanto do eleitorado (inclusive o feminino) quanto dos partidos. A vereadora Aldaíza considerou, no entanto,

que as mulheres conseguem também uma instância de uma pauta feminina, apesar dos partidos políticos, elas conseguem. Os encontros todos levam a uma agregação suprapartidária, que depois diverge das estratégias. Eu acho que é preciso reduzir a fragilidade que a mulher sente – e aí é que eu vejo o papel importante do Elas por Elas, de poder ancorar as fragilidades – para poder a mulher se sentir mais segura para a construção de uma trajetória própria. Agora, isso tudo requer uma boa experiência, uma maturidade, que muitas vezes é o exercício efetivo da política, da ação parlamentar, que te dá. acho que nós precisaríamos, um pouco, fortalecer essas elaborações para começar a criar um processo de fortalecimento da mulher. Então, eu diria que nós estamos sofrendo ainda, vamos dizer, os males de um desempenho que é novo e que está muito apropriado individualmente. E que o Elas por Elas ainda não conseguiu ser um canal para coletivizar esse desempenho. Acho que aí é o foco para a gente trabalhar.

O fato é que este “nascer burocrático” da Elas por Elas acabou reduzindo até a frequência de algumas integrantes do grupo pioneiro. A exaustiva tarefa de discutir o Estatuto, por exemplo, ficou restrita ao grupo formado por Marilu André, Sonia Bressan, Maria Aparecida de Laia e sua assessora Marta, Maria Sánchez, Maria Stella, Adriana e Laís, Maria Tereza e Denise Gomide.

Além disso o vai-e-vem das discussões, a demora em oficializar a criação da ONG, a não-realização do seminário na data prevista possibilitaram uma alteração no perfil político-ideológico. Suprapartidária e de caráter notadamente progressista no início – e proposto no Estatuto não registrado até o final de 2001 –, a Elas por Elas na Política ganhou contornos de centro-direita, tendência que prevaleceu graças à participação das mulheres de partidos dessa vertente e ao desinteresse de outras mulheres do PT pela ONG.

⁶⁴ Pinto (2001) esclarece que a primeira lei de cotas de autoria da deputada Marta Suplicy (Lei nº9100/95) estabelecia 20% de mulheres nas listas partidárias para as eleições do ano de 1996. Em 1997, foi votada a Lei eleitoral nº 9504 que aumentou o percentual para 30% a partir de 2000, estabelecendo o percentual intermediário de 25% para as eleições de 1998. “Mesmo após a lei que garantiu cotas para as mulheres nas listas partidárias, as dificuldades se mantiveram, ou os partidos simplesmente não obedecem à lei ou completam suas listas com “falsas” candidatas que na verdade não fazem campanha.” (2001). Para Suplicy, as cotas de participação em instâncias de poder político são necessárias “para se lograr um espaço inicial mínimo que irá se consolidando. Têm sido as ações afirmativas de consequências mais imediatas e contundentes. Representam uma forma de discriminação positiva para transformar as estruturas arcaicas de discriminação – nem sempre explícitas – excludentes das mulheres.” (1996, p. 133).

Essa realidade, observada até meados de 2000, também pode ser creditada à ausência da vereadora Aldaíza Sposati em grande parte das discussões. A vereadora participou das três primeiras reuniões e, por estar envolvida nos processos da Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara Municipal de São Paulo, não pôde mais comparecer às discussões. Sua assessora, Marilu, assumiu a coordenação de todos os outros encontros, sem, no entanto, ter apoio de outras representações do PT ou de partidos da chamada “esquerda”.

O caminho de constituição dessa ONG esteve cheio de percalços, mas também surgiram soluções práticas para esses obstáculos. Se a tentativa de realização de um seminário no mês de maio de 1999, com o objetivo de fundar oficialmente a organização, fracassou, novas discussões apontaram a viabilidade de uma *Reunião Ampliada*, realizada em 7 de junho desse mesmo ano, para a qual foram convidadas outras tantas mulheres de diversas instâncias políticas, acadêmicas e de organizações ligadas às questões de gênero e da qual participaram cerca de 50 representantes.

Uma parte considerável das participantes era ligada a organizações e partidos tidos como conservadores. A proposta e o histórico do desenvolvimento da idéia foram apresentados, muitas questões foram elaboradas e muitas sugestões foram colocadas em pauta. Este encontro foi considerado por algumas como “um sucesso”.

Após uma segunda *Reunião Ampliada*, ocorrida em 17 de junho, estabeleceu-se que o seminário de criação da associação seria realizado em agosto. Para tal, foi criada uma comissão organizadora para estruturar o evento, que, desta vez, tornou-se possível e permitiu, finalmente, a criação da ONG *Elas por Elas na política*, oficializada em 28 de agosto de 1999. Este seminário contou com a participação de aproximadamente 200 mulheres vindas de diversas partes do Estado de São Paulo e do Brasil. Nesse processo, elegeu-se um Conselho Diretor – contituído por presidenta, vice-presidenta, primeira e segunda secretárias, primeira e segunda tesoureiras, e nove diretoras conselheiras, cujo mandato ficou estipulado para um período de três anos. Ficou definido, também, que a organização terá um Conselho Fiscal e um Conselho de Ética, cada qual composto por três sócias, que deverão ser eleitas em Assembléia Geral.

Entre as entrevistadas, passaram a fazer parte do Conselho Diretor⁶⁵: Maria Estela Segatto Corrêa, presidenta; Aldaíza Sposati, vice-presidente; Marilu André, conselheira diretora; Maria

⁶⁵ Esta pesquisadora foi eleita, como Marilu André, conselheira diretora.

Aparecida de Laia, secretária executiva. Maria Sánchez foi indicada para ser membro de um futuro *Conselho de Notáveis* da organização.

A partir de então, foram feitas cerca⁶⁶ de seis reuniões, em um espaço cedido por uma Associação (no bairro de Cerqueira César). Em março de 2000, foi organizado um jantar, com fins de arrecadar fundos para o registro do Estatuto e montagem de sede.

Pôde-se perceber, então, que acabado o extenso trabalho de criação da ONG – até hoje não constituída como pessoa jurídica –, houve propostas de reuniões segmentadas, ou seja, só diretoria ou diretoria e conselheiras – o que foi devidamente questionado e criticado. Os raros novos encontros contaram com poucas participantes. Sobre isso, vale retomar as reflexões de Aldaíza:

eu acho que é preciso um pouco mais de impulso, liberdade e capacidade de produção. Acho também o seguinte: que, talvez por um espírito de mútua vigilância – e isto traz uma égide do medo –, ficou muito confundida a dinâmica do (*sic*) Elas por Elas, como organização, e as reuniões gerais de todo o Conselho. Isso é, o (*sic*) Elas por Elas não pode funcionar no dia que tem reunião do Conselho. Ele (*sic*) tem que ter uma reunião do Conselho. (...) mas eu tenho insistido muito mesmo: eu acho que é preciso ter uma pauta de trabalho e não só das reuniões de diretoria.

Em virtude da constante ausência da vereadora, parte da diretoria chegou a cogitar, também, que mulheres em cargos políticos não poderiam ser membros da diretoria, mas tão somente conselheiras ou *notáveis*, sugestão que não foi adotada. E o fato foi comentado por Aldaíza:

Eu não posso falar muito porque eu fui extremamente ausente no ano passado, fui catalisada aqui na Câmara, tanto pelo fato de ser líder quanto pelo fato de todas as ocorrências. De qualquer forma, eu fui cobrada disso, com razão. Mas eu achei que aquela decisão da Elas por Elas de criar uma barreira para a mulher parlamentar, era uma coisa muito, muito ruim. Então, até entender, desentender, parece que se chegou agora a uma proposta, isto é: acho que de fato a candidata – e que ocasionalmente seja membro da direção – ter uma quarentena pelo fato de estar se candidatando, eu acho perfeito, acho que dentro da ética da instituição (...) E como, de fato, o único membro da direção envolvido nisso era eu, eu senti que aquilo me tocava direto. Podia eu estar sensibilizada demais ou tolerante a menos, mas eu achei que aquilo era um recado direto. É difícil porque exatamente aquela questão atingia a mim e a Marilu e eu, sinceramente, achei uma decisão burra, se me permite. Porque uma organização voltada para a mulher na política, não pode criar censura para a mulher na política. Certo? A menos que o exercício da mulher na política exija uma transgressão aos princípios éticos, isso é outra coisa. Mas para o exercício da política e, se me permite, buscando fazer uma boa política, fica muito complicado.

⁶⁶ O número de reuniões não é preciso porque algumas não foram devidamente convocadas, sabendo-se delas pelo telefone.

Mas como posições como esta foram bem discutidas assim que vieram à tona, problemas correlatos não tiveram vida longa na Elas por Elas. Foi interessante notar que, no campo político, as mulheres, em geral, confrontam e resolvem da melhor forma possível situações que são motivos de muitas “conversas de canto” em outros campos de atuação. Da mesma forma, discute-se muito sobre a necessidade de as mulheres aprenderem, cada vez mais, a exercer o poder principalmente *sobre e com* outras mulheres: a síndrome do pequeno poder, nos termos de Saffioti, é muito questionada, da mesma forma que a reprodução do “modelo masculino” pelo gênero feminino. Modelo este caracterizado, em geral e historicamente, pela racionalidade absoluta, imposições descabidas, falta de transparência, insensibilidade para com determinados tipos de problemas, etc.

Para Aldaíza, “do ponto de vista do que é a mulher na política, no que ela se distingue do homem, eu acho que isso é algo em construção, eu acho que isso não está ainda firmado. Ou seja, se na verdade a mulher imita o homem, ela constrói algo específico, específico dela: é por temática, é por forma de ser.”

Por isso, membros como a vereadora continuam ainda a entender que a idéia de uma ONG voltada para a mulher na política e para sustentar a mulher na política é muito importante. Para Aldaíza, a Elas por Elas está indo numa direção significativa, mas precisa criar uma dinâmica para realmente fazer acontecer essa direção.

Eu sou uma otimista ativa, certo? Mas eu acho que exige, de um lado, desprendimento suprapartidário. De outro, uma relação de confiança na mulher política suprapartidária, o que também é uma conquista difícil. E, terceiro, entender mesmo o que é a mulher na política. Eu acho que a gente ainda não discutiu a fundo. Eu acho que existe uma representação das pessoas sobre a questão, mas que a gente até precisava objetivar isso.

Diante disso, acredita-se também que a diversidade de atuações das mulheres envolvidas, as quais têm jornadas de trabalho muito além das consideradas normais, seja um dos principais fatores para a ONG não sair das intenções e dos papéis. Outro fator, este essencial para a consolidação efetivamente democrática de uma ONG desta natureza, o caráter suprapartidário, acabou por fragmentar o ideário progressista que se pensava ter como referencial.

De qualquer forma, concebe-se que as relações e os caminhos trilhados até então não produziram nenhum trabalho concreto em prol da inserção de mulheres na política. Por isso, *não* se incluiu a Elas por Elas na Política neste estudo sem que, no entanto, se preterissem o relato de sua história e as opiniões de algumas das suas importantes coordenações.

CAPÍTULO 3

TERCEIRO SETOR E O MUNDO DO TRABALHO:

Considerações sobre Mulheres em ONGs

Ao longo desta pesquisa, observou-se e refletiu-se sobre as dinâmicas internas e externas dos sujeitos deste estudo, ou seja, de que forma as mulheres trabalhadoras em ONGs interagem entre si, com seus públicos específicos e na malha grossa da sociedade.

Ao considerarem o universo das organizações não-governamentais e, especificamente, das que trabalham principalmente *para e com* mulheres, as lideranças em pauta relataram suas experiências enquanto profissionais e militantes, mostrando as diversas instâncias de seus trabalhos e os conflitos e dilemas específicos da atuação em ONGs.

Denise Carreira e Tereza Moreira, presidenta e sócia-educadora da Rede Mulher de Educação - RME, respectivamente, junto com Menchu Ajamil – ex-presidenta da Fundación Directa (Espanha /1994-1998) e consultora do Instituto de la Mujer –, consideraram que o trabalho das(os) “empreendedoras(es) sociais” nos movimentos sociais, organizações populares e não-governamentais direciona-se ao empoderamento da população em geral, mulheres ou homens, em seus diversos segmentos etários. Trata-se, então, “de trazer à tona questões de fundamental importância para garantir um ambiente cada vez mais propício para que as demais dimensões da vida possam florescer.” (2001, p. 189).

Elas consideram que a luta por recursos que possam viabilizar tais “projetos de utilidade pública não é fácil. Nesse contexto, a liderança feminina tem sido posta à prova. Ela ‘entra’ em campo buscando financiamentos de organismos internacionais, organizações não-governamentais estrangeiras, empresas nacionais.” Logo, uma divulgação mais ampla desses trabalhos e a participação em redes e articulações são fundamentais para a construção de caminhos e a ampliação das iniciativas (*ibidem*).

Diante disso, é relevante efetuar uma rápida contextualização do mercado de trabalho brasileiro e da evolução da presença da mulher nas atividades produtivas, antes de se refletir especificamente sobre as questões relativas ao campo do terceiro setor e deste seu subcampo peculiar: o das organizações não-governamentais.

3.1. Breve Panorama do Mundo do Trabalho no Brasil

Conforme mostram as análises de Hirata sobre o “fim do trabalho ou centralidade do trabalho”, a dimensão de gênero está ausente da quase totalidade das pesquisas sobre o pós-fordismo e sobre a especialização flexível, dos novos modelos produtivos dos anos 1980 e, a partir do final da década de 1990, das teses macroeconômicas sobre globalização (1998 a, 1998b). Ao mesmo tempo, no Brasil, as divisões sexual e social do trabalho têm tido, em geral, pouca relevância para estudiosas(os) e nas estatísticas. Nesse sentido, Saffioti apontou que

Na produção de estatísticas em geral, neste país, não existe a preocupação de apresentar os dados separados por sexo, o que revela total desinteresse pelo assunto e falta de conhecimento das necessidades de pesquisadores que trabalham a temática das relações de gênero. É verdade que as instituições demoram a se ajustar a novas etapas da história da Ciência. (1997 a, p. 139).

Esse desinteresse vem sobrevivendo às mudanças estruturais ocorridas no mercado de trabalho. Kon (1999) observou como uma tendência histórica — nas nações capitalistas em desenvolvimento e no Brasil em particular — o aumento da participação feminina na estruturação ocupacional, partindo de um padrão em que a representatividade de mulheres é relativamente baixa.

Ao analisar o comportamento da força de trabalho feminina no Brasil, no período entre 1985 e 1995, Bruschini avaliou que “o primeiro fato a chamar a atenção é a intensidade e constância do seu crescimento.” (2000, p. 14). As mulheres representaram um aumento de cerca de 12 milhões e uma ampliação da ordem de 63% no crescimento da população economicamente ativa, desempenhando um papel muito mais relevante do que o dos homens nos dez anos estudados (1985-1995). As taxas de atividade masculina permaneceram inalteradas, enquanto as

das mulheres ampliaram-se significativamente, nesse período e ainda nos anos seguintes. (Bruschini, 2000, p. 14).

O significativo aumento da atividade das mulheres é considerado uma das mais importantes transformações ocorridas no país, desde os anos 1970. Bruschini salientou que isso se deve não apenas à necessidade econômica e às oportunidades oferecidas pelo mercado, mas também a transformações demográficas, culturais e sociais, que têm afetado as mulheres e as famílias brasileiras. As modificações culturais e nos valores relativos ao papel social da mulher foram intensificadas pelo impacto dos movimentos feministas atuantes desde a década de 1970 e pela maior presença da mulher nos espaços públicos. Esses fatos alteraram, conforme Bruschini, a constituição da identidade feminina, “cada vez mais voltada para o trabalho produtivo.” (2000, p. 16).

É verdade que parte desse aumento foi provocado pela ampliação do conceito de trabalho adotada pelo IBGE. Este passou, desde 1992, a incluir atividades para o autoconsumo, a produção familiar e outras até então não consideradas como trabalho⁶⁷. Como essas atividades sempre foram realizadas por mulheres, os efeitos da nova metodologia incidiram sobretudo sobre elas, enquanto as taxas masculinas permaneceram inalteradas no período. A nova metodologia, no entanto, ainda não avançou suficientemente a ponto de incluir a atividade doméstica realizada pelas donas de casa, que continua a ser classificada como inatividade econômica⁶⁸. (...) Agora, mais visíveis, as trabalhadoras passaram a representar, em 1995, uma parcela de 40,4% da força de trabalho brasileira. (Bruschini, 2000, p.14;p.16).

A despeito de todas as reviravoltas no mercado de trabalho, com o fechamento de postos e a migração da mão-de-obra dos setores industrial e comercial para o de serviços, bem como da presença relevante do homem neste último, ainda é na prestação de serviços que as trabalhadoras continuam tendo suas maiores oportunidades. Este ainda é um universo tipicamente feminino, embora tenha ocorrido uma redução da participação da mulher no período pesquisado (de 32% para 29,8%), cedendo lugar aos homens (de 8,9% para 12%). A área social vem a seguir, “agregando 16% das possibilidades de ocupação feminina e registrando queda em relação a 1985 e, principalmente, a 1990.” (Bruschini, 2000, p. 25).

Ao analisar a segmentação setorial da população ocupada, segundo o gênero, na economia brasileira (dados Pnad/FIBGE 1989 e 1995), Kon observou que

⁶⁷ Bruschini informa, em nota de rodapé, sobre especificidades do novo conceito de trabalho. Esses dados encontram-se no Anexo 8 desta dissertação (p. 2).

⁶⁸ Vale acrescentar a este enunciado que a categoria **trabalho doméstico**, introduzida na PNAD a partir 1992, refere-se exclusivamente ao **emprego doméstico remunerado**. (Bruschini, 2000, nota de rodapé 4, p. 28).

.. a concentração feminina nas empresas se verifica apenas nos Serviços Sociais compostos pelas atividades de Saúde, Ensino e outras sem fins lucrativos, onde acima de 76% dos ocupados eram mulheres em 1989; para o ano de 1995, observou-se uma queda não significativa nesta participação, que porém não representa grandes mudanças estruturais. (Kon, 1999, p. 11).

A autora não especificou quais são essas atividades *sem fins lucrativos* nem onde são exercidas (fundações empresariais ou em subcampos do terceiro setor). De qualquer modo, trouxe uma confirmação fundamental para uma das constatações desta pesquisa, a saber, de que há uma preponderância feminina em trabalhos sociais — embora se registre queda da participação feminina nestes campos nos últimos anos, bem como uma redução do contingente de trabalhadoras na indústria e em ocupações administrativas, técnicas e científicas, consideradas “redutos” femininos.

Os deslocamentos ocorridos no mercado de trabalho sugerem que os impactos da crise econômica dos primeiros anos dessa década [1990] estariam empurrando as trabalhadoras não só para fora da indústria, como ocorre com seus colegas, mas também, em menor intensidade, de alguns setores da economia tradicionalmente ocupados por elas, como o de serviços e o social, bem como de grupos ocupacionais nos quais a presença feminina sempre foi mais marcante do que a masculina, como nas ocupações técnicas, científicas e assemelhadas. (Bruschini, 2000, p. 27; p. 35).

Ressalte-se, no entanto, que as mulheres ampliaram significativamente sua presença em várias ocupações e profissões consideradas como “de prestígio”, entre elas, arquitetura e odontologia (aumento relativo de 170% na participação feminina), medicina (137%), jornalismo (146%), engenharia (126%), ocupações jurídicas — 144% entre advogados e defensores públicos; 116% entre procuradores, promotores e curadores; 300% entre juízes. Apesar desses avanços, a desigualdade de gênero continua a demarcar o mercado de trabalho brasileiro. Cerca de 40% das trabalhadoras exercem atividades precárias, como o emprego doméstico, as atividades não-remuneradas e de autoconsumo (ver Anexo 6).

O mesmo ocorre com os salários: “quando se examina o ganho médio feminino em relação ao masculino, constata-se que as mulheres ganham apenas 64% dos salários masculinos [calculados com base em dados da PNAD]”⁶⁹ (Bruschini, 2000, p. 44). Esses dados são preocupantes na medida em que a divisão sexual do trabalho, que subordina as mulheres aos

⁶⁹ Tanto para Bruschini como para outras autoras, não existe justificativa para o fato de as mulheres perceberem menores salários. A escolaridade feminina é maior do que a dos homens, as mulheres estão inseridas em todos os setores econômicos, cumprem dupla ou tripla jornada de trabalho. Essas disparidades salariais e de rendimentos refletem bem a divisão sexual do trabalho contra as mulheres, típica de uma sociedade regida pelos três sistemas de exploração-dominação vigentes na sociedade brasileira (patriarcado, capitalismo, racismo).

homens, reproduz-se tanto na esfera da produção (pública) como na esfera da reprodução (privada) (Saffioti, 1988).

Já na década de 1970, com base em dados de PNADs desse período, Saffioti constatou que um componente importante do contexto histórico, no qual as mulheres aumentam sua participação em movimentos sociais, é representado pelas disparidades salariais entre trabalhadores e trabalhadoras. “Enquanto, em média, as mulheres ganhavam 61,2% do que os homens percebiam, em 1970, essa proporção caiu para 48,6%, em 1976.” (1988, p. 153).

Esses dados têm relevância neste estudo, pois muitas dessas trabalhadoras são alvo de ações de diversas entidades sociais e ONGs. São brasileiras das camadas populares que, na maioria das vezes, não têm onde encontrar amparo ou tampouco meios para mudar sua condição de vida, em virtude de sua dificuldade de acesso à informação qualificada, obstáculo difícil de ser transposto no caminho da conscientização de seus direitos.

Nesse sentido, o testemunho de Nalu, da SOF, ilustra um aspecto de uma ONG voltada para a melhoria das condições de vida das mulheres:

Na Zona Leste de São Paulo nós trabalhávamos mais com o movimento de saúde, a luta era voltada para a saúde da mulher (...) Em São Paulo, via Fórum de Prevenção ao Câncer, debate que a SOF chamou, tentamos alimentar o trabalho das lideranças femininas: fizemos formação, para que elas multiplicassem no bairro, fizemos oficinas de seguimento para detectar as dificuldades que elas encontravam. Trabalhamos junto com a Central de Movimentos Populares.

Esse trabalho de apoio e formação é essencial no processo de busca de equidade e da igualdade entre mulheres e homens. Dados da PNAD, de 1998, mostraram que 25,9% das famílias são comandadas por mulheres, contra 22,3% em 1993. A alteração do papel feminino nos lares não se traduziu em melhores condições e ganhos – a situação da mulher no mercado de trabalho e em outros campos tem evoluído lentamente e as desvantagens comparativas com os homens ainda são numerosas e profundas. Essas disparidades estão na raiz de lutas mais recentes dos movimentos e organizações de mulheres e feministas, como a Marcha Mundial das Mulheres – Contra a Pobreza e a Violência que, como já visto nos capítulos anteriores, teve repercussão mundial.

E são disparidades e dados como esses – alimentados pelo sistema de dominação-exploração sustentado no tripé patriarcado-capitalismo-racismo – que também mobilizam os

sujeitos coletivos e políticos desta pesquisa, no exercício de seu papel transformador e de sua luta pela equidade e igualdade das relações de gênero. Vale lembrar que as ONGs pesquisadas são um subcampo do terceiro setor que, por sua vez, é um campo em franca difusão no Brasil, representando, para algumas(ns) estudiosas(os), uma alternativa na geração de empregos, tanto para mulheres como para homens – fato que tem gerado algumas polêmicas.

3.2. Terceiro Setor e o Mundo do Trabalho: Social ou Empresarial?

Em linhas gerais, a expansão do terceiro setor é acelerada e seu papel tem alcançado dimensões cada vez mais importantes em diversos países, caso dos Estados Unidos e da Inglaterra. Jeremy Rifkin (1995) enfatiza sua significativa contribuição à economia e à geração de postos de trabalho, principalmente nos países em que a cultura da filantropia já é bastante arraigada. Este é o caso, principalmente, dos Estados Unidos da América do Norte, onde, até 1995, havia 1,4 milhão de organizações sem fins lucrativos ou organizações de serviços⁷⁰, que empregavam 10% da força de trabalho remunerada do país. O terceiro setor norte-americano contribuía com mais de 6% do Produto Interno Bruto (PIB) e respondia por 9% do emprego total do país. Na França, o setor emergiu recentemente como força social, mas já representava 6% do emprego total. O Reino Unido possuía mais de 350 mil organizações voluntárias, com uma receita que perfazia 4% do PIB (Rifkin, 1995, p. 264-65;297-298).

Rifkin enfatizou a necessidade de se acabar com os paradigmas políticos e de se compreender que cada país tem três setores e não dois. Dessa forma, “*abrir-se-á a possibilidade de um novo contrato social para esta civilização; trata-se de uma nova visão e de uma nova missão para o século XXI.*” (1997, p. 20).

Ele entende que a sociedade civil cria *capital social*⁷¹ e empregos, diferentemente do setor do mercado, que cria capitais e empregos de mercado, e do setor do governo, que cria capitais e

⁷⁰ Apesar de não ser nosso objetivo aprofundar a natureza das organizações do terceiro setor norte-americano, é preciso notar que Rifkin refere-se aos mais diversos tipos de organizações, de ambientalistas, como o Greenpeace, ao Lions Club, bibliotecas, clubes femininos, asilos e museus (Cf. RIFKIN, J. Identidade e Natureza do Terceiro Setor. In: Iochpe, 1997, p. 20).

⁷¹ Baseado em Thierry Jeantet, Rifkin resgata, também, o conceito de *economia social* — criado por cientistas franceses na década de 80 —, para mostrar que ele procura esclarecer a distinção entre o terceiro setor e a economia de intercâmbio do mercado (1995, p. 266).

empregos de governo — sendo que as medidas dos dois últimos setores são consideradas insuficientes pelo autor.

Acredita-se que essas foram as bases centrais para o empresariado brasileiro se inserir efetivamente no terceiro setor. Nesse sentido, acredita-se existirem fatores contraditórios e, por que não dizer, oportunistas: muitos trabalhos realmente promovidos por empresárias(os) pretendem contribuir para a melhoria das condições de vida de determinadas camadas da população; outros, no entanto, visam claramente ao marketing, ao conseqüente aumento de lucro, a transformar o terceiro setor num subcampo do mercado.

Pode-se perceber, também, que Rifkin, em suas análises sobre o terceiro setor norte-americano, refere-se constantemente à dimensão voluntária dos trabalhos prestados pela sua população. Enfatiza, também, que há mais de 200 anos a atividade deste campo vem ajudando a transformar uma cultura de fronteira em uma sociedade moderna altamente avançada.

Nesse sentido, as mulheres constituem a maioria da força voluntária. Na década de 1980, a Organização Nacional para Mulheres (*National Organization for Women - NOW*), uma entidade norte-americana, nascida em 1966, aprovou uma resolução contra o serviço voluntário, tradicionalmente usado como um meio de negar às mulheres “— que constituem a maioria da força de trabalho voluntária — pagamento por seus serviços. O serviço voluntário, argumentavam, era desprezado, considerado menos sério e menos importante do que o trabalho profissional” (Rifkin, 1995, p. 276).

Porém, se, por um lado, o estudo de Rifkin tem grande mérito por trazer dados e reflexões de um campo em construção, de outro, acredita-se ser necessário lançar alguns olhares sobre sua influência nos estudos e práticas no Brasil, país que, como é de conhecimento geral, é ainda considerado “em desenvolvimento”.

Logo, levando-se em conta a hipótese de que a proposta de Rifkin é uma alternativa ao “fim dos empregos”, resgata-se Bettelheim (1969), admitindo-se, com base na inserção e interferência do mercado no terceiro setor, a possibilidade de que esteja ocorrendo a *tendência da dissolução-conservação* concebida por este autor. Como já comentado no Capítulo 1, esta tendência ocorre no interior das formações sociais não-dominadas diretamente pelo modo de produção capitalista, mas que são subordinadas a ele por meio do mercado mundial e ligada a um conjunto de determinações produzidas pela dominação “exterior” do capitalismo. Alie-se a essa

hipótese o grande interesse do Estado em regulamentar o campo das organizações sem fins lucrativos, fator que colabora diretamente para que se omita ainda mais de suas obrigações, seguindo a lógica neoliberal.

Um exemplo deve ilustrar essa reflexão e diz respeito ao subcampo da já mencionada filantropia empresarial. Fundações sob o controle empresarial – como Ford, Rockefeller e Bradesco, têm se multiplicado. Segnini atribui esse fato à importância dada pelo capital, “desde sempre”, às escolas profissionalizantes, visando à produção empresarial. (1998, p. 48).

O Grupo de Institutos, Fundações e Empresas - GIFE é a primeira grande articulação empresarial brasileira criada especialmente para apoiar as organizações do terceiro setor (1989). Seguindo este exemplo, foram criadas outras organizações no subcampo da filantropia empresarial, visando também a promover articulações variadas, entre elas o Instituto Ethos de Empresas e o Instituto de Cidadania Empresarial – ICE (Sanda, 2000, p. 22)⁷².

Apesar de muitos considerarem a *filantropia empresarial* brasileira importante, um primeiro passo na mudança de mentalidade do empresariado brasileiro, é relevante apontar para alguns aspectos: o campo do terceiro setor tem sido considerado, principalmente por este subcampo da filantropia, como uma resposta ao desemprego estrutural. Outro aspecto diz respeito à já citada inserção da filantropia empresarial no terceiro setor, muito bem analisado por Falconer (1999), com quem se concorda totalmente:

No campo do terceiro setor há uma distinção conceitual, geralmente ignorada no Brasil entre fundações empresariais e fundações independentes, não ligadas a grupos empresariais (...) as primeiras não são consideradas componentes do terceiro setor, por estarem formalmente ligadas e controladas pelas empresas, atendendo, em última instância, a objetivos de organizações com finalidade de lucro. No Brasil, entretanto, as fundações empresariais (...) tomaram para si a bandeira do terceiro setor e se tornaram as instituições mais freqüentemente associadas pelo público a este setor. (1999, p.105).

Falconer avaliou que, no estágio de desenvolvimento do campo privado brasileiro, no qual a forma predominante de empresa de capital nacional é a empresa familiar, “a distinção entre fundações empresariais e independentes é difícil de fazer, reforçando a imprecisão no uso do termo terceiro setor.” (*ibidem*).

⁷² Além disso, empresas e pessoas de notório conhecimento público, como dos campos artístico e esportivo, criaram organizações para atuação específica, entre elas a pioneira Fundação Abrinq, a Fundação Bradesco, a Fundação Xuxa, Fundação Gol de Letra, Fundação Ayrton Senna, etc. Suas atividades são diversificadas: algumas têm espaços próprios de atendimento a crianças e adolescentes; outras também patrocinam prêmios e processos afins; etc.

Um ponto, percebido e detectado nos seminários e estudos pesquisados para este trabalho, foi também observado por Falconer: o envolvimento de empresas com causas sociais é uma estratégia de *marketing* muito pertinente, principalmente tendo em conta todas as agruras da atual conjuntura nacional. E como alguns campos brasileiros, bem como o subcampo da filantropia empresarial (muito discutível enquanto *subcampo*), têm apreendido as proposições de Rifkin e com elas compactuado, as perspectivas são um tanto quanto discutíveis.

Rifkin ignora, também, o aspecto da *experiência*, fator importante para um sujeito que pretenda uma posição em qualquer subcampo do terceiro setor. Thompson (1981) rejeita a concepção epistemológica da *experiência* como empirismo, afirmando ser imperdoável esta concepção de alguém que propõe refletir sobre a história, já que experiência e prática são manifestas. Ou seja, para ele, experiência é uma categoria central, rejeitando o pragmatismo e destacando o histórico.

a experiência é um termo médio necessário entre o ser social e a consciência social: é a experiência (muitas vezes a experiência de classe) que dá cor à cultura, aos valores e ao pensamento: é por meio da experiência que o modo de produção exerce uma pressão determinante sobre as outras atividades: e é pela prática que a produção é mantida. (1981, p. 112)

Diante disso, é notório que dois macropoderes – o mercado e o Estado –, de formas diferenciadas, pretendem cooptar o campo terceiro setor, relegando seus sujeitos, quando muito, aos micropoderes que há muito lhe foram conferidos. Talvez esse fato seja indiferente ou menos complicador para as mulheres do campo das organizações sem fins lucrativos, pois também há muito se acostumaram a situações de múltiplas dominações.

Paralelamente, no Brasil, a pesquisa pioneira realizada pelo Instituto Superior de Estudos da Religião - Iser e coordenada pela Universidade Johns Hopkins (divulgada em março/99), obteve os seguintes resultados sobre o mercado de trabalho no terceiro setor nacional:

- Entre 1991 e 1995, foram criados 340 mil postos de trabalho no terceiro setor, ou seja, houve um crescimento de 44% do emprego neste segmento.
- Em 1995, eram 1.119.533 pessoas ocupadas no setor de instituições sem fins lucrativos (com 10 anos ou mais e ocupação principal em atividades típicas do setor), contra 775.364, em 1991. Isso representa o dobro de servidores públicos federais na ativa.

Segundo Ioschpe, o terceiro setor ocupa, no Brasil, 1,4% da força de trabalho, sendo que grande parte dos cargos é voluntária (FSP, 27/3/98).

Conforme Landim, esses números fazem do “setor” um espaço promissor, “um mercado de trabalho em expansão”. Mostram, também, que é um mercado de trabalho que envolve “certos valores da cena contemporânea, como solidariedade, ética e compromisso social”. Porém, não considera que o terceiro setor seja uma alternativa ao desemprego no país: para ela, a questão do emprego tem que ser tratada com políticas públicas. (Landim, 1999. In: *Entrevista à RETS: MERCADO de trabalho no terceiro setor está em expansão*, 1999, p. 1).

O perfil dos profissionais desse campo é heterogêneo, devido à diversidade de áreas de atuação das suas organizações. Landim aponta para alguns subcampos, nos quais existe probabilidade de maiores oportunidades profissionais, a saber: social, ONGs de promoção de direitos, de assistência, ambientalistas e organizações de cultura/recreação.

Landim considera que a formação de profissionais para as áreas de administração e de gestão do terceiro setor no Brasil — ministrada no mundo inteiro —, pode ser avaliada como “um sintoma da institucionalização e da busca de uma gestão mais racional, que transporta a lógica do mercado para o terceiro setor”. (*ibidem*).

Além disso, a necessidade da *qualificação*, em diversos subcampos do mercado — e também nos do terceiro setor, conforme bem mostraram o trabalho empírico e a pesquisa teórica aqui elencados —, é patente. Dessa exigência não escapam as mulheres e tampouco os homens. Sobre esses aspectos, Segnini compreende a qualificação para o trabalho enquanto uma relação social — de classe, gênero, etnia e geracional —, “que se estabelece nos processos produtivos, no interior de uma sociedade regida pelo valor de troca.” (1998, p. 56).

Para Segnini, os conhecimentos adquiridos pela(o) trabalhadora(o) por meio de diferentes processos e instituições sociais — como a família, a escola, a empresa —, acrescidos das suas habilidades (adquiridas socialmente) e da sua subjetividade, constituem um conjunto de conhecimentos e habilidades que significam, para ela(ele), valor de uso, que só se transforma em valor de troca nos processos produtivos, “em determinado momento histórico, se reconhecido pelo capital como sendo relevante para o processo de acumulação.” Assim, a autora considera que a qualificação

... enquanto relação social presente nos processos produtivos, expressa uma dupla dimensão que deve ser permanentemente considerada em sua relação dialética, a saber: o controle do capital e a resistência e subjetividade dos trabalhadores. (...) Também é observado que as práticas de gestão centradas no discurso da ‘qualidade total’, do ‘desempenho excelente’, produzem novas relações de poder e resistência nos processos de trabalho. (Segnini, 1998, p. 56).

Neste contexto, é interessante observar que o projeto Gênero e Desenvolvimento Institucional em ONGs, do qual participaram a RME e o Centro da Mulher Peruana Flora Tristán, em meados da década de 1990, culminou com um curso de *planejamento estratégico*. Dentro deste processo, Beatriz comentou que ocorreu, também, o *curso de habilidades de gerência*. Ou seja, temas que consagram a gestão racional nos moldes empresariais. Porém, há que se considerar que as ONGs e outros subcampos do terceiro setor perderam muito por terem colocado em segundo plano aspectos como a administração institucional e a sistematização pontual de dados relevantes como metodologias e afins. Mas concebe-se que daí a admitirem como cartilha todas as lógicas que permeiam a gestão no campo do mercado passa a ser uma negação de grande parte da *lógica* que regeu, até então, principalmente os subcampos das ONGs e das entidades sociais.

Esse “sintoma” já aponta para causas negativas. Nalu considera que o momento atual dificulta a construção de coletivos em ONGs, pois as pessoas passaram a se preocupar, principalmente, em constituir bons currículos com vistas à empregabilidade. “Quando eu entrei na SOF esse problema não estava colocado e o momento já era difícil: ninguém tinha medo de ficar sem emprego, as pessoas não tinham medo de ficar sem lugar no mundo.”

Gohn (1997b) considerou que a profissionalização ou a “liberação (estar apenas a serviço do movimento)” produziu efeitos contraditórios, ilustrando como se construiu o “perfil” profissional predominante nas atuais organizações que compõem o terceiro setor: uma camada de dirigentes que cada vez mais se distanciou das bases dos movimentos, aproximou-se das ONGs e se ocupou em elaborar pautas e agendas de encontros e seminários (nacionais, na década de 1980, e internacionais, na década de 1990), como a ECO-92, a Conferência Mundial sobre a Mulher, em Beijing, em 1995, o Habitat-96, na Turquia (1997b, p. 286).

No entanto, ainda é difícil conciliar militância – que não foi ou é negligenciada – e profissionalismo, como esclarece outro relato de Nalu, sobre sua experiência na SOF:

Num momento em que a individualidade está muito forte e a idéia de uma carreira está muito forte, a ONG torna-se um espaço muito limitado. Tanto que se pode observar que quase nenhuma ONG consegue manter pessoas em período integral. As pessoas estão pela metade na ONG. Na SOF, a gente sentia esse conflito, acho que eu demorei a perceber isso (...) Prevalece a tendência de as pessoas buscarem formas de sobressair, de enriquecer o currículo e aumentar sua capacidade de empregabilidade.

3.3. Aspectos Centrais sobre Trabalho de Mulheres em ONGs e de ONGs de Mulheres

A participação feminina nos fóruns e seminários sobre o terceiro setor tem mostrado diversas expectativas dessas mulheres no que se refere à sua atuação profissional neste campo. Porém, a exemplo do que ocorre no mundo do trabalho em geral, a trajetória de mulheres em organizações do denominado terceiro setor, bem como as relações de gênero neste campo, são muito pouco estudadas, têm uma ínfima visibilidade na sociedade como um todo, além de pouco ou nenhum destaque na recente produção teórica sobre o terceiro setor. Além disso, como já detectado por Gohn, “a participação das mulheres nos movimentos populares, tanto urbanos como rurais, é um tema ainda pouco estudado.” (Gohn, 1997b, p.293).

Mas como bem detectaram Bruschini (2000) e Kon (1999), a presença das mulheres no mundo do trabalho continua sendo marcante nos setores social, sem fins lucrativos e de serviços. De outra forma, a pesquisa realizada pelo Iser concluiu que o terceiro setor é um campo de atividades acentuadamente feminino. No entanto, com base em um estudo comparativo sobre a distribuição de ocupação por sexo entre os setores sem fins lucrativos, privado e público, surgiram alguns resultados “interessantes”:

Se, em 1995, cerca de 60% da população ocupada no Brasil é masculina e 40% feminina, no caso do setor sem fins lucrativos a coisa se inverte: temos apenas 38,7% de homens e 61,3% de mulheres, em atividades remuneradas. Isso é de se esperar, dado que o ‘setor sem fins lucrativos’ é povoado por profissões femininas, como assistência social, enfermagem, docência, por exemplo. Para o senso comum, as mulheres são especialmente vocacionadas para a ação social, como se sabe. No entanto, para avaliar essa predominância feminina, comparamos a distribuição de ocupações por sexo no setor sem fins lucrativos com a mesma distribuição no setor privado lucrativo e no setor público, quando estão em jogo as mesmas atividades (as 9 áreas consideradas no Projeto Comparativo). Nesse caso, (...) vemos que proporcionalmente o setor sem fins lucrativos ocupa mais homens do que mulheres, na relação com os outros dois: se, nas atividades de nossa classificação, há 82% de mulheres no setor público contra 18% de homens, há por outro lado 72,5% de mulheres no privado lucrativo e bem menos no sem fins lucrativos: 61%. (Landim & Beres, 1999, p. 36-37).

Vale relembrar que esta pesquisa comparativa entre cerca de 20 países classificou nove áreas para o caso específico brasileiro, entre as quais as “Associações Profissionais e Sindicatos”, que foram excluídas da Lei nº 9.790/99, abordada no Capítulo 1 desta dissertação. Assim, para todos os dados obtidos, Landim & Beres trabalharam “com tendências gerais e genéricas de um universo ‘sem fins lucrativos’ no Brasil, cujas classificações internas também contemplam razoável nível de agregação.” (1999, p. 16).

Por outro lado, é interessante — mas previsível — notar que também são poucas as análises específicas sobre o trabalho em organizações não-governamentais de mulheres e feministas. Heilborn e Arruda (1995) refletiram, entre outros fatos, sobre a cultura feminina no trabalho nessas ONGs, considerando que, sobretudo as feministas, abrigam uma “complexa problemática”.

Por um lado, rompendo a velha invisibilidade do trabalho feminino... estão expostas a todos os olhares e expectativas quanto à sua especificidade: as mulheres estão entre si, podendo impor sua forma própria de trabalhar, de organizar-se. Isso significaria que, em princípio, ao funcionar segundo o ideário feminista, tanto estariam exercendo sua cidadania plena e afastando os dispositivos de discriminação e exploração que existem em outras instituições, quanto, em consequência disto, dispensariam os mecanismos de defesa e resistência a que sempre recorreram diante daqueles dispositivos. Entretanto, estar entre mulheres não significa ter sanado os problemas que a vinculação à reprodução impõe, pois a sociedade ainda não contempla, na sua organização, a questão da maternidade. Assim, temos aí duas ordens de problemas: uma relaciona-se com o funcionamento interno das ONGs feministas (...) e a outra é a vivência cotidiana da condição das mulheres, sua responsabilidade doméstica, e suas implicações numa relação de trabalho. (1995, p. 22).

Quanto a dilemas e desafios, essas autoras observaram, também, por meio da experiência das ONGs de mulheres, uma crescente demanda pela profissionalização. No entanto, este fato gera uma nova questão: é necessário, perguntaram elas, que as chamadas “profissionais” (por oposição às antigas “militantes”) apresentem algum grau de adesão à ideologia feminista? Caso positivo, com quais critérios de aferição? Em caso de negativa, como integrar as novas participantes ao “ethos” de uma ONG?

A essa questão, cabe retomar uma afirmação de Nalu: “a militância dá um diferencial muito grande.” Compreende-se, então, que *profissionais*, em ONGs de mulheres e feministas, não podem ser contrapostas a *militantes*. Em geral, a profissional de uma ONG de mulheres ou tipicamente feminista é uma militante. A militância empodera e, na prática, mostra os problemas das instâncias de poder. Quanto aos “critérios de aferição” questionados por Heilborn e Arruda, a

convivência da autora desta dissertação *com* e *nesse* tipo de ONG, bem como as informações contidas em alguns dos relatos das lideranças-sujeitos deste estudo, têm apontado que a consonância com a missão e/ou projeto político é a chave para a integração de uma profissional nessas organizações.

Ao falarem em *ethos*, essas autoras enfatizaram um dos traços que caracterizam o fato de pertencer a uma ONG feminista, que é o da jornada de trabalho não se restringir àquela definida pelo horário comercial. Isso é tido como legítimo, além de ser promotor da visibilidade da própria ONG. “Essa peculiaridade traz para o cotidiano do trabalho tensões adicionais, sobretudo porque essa atividade não se mensura por nenhum critério material, sendo essencialmente simbólica.” (Heilborn e Arruda, 1995, p. 23).

Sem chegar ao âmbito das problemáticas domésticas, pontuadas por Heilborn e Arruda, Miriam, da SOF, apontou para alguns problemas que a sobrecarga de trabalho em uma ONG gera:

estamos envolvidas em muitas coisas e sentimos falta de um apoio maior na execução de tarefas práticas para que tivéssemos mais tempo para estudar, para afinar debates estratégicos. Estamos muito sobrecarregadas sempre; isto dá uma certa angústia quando pensamos no futuro. Quanto tempo agüentaremos neste ritmo?

Sobre essa reflexão, é oportuno acrescentar as observações de Hirata quando, ao analisar a hipótese de um terceiro setor como *resposta convergente* às mudanças causadas pela reestruturação produtiva (e capitalista), considera de suma importância o trabalho profissional das mulheres enquanto veículo de acesso a coletivos:

...os movimentos complexos da mão-de-obra feminina são ligados a três fatores indissociáveis: a conjuntura do mercado de trabalho (de ‘boom’ econômico ou de crise); as mudanças no processo e na organização do trabalho; e, enfim, à subjetividade das trabalhadoras, ao seu desejo de entrar e se manter no mercado de trabalho... Do ponto de vista das mulheres, a relativização do trabalho assalariado foi feita de longa data... Por outro lado, o trabalho profissional pode ser visto como o lugar privilegiado de socialização, de encontro, de acesso ao coletivo para as mulheres, sobretudo nas lutas e nos movimentos sociais... neste sentido, sua centralidade é inegável. (Hirata, 1998b, p. 12; 1998a, p. 60).

Assim, *pertencer* – neste caso, ao movimento de mulheres – é uma outra categoria que ganha relevância na resignificação dos conceitos e é entendida por Gohn “como um sentimento

de identidade que gera motivação. Os autores que tratam o tema sugerem que se deve envolver os atores mais motivados e disponíveis para um processo participativo.” (Gohn, 2001, p. 59).

3.3.1. Mulheres na Gestão de Recursos de ONGs

As organizações do terceiro setor, tendo em vista o caráter público de suas ações, recebem financiamentos de várias fontes e de diversas formas: convênios, auxílios, subvenções governamentais, recursos de agências financiadoras e outras organizações não-governamentais – nacionais ou internacionais –, recursos próprios gerados por suas atividades, doações de indivíduos ou empresas, prêmios, campanhas, eventos, etc.

No entanto, a conjuntura dos últimos anos colocou principalmente as ONGs diante de grandes desafios. Ao mesmo tempo que aumentou a demanda por seus serviços, escassearam os recursos de agências internacionais – suas principais financiadoras – e fez-se ainda mais difícil a obtenção de recursos nacionais, o que tornou premente buscar novas formas de financiamento e de auto-sustentação, e, mais do que isso, gerir os montantes disponíveis de modo a obter melhores resultados.

Essa nova realidade, configurada a partir da passagem dos anos de 1980 para os de 1990, com a queda do muro de Berlim, provocou reviravoltas profundas nas organizações sem fins lucrativos de toda a América Latina. As organizações brasileiras que, por décadas a fio, dependeram e contaram com a solidariedade internacional, especialmente a européia, viram grande parte de seus recursos ser direcionada para o Leste Europeu – destroçado pela derrocada do regime socialista soviético – e para os países africanos.

As organizações nacionais ficaram praticamente órfãs de financiadores internacionais no mesmo período em que o país adotou uma severa política de cortes de gastos sociais para atender às exigências do FMI e alcançar a estabilidade da moeda. E, como observou Salvatore (*apud* Gomide, 1999), instalou-se uma realidade perversa: de um lado, menos recursos financeiros e, de outro, o desmantelamento de um frágil, mas imprescindível, Estado de Bem-Estar Social, num instante em que a demanda por serviços cresce, inclusive da parte de uma empobrecida classe média, fatos que vêm se tornando mais graves dia a dia.

Num cenário como esse, a obtenção de recursos materiais e financeiros, bem como a sustentabilidade, constituem uma das principais preocupações das(os) gestoras(es) das

organizações do terceiro setor, em geral, e das ONGs, em particular. Nesse sentido, cada vez mais vem se valendo de planos estratégicos de captação de recursos, e a procura por profissionais especializadas(os) nessa área (e também na elaboração de projetos) representa um dos grandes saltos no nível de empregos do terceiro setor, o que retoma a problemática já exposta: social ou empresarial? Não obstante, como conjugar a *lógica* social às técnicas e à *lógica* racional do mercado?

Ao analisar os desafios impostos pela diminuição das verbas internacionais e pelo momento de transição que as ONGs brasileiras atravessam, Vera, da RME, cujo trabalho como coordenadora executiva impõe que se ocupe e preocupe principalmente com este aspecto, avaliou que

Existem oportunidades efetivas para superar os obstáculos visando a conquista de novas fontes de financiamento, entre elas, a diversificação de parcerias, a venda de serviços a governos municipais e o acesso a verbas públicas e do setor privado.

Porém, cada agência apresenta exigências e processos seletivos diferenciados. Os critérios de concessão dos recursos não são, muitas vezes, claros, o que dificulta a elaboração de projetos capazes de atender totalmente às normas e exigências destes financiadores. Da mesma forma, as informações sobre os investimentos de empresas privadas em projetos sociais ainda são restritas, e faltam dados precisos, sistemáticos e abrangentes sobre os recursos financeiros que destinam a causas sociais.

As ONGs enfrentam, ainda, uma seletividade cada vez mais rigorosa dos agentes financiadores para a concessão de recursos. As exigências referem-se tanto a comprovações de capacidade de gestão quanto à qualidade dos projetos apresentados. Há unanimidade quanto à necessidade de criar sistemas e indicadores de eficiência, eficácia e efetividade das ações desenvolvidas nesse campo.

Diante deste contexto, Costa & Neves (1995) definem esses “novos tempos” como aqueles em que

as ONGs começam a perceber que têm que obter resultados, mudanças ou impactos concretos através de suas ações e mostrar uma relação positiva entre estes e os recursos utilizados para realizá-los (ou seja, uma boa relação custo-benefício ou uma relação meios e fins). Com isso, começam a substituir a espontaneidade, a informalidade e a ação bem-intencionada, mas desorganizada, por uma atuação mais organizada, passando a adotar algumas práticas já utilizadas em organizações que se pautam pela racionalidade instrumental ou de mercado. (Costa & Neves, 1995, p. 47-48).

Vale lembrar que, a partir da década de 1990, as organizações foram forçadas a buscar *eficiência administrativo-financeira* sob o risco de virem suas práticas suspensas por falta de recursos. O consultor Stephen Kanitz, conhecido inicialmente por sua metodologia de seleção das *maiores e melhores empresas* brasileiras e, desde 1997, por promover o Prêmio Bem Eficiente⁷³, ilustra bem a questão da lógica empresarial, defendida por estudiosos como Luis Carlos Merege, da Fundação Getúlio Vargas. As entidades assistenciais foram os primeiros integrantes do terceiro setor a sucumbir ao discurso da lógica de mercado, mas não se sabe até que ponto aderiram a essa lógica, que, de alguma forma, também seduziu relativamente outros subcampos do terceiro setor.

Contudo, muitas organizações, premidas pela falta de pessoal e de recursos, têm tentado adaptar-se à lógica de mercado, de modo a alcançar a eficiência administrativo-financeira sem fugir de seus objetivos, valores, caráter militante, etc.

Sobre este tema, Gohn avaliou, de outra forma:

Enquanto organizações/empresas que atuam na área da cidadania social, o terceiro setor incorpora critérios da economia de mercado do capitalismo para a busca de qualidade e eficácia de suas ações, atua segundo estratégias de marketing e utiliza a mídia para divulgar suas ações e desenvolver uma cultura política favorável ao trabalho voluntário nesses projetos. Usam a racionalidade instrumental empírica, voltada para a conquista de objetivos imediatos. O planejamento estratégico é o instrumento por excelência para estruturar seus projetos e ações. Ocorre que o planejamento estratégico é uma ferramenta operacional que foi concebida para ser aplicada em unidades empresariais. Seus fundamentos básicos decorrem da lógica empresarial onde impera a equação custo-benefício. (2000, p. 65-66).

Daí à realidade cotidiana das ONGs, torna-se importante a precisa análise de Nalu, que há muito atua no subcampo dessas organizações sem fins lucrativos:

⁷³ Selecionando anualmente 50 entidades sociais com base, principalmente, em critérios administrativo-financeiros.

Hoje, a questão é de eficácia mesmo, porque tem pouca gente, pouco recurso, muito serviço. (...) No nosso caso, nem somos movidos pela lógica empresarial. Nós somos movidos pelo pouco tempo, poucos recursos e pela necessidade de continuar respondendo a um grande número de compromissos. (...) Na política, temos mantido nossas atividades, mas o fluxo interno e administrativo é mais difícil. O pior é a questão do financiamento, porque você está lidando com um mundo desconhecido. Então, vamos supor, quando as agências mudam suas políticas institucionais, passam a exigir uma forma de prestação de contas diferente daquela que você faz, isso impõe a necessidade de se adequar, por mais que você tenha autonomia política sobre o dinheiro. (...) Você acaba, às vezes, também por se adequar e você então não encontrou, não ajustou, seu modelo próprio de gestão. Você tem que se adequar a outras exigências. Mas pior seria ter uma empresa e ter que se adequar às exigências da concorrência.

Às questões de financiamento e de gestão soma-se um outro desafio para as ONGs de mulheres e feministas. Apesar de sua trajetória, das ações que desenvolvem e, muitas vezes, do reconhecimento internacional, ainda lhes falta visibilidade no cenário brasileiro – item fundamental para a continuidade de sua existência e, inclusive, para se obterem financiamentos. Essa atuação como sujeito oculto da transformação social tem raízes históricas. Ao analisar a militância feminina nos partidos e organizações de esquerda, Goldenberg (1997) utilizou o conceito “mulheres invisíveis” para se referir ao papel secundário que coube (e ainda cabe) a elas na vida política brasileira. Esta avaliou que as mulheres ocuparam uma posição percebida como secundária ou inferior no interior das organizações, sendo “escondidas” com o rótulo de “mulher de”, “companheira de” ou “filha de”.

Com isto, quero enfatizar que foram seus maridos, companheiros ou pais que ocuparam posições dominantes no interior destes organismos, sendo considerados “importantes”, “famosos”, “figuras históricas”, “lideranças políticas”. A história da esquerda brasileira foi, e é até hoje, escrita em torno das trajetórias destes “grandes homens”. As mulheres aparecem como meras coadjuvantes. Aos homens cabem as decisões políticas (o mundo das idéias) e as ações práticas (o mundo público). Às mulheres, o suporte familiar e caseiro (o mundo doméstico) para que estes homens possam continuar realizando suas “nobres” atividades políticas. (Goldenberg, 1997, p. 352-53).

Assim, numa sociedade em que prevalece o sistema de exploração-dominação, sustentado pelo regime patriarcal-capitalista-racista, o conceito de Goldenberg se aplica perfeitamente às mulheres em ONGs e principalmente às trabalhadoras em ONGs de mulheres. Se, por um lado, as atribuições dessas mulheres ficam claras em cada instância da organização, além de seus muros a realidade é bem diversa. Elas continuam praticamente “invisíveis”. Muitas vezes, sequer o público-alvo ou a “clientela” enxerga claramente o papel dessas organizações. Então, como tornar visíveis as ONGs femininas, se, historicamente, as mulheres chegaram ao universo público pelas mãos do homem?

Nesse sentido, Vera, da RME, defende a implementação de estratégias de comunicação voltadas ao Estado, à sociedade e ao público interno das ONGs de mulheres. No entanto, para tal fim, ela considera que

É necessário investir nessa imagem, pois, de fato, a maioria das ONGs possui um *know-how* valioso que deve ser reconhecido profissionalmente, para possibilitar a continuidade de um relevante trabalho político-social. Paralelamente, a **proposta é também a de se analisar e de se propor ações** comunicativas – em nível interno e externo – às ONGs voltadas para a educação de gênero, no sentido de alterar o conceito de um trabalho ‘de mulheres e para mulheres’. (Vieira, 1999).

Admite-se esta proposta como um dos caminhos importantes a ser trilhado e assumido, principalmente pelas lideranças femininas, nas mãos de quem ficam, normalmente, as responsabilidades implicadas nos fatos comentados.

Nessa direção, Lamas, ao analisar vários aspectos de feminismo e de liderança, concluiu que nas organizações feministas é freqüente que se misturem dois níveis: o de trabalho e o político. Para ela, muitas organizações são, ao mesmo tempo, um escritório com responsabilidades de trabalho e um grupo político, nas quais coexistem relações com companheiras que podem ser também chefes ou subalternas. Logo, aprender a distinguir os problemas que se derivam do trabalho e do político “é um primeiro passo importante, não só para o florescimento de lideranças, mas também para o bom desempenho da equipe, para a eficácia de nossas organizações e para um ambiente de trabalho sadio.” (Lamas, 1998, p. 32).

Tendo isso em conta é que se especificará, no próximo Capítulo (4), alguns aspectos das práticas socioeducativas dos sujeitos deste estudo.

CAPÍTULO 4

EQÜIDADE E PARIDADE EM DIREÇÃO À IGUALDADE⁷⁴:

Sobre Mulheres e Educação Não-Formal

Inicialmente, cabe pontuar que as práticas socioeducativas, sob diversas formas, são inerentes a todos os subcampos do terceiro setor, sejam eles organizações não-governamentais, entidades sociais, associações, fundações (empresariais ou não), movimentos sociais, cooperativas populares ou sindicatos.

Mas de que tipo de educação se fala? Se na história da sociedade moderna a educação universal é a conhecida por formal, por que são necessárias outras práticas e outros subcampos educacionais? Quais os possíveis efeitos da educação recebida desde o berço? E mais: por que a perspectiva de gênero continua sendo ignorada pela grande maioria das famílias e de educadores e educadoras das escolas e universidades? Estas são algumas das questões onipresentes nas reflexões efetuadas pelas mulheres em ONGs, às quais tentam responder por meio de variados processos formativos e ações públicas.

Este estudo concebe a educação não-formal como práxis profissional constante dos sujeitos em pauta. Logo, é pertinente esclarecer que, para tratar de *educação* desvinculada, em parte, dos aspectos inerentes a *trabalho*, admitiu-se que os temas das relações de gênero e feminismo – centrais nos níveis de trabalho e político dessas ONGs – são também fundamentais nos processos educativos promovidos pelos sujeitos coletivos nos quais está centrada esta dissertação.

Para tal fim, cabe retomar, no entanto, alguns pontos gerais sobre Educação, visando a verificar a importância das dinâmicas educativas promovidas pelas ONGs – e por outros subcampos do terceiro setor –, principalmente a partir da década de 1990.

⁷⁴ Reporta-se aqui ao título do estudo da Profª Drª Heleieth Saffioti, “Equidade e Paridade para obter igualdade”, publicado pela revista *O Social em Questão*, Rio de Janeiro, PUC. Departamento de Serviço Social, p. 63-0, 1º semestre de 1997.

4.1. Contextos sobre Educação e Educação Não-Formal

Para Gohn, o grande destaque que a educação não-formal passa a ter a partir dos anos 1990 decorre das mudanças na economia, na sociedade e no mundo do trabalho. Começam a ser valorizados os processos de aprendizagem em grupos e a dar-se grande importância aos valores culturais que articulam as ações dos indivíduos. Passou-se, ainda, a se falar de uma “nova cultura organizacional” que, em geral, exige a aprendizagem de habilidades extra-escolares (1999, p. 92).

Mas esta autora considera que não são apenas as mudanças na economia e os apelos da mídia que têm configurado um novo campo para a educação não-formal. Agências e organismos internacionais, como a ONU e a Unesco, além de algumas(ns) estudiosas(as), têm contribuído nessa direção. Exemplo relevante foi a Conferência sobre Educação, realizada em Jomtien, na Tailândia, em 1990, que produziu dois documentos: a *Declaração Mundial sobre Educação para Todos* e o *Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas da Aprendizagem*, nos quais se delineou um quadro de novas possibilidades de trabalho na área de Educação, à luz das condições particulares da América Latina e das experiências de diversas ONGs em programas de educação.

Tais documentos ampliaram o campo da Educação para outras dimensões, fora dos limites da escola, abrangendo, além das necessidades básicas da aprendizagem e de suas ferramentas essenciais, a inserção de valores e atitudes para viver, sobreviver e desenvolver a capacidade humana (Gohn, 1999, p. 92-93).

No Brasil, 5,7 milhões de pessoas trabalham de alguma forma no campo da Educação. Dados do MEC indicam que as mulheres perfazem 85% de todos os professores da educação básica; 12% da população economicamente ativa do sexo feminino é composta por professoras; a educação infantil conta com quase 100% de mulheres educadoras (Carvalho, 1999, p. 12).

Tendo em conta os índices do Censo Escolar (base 1996)⁷⁵, bem como algumas análises de Carvalho, efetuadas no Caderno SOF *Gênero e Educação*, pôde-se concluir que grande parte das mulheres educadoras é responsável pela prevalência de uma educação que, em linhas gerais, é ainda aquela do “fingimos que ensinamos e *elas* fingem que aprendem”. E, pior: é sabido que

⁷⁵ Levantamento realizado pelo Instituto Nacional de Pesquisas em Educação, Inep, órgão ligado ao Ministério da Educação, MEC

esta educação é sexista, logo, domestica e exclui mulheres, impõe aos homens o *status* de macho, não contribui para a superação de preconceitos ou para “a construção de pessoas comprometidas com a igualdade de direitos [e oportunidades] entre os sexos”. (Carvalho, 1999, p. 21).

Contudo, há indícios de que as(os) profissionais da Educação formal estejam preocupadas(os) e empenhadas(os) em mudar as formas e os conteúdos de seu campo de atuação. A produção teórica sobre as problemáticas do exercício educacional tem mostrado isso e as reflexões de Carvalho apontam neste sentido:

... gostaria de enfatizar a necessidade de repensar nossos conceitos, coisas básicas, como feminilidade, masculinidade, profissionalismo, formação. Com que conceito de educação estamos trabalhando? É instrução? É formação integral? Onde ficam a construção de valores, o desenvolvimento emocional, a afetividade, o corpo? A escola participa disso explicitamente? Que tipo de profissionais nós queremos construir? Ser profissional significa abandonar uma relação de afetividade com os alunos e alunas? Que formação as professoras e professores devem ter? Como elas e eles podem contribuir na construção de uma sociedade menos sexista? Nisso tudo, para ter alguma intervenção mais produtiva, precisamos de muita clareza sobre as relações de gênero, precisamos utilizar o gênero como ferramenta teórica para construir uma política e uma prática educacionais diferenciadas. (1999, p. 22-3).

Assim, de concreto, permanecem expectativas de que esse quadro mude radicalmente, o que não é impossível nem difícil, considerando que as mulheres brasileiras de hoje têm escolaridade superior à dos homens⁷⁶ — fato que deveria propiciar maior conscientização sobre as bases discriminatórias da Educação formal — , que são elas as detentoras dos cargos da rede escolar pública e que o empenho e as propostas transformadoras das muitas mulheres em ONGs têm-se difundido cada vez mais.

Mas isso poderá ser um processo muito lento. Como bem lembra Saffioti, no Brasil, como em todas as sociedades regidas pelo patriarcado-racismo-capitalismo, “as escolas ensinam, em geral, aquilo que as classes dominantes determinam, quer diretamente, quer através do Estado.” Para ela, os conteúdos ensinados e os métodos autoritários de ensino visam à preservação das posições de mando ocupadas pelo patriarca branco, adulto e rico (1987, p. 103).

Quanto aos conteúdos ministrados, Saffioti denomina-os de *história oficial*, a história dos grandes feitos e dos grandes homens. Já a *história real*, construída por ricos e pobres, dominadores e dominados, brancos e negros, homens e mulheres, crianças e adolescentes, adultos

⁷⁶Conforme a Pnad/FIBGE, de 1998, 29,7% das mulheres estudaram 11 anos ou mais, contra 20,7% de homens.

e velhos, é considerada algo menor. O motivo é claro: é *esta história* que revela “as contradições sociais, os embates entre os socialmente fortes e os socialmente fracos, as lutas dos discriminados pela construção de uma sociedade mais justa.” (1987, p. 103).

E é também para mudar radicalmente essa *história oficial* que as mulheres de movimentos e ONGs vêm empenhando-se arduamente.

4.2. Características Gerais da Educação Informal e Não-Formal

4.2.1. Educação Informal

Se a escola (pública ou privada) é a promotora da Educação caracterizada como *formal*, a educação informal é aquela promovida pela família e outras instâncias e meios que não sejam as instituições oficiais de ensino.

Gohn considera que a educação informal é aquela “... transmitida pelos pais na família, no convívio com amigos, clubes, teatros, leitura de jornais, livros, revistas, etc.” Mas o termo *informal* não abrange as possibilidades da educação não-formal, ou seja, as ações e práticas coletivas executadas por movimentos, organizações e associações sociais. Para ela, esta educação decorre de processos espontâneos ou naturais, ainda que seja carregada de valores e representações, como é o caso da educação familiar. (1999, p.98-100).

E é na família que filhos e filhas recebem de seus pais e mães os valores que deveriam ser básicos e norteadores em todas as instâncias de suas vidas. Mas a prática mostra que isso, na realidade, normalmente não ocorre (Saffioti, 1987, p. 36). Os modelos de *homem ativo e mulher passiva*, os chamados estereótipos, estão incorporados pela maioria dos pais de hoje e são perceptíveis em todos os instantes das relações familiares, influenciando, inexoravelmente, na educação e na formação de suas filhas e filhos.

Grosso modo, é preciso também ver em que medida essa problemática pode afetar todo um processo de educação informal. A ideologia machista, que considera o homem um ser superior à mulher, está presente não só na cabeça dos homens, mas também na das mulheres. Acreditando nesses “princípios”, as mulheres transmitem-nos aos seus filhos e filhas. Porém, não

é justo imputar somente às mulheres a perpetuação da supremacia masculina. Por sua vez, os homens transmitem as suas filhas um padrão de moral dupla: são muito liberais com os filhos e moralistas e repressores com as filhas. Alie-se a isso o fato de que os homens, via de regra, omitem-se na educação da prole.

Bom exemplo foi a resistência que as mulheres das camadas populares, que participaram da pesquisa-ação da RME na década de 1980, mostraram quanto ao tema feminismo: de tal modo foram reprimidas – pelas famílias, maridos e instituições como a igreja – que tomar contato com o tema chegava a ser amedrontador.

Com isso, tem-se que a educação informal é a básica – pois a primeira a ser recebida pelas pessoas – para perpetuar ou transgredir e mudar os “modelos” que são difundidos pela educação formal. Uma família cujos pai e mãe têm plena consciência da sociedade sexista em que vivem terá condição de contemplar seus filhos e filhas com uma educação voltada para as constantes “armadilhas” que se estabelecem nas relações de gênero.

4.2.2. Educação Não-Formal

No campo do terceiro setor, em geral, as práticas da educação não-formal e também da difundida educação popular são implementadas, de alguma forma, nas ações de suas organizações, seja por meio de práticas diretas com a população, seja por intermédio de cursos e seminários, ou ainda publicações, vídeos e outras técnicas afins. A educação não-formal foi e é o meio pelo qual as organizações desta pesquisa põem em prática suas propostas socioeducativas.

Um dos aspectos que diferencia a educação não-formal da educação informal é que, na primeira, conforme Gohn, existe “a intencionalidade de dados sujeitos em criar ou buscar determinadas qualidades e/ou objetivos” (1999, p. 100).

Para Gohn, a educação não-formal designa um processo com seis campos ou dimensões, que, de forma aqui sintética, abarcam as seguintes características: o primeiro envolve a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; o segundo, a capacitação dos indivíduos para o trabalho; o terceiro, a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizar com objetivos comunitários; o quarto, e não menos importante, é a aprendizagem dos conteúdos da escolarização formal, escolar, em formas e espaços diferenciados; o quinto campo é a educação desenvolvida *na e pelos* meios de comunicação, em

especial o eletrônico. “Finalmente, deve-se registrar ainda o campo da educação para a vida ou para a arte de bem viver. Em tempos de globalização, devemos traduzir isto em: como viver ou conviver com o *stress*.” Neste último campo, a difusão dos cursos de autoconhecimento, das filosofias e técnicas orientais de relaxamento, meditação, etc., tornaram-se estratégias de resistência e caminhos de sabedoria. É, para Gohn, um grande campo da educação não-formal (1999, p. 98-99).

Mas até os anos 1980, a educação não-formal era vista, de forma geral, como o conjunto de processos delineados para alcançar a participação de indivíduos e de grupos em áreas denominadas extensão rural, animação comunitária, treinamento vocacional ou técnico, educação básica, planejamento familiar, etc. (*ibidem*, p. 91-92).

Porém, a educação não-formal passou a ter, conforme Gohn, grande destaque nos anos 1990, quando começaram a ser valorizados os processos de aprendizagem em grupos e “a dar-se grande importância aos valores culturais que articulam as ações dos indivíduos.” Para ela, a articulação da educação não-formal com a educação formal estabelecerá o caminho para uma Educação sem preconceitos, bem como para uma *nova escola* (*ibidem*, p. 92).

Deve-se lembrar, também, que a relação dos movimentos sociais com a educação tem, historicamente, um elemento de união, que é o da cidadania. Da mesma forma, avalia Gohn, falar da existência de um processo educativo realizado fora dos canais institucionais escolares implica ter, como pressuposto básico, “uma concepção de educação que não se restringe ao aprendizado de conteúdos específicos transmitidos através de técnicas e instrumentos do processo pedagógico.” (1994, p. 17).

Esta autora considera, ainda, que na educação não-formal a cidadania é o objetivo principal, sendo pensada em termos coletivos. Ao mesmo tempo, um dos

supostos básicos da educação não-formal é o de que a aprendizagem se dá por meio da prática social. É a experiência das pessoas em trabalhos coletivos que gera um aprendizado. A produção de conhecimentos ocorre não pela absorção de conteúdos previamente sistematizados, objetivando ser apreendidos, mas o conhecimento é gerado por meio da vivência de certas situações-problema. As ações interativas entre os indivíduos são fundamentais para a aquisição de novos saberes, e essas ações ocorrem fundamentalmente no plano da comunicação verbal, oral, carregadas de todo o conjunto de representações e tradições culturais que as expressões orais contêm. (Gohn, 1999, p. 103-104).

4.2.3. Educação Não-Formal e Educação Popular

Os conceitos de *educação não-formal* e *educação popular* por vezes se imbricam e se confundem. Tendo em conta que ONGs como a RME baseiam suas práticas educativas em uma concepção de *educação popular feminista*, é imprescindível resgatar alguns pontos sobre essas diferenças.

Gohn agrupa os campos da educação não-formal em dois tipos, segundo seus objetivos: o primeiro, destinado a alfabetizar ou transmitir conhecimentos que historicamente têm sido sistematizados por homens e mulheres, planejados para as clientelas-sujeito das ações educativas, com uma estrutura e uma organização distinta das organizações escolares, “abrangendo a área que se convencionou chamar de educação popular”; o segundo tipo abrange a educação gerada no processo da participação social, em ações coletivas não voltadas para o aprendizado de conteúdos da educação formal (Gohn, 1999, p. 101-102). Isso posto, conclui-se que, sem condizer com todos os seis campos da educação não-formal, a RME e a SOF atuam nos dois tipos caracterizados por Gohn.

Vale detalhar que, para Freire,

a *educação popular*⁷⁷ cuja posta em prática, em termos amplos, profundos e radicais, numa sociedade de classe, se constitui como um *nadar contra a correnteza* é exatamente a que, substantivamente democrática, jamais separa do ensino dos conteúdos o desvelamento da realidade. É a que estimula a presença organizada das classes sociais populares na luta em favor da transformação democrática da sociedade, no sentido da superação das injustiças sociais. É a que respeita os educandos, não importa qual seja a sua posição de classe e, por isso mesmo, leva em consideração, seriamente, o seu saber de experiência feito, a partir do qual trabalha o conhecimento com rigor de aproximação aos objetos. (...) É a que supera os preconceitos de raça, de classe, de sexo e se radicaliza na defesa da substantividade democrática. (2000, p. 101-102).

Verificando as análises na prática, considera-se que uma transformação social aconteceu por meio das práticas de educação popular da RME. Beatriz relembrou que, quando as integrantes da Rede começaram a falar em *educação popular feminista*, tinham por base a metodologia de educação popular.

⁷⁷ Os grifos desta transcrição são do autor.

Mas tinha um diferencial no trabalho que a gente fazia que era uma educação popular ... feminista!. Ou seja, todos os princípios básicos da educação popular nos serviam muito para todo esse trabalho que fazíamos com as mulheres. Tem uma coisa fundamental na educação popular que é a questão do cotidiano. A educação popular parte da ação, parte do cotidiano. O feminismo também... Parte de problemas do cotidiano, do privado para o público (...) A gente vai criando toda uma metodologia de educação popular que acaba sendo uma educação popular feminista, porque ela está imbuída de princípios feministas.

Assim, como já visto no Capítulo 2 deste trabalho, a RME adotou oficialmente, em meados da década de 1990, o seguinte princípio: *A educação popular feminista é um processo pedagógico de caráter político e aponta para a reciprocidade entre homens e mulheres, tanto na produção quanto na reprodução.* Neste contexto, a ONG assume que *a força está na metodologia*, que propicia a construção coletiva de conhecimentos, por meio da troca de experiências e valorização do saber acumulado pelas inúmeras gerações de mulheres ao longo da história. E, recapitulando, *participar é a palavra-chave* nessa metodologia envolvida. “Acreditamos que o individual reflete o coletivo, assim como o global está no local. Por isso, exercitamos a visão crítica da realidade a partir do cotidiano.” (conforme *folder* RME, de meados da década de 1990).

No entanto, pôde-se constatar por meio de alguns processos de formação, tanto da RME quanto da SOF, o que fora analisado por Gohn: nos anos 1990, em geral, predomina um estilo de atuação de educação popular no qual as ações são instrumentalizadas e estimuladas – pelas(os) educadoras(es) “populares” (com seus projetos), pelas políticas públicas (com suas diretrizes e programas), e pelos organismos financiadores internacionais (que exigem porcentuais ou cotas de aplicação dos empréstimos em projetos sociais, etc.). Resulta que, independentemente de diversas questões, todas(os) tiveram que reorientar suas atividades no sentido ativo-propositivo, pois aquelas(es) que não o fizeram (ou não fazem), simplesmente deixam de existir. A causa é uma só: acesso às verbas, aos fundos de financiamento, públicos (os principais) e alguns privados.

Mas Gohn considera que, no novo contexto, o método de Paulo Freire continuou a ser uma referência, pois contém muitos dos princípios delineados nas reformulações da educação popular: ele destaca a cultura e o caráter dialógico do ato educativo.

Entretanto, sua utilização nos anos 90 ocorre – menos pela sua dimensão política-participante – que deu espaço aos movimentos populares e aos militantes de facções político-partidárias, nos anos 70-80, para realizarem um trabalho “de base”, gerador de consciências críticas no sentido pleno da transformação social, contestador da ordem social vigente; e mais pela sua dimensão de ‘empowerment’ (empoderamento) dos indivíduos e grupos de uma comunidade – gerando um processo de incentivo às potencialidades dos próprios indivíduos para melhorarem suas condições imediatas de vida, objetivando o ‘empoderamento’ da comunidade, isto é, a capacidade de gerar processos de desenvolvimento auto-sustentável, com a mediação de agentes externos – os novos educadores – atores fundamentais na organização e o desenvolvimento dos projetos. O novo processo ocorre, predominantemente, sem articulações políticas mais amplas, principalmente com partidos políticos ou sindicatos. (Gohn, 2001, mimeo).

4.3. Observando Processos Socioeducativos dos Sujeitos da Pesquisa

Na apresentação dos sujeitos coletivos e políticos deste estudo buscou-se mostrar, por meio de alguns de seus principais projetos, processos formativos e articulações, bem como de produções escritas e audiovisuais⁷⁸, as linhas de atuação tanto da Rede Mulher de Educação quanto da Sempre Viva Organização Feminista. Considerando que as duas ONGs se inserem nos dois tipos de campos da educação não-formal, e que já foram abordados, em Capítulos anteriores, alguns processos de participação social dessas ONGs, apresenta-se a seguir os conteúdos desenvolvidos em um processo de formação da RME e da SOF.

4.3.1. Gênero e Liderança na Rede Mulher de Educação

Em 1987, a RME já trabalhava com a abordagem *relações de gênero* – fato relatado por suas pioneiras e que pode ser visto em materiais como a apostila *Educação Popular e Movimento de Mulheres – Oficina de Metodologia* (Viezzzer, 1987). Nela, a presença e a visibilidade da Rede Mulher foram firmadas em âmbito nacional e latino-americano, apesar de a coordenação da época citar as dificuldades enfrentadas, entre elas a dimensão continental do Brasil:

⁷⁸ Ver Lista Publicações RME e SOF nos Anexos 14 e 15 desta dissertação.

O objetivo específico da REDE MULHER é a articulação de uma rede de grupos e organizações de mulheres dos setores populares no Brasil, engajados na transformação social. Essa articulação é dificultada não somente pela extensão territorial do país e pelas dificuldades de comunicação, mas também pela dependência institucional da maioria dos grupos de mulheres dos bairros pobres das cidades ou da área rural que, em geral, ‘foram organizados’ por outras instituições (especialmente a Igreja Católica e o Estado) e ainda não têm um projeto próprio para desvendar a realidade da subordinação da mulher ao homem como um problema **de relações sociais de gênero**⁷⁹ desiguais e lutar pela igualdade de direitos entre homens e mulheres como condição *sine qua non* de transformação social global. (Viezzler, 1987, p. 2).

Nesse contexto – e como já mencionado anteriormente – ao final dos anos 1980, a Rede Mulher de Educação havia firmado sua metodologia de formação, privilegiando a construção coletiva de conhecimentos, por meio da troca de experiências e valorização do saber acumulado pelas várias gerações de mulheres ao longo da história e na qual participar é a palavra-chave. Da mesma forma, em meados da década de 1990, assumiu-se definitivamente como uma Rede voltada para a educação popular feminista.

Atualmente, a RME oferece diversos cursos, os quais podem ser adequados à realidade dos grupos que os demandam. “Os cursos oferecidos pela Rede Mulher de educação podem ser ministrados em escolas, ONGs, empresas, sindicatos ou qualquer entidade interessada, em qualquer região do Brasil”, diz o informe inicial de sua *homepage* no tópico *Cursos*, no qual são oferecidos os seguintes processos formativos: *Gênero e Liderança*; *Montagem de empreendimentos de geração de emprego e renda*; *Alimentação viva*; *Conquistando espaço na mídia*; *Dinâmicas de grupo para processos educativos*; *Construção de uma nova visão das relações de gênero*; *Planejamento Estratégico para entidades sociais*; *A visão de gênero no ciclo de projetos*; *Educar para não discriminar*; *Abre semente: Capacitação de Adolescentes em Relações de Gênero*; *Comunicação verbal*.

Diante disso, resolveu-se apresentar os conteúdos da *Oficina Rompendo o Teto de Cristal – gênero e liderança*, realizada com carga horária de 16 horas, com base no material de apoio de mesmo nome, selecionado e preparado por Beatriz Cannabrava, e utilizado, a partir de 1996, por várias das sócias-educadoras da RME. A apostila foi organizada também por Beatriz, que produziu também material denominado *Rompendo o Teto de Cristal em um dia*, para oficinas de oito horas de duração.

⁷⁹ Grifo da pesquisadora.

Pode-se citar cinco pontos como aspectos básicos da metodologia de processos como os da Oficina em pauta, adotados pela RME: 1) o ponto principal do processo como um todo é a construção coletiva e conjunta do conhecimento, ou seja, com base nos temas centrais dos cursos, abordam-se conteúdos pertinentes, os quais são desenvolvidos em grupo e, às vezes, individualmente, de forma a propiciar a reflexão das participantes sobre as questões em pauta. 2) são previstas várias dinâmicas de animação, desde a apresentação às e das participantes – com levantamento de expectativas, receios e desejos –, antes e após os intervalos, quando é detectado um certo cansaço ou desânimo do grupo, até a despedida do encontro. Essas técnicas são constituídas por músicas, formação de redes com um novelo de lã, exercícios de relaxamento, etc. 3) A sócia-educadora sempre expõe sobre os tópicos do curso, esclarecendo as dúvidas quando necessário. 4) Com base no(s) tema(s) abordado, convida-se as participantes a refletir e construir, por meio da técnica proposta (criar desenho, carta, colagem, etc.) e de suas realidades concretas sobre o exposto. 5) Após esse procedimento, são feitas as apresentações dos trabalhos e, em geral, estabelece-se um debate.

Isso posto, apresenta-se a seguir alguns dos principais conteúdos da Oficina Rompendo o Teto de Cristal, aqui dividida em seis pontos, dos quais constam explicações extraídas também da referida apostila⁸⁰.

1) Apresentação da educadora e das participantes.

2) Apresentação do tema central: Consiste em explicar o que é *rompendo o teto de cristal*. Para tal, transcreve-se a abertura contida na primeira apostila elaborada por Beatriz, a saber:

Rompendo o Teto de Cristal é uma expressão que tem aparecido em vários documentos e textos para falar de mulheres que já conseguiram romper a barreira do patriarcado e criar novas situações no que se refere às relações de gênero – relações sociais entre homens e mulheres na sociedade.

Rompendo o Teto de Cristal foi a expressão escolhida como título de um projeto de capacitação de multiplicadoras em gênero e liderança da Rede Mulher de educação, cuja primeira fase teve início em 1994 e compreendeu o diagnóstico das necessidades de 48 grupos, realizado pela consultora espanhola Menchu Ajamil, com o apoio financeiro do Instituto de la Mujer de España; e foi completada em 1995, com o curso para as sócias-educadoras e Pontos Focais da entidade.

Em 1995 começa o processo de multiplicação que é permanente, e vai se desenvolvendo por todo o país, tomando diferentes formas, adequando-se a cada lugar, a cada conjuntura, a

⁸⁰ Textos em itálico.

cada necessidade e expectativa dos diferentes grupos interessados em trabalhar o tema de liderança. Já sem o apoio internacional, os grupos e entidades, criativamente, inventam maneiras de conseguir recursos humanos e materiais e, em um trabalho solidário, vão promovendo cursos, oficinas, dias de trabalho, levando o tema do gênero e da liderança a todos os espaços possíveis.

Em 1998, com o apoio do Instituto de la Mujer de España, terá início uma etapa de sistematização de todas essas atividades realizadas para a elaboração de um manual, o que aumentará as possibilidades de multiplicação e facilitará o trabalho dos grupos e entidades.

Esta oficina que estamos realizando aqui é uma das tantas formas possíveis de multiplicação do “Rompendo o Teto de Cristal” e aborda os seguintes temas:

- § *Auto-estima*
- § *A mulher, o poder e a liderança*
- § *Os conflitos e formas de solucioná-los*
- § *Técnicas de negociação*

Frise-se que para alguns grupos é necessário explicar o significado e as implicações da categoria *gênero*. Em seu artigo *Afinal, o que é gênero?*, disponível na *homepage* da RME no tópico *Artigos*, Beatriz Cannabrava faz análises que são adotadas, de forma geral, pelas educadoras da RME, das quais vale salientar:

... Para responder a essa pergunta, primeiro precisamos pensar no que é ser homem ou mulher, hoje na sociedade em que vivemos e porque homens e mulheres vivem em condições de desigualdade. Se formos ao início da vida, vemos que as crianças nascem fêmeas ou machos da espécie humana, mas vão sendo criadas, educadas e moldadas segundo aquilo que a sociedade considera próprio para meninos ou meninas. Sobre as diferenças biológicas de sexo, vão sendo criadas desigualdades sociais que atribuem papéis estereotipados para o masculino e o feminino, nos quais há sempre um desequilíbrio: o papel do homem é sempre mais valorizado do que o papel da mulher. (...) Depois de muitos anos de estudos e lutas das mulheres foi sendo elaborado o conceito de gênero, que é o que busca explicar as relações sociais entre homens e mulheres. Esse conceito foi utilizado como categoria de análise primeiramente pela antropologia, que coloca o "ser mulher" ou "ser homem" como uma construção social. A palavra gênero, tirada da gramática, foi utilizada para identificar essa construção, diferenciando-a do sexo biológico. Enquanto as diferenças sexuais biológicas são naturais e imutáveis, o gênero é estabelecido por convenções sociais, varia segundo a época e padrões culturais e portanto pode ser modificado. (*homepage* RME, tópico *Artigos*).

3) Auto-estima: com base em 20 anos de experiência em educação popular, a RME julga de suma importância mostrar os aspectos que envolvem a construção da auto-estima das mulheres. Para tal, a oficina trabalha *o que é auto-estima*, bem como *os três mundos* de cada pessoa que, por estarem intimamente ligados, têm que ser vividos plenamente:

- *O mundo interno de cada pessoa: EU*
- *O mundo de relações entre EU e as pessoas mais próximas ao meu EU*
- *O mundo que nos rodeia, ao meu EU e às demais pessoas. É o que se chama contexto social*

Ênfase é dada a forma como foram criadas e educadas pela família, por serem estes aspectos imprescindíveis na formação da auto-estima.

Após essa conversa, as participantes respondem ao *estimômetro* individualmente, o que faz com que reflitam, com base nas informações recebidas, sobre sua auto-estima. A seguir, abre-se normalmente um debate.

O *estimômetro* consiste em um questionário de dez perguntas, entre elas: *Você pode defender seus direitos e cumprir com seus deveres? Sabe reconhecer quando “pisa na bola” e ajeitar as coisas? Você aceita críticas? Você diz o que pensa, sente ou faz? Procura conseguir o que quer e necessita? Tem tendência a ser insegura? Você trata as pessoas como gostaria de ser tratada? Você pede ajuda quando sente que a necessita? Você se considera competente e as pessoas a valorizam por isso? Você se desanima com frequência? Você dá tempo ao tempo quando se sente magoada, amargurada, triste? Você sabe escutar? Você tem confiança em você mesma? Você consegue demonstrar suas opiniões quando são contrárias às de outra pessoa? Tem muitas e verdadeiras amizades?*

4) A mulher, o poder e a liderança: cujos pontos principais discutidos são:

Não se pode falar em liderança sem considerar a questão do poder; A mulher tende a se considerar sem poder; por acreditar que o poder isola, a mulher tende a rejeitá-lo; ao não assumir que tem poder, a mulher permite que outra pessoa o use em seu lugar.

Aborda-se, então, pontos *para bem exercer o poder*, dos quais se destacam:

- v *É preciso saber quem se é e não definir-se apenas em função de outras pessoas ou acontecimentos.*
- v *É preciso ver as possibilidades, mas sem ignorar os obstáculos.*
- v *É preciso ser positiva e afirmativa.*
- v *É preciso insistir no respeito aos nossos direitos.*

- v *É preciso defender-se quando atacada.*
- v *É preciso capacitar-se para melhor expressar-se.*

A seguir, são elencadas algumas “dicas” de *Como ser uma boa líder*:

- Ø *Ser educadora.*
- Ø *Ser amável e persuasiva. “Vender” tão bem uma idéia que as demais a convertam em sua própria idéia.*
- Ø *Mandar com arte, inspirando as outras pessoas para que expressem seu potencial criativo e recompensá-las por isso.*
- Ø *Ser sempre um modelo positivo.*
- Ø *Ter senso de oportunidade. Saber quando dar ajuda, estímulo e apoio a quem os necessita.*
- Ø *Nunca pedir algo que você mesma não faria.*
- Ø *Mostrar sensibilidade, respeito e compreensão.*
- Ø *Pedir lealdade e entusiasmo e compartilhar o êxito com todo o grupo.*
- Ø *Manter a calma e a gentileza mesmo sob pressão.*
- Ø *Usar com frequência o senso de humor.*

Um poder feminino é o poder utilizado para fazer da sociedade um lugar melhor

AFIRMANDO: EU SOU = identidade; EU POSSO = capacidade e habilidade; EU QUERO = intenção de fazer algo

Sobre alguns outros pontos que envolvem assumir uma liderança são enfatizados os seguintes aspectos:

- Como líder ou dirigente, nossa obrigação é desenvolver e ampliar nosso projeto, mas também a nós mesmas. Por isso temos que desenvolver o auto-conhecimento, a auto-estima e a autoconfiança profissional e emocional e renovar constantemente nossas quatro dimensões: física, mental, social e emocional, espiritual.

5) Os Conflitos: nesse tema complexo, são debatidos e propostos à reflexão alguns pontos: como lidamos e como lidar com os conflitos; guia para a solução de conflitos.

6) A arte da negociação: o último tópico da Oficina, pois *negociar é a arte de fazer acordos. Supõe comunicação, intercâmbio de idéias, expressão de objetivos , um debate e um*

compromisso mútuo. Discute-se, então, as *qualidades necessárias para bem negociar*; o planejamento da negociação; *lidando com objeções*; *técnicas de negociação*.

Isso posto, avalia-se que o *Rompendo o Teto de Cristal - gênero e liderança* - promove reflexões e mudanças significativas nas mulheres. Os temas centrais procuram abarcar os mais variados pontos que envolvem gênero e liderança. Ao tomar por base a prática concreta e a vivência das participantes, as informações são, normalmente, captadas rapidamente, e, dependendo do assunto abordado, chegam a comover profundamente as mulheres, que relatam, logo no segundo dia de Oficina, sobre decisões que tomaram com base no apreendido. Por fim, vale enfatizar que todos os processos de formação da RME visam ao efeito multiplicador, ou seja, que as participantes – em geral lideranças ou pessoas ligadas a grupos organizados – transmitam a formação recebida para outros grupos de mulheres, ou seja, repassem os conhecimentos adquiridos em processos similares ou afins.

4.3.2. *Mulheres e Economia na Sempreviva Organização Feminista*

Em 1987, a SOF, ao viabilizar um processo de reciclagem e formação com sua equipe em relação ao feminismo, estabeleceu um marco, pois passou a influenciar e a modificar os conteúdos de suas atividades, tanto no âmbito do trabalho interno, quanto nos níveis político e socioeducativos.

Nalu relatou que, no início dessa abordagem nos processos educativos, havia mais cuidado com a palavra feminismo, falava-se mais da opressão das mulheres de um lado, do movimento e da luta de mulheres de outro. “No decorrer de um curso, você ia discutindo a relação disso com o feminismo e, portanto, a gente fazia um trabalho de desmitificar o tema feminismo.”

Ao privilegiar, a partir de 1987, linhas de atuação de trabalho, entre elas, assessoria a grupos e movimento popular de saúde; formação técnica e política em saúde; oficinas em saúde da mulher, a SOF adotou uma metodologia participativa, de trabalho com grupos. Como já informado, este procedimento visou a garantir o processo educativo contínuo em todos os trabalhos desenvolvidos, por meio de uma relação dialógica, para contribuir com o desenvolvimento de uma consciência crítica das participantes.

Hoje, a SOF realiza “formação de multiplicadoras e lideranças sobre relações sociais de gênero, sexualidade, saúde e direitos reprodutivos e realizamos capacitação em gênero para formadoras e formadores”, conforme descrito em sua *homepage*. Paralelamente, assessora “grupos de mulheres, de forma pontual e ao longo de processos, contribuindo para seu fortalecimento e sua articulação em níveis mais amplos. Assessoramos movimentos sociais mistos, organizações não-governamentais e órgãos públicos, para incorporação de uma perspectiva de gênero em suas análises e na proposição, desenvolvimento e avaliação de políticas.” (*homepage* SOF – tópico *Cursos*).

Vale informar que data de 1997 o início da publicação, de forma sistemática, dos *Cadernos Sempreviva*. Com isso, a SOF tem aliado aos principais temas que desenvolve em seminários ou cursos a edição subsequente de uma publicação. Para tal fim, conta com a colaboração das duas coordenadoras sujeitos deste estudo – Nalu Faria e Miriam Nobre -, bem como de outras especialistas de áreas correlatas, atuantes em universidades, organismos públicos, etc. Entre os Cadernos publicados, cabe pôr em destaque: 1) *Gênero e Desigualdade* (1997), o primeiro caderno da coleção, no qual são abordados pontos centrais sobre o tema, que é básico nos processos de formação da ONG; 2) *Saúde das Trabalhadoras* (1998); *Sexualidade e Gênero: uma abordagem feminista* (1998); *Gênero e Educação* (1999), fruto principalmente do Seminário Gênero e Educação, promovido em dezembro de 1998, em São Paulo; *Gênero nas Políticas Públicas: impasses, desafios e perspectivas para a ação feminista* (2000).

É evidente que o tema *gênero* é onipresente. Portanto, é pertinente resgatar explicações elaboradas por Nalu e Miriam, autoras do Caderno *Gênero e Desigualdade*:

Usamos as expressões *identidades de gênero* e *relações de gênero* para deixar bem claro que as desigualdades entre homens e mulheres são construídas pela sociedade e não determinadas pela diferença biológica entre os sexos. Elas são uma construção social, não determinada pelo sexo. Compreender essa construção social não significa desconsiderar que ela se dá em corpos sexuados. Compreendemos que há uma estreita imbricação entre o social e o biológico. Como disse Guacira Lopes Louro, gênero também tem uma dimensão e uma expressão biológica. Assim, mulheres e homens imprimem no corpo, gestos, posturas e disposições, as relações de poder vividas a partir das relações de gênero. (1997, p. 10;12).

Nalu e Miriam consideram, ainda que a naturalização dos papéis e das relações de gênero faz parte de uma ideologia que tenta fazer crer que esta realidade é fruto da biologia, de uma essência masculina e feminina, como se homens e mulheres já nascessem assim.

Ora, o que é ser mulher e ser homem não é fruto da natureza, mas da forma como as pessoas vão aprendendo a ser, em uma determinada sociedade, em um determinado momento histórico. Por isso, desnaturalizar e explicar os mecanismos que conformam esses papéis é fundamental para compreender as relações entre homens e mulheres, e também seu papel na construção do conjunto das relações sociais. (Faria & Nobre, 1997, p. 10;12).

Tendo esses fatores em conta, e ultrapassados, em termos, os mitos sobre *feminismo*, optou-se por apresentar o processo educativo *Mulheres e Economia – Seminário de Formação Econômica dirigido às Mulheres*, realizado pela SOF em 1999, com carga horária de 24 horas (três dias). Isso porque se percebeu que os temas *trabalho e economia*, aliados ao de *políticas públicas*, passaram a ser privilegiados pela ONG no final da década de 1990.

A metodologia utilizada pela Sempre Viva, em geral, não se vale de dinâmicas de animação como as utilizadas pela RME. São fornecidos textos de apoio, geralmente de autoria de especialistas nos campos em pauta ou de outras ONGs ou redes de mulheres. Nalu e Miriam coordenam os processos, encarregando-se também, algumas vezes, da exposição de alguns dos tópicos propostos no seminário.

A SOF tem chamado como palestrantes professoras e professores de renome nacional e internacional; sindicalistas; representantes do Partido dos Trabalhadores; pesquisadoras(es) de institutos especializados; enfim, tem buscado os melhores profissionais das áreas em que os seminários ou oficinas são propostos. Como apoio a esses processos, distribui apostilas elaboradas pelas(os) palestrantes e textos diversos sobre assuntos afins. Vale notar que encontros promovidos em São Paulo contam sempre com a presença de diversas trabalhadoras rurais, as quais se motivam e participam ativamente das exposições e dos debates promovidos: são mulheres muito politizadas e, por vezes, muito mais interessadas nas discussões que as mulheres das áreas urbanas. Percebe-se que adquirir conhecimentos e estabelecer diálogos profícuos são sua grande motivação.

Detectou-se oito pontos básicos na metodologia dos seminários da SOF: 1) Como abertura, faz-se a apresentação da coordenação e de todas as participantes. 2) Apresentam-se as linhas centrais do processo de formação. 3) Para cada tópico estabelecido conta-se com a presença e a exposição de uma(um) palestrante. 4) Após cada palestra ou exposição, é feito um debate. 5) Sempre ocorre, pelo menos, um trabalho em grupo. 6) A SOF, sempre que possível, organiza um evento de confraternização das participantes e palestrantes, ao final do segundo dia.

7) Ao final do Encontro, a ONG sempre propõe alguma forma de manter o tema do Seminário em debate, como, por exemplo, formando redes de organizações.

O Seminário *Mulheres e Economia* foi uma atividade de formação promovida por meio do Programa Gênero, Políticas Públicas e Cidadania, da SOF, cujo objetivo é relacionar gênero a temas específicos. Neste caso, conforme informado no prospecto⁸¹ do Encontro, a ONG visou a fazer, de forma geral, uma reflexão ampla sobre economia e políticas públicas, *superando a dicotomia entre políticas econômicas e sociais*. Considera-se de suma importância o fato de a SOF almejar essa superação, tendo em conta que a economia de um país não pode ser planejada sem que se levem em conta as necessidades de todas as camadas de sua população.

A organização fundamentou a proposta desse Seminário na necessidade de se compreender *o significado das políticas econômicas na vida das mulheres em seu conjunto: globalização, ideologia neoliberal, opções políticas do governo FHC*. Este é um passo fundamental para a construção de um modelo alternativo de desenvolvimento.

Assim, os objetivos de Mulheres e Economia foram: *compreender o atual modelo econômico globalizado, as opções feitas pelo governo FHC e analisar seus desdobramentos em situações concretas; discutir seus efeitos sobre as mulheres; debater as alternativas gestadas por movimentos sociais e governos democráticos em um marco de análise mais geral; destacar a participação das mulheres nas alternativas propostas*.

O Seminário foi dividido da seguinte forma:

1º Dia: Discutiu-se sobre *a atual ordem econômica e um projeto alternativo*. Os dois temas tratados foram: *a ordem econômica e a opção FHC* - cujo palestrante foi um assessor da CUT nacional, que forneceu texto de apoio; na parte da tarde, foi discutido em grupos o *impacto sobre as mulheres e elementos para construção de um projeto alternativo*.

2º Dia: *Situações concretas, políticas setoriais e respostas dos movimentos* foi o tema deste dia. Um professor da Universidade Federal da Paraíba e duas lideranças, membros da Confederação Nacional das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil, fizeram a *análise das possibilidades e limites das cooperativas: a resposta do capital, a visão dos movimentos*. Já as questões sobre *políticas públicas de desenvolvimento econômico e combate à pobreza* foram tratadas por uma pesquisadora do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas e pelo chefe de

⁸¹ As partes extraídas do prospecto estão em itálico.

gabinete da Secretaria de Desenvolvimento dos Assuntos Internacionais – Governo do Rio Grande do Sul.

3º Dia: Foram apresentadas *Iniciativas de Mobilização*, entre elas: Marcha Mundial das Mulheres contra a pobreza e a violência; Rede de Mulheres transformando a economia; ATTAC; Jubileu da Dívida Externa. Com isso, foram propostas *ações conjuntas e desdobramentos*, entre elas, acompanhar e participar, pela Internet, das discussões do ATTAC - Associação por uma Taxação das Transações Financeiras para a Ajuda aos Cidadãos.

Conforme consta da apostila *O que é o ATTAC?*, este movimento teve por base um editorial do jornal francês *Le Monde Diplomatique*, publicado em dezembro de 1997, alertando para o fato de que a globalização do capital financeiro estava submetendo os povos a um estado de insegurança generalizada. O ATTAC organizou-se, inicialmente, em torno de uma antiga proposta do economista James Tobin (Prêmio Nobel de Economia em 1972), de taxar em 0,1% as transações financeiras internacionais. Daí o seu nome. Em 3 de junho de 1998, o movimento lançou uma Plataforma, com o seguinte lema: “Trata-se de nos reapropriarmos, juntos, do futuro de nosso mundo”. Depois disso, o ATTAC cresceu muito, inicialmente na França e em outros países europeus, e vem realizando encontros internacionais, com a participação de brasileiras e brasileiros. O diretor de *Le Monde Diplomatique*, Bernard Cassen, era, até fins de 1999, seu grande difusor, realizando, inclusive, palestras em cinco capitais brasileiras nesse ano.

Desse modo, com propostas de formação como esta, a SOF tem capacitado as mulheres para temas atuais e de amplitude nacional e internacional. Da mesma forma, tem levado às participantes o ponto de vista de profissionais, mulheres e homens, de diversos campos de atuação, saindo, com isto, das produções específicas das organizações não-governamentais. Os processos de formação da SOF também visam, como na RME, ao efeito multiplicador, tanto pelas lideranças das áreas urbanas como rurais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

PREMISSAS PARA UM ESTUDO COMPARADO

O predomínio do masculino na gramática sexual que rege as relações entre homens e mulheres, bem como a organização social de gênero, são cotidianamente alimentadas não só por homens, mas também pelas práticas e relações de mulheres. Em cada momento de suas vidas, de acordo com o contexto histórico e suas condições individuais socioeconômicas, as mulheres transferem-se para a matriz de gênero mais propícia ao momento por que passam. E é da ideologia masculina, logo, dominante, que provém a maioria dessas bases.

Considerando todas as limitações e brechas deste estudo, essas reflexões foram os eixos para a tentativa de sistematização de alguns pontos temáticos comuns aos sujeitos deste trabalho, sem que os mesmos estejam sempre em consonância.

A construção dos sujeitos coletivos em pauta se dá, grosso modo, por meio do *trabalho* de suas dirigentes, cujo significado, acredita-se, vai muito além do ato de *trabalhar* já significado nas instâncias de produção capitalista. Isso porque as suas práticas englobam principalmente, por um lado, o envolvimento com causas de natureza social – para as quais têm toda uma vocação, ausência de lucros para as ONGs – pela sua própria natureza jurídica –, exígua remuneração, e, ao mesmo tempo, triplas jornadas de trabalho, necessidade de constantes estudos e atualização profissional, adequação das formas de administração e prestação de contas às imposições das agências e organismos financiadores. Esses fatores, contudo, não eximem outras instâncias do terceiro setor da divisão sexual do trabalho, ou tampouco de caracterização de trabalho precário, fincado na natureza do mundo *sem fins lucrativos*.

Como as duas ONGs e suas dirigentes estão constantemente empenhadas em transformar as relações sociais de gênero e em promover constantes ações afirmativas, tem-se que considerar que essas ações são e provocam, simultaneamente, múltiplas contradições em suas próprias vidas. Entre elas, a constante indisponibilidade de tempo para qualquer outro tipo de realização pessoal. No entanto, concebe-se esses percalços como naturais para pessoas que deliberadamente estão nos meandros das organizações não-governamentais.

Isso posto, pontua-se dois processos considerados ainda em construção, a saber:

1) O processo de mulheres aprendendo a lidar – e lidando - com o poder em suas diversas instâncias, nas malhas fina e grossa da sociedade, vem tentando não reproduzir modelos centralizadores ou tidos como masculinos (fato que, infelizmente, não pôde ser melhor evidenciado no âmbito deste estudo). Entre acertos e erros, questionamentos constantes e, principalmente, autocrítica, às vezes duramente publicizada, as mulheres vêm enfrentando essas novas relações *de e com* o poder.

2) O processo de tornar eqüitativas as relações de gênero. Ou seja, aprendendo a traçar e consolidar seus caminhos na vida pública, as mulheres combatem os sistemas de dominação-exploração e vão construindo, primeiramente, as mudanças que lhes interessam; a seguir, realizando as transformações que interessam a ambas as categorias de gênero. É um duro processo dialético a ser ultrapassado.

Logo, se há um modelo de relação de poder na constituição de sujeitos coletivos femininos, este está em construção e aponta para a mesma face transformadora de um dos movimentos reconhecidos internacionalmente, inclusive por estudiosos marxistas, como o mais revolucionário ou, pelo menos, o mais importante do Século XX: o movimento feminista. Empoderadas em seus cargos e como lideranças, as mulheres sujeitos deste estudo exercem seus micropoderes de forma transformadora.

Nas duas ONGs, as relações entre as mulheres e outras organizações, o Estado e o mercado, bem como destas com os homens, é encarada de forma mais natural. Fazem o poder prevalecer de forma radical onde é necessário: na relação com os homens ou, mais precisamente, nos campos em que estes são e querem se manter hegemônicos e ainda respeitam muito pouco os direitos das mulheres.

Não se observou que mulheres em posições subalternas, em organizações dirigidas por mulheres, sejam alvo da síndrome do pequeno poder. Pelo contrário, são chamadas a participar de articulações que vão além de suas atividades, da mesma forma que são sempre reconhecidas publicamente pelos seus esforços.

Ocorrem, como nas relações entre homens, disputas de micropoderes que, no entanto, são sempre discutidas quando passam a gerar problemas coletivos. São, realmente, muito debatidas. À parte idiossincrasias e diferenças individuais, as mulheres têm se disposto e aberto para a

autocrítica de formas que não eram concebidas anteriormente, o que se compreendeu, neste estudo, como um crescimento no exercício profissional – que talvez tenha suas bases na árdua experiência feminina de ser o lado fraco da divisão sexual do trabalho – e ao lidarem com micro e macropoderes.

Na RME e na SOF veio à tona, no fim da década de 1990, a discussão sobre a necessidade de “renovação do movimento” em três sentidos: 1) pensar as causas de as/os jovens não aderirem às lutas necessárias para se conquista equidade nas relações de gênero. 2) Preservar e continuar contando com a contribuição imprescindível das mulheres que fizeram a história do movimento e da luta pelos direitos das mulheres, seja por meio da sistematização dos dados que elaboraram, seja com sua presença em eventos. 3) Fazer com que determinadas lideranças pioneiras e/ou carismáticas entendam a necessidade de *dar a voz* às/aos jovens.

Em ambas as ONGs, constatou-se que a luta pela conquista de direitos e da equidade nas relações de gênero tem sido proveitosa para todas as envolvidas: as lideranças, que têm crescido pessoalmente e profissionalmente; as beneficiárias e/ou simpatizantes, que apreendem, obtêm informações, resgatam sua auto-estima, crescem e se valorizam como pessoas e mulheres,

Tanto RME quanto SOF abrem-se para avaliações externas – ou por exigência dos financiadores ou por apelos internos –, da mesma forma que divulgam os resultados dessas avaliações quando solicitadas; as duas ONGs passaram por processos de avaliação externa de impacto estrutural nas organizações, com pouca diferença de tempo – a SOF, em fins 1992-1993; a RME em 1994-1995. Ambas são receptivas a pesquisadoras(es); tratam abertamente o problema das relações entre mulheres – e da forma como essas mulheres exercem seu poder.

Já a lógica que tem regido o recente processo de construção do terceiro setor – enaltecimento do trabalho voluntário, ênfase nas lógicas administrativo-financeiras para gestão de organizações sem fins lucrativos – pareceu não afetar significativamente a RME e muito menos a SOF, provavelmente por já terem boas técnicas de gestão.

Contudo, se a SOF tem bem definida sua identidade feminista e político-partidária de esquerda, a RME é progressista sem ser partidária, além de agregar em seu corpo múltiplos feminismos. Isso decorre da sua própria estrutura, à qual estão vinculadas diversas organizações e mulheres de diferentes regiões do país, tanto da zona urbana quanto da rural. Na realidade, a Rede é uma ONG com várias outras ONGs e entidades atuando em variados campos.

Considera-se, também, que as práticas socioeducativas construídas e realizadas pela RME e pela SOF, em suas diferentes formas, seguem seus projetos políticos transformadores. Há que se considerar, também, que apesar de os conflitos e/ou crises internas pudessem sugerir que as relações internas contradizem as práticas externas, esses problemas foram aqui considerados também como parte do processo, ainda em construção, de empoderamento das mulheres *na e pela* vida pública e social.

Por fim, espera-se ter colaborado para ampliar a visibilidade das ricas ações e relações estabelecidas por essas duas grandes ONGs de mulheres: a Rede Mulher de Educação e a Sempreviva Organização Feminista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. 7ª ed. São Paulo, Editora Brasiliense, 1994, (Obras Escolhidas). v. 1. p. 222-32.
- BERTAUX, Daniel. *Les Récits de Vie: perspective ethnosociologique*. Paris, Éditions Nathan, 1997.
- BETTELHEIM, Charles. Remarques théoriques. In: EMMANUEL, A. *L'échange inégal*. Paris, François Maspero, 1969, (Collection Économie et Socialisme 12 – direction de Charles Bettelheim). p. 297-341.
- BOBBIO, Norberto *et alii*. *Dicionário de Política*. 2ª ed. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1986.
- BOCCHINI, Maria Otilia. *Formação de redatores para a produção de textos acessíveis a leitores pouco proficientes. O caso de Mulher e Saúde, boletim do SOF na luta pela saúde das mulheres*. Tese de Doutorado, ECA/USP, 1994.
- BOTTOMORE, T. B. Sociedade. In: *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1988. p. 348.
- BOURDIEU, Pierre. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro, Editora Marco Zero, 1983.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1998.
- BRUSCHINI, Cristina. Gênero e Trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da (org.) *Trabalho e Gênero: Mudanças, Permanências e Desafios*. Campinas-São Paulo, ABEP, NEPO/Unicamp & CEDEPLAR/UFGM/Ed. 34, 2000. p. 13-58.
- CADERNOS COMUNIDADE SOLIDÁRIA. *Marco Legal do Terceiro Setor*. Brasília, jan. 1998. v. 5.
- CADERNOS MARE DA REFORMA DO ESTADO: n°s 1, 3-13 e 22.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS/COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO. *Projeto de Lei n° 4.690, de 1998 (Do Poder Executivo) - Mensagem n° 876, de 1998*. Brasília, 23/7/1998.
- CARREIRA, Denise *et alii*. *Mudando o mundo: a liderança feminina no século 21*. São Paulo, Cortez Editora/Rede Mulher de Educação, 2001.
- CARVALHO, Marília Pinto de. In: FARIA, Nalu *et alii* (orgs.). *Gênero e Educação*. São Paulo, SOF, 1999. p. 9-24.
- CETS/FEA/USP. *O que é Terceiro Setor?* São Paulo. Mimeo.
- CFESS. *Ofício Circular CFESS n° 041/99/Manifestação do Conselho Federal de Serviço Social a respeito da minuta de Decreto que regulamenta as isenções das contribuições da cota patronal às pessoas jurídicas de direito privado denominadas beneficentes de assistência social*. Brasília, 29/3/99.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do Capital*. São Paulo, Xamã, 1996.

- COELHO, Simone de Castro Tavares. *Terceiro Setor: um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos*. São Paulo, Senac São Paulo, 2000.
- COSTA, Delaine Martins & NEVES, Gleisi Heisler. *Gênero e Desenvolvimento Institucional em ONGs*. Rio de Janeiro, IBAM/ENSUR/NEMPP; Madrid, Instituto de la Mujer, 1995.
- DECRETO 3.100, de 30/6/1999. Regulamenta a Lei nº 9.790 das OSCIPs.
- ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado: Trabalho relacionado com as investigações de L. H. Morgan*. 11ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1987 (Coleção Perspectivas do Homem, vol. 99, Série Ciências Sociais).
- FALCONER, Andres Pablo. *A promessa do Terceiro Setor: um estudo sobre a construção do papel das organizações sem fins lucrativos e do seu campo de gestão*. Dissertação de Mestrado, FEA/USP, 1999.
- FARIA, Nalu *et alii* (orgs.). *Gênero e Desigualdade*. São Paulo, SOF, 1997.
- FERNANDES, Rubem César. *Privado porém Público: o terceiro setor na América Latina*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994.
- FERNANDES, Rubem César. O que é o Terceiro Setor? In: IOSCHPE, Evelyn Berg *et al.* 3º Setor: *Desenvolvimento Social Sustentado*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997. p. 25-33.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 13a. ed. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1998, (Biblioteca de filosofia e história das ciências). v. 7.
- FREIRE, Paulo. *Política e Educação*. 4ª ed. São Paulo, Cortez Editora, 2000, (Coleção questões de nossa época). v. 23.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, INSTITUTO DE DOCUMENTAÇÃO. *Dicionário de Ciências Sociais*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas Rio de Janeiro, 1987.
- GOHN, Maria da Glória Marcondes. *A força da periferia: a luta das mulheres por creches em São Paulo*. Petrópolis, Vozes, 1985.
- GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e luta pela moradia*. São Paulo, Edições Loyola, 1991.
- GOHN, Maria da Glória. *Movimentos Sociais e Educação*. 2ª ed. São Paulo, Cortez Editora, 1994, (Coleção questões de nossa época). v. 5.
- GOHN, Maria da Glória. *História dos Movimentos e Lutas Sociais: a Construção da Cidadania dos Brasileiros*. São Paulo, Edições Loyola, 1995.
- GOHN, Maria da Glória. *Os Sem-terra, ONGs e Cidadania*. São Paulo, Cortez Editora, 1997a.
- GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos*. São Paulo, Edições Loyola, 1997b.
- GOHN, Maria da Glória. *Movimentos Sociais*. São Paulo, Loyola Multimídia, 1998. (Vídeo, 21').
- GOHN, Maria da Glória. *Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor*. São Paulo, Cortez Editora, 1999, (Coleção questões de nossa época). v. 71.

- GOHN, Maria da Glória. *Mídia, terceiro setor e MST: impacto sobre o futuro das cidades e do campo*. Petrópolis, Vozes, 2000.
- GOHN, Maria da Glória. *Conselhos gestores e participação sociopolítica*. São Paulo, Cortez, 2001, (Coleção questões de nossa época). v. 84.
- GOHN, Maria da Glória. *Educação popular na América Latina no novo milênio: impactos do novo paradigma*. [Apresentado na 24ª Reunião Anual da Anped – GT Educação Popular, Águas de São Pedro, 9 de outubro de 2001]. Mimeo.
- GOLDENBERG, Mirian. Mulheres e Militantes. *Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, 5(2): 349-364, 2º semestre de 1997.
- GOMIDE, Denise (colab.). As vagas da cidadania. *Autonomia*, São Paulo, (78): 6-9, jul/ago 1999.
- GOUVEIA, Taciana Maria de Vasconcelos. *Repensando alguns conceitos: sujeito, representação social e identidade coletiva*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pernambuco, 1993.
- GUSMÃO, Rute. A ideologia da solidariedade. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, (62): 93-112, março 2000.
- HEGEDÜS, András. Organização. In: *Dicionário do Pensamento Social do Século XX*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1996. p. 538.
- HEILBORN, Maria Luiza & ARRUDA, Angela. Legado Feminista e ONGs de Mulheres: Notas Preliminares. In: NEVES, Maria da Graça Ribeiro das (org.). *Gênero e desenvolvimento institucional em ONGs*. Rio de Janeiro, IBAM/ENSUR, NEMPP; Madrid, Instituto de la Mujer, 1995. p. 15-26.
- HIRATA, Helena. Competências e Divisão Social do Trabalho no Contexto de Novos Paradigmas Produtivos. In: *Anais Seminário Internacional Educação Profissional, Trabalho e Competências*. Rio de Janeiro, CIET/SENAI, 1998a. p. 53-64.
- HIRATA, Helena. Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero. *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo: Gênero, Tecnologia e Trabalho*. São Paulo, (7): 5-26, 1998b.
- IOSCHPE, Evelyn Berg *et al.* *3º Setor: Desenvolvimento Social Sustentado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- IRACI SILVA, Nilza *et alii*. *A mulher negra na década: a busca da autonomia*. São Paulo, Geledés – Instituto da Mulher Negra, outono/1995, (Cadernos Geledés 5).
- JOHNSON, Allan G. *Dicionário de Sociologia*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1997.
- KON, Anita. Segmentação Ocupacional Brasileira segundo Gênero. In: *6º Encontro ABET*. São Paulo, Associação Brasileira de Estudos do Trabalho 1999.
- LAMAS, Marta. Feminismo e liderança. In: AGENDE – AÇÕES EM GÊNERO, CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO *et alii* (coord.). *Mulheres no comando – Além do Cairo e Beijing: fortalecendo as ONGs na América Latina*. Brasília, 1999. p. 25-41. Mimeo.
- LANDIM, Leilah. *A invenção das ONGs – do serviço invisível à profissão sem nome*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro/Museu Nacional, 1993.

- LANDIM, Leilah (org.). *Ações em sociedade: militância, caridade, assistência etc.* Rio de Janeiro, NAU, 1998.
- LANDIM, Leilah & BEREZ, Neide. *Ocupações, despesas e recursos: as organizações sem fins lucrativos no Brasil.* Rio de Janeiro, Nau, 1999.
- LAPIERRE, Laurent. Imaginário e Liderança. In: LAPIERRE, Laurent (coord.). *Imaginário e liderança: na sociedade, no governo, nas empresas e na mídia.* São Paulo, Atlas, 1995. v. 1, p. 29-41.
- LEI nº 8.472, de 7 de dezembro de 1993.
- LEI nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998.
- LEI nº 9.637, de 13 de maio de 1998.
- LEI nº 9790, de 23 de março de 1999.
- MALUF, Sahid. *Teoria Geral do Estado.* 22^a ed. São Paulo, Saraiva, 1993.
- MARCONI, Marina de Andrade & LAKATOS, Eva Maria. *Técnicas de pesquisa.* 3^a ed. São Paulo, Ed. Atlas, 1996.
- MARX, Karl. Prefácio. In: *Contribuição para a crítica da economia política.* São Paulo, Edições Mandacaru, 1989. p. 27-31.
- MARX, Karl. *Textos Filosóficos.* São Paulo, Edições Mandacaru, 1990a.
- MARX, Karl. Método da Economia Política. In: *Textos Filosóficos.* São Paulo, Edições Mandacaru, 1990b. p. 45-47.
- MENESCAL, Andréa Koury. História e gênese das organizações não governamentais. In: GONÇALVES, Hebe Signorini (org.). *Organizações não governamentais: solução ou problema?* São Paulo, Estação Liberdade, 1996.
- MILIBAND, Ralph. Estado. In: BOTTOMORE, T. B. (ed.). *Dicionário do Pensamento Marxista.* Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1988.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.* 6^a ed. São Paulo-Rio de Janeiro, Hucitec & Abrasco, 1999.
- PINTO, Celi Regina Jardim. A mulher como sujeito político: o caso latino-americano. In: OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de. *Mulheres: da domesticidade à cidadania* - Estudos sobre movimentos sociais e democratização. Trabalhos apresentados na XI Reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais - ANPOCS, Grupo de Trabalho Mulher e Política, Águas de São Pedro, 1987.
- PINTO, Céli Regina Jardim. *ONGS – novas esferas públicas? A presença de ONGs feministas na política brasileira.* [Apresentado no Latin American Studies Association Washington, D.C., 6-8 setembro de 2001]. Mimeo.
- REVISTA RETS. Mercado de trabalho no terceiro setor está em expansão: entrevista com Leilah Landim, do Iser. *Revista Rets*, nº 28, 5/4/99 a 12/4/99.
- RIFKIN, Jeremy. *O Fim dos Empregos: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho.* São Paulo, Makron Books, 1995.

- RIFKIN, Jeremy. Identidade e Natureza do Terceiro Setor. In: IOSCHPE, Evelyn Berg *et al.* 3º Setor: *Desenvolvimento Social Sustentado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. *O poder do macho*. São Paulo, Moderna, 1987.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. Movimentos sociais: face feminina. In: CARVALHO, N. V. (org.). *A condição feminina*. São Paulo, Vértice/Editora Revista dos Tribunais, 1988. p. 143-78.
- SAFFIOTI, Heleieth I.B. Introdução: A síndrome do pequeno poder. In: AZEVEDO, Maria Amélia & GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. *Crianças Vitimizadas: a síndrome do pequeno poder*. [São Paulo], Iglu Editora, 1989a. p. 13-21.
- SAFFIOTI, Heleieth I.B. Exploração sexual de crianças. In: AZEVEDO, Maria Amélia & GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. *Crianças Vitimizadas: a síndrome do pequeno poder*. [São Paulo], Iglu Editora, 1989b. p. 49-95.
- SAFFIOTI, Heleieth I.B. Ideologia, Ideologias. In: CHALITA, Gabriel Issaac (org.). *Vida para sempre jovem*. São Paulo, Siciliano, 1992. p. 63-82.
- SAFFIOTI, Heleieth I.B. & ALMEIDA, Suely de Souza. *Violência de Gênero: poder e impotência*. Rio de Janeiro, Revinter, 1995.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. No fio da navalha: violência contra crianças e adolescentes no Brasil. In: MADEIRA, Felícia Reicher. *Quem mandou nascer mulher?* Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil. Rio de Janeiro, Record/Rosa dos Tempos, 1997a. p. 135-211.
- SAFFIOTI, Heleieth I.B. Equidade e paridade para obter igualdade. *O Social em Questão – Revista do Programa de Mestrado em Serviço Social da PUC-Rio*, Rio de Janeiro, 1 (1): 63-70, 1º semestre de 1997b.
- SAFFIOTI, Heleieth I.B. Violência de gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade. *Lutas Sociais*, São Paulo, (2): 59-79, 1º semestre 1997c.
- SAFFIOTI, Heleieth I.B. Violência doméstica ou a lógica do galinheiro. In: Kupstas, Marcia (org.). São Paulo, Moderna, 1997d (Coleção Polêmica – Série debate na escola).
- SAFFIOTI, Heleieth I.B. O estatuto teórico da violência de gênero. In: SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Violência em tempo de globalização*. São Paulo, Hucitec, 1999a. p. 142-63.
- SAFFIOTI, Heleieth I.B. *Gênero e Patriarcado*. São Paulo, 2000. Mimeo.
- SALVATORE, Vera Lúcia de Oliveira. *Fator Humano nas Organizações da Sociedade Civil*. São Paulo, Federação de Obras Sociais. Maio/1997. Mimeo.
- SALVATORE, Vera Lúcia de Oliveira. *Terceiro Setor - Panorama Atual*. São Paulo, Federação de Obras Sociais/Centro de Treinamento e Desenvolvimento Humano - Programa de Capacitação de Gerenciadores de Entidades Sociais. 1997. Mimeo.
- SANDA, Celia Terumi. *Estudo sobre o Processo Avaliativo de Projetos Sociais*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2000.
- SCHERER-WARREN, Ilse. *Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização*. São Paulo, Hucitec, 1999.

- SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Recife, Tradução Christine Rufino Dabat/Maria Betânia Avila (autorizada pela autora), 1989. Mimeo.
- SEGNINI, Liliana. *Mulheres no Trabalho Bancário: difusão tecnológica, qualificação e relações de gênero*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1998.
- SINGER, Paul. Globalização positiva e globalização negativa: a diferença é o Estado. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, (48): 39-65, julho de 1997.
- SINGER, Paul. *Uma utopia militante: repensando o socialismo*. Petrópolis/RJ, Vozes, 1998.
- SOARES, Vera. Feminismo e ONGs. In: *O impacto social do trabalho das ONGs no Brasil*. São Paulo, ABONG, 1998. p. 39-60.
- SOUZA, Herbert & RODRIGUES, Carla. *Ética e Cidadania*. São Paulo, Moderna, 1994, (Coleção polêmica).
- SPOSATI, Aldaíza de Oliveira (coord.). *Cidadania ou filantropia: um dilema para o CNAS*. São Paulo, Núcleo de Seguridade e Assistência Social da PUC/SP, 1994.
- SUPLICY, Marta. Novos paradigmas nas esferas de poder. *Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, 4 (1): 126-137, 1º semestre de 1996.
- SZAZI, Eduardo. *Terceiro Setor: regulação no Brasil*. São Paulo, Petrópolis, 2000.
- THOMPSON, E.P. A História como processo. In: *A miséria da teoria – ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981. p. 97-117.
- VIEIRA, Vera. *Educomunicando – intervenção comunicacional das ONGs para a visibilidade de discurso e a conquista de novas parcerias. Estudo de caso: Rede Mulher*. Trabalho apresentando no Curso de Pós-Graduação (*lato sensu*) Gestão de Processos Comunicacionais – Universidade de São Paulo (USP) – Escola de Comunicações e Artes (ECA)/Departamento de Comunicações e Artes (CCA). São Paulo, maio/1999.
- VIEZZER, Moema. *Educação Popular e Movimento de Mulheres – Oficina de Metodologia*. São Paulo, Rede Mulher, 1987. Mimeo.
- WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. 4ª ed. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1998. v. 1.

OBRAS CONSULTADAS

Para a elaboração deste estudo, foram também consultadas as seguintes obras:

- ALVES, Mario Aquino. *Fundamentos Sócio-Econômicos do Terceiro Setor*. São Paulo, CETS-FGV, 1996 (Texto de apoio ao Curso de Administração de Organizações Não-Lucrativas).
- BLAY, Eva Alterman. O visível e o limite dos movimentos sociais na construção da prática pública. In: OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de. *Mulheres: da domesticidade à cidadania - Estudos sobre movimentos sociais e democratização*. Trabalhos apresentados na XI Reunião da ANPOCS, Grupo de Trabalho Mulher e Política, Águas de São Pedro, 1987. Impressão: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.
- BOCK, Gisela. Pobreza feminina, maternidade e direitos das mães na ascensão dos Estados-providência (1890-1950). In: THÉBAUD, Françoise. *História das Mulheres no Ocidente: O Século XX*. Porto, Edições Afrontamento, 1991. v. 5, p. 435-477.
- BOTTOMORE, T. B. Sociedade. In: *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1988. p. 348.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas sobre a teoria da ação*. Campinas, SP, Papirus, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas*. 2ª. ed. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1998 a, (Clássicos; 4).
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 5ª. ed. São Paulo, Editora Perspectiva, 1998b.
- BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1998c.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1999.
- BRUSCHINI, Cristina. O uso de abordagens quantitativas em pesquisas sobre relações de gênero. n: COSTA, Albertina de A & BRUSCHINI, Cristina (orgs.). *Uma questão de Gênero*. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos; São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1992.
- CADERNOS COMUNIDADE SOLIDÁRIA. *Marco Legal do Terceiro Setor*. Brasília, jan. 1998. v. 5.
- CADERNOS DO OBSERVATÓRIO. Rio de Janeiro, Ibase – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, nº 0, março 1999.
- CADERNOS MARE DA REFORMA DO ESTADO: nºs 1, 3-13 e 22.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS/COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO. *Projeto de Lei nº 4.690, de 1998 (Do Poder Executivo) - Mensagem nº 876, de 1998*. Brasília, 23/7/1998.
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis, Vozes, 1998.

- CASTRO, Mary Garcia & LAVINAS, Lena. Do Feminino ao Gênero: a construção de um objeto. In: COSTA, Albertina de A & BRUSCHINI, Cristina (orgs.). *Uma questão de Gênero*. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos; São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1992.
- CASTRO, Mary Garcia. O conceito de Gênero e as análises sobre mulher e trabalho: notas sobre impasses teóricos. In: *Cadernos CRH*. Salvador, (17): 80-105, 1992.
- CETS/FEA/USP. *O que é Terceiro Setor?* São Paulo. Mimeo.
- CFESS. *Ofício Circular CFESS nº 041/99/Manifestação do Conselho Federal de Serviço Social a respeito da minuta de Decreto que regulamenta as isenções das contribuições da cota patronal às pessoas jurídicas de direito privado denominadas beneficentes de assistência social*. Brasília, 29/3/99.
- CHAMON, Edna Maria Querido de Oliveira. *Educação e Representações Sociais*. São José dos Campos/SP, s/d. Mimeo.
- COSTA, Sérgio. Categoria Analítica ou *Passe-Partout* Político-Normativo: Notas Bibliográficas sobre o Conceito de Sociedade Civil. *BIB*, Rio de Janeiro, (43): 3-25, 1º semestre de 1997.
- COSTA, Beatriz. Do surgimento aos desafios atuais. In: OLIVEIRA, Antonio Carlos de & ROCHA, Regina & VIEIRA, Vera. *Educação Popular: prática plural*. Rio de Janeiro-São Paulo, NOVA Pesquisa e Assessoria em Educação Popular-Rede Mulher de Educação, 2000. p. 13-24.
- DALARUN, Jacques. Olhares de clérigos. In: KLAPISCH-ZUBER, Christiane. *História das Mulheres no Ocidente: A Idade Média*. Porto, Edições Afrontamento, 1990. v. 2, p. 29-63.
- DECRETO 3.100, de 30/6/1999. Regulamenta a Lei nº 9.790 das OSCIPs.
- DELGADO, Maria Berenice Godinho & SOARES, Vera. O Movimento de Mulheres na Transição Democrática Brasileira. In: HELMANN, Michaela. *Movimentos Sociais e Democracia no Brasil: "Sem a gente não tem jeito"*. São Paulo, Marco Zer/Idesfes/Labor, 1995. p. 77-100.
- ECONOMIC DEVELOPMENT TODAY. *Task force sets out its urban vision*. Issue nº 10, ago/99.
- FARAH, Marta Ferreira Santos. Reforma de políticas sociais no Brasil: experiências recentes de governos subnacionais. *Revista de Administração USP*, São Paulo, 33 (1): 51-59, jan./mar 1998.
- FARIA, Nalu et alii (orgs.). *Gênero e Educação*. São Paulo, SOF, 1999.
- FARGE, Arlette & DAVIS, Natalie Zemon. *História das Mulheres no Ocidente: Do Renascimento à Idade Moderna*. Porto, Edições Afrontamento, 1991. vol. 3.
- FÓRUM BRASILEIRO DE ONGS E MOVIMENTOS SOCIAIS/MAFRA, HUMBERTO. *Opinião do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais sobre a Proposta de Substitutivo ao PL das OSC-CP (4.690/98) / Texto do Substitutivo seguido de comentários*. 22/1/1999.
- FRENTE PAULISTA DE DIRIGENTES PÚBLICOS MUNICIPAIS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL. *Lei Orgânica da Assistência Social - Cartilha*. [São Paulo], s/ed., s/d.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, INSTITUTO DE DOCUMENTAÇÃO. *Dicionário de Ciências Sociais*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas Rio de Janeiro, 1987.

- GOLDBERG, Anette. Gênero, mulher e identidade de esquerda: o feminismo das brasileiras no exílio. In: OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de. *Mulheres: da domesticidade à cidadania* - Estudos sobre movimentos sociais e democratização. Trabalho apresentado na XI Reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais - ANPOCS, Grupo de Trabalho Mulher e Política, Águas de São Pedro, 1987.
- GOMIDE Carvalho, Denise. Educação Física e movimentos sociais: uma relação possível? *Motrivivência*, Florianópolis, (14): 147-156, maio/2000.
- GRANJA, Elza Corrêa. *Diretrizes para a elaboração de dissertação e teses*. São Paulo, USP, 1998. Mimeo.
- GIDDENS, Anthony. *Consequências da Modernidade*. 3ª ed. Oeiras/Portugal, Celta Editora, 1996.
- GUTIÉRREZ, Rachel. *Feminismo é um Humanismo: o sentido libertário da luta da mulher*. Rio de Janeiro, Edições Antares, São Paulo, Nobel, 1985.
- HADDAD, Sérgio. Para ampliar nossa intervenção. In: OLIVEIRA, Antonio Carlos de & ROCHA, Regina & VIEIRA, Vera. *Educação Popular: prática plural*. Rio de Janeiro-São Paulo, NOVA Pesquisa e Assessoria em Educação Popular-Rede Mulher de Educação, 2000. p. 29-35.
- HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. 6ª ed. São Paulo, Edições Loyola, 1996.
- HOBSBAWM, Eric J. *Pessoas extraordinárias: resistência, rebelião e jazz*. São Paulo, Paz e Terra, 1998.
- IOSCHPE, Evelyn Berg. Nação solidária, apesar do Estado. *Folha de S.Paulo*, 27-3-98, p.1-3.
- KYTE, Rachel. *Advocacy* para a mudança das políticas públicas no campo da saúde e dos direitos sexuais e reprodutivos. In: AGENDE – AÇÕES EM GÊNERO, CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO *et alii* (coord.). *Mulheres no comando – Além do Cairo e Beijing: fortalecendo as ONGs na América Latina*. Brasília, 1999. P. 43-56. Mimeo.
- KLAPISCH-ZUBER, Christiane. *História das Mulheres no Ocidente: A Idade Média*. Porto, vol. 2, Edições Afrontamento, 1990.
- LAGARDE, Marcela. *Espaços dos cativos femininos*. [Apresentado no Seminário sobre Liderança no Movimento de Mulheres, Quito/Equador, abril de 1990]. Mimeo.
- LAGARDE, Marcela. A mulher e o poder. Trad. Beatriz Cannabrava. Texto extraído de: REPEM – Rede de Educação Popular Entre Mulheres. *Liderança e participação das Mulheres*. Quito/Equador, Repem, 1991. Mimeo.
- LAGARDE, Marcela. *Democracia Genérica*. México, Repem, outono 1994.
- LANDIM, Leilah (org.). *Ações em sociedade: militância, caridade, assistência etc*. Rio de Janeiro, NAU, 1998.
- LEI nº 8.472, de 7 de dezembro de 1993.
- LEI nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998.
- LEI nº 9.637, de 13 de maio de 1998.
- LEI nº 9790, de 23 de março de 1999.

- LOBO, Elisabeth Souza. Homem e Mulher: imagens das Ciências Sociais. In: OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de. *Mulheres: da domesticidade à cidadania - Estudos sobre movimentos sociais e democratização*. Trabalhos apresentados na XI Reunião da ANPOCS, Grupo de Trabalho Mulher e Política, Águas de São Pedro, 1987. Impressão: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. p. 93-96.
- LOPES, Josefa Batista. Pós-Modernidade: superação da modernidade ou reação conservadora? In: *Serviço Social & Sociedade*, 42: 78-104, agosto 1993.
- MARTINS, Paulo Haus. *As novidades da Lei 9.790, a Lei das OSCIP*. Revista Eletrônica RETS, abril 1999.
- MARX, Karl. *O Capital (Crítica da Economia Política) - Livro 1: O processo de produção do capital*. 3ª. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.
- MARX, Karl. *Textos Econômicos*. São Paulo, Edições Mandacaru, 1990.
- MELUCCI, Alberto. Movimentos sociais, renovação cultural e o papel do conhecimento. *Novos Estudos CEBRAP*, 40: 152-166, novembro 1994.
- MEREGE, Luiz Carlos (coord.) & BARBOSA, Maria Nazaré Lins (org.). *Terceiro Setor: reflexão sobre o marco legal*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ, Vozes, 1994.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 6ª. ed. São Paulo-Rio de Janeiro, Hucitec & Abrasco, 1999.
- OLIVEIRA, Antonio Carlos de & ROCHA, Regina & VIEIRA, Vera. *Educação Popular: prática plural*. Rio de Janeiro-São Paulo, NOVA Pesquisa e Assessoria em Educação Popular-Rede Mulher de Educação, 2000.
- PAES, José Eduardo Sabo. *Fundações e Entidades de Interesse Social: aspectos jurídicos, administrativos, contábeis e tributários*. Brasília, Brasília Jurídica, 1999.
- PANTEL, Pauline Schmitt (dir.). *História das Mulheres no Ocidente: A Antiguidade*. Porto, vol. 1, Edições Afrontamento, 1990.
- PEDRO, Joana Maria. Mulheres do Sul. In: PRIORE, Maria del (org.) & BASSANESI, Carla (coord. de textos). *História das Mulheres no Brasil*. 2ª ed. São Paulo, Contexto, 1997. p. 278-321.
- PERROT, Michele. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. 2ª. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.
- PREAETORIUS, Ina. Androcentrismo. In: GÖSMANN, Elisabeth. *Dicionário de Teologia Feminista*. Petrópolis/RJ, Vozes, 1996. p. 21-22.
- PUC/SP. *O Terceiro Setor: o caso do IEE (Instituto de Estudos Especiais) da PUC/SP*: Projeto: Centro de Referência em Gestão Social. São Paulo, s/d. Mimeo.
- REVISTA RETS. *Comentário de Anna Cynthia Oliveira*. Revista Rets, nº 28, 29/3/99 a 5/4/99. (Via Internet).
- REVISTA UPDATE. *De mãos dadas com o Estado: uma entrevista com Luiz Carlos Merege*. S/l., 5/6/99.

- SAFFIOTI, Heleieth I.B. Primórdios do conceito de gênero. *Cadernos Pagu*, Campinas, (12): 157-63, 1999b.
- SALAMON, Lester. A emergência do terceiro setor - uma revolução associativa global. *Revista de Administração USP*, São Paulo, 33 (1): 5-11, jan./mar. 1998.
- SALVATORE, Vera Lúcia de Oliveira. *Desafios das Entidades Sociais na Busca da Identidade*. São Paulo, Federação de Obras Sociais - Programa de Capacitação de Gerenciadores de Entidades Sociais. 5/dez/1998. Mimeo.
- SANTARCANGELO, Maria Candida Vergueiro. *A situação da mulher*. São Paulo, Ed. Soma, 1980.
- SEVERINO, Antonio Joaquim. *Metodologia do Trabalho Científico*. 20ª ed. São Paulo: Cortez, 1996.
- SILVA, Edvaneide Barbosa da. *Práticas educativas dos assentados no Sudoeste paulista: um olhar sobre o Pronera – Programa Nacional de Educação na reforma agrária*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, 2001.
- SINEAU, Mariette. Direito e Democracia. In: THÉBAUD, Françoise. *História das Mulheres no Ocidente: O Século XX*. Porto, Edições Afrontamento, 1991. v. 5, p. 550-581.
- SIQUEIRA, Maria Eliane Catunda de. *As organizações para idosos em Poços de Caldas: pressupostos e práticas*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação/Gerontologia – Unicamp, 2000.
- SOARES, Vera. Movimento Feminista: paradigmas e desafios. *Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, (N.E.): 11-24, 2º semestre de 1994.
- SOUZA-LOBO, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo, Brasiliense, 1991.
- TABAK, Fanny & VERUCCI, Florisa. *A Difícil Igualdade: os direitos da mulher como direitos humanos*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994.
- TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve História do Feminismo no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1993.
- TELLES, Norma. Escritoras, Escritas, Escrituras. In: PRIORE, Maria del (org.) & BASSANESI, Carla (coord. de textos). *História das Mulheres no Brasil*. 2ª ed. São Paulo, Contexto, 1997. p. 401-442.
- TENÓRIO, Fernando G. (org.). *Gestão de ONGs: Principais Funções Gerenciais*. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- THE UNITED NATIONS AND THE STATUS OF WOMEN. *Setting the Global Gender Agenda*. Via Internet, 1998.
- TILLY, Louise. Gênero, história das mulheres e história social. *Cadernos Pagu*, 3: p. 29-62, 1994.
- UNESCO. *Redação sem discriminação: pequeno guia vocabular com dicas para evitar as armadilhas do sexismo na linguagem corrente*. São Paulo, Textonovo, 1996.
- VASSALO, Claudia. Fazer o bem compensa? *Revista Exame*, (31) nº 9, 22/4/98.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

ZUBER-KLAPISCH, Christiane. *História das Mulheres no Ocidente: A Idade Média*. Porto, vol. 2, Edições Afrontamento, 1990.

ANEXOS

ANEXO 1

Legislação coord. Paulo Haus Martins
Reforma da legislação bibliografia
© Rits, 2000

Reforma da legislação - mudanças recentes

LEI NO. 9790 DE 23 DE MARÇO DE 1999

Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações a Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I - DA QUALIFICAÇÃO COMO ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO

Art. 1º. Podem qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, desde que os respectivos objetivos sociais e normas estatutárias atendam aos requisitos instituídos por esta Lei.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, considera-se sem fins lucrativos a pessoa jurídica de direito privado que não distribui, entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplica integralmente na consecução do respectivo objeto social.

§ 2º A outorga da qualificação prevista neste artigo é ato vinculado ao cumprimento dos requisitos instituídos por esta Lei.

Art. 2º Não são passíveis de qualificação como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, ainda que se dediquem de qualquer forma às atividades descritas no art. 3º desta Lei:

- I. as sociedades comerciais;
- II os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional;
- III. as instituições religiosas ou voltadas para a disseminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais e confessionais;
- IV. as organizações partidárias e assemelhadas, inclusive suas fundações;
- V as entidades de benefício mútuo destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios;
- VI. as entidades e empresas que comercializam planos de saúde e assemelhados;
- VII. as instituições hospitalares privadas não gratuitas e suas mantenedoras;
- VIII. as escolas privadas dedicadas ao ensino formal não gratuito e suas mantenedoras;
- IX. as Organizações Sociais;
- X. as cooperativas;
- XI. as fundações públicas;
- XII. as fundações, sociedades civis ou associações de direito privado criadas por órgão público ou por fundações públicas;
- XIII. as organizações creditícias que tenham quaisquer tipo de vinculação com o sistema financeiro nacional a que se refere o art. 192 da Constituição Federal.

Art. 3º A qualificação instituída por esta Lei, observado em qualquer caso, o princípio da universalização dos serviços, no respectivo âmbito de atuação das Organizações, somente será conferida às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujos objetivos sociais tenha pelo menos uma das seguintes finalidades:

- I. promoção da assistência social;
- II. promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;
- III. promoção gratuita da educação, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei;
- IV. promoção gratuita da saúde, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei;
- V. promoção da segurança alimentar e nutricional;
- VI. defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;
- VII. promoção do voluntariado;
- VIII. promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza;
- IX. experimentação, não lucrativa, de novos modelos sócio-produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito;
- X. promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar;
- XI. promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;
- XII. estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas neste artigo.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, a dedicação às atividades nele previstas configura-se mediante a execução direta de projetos, programas, planos de ações correlatas, por meio da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou ainda pela prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuem em áreas afins.

Art. 4º Atendido ao disposto no art. 3º, exige-se ainda, para qualificarem-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, que as pessoas jurídicas interessadas sejam regidas por estatutos, cujas normas expressamente disponham sobre:

I.a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência;

II.a adoção de práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais, em decorrência da participação no respectivo processo decisório;

III.a constituição de conselho fiscal ou órgão equivalente, dotado de competência para opinar sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil, e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores da entidade.

IV.a previsão de que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos desta Lei, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social da extinta.

V.a previsão de que, na hipótese de a pessoa jurídica perder a qualificação instituída por esta Lei, o respectivo acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o período em que perdurou aquela qualificação, será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos desta Lei, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social;

VI.a possibilidade de se instituir remuneração para os dirigentes da entidade, que atuem efetivamente na gestão executiva e para aqueles que a ela prestam serviços específicos, respeitados, em ambos os casos, os valores praticados pelo mercado, na região correspondente à sua área de atuação;

VII.as normas de prestação de contas a serem observadas pela entidade, que determinarão no mínimo:

a. a observância dos princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade;

b. que se dê publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo-se as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para exame de qualquer cidadão;

c.a realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto do Termo de Parceria, conforme previsto em regulamento;

d.a prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos pelas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público será feita conforme determina o parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal.

Art. 5º Cumpridos os requisitos dos artigos 3º e 4º desta Lei, a pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, interessada em obter a qualificação instituída por esta Lei, deverá formular requerimento escrito ao Ministério da Justiça, instruído com cópias autenticadas dos seguintes documentos:

- I. estatuto registrado em Cartório;
- II. ata de eleição de sua atual diretoria;
- III. balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício;
- IV. declaração de isenção do imposto de renda;
- V. inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes.

Art. 6º Recebido o requerimento previsto no artigo anterior, o Ministério da Justiça decidirá, no prazo de trinta dias, deferindo ou não o pedido.

§ 1º No caso de deferimento, o Ministério da Justiça emitirá, no prazo de quinze dias da decisão, certificado de qualificação da requerente como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

§ 2º Indeferido o pedido, o Ministério da Justiça, no prazo do § 1º, dará ciência da decisão, mediante publicação no Diário Oficial.

§ 3º O pedido de qualificação somente será indeferido quando:

- I. a requerente enquadrar-se nas hipóteses previstas no artigo 2º desta Lei;
- II. a requerente não atender aos requisitos descritos nos artigos 3º e 4º desta Lei;
- III. a documentação apresentada estiver incompleta.

Art. 7º Perde-se a qualificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, a pedido ou mediante decisão proferida em processo administrativo ou judicial, de iniciativa popular ou do Ministério Público, no qual serão assegurados ampla defesa e o devido contraditório.

Art. 8º Vedado o anonimato, e desde que amparado por fundadas evidências de erro ou fraude, qualquer cidadão, respeitadas as prerrogativas do Ministério Público, é parte legítima para requerer, judicial ou administrativamente, a perda da qualificação instituída por esta Lei.

CAPÍTULO II - DO TERMO DE PARCERIA

Art. 9º Fica instituído o Termo de Parceria, assim considerado o instrumento passível de ser firmado entre o Poder Público e as entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público destinado à formação de vínculo de cooperação entre as partes, para o fomento e a execução das atividades de interesse público previstas no art. 3º desta Lei.

Art. 10 O Termo de Parceria firmado de comum acordo entre o Poder Público e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público discriminará direitos, responsabilidades e obrigações das partes signatárias.

§ 1º A celebração do Termo de Parceria será precedida de consulta aos Conselhos de Políticas Públicas das áreas correspondentes de atuação existentes, nos respectivos níveis de governo.

§ 2º São cláusulas essenciais do Termo de Parceria:

- I. a do objeto, que conterá a especificação do programa de trabalho proposto pela Organização da Sociedade Civil de Interesse Público;
- II. a de estipulação das metas e dos resultados a serem atingidos e os respectivos prazos de execução ou cronograma;
- III. a de previsão expressa dos critérios objetivos de avaliação de desempenho a serem utilizados, mediante indicadores de resultado;

IV.a de previsão de receitas e despesas a serem realizadas em seu cumprimento, estipulando item por item as categorias contábeis usadas pela organização e detalhamento das remunerações e benefícios de pessoal a serem pagos com recursos oriundos ou vinculados ao Termo de Parceria, a seus diretores, empregados e consultores;

V.a que estabelece as obrigações da Sociedade Civil de Interesse Público, entre as quais a de apresentar ao Poder Público, ao término de cada exercício, relatório sobre a execução do objeto do Termo de Parceria, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, acompanhado de prestação de contas dos gastos e receitas efetivamente realizados, independente das previsões mencionadas no Inciso IV;

VI.a de publicação, na imprensa oficial do Município, do Estado ou da União, conforme o alcance das atividades celebradas entre o órgão parceiro e a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, de extrato do Termo de Parceria e de demonstrativo da sua execução física e financeira, conforme modelo simplificado estabelecido no regulamento desta Lei, contendo os dados principais da documentação obrigatória do Inciso V, sob pena de não liberação dos recursos previstos no Termo de Parceria.

Art. 11 A execução do objeto do Termo de Parceria será acompanhada e fiscalizada por órgão do Poder Público da área de atuação correspondente à atividade fomentada, e pelos Conselhos de Políticas Públicas das áreas correspondentes de atuação existentes, em cada nível de governo.

§ 1º Os resultados atingidos com a execução do Termo de Parceria devem ser analisados por comissão de avaliação, composta de comum acordo entre o órgão parceiro e a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

§ 2º A comissão encaminhará à autoridade competente relatório conclusivo sobre a avaliação procedida.

§ 3º Os Termos de Parceria destinados ao fomento de atividades nas áreas de que trata essa Lei estarão sujeitos aos mecanismos de controle social previstos na Legislação.

Art. 12 Os responsáveis pela fiscalização do Termo de Parceria, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade na utilização de recursos ou bens de origem pública pela organização parceira, darão imediata ciência ao Tribunal de Contas respectivo e ao Ministério Público, sob pena de responsabilidade solidária.

Art. 13 Sem prejuízo da medida a que se refere o art. 12 desta Lei, havendo indícios fundados de malversação de bens ou recursos de origem pública, os responsáveis pela fiscalização representarão ao Ministério Público, à Advocacia-Geral da União, para que requeiram ao juízo competente a decretação da indisponibilidade dos bens da entidade e o seqüestro dos bens dos seus dirigentes, bem como de agente público ou terceiro, que possam ter enriquecido ilicitamente ou causado dano ao patrimônio público, além de outras medidas consubstanciadas na Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, e na Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

§ 1º O pedido de seqüestro será processado de acordo com o disposto nos artigos 822 e 825 do Código de Processo Civil.

§ 2º Quando for o caso, o pedido incluirá a investigação, o exame e o bloqueio de bens, contas bancárias e aplicações mantidas pelo demandado no País e no exterior, nos termos da lei e dos tratados internacionais.

§ 3º Até o término da ação, o Poder Público permanecerá como depositário e gestor dos bens e valores seqüestrados ou indisponíveis e velará pela continuidade das atividades sociais da organização parceira.

Art. 14 A organização parceira fará publicar, no prazo máximo de trinta dias, contado da assinatura do Termo de Parceria, regulamento próprio contendo os procedimentos que adotará para a contratação de obras e serviços, bem como para compras com emprego de recursos provenientes do Poder Público, observados os princípios estabelecidos no inciso I do art. 4º desta Lei.

Art. 15 Caso a organização adquira bem imóvel com recursos provenientes da celebração do Termo de Parceria, este será gravado com cláusula de inalienabilidade.

CAPÍTULO III - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 16 É vedada às entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público a participação em campanhas de interesse político-partidário ou eleitorais, sob quaisquer meios ou formas.

Art.17 O Ministério da Justiça permitirá, mediante requerimento dos interessados, livre acesso público a todas as informações pertinentes às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.

Art. 18 As pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, qualificadas com base em outros diplomas legais, poderão qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, desde que atendidos aos requisitos para tanto exigidos, sendo-lhes assegurada a manutenção simultânea dessas qualificações, até dois anos contados da data de vigência desta Lei.

§ 1º Findo o prazo de dois anos, a pessoa jurídica interessada em manter a qualificação prevista nesta Lei deverá por ela optar, fato que implicará a renúncia automática de suas qualificações anteriores.

§ 2º Caso não seja feita a opção prevista no parágrafo anterior, a pessoa jurídica perderá automaticamente a qualificação obtida nos termos desta Lei.

Art. 19 O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de trintadias.

Art. 20 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 23 de Março de 1999, 178º da Independência e 111º da República

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Renan Calheiros

Pedro Malan

Ailton Barcelos Fernandes

Paulo Renato Souza

Francisco Dornelles

Waldeck Ornélas

José Serra

Paulo Paiva

Clovis de Barros Carvalho

[Reforma da legislação ® Mudanças recentes ® Lei nº 9790]

atualizado em 27.9.1999

Rits – Rede de Informações para o Terceiro Setor
Rua Vicente de Souza 34
22251-070 Rio de Janeiro RJ, Brasil
telefone: (21) 527-8660
fax: (21) 527-5685

ANEXO 2

Legislação banco de legislação

coord. Paulo Haus Martins ® reforma da legislação

© Rits, 2000

Reforma da legislação - mudanças recentes

DECRETO Nº 3.100, DE 30 DE JUNHO DE 1999.

(Republicado no DOU em 13 de julho de 1999 por ter saído com incorreções no DOU de 1º de julho de 1999.)

Regulamenta a Lei no 9.790, de 23 de março de 1999, que dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, da constituição,

DECRETA :

Art. 1º O pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público será dirigido, pela pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos que preencha os requisitos dos arts. 1o, 2o, 3o e 4o da Lei no 9.790, de 23 de março de 1999, ao Ministério da Justiça por meio do preenchimento de requerimento escrito e apresentação de cópia autenticada dos seguintes documentos:

- I - estatuto registrado em Cartório;
- II - ata de eleição de sua atual diretoria;
- III - balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício;
- IV - declaração de isenção do imposto de renda; e
- V - inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes/Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CGC/CNPJ).

Art. 2º O responsável pela outorga da qualificação deverá verificar a adequação dos documentos citados no artigo anterior com o disposto nos arts. 2º, 3º e 4º da Lei no 9.790, de 1999, devendo observar:

- I - se a entidade tem finalidade pertencente à lista do art. 3º daquela Lei;
- II - se a entidade está excluída da qualificação de acordo com o art. 2º daquela Lei;
- III - se o estatuto obedece aos requisitos do art. 4º daquela Lei;
- IV - na ata de eleição da diretoria, se é a autoridade competente que está solicitando a qualificação;
- V - se foi apresentado o balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício;
- VI - se a entidade apresentou a declaração de isenção do imposto de renda à Secretaria da Receita Federal; e
- VII - se foi apresentado o CGC/CNPJ.

Art. 3º O Ministério da Justiça, após o recebimento do requerimento, terá o prazo de trinta dias para deferir ou não o pedido de qualificação, ato que será publicado no Diário Oficial da União no prazo máximo de quinze dias da decisão.

§ 1º No caso de deferimento, o Ministério da Justiça emitirá, no prazo de quinze dias da decisão, o certificado da requerente como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

§ 2º Deverão constar da publicação do indeferimento as razões pelas quais foi denegado o pedido.

§ 3º A pessoa jurídica sem fins lucrativos que tiver seu pedido de qualificação indeferido poderá reapresentá-lo a qualquer tempo.

Art. 4º Qualquer cidadão, vedado o anonimato e respeitadas as prerrogativas do Ministério Público, desde que amparado por evidências de erro ou fraude, é parte legítima para requerer, judicial ou administrativamente, a perda da qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

Parágrafo único. A perda da qualificação dar-se-á mediante decisão proferida em processo administrativo, instaurado no Ministério da Justiça, de ofício ou a pedido do interessado, ou judicial, de iniciativa popular ou do Ministério Público, nos quais serão assegurados a ampla defesa e o contraditório.

Art. 5º Qualquer alteração da finalidade ou do regime de funcionamento da organização, que implique mudança das condições que instruíram sua qualificação, deverá ser comunicada ao Ministério da Justiça, acompanhada de justificativa, sob pena de cancelamento da qualificação.

Art. 6º Para fins do art. 3º da Lei nº 9.790, de 1999, entende-se:

I - como Assistência Social, o desenvolvimento das atividades previstas no art. 3º da Lei Orgânica da Assistência Social;

II - por promoção gratuita da saúde e educação, a prestação destes serviços realizada pela Organização da Sociedade Civil de Interesse Público mediante financiamento com seus próprios recursos.

§ 1º Não são considerados recursos próprios aqueles gerados pela cobrança de serviços de qualquer pessoa física ou jurídica, ou obtidos em virtude de repasse ou arrecadação compulsória.

§ 2º O condicionamento da prestação de serviço ao recebimento de doação, contrapartida ou equivalente não pode ser considerado como promoção gratuita do serviço.

Art. 7º Entende-se como benefícios ou vantagens pessoais, nos termos do inciso II do art. 4º da Lei nº 9.790, de 1999, os obtidos:

I - pelos dirigentes da entidade e seus cônjuges, companheiros e parentes colaterais ou afins até o terceiro grau;

II - pelas pessoas jurídicas das quais os mencionados acima sejam controladores ou detenham mais de dez por cento das participações societárias.

Art. 8º Será firmado entre o Poder Público e as entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, Termo de Parceria destinado à formação de vínculo de cooperação entre as partes, para o fomento e a execução das atividades de interesse público previstas no art. 3º da Lei nº 9.790, de 1999.

Parágrafo único. O Órgão estatal firmará o Termo de Parceria mediante modelo padrão próprio, do qual constarão os direitos, as responsabilidades e as obrigações das partes e as cláusulas essenciais descritas no art. 10, § 2º, da Lei nº 9.790, de 1999.

Art. 9º O órgão estatal responsável pela celebração do Termo de Parceria verificará previamente o regular funcionamento da organização.

Art. 10. Para efeitos da consulta mencionada no art. 10, § 1º da Lei nº 9.790, de 1999, o modelo a que se refere o art. 8, § único, deverá ser preenchido e remetido ao Conselho de Política Pública competente.

§ 1º A manifestação do Conselho de Política Pública será considerada para a tomada de decisão final em relação ao Termo de Parceria.

§ 2º Caso não exista Conselho de Política Pública da área de atuação correspondente, o órgão estatal parceiro fica dispensado de realizar a consulta, não podendo haver substituição por outro Conselho.

§ 3º O Conselho de Política Pública terá o prazo de trinta dias, contado a partir da data de recebimento da consulta, para se manifestar sobre o Termo de Parceria, cabendo ao órgão estatal responsável, em última instância, a decisão final sobre a celebração do respectivo Termo de Parceria.

§ 4º O extrato do Termo de Parceria, conforme modelo constante do Anexo I deste Decreto, deverá ser publicado pelo órgão estatal parceiro no Diário Oficial, no prazo máximo de quinze dias após a sua assinatura.

Art. 11. Para efeito do disposto no art. 4º, inciso VII, alíneas "c" e "d", da Lei nº 9.790, de 1999, entende-se por prestação de contas a comprovação da correta aplicação dos recursos repassados à Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

§ 1º As prestações de contas anuais serão realizadas sobre a totalidade das operações patrimoniais e resultados das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.

§ 2º A prestação de contas será instruída com os seguintes documentos:

- I - relatório anual de execução de atividades;
- II - demonstração de resultados do exercício;
- III - balanço patrimonial;
- IV - demonstração das origens e aplicações de recursos;
- V - demonstração das mutações do patrimônio social;
- VI - notas explicativas das demonstrações contábeis, caso necessário; e
- VII - parecer e relatório de auditoria nos termos do art. 19 deste Decreto, se for o caso.

Art. 12. Para efeito do disposto no § 2º, inciso V, do art. 10 da Lei nº 9.790, de 1999, entende-se por prestação de contas relativa à execução do Termo de Parceria a comprovação, perante o órgão estatal parceiro, da correta aplicação dos recursos públicos recebidos e do adimplemento do objeto do Termo de Parceria, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

I - relatório sobre a execução do objeto do Termo de Parceria, contendo comparativo entre as metas propostas e os resultados alcançados;

II - demonstrativo integral da receita e despesa realizadas na execução;

III - parecer e relatório de auditoria, nos casos previstos no art. 19; e

IV - entrega do extrato da execução física e financeira estabelecido no art. 18.

Art. 13. O Termo de Parceria poderá ser celebrado por período superior ao do exercício fiscal.

§ 1º Caso expire a vigência do Termo de Parceria sem o adimplemento total do seu objeto pelo órgão parceiro ou havendo excedentes financeiros disponíveis com a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, o referido Termo poderá ser prorrogado.

§ 2º As despesas previstas no Termo de Parceria e realizadas no período compreendido entre a data original de encerramento e a formalização de nova data de término serão consideradas como legítimas, desde que cobertas pelo respectivo empenho.

Art. 14. A liberação de recursos financeiros necessários à execução do Termo de Parceria far-se-á em conta bancária específica, a ser aberta em banco a ser indicado pelo órgão estatal parceiro.

Art. 15. A liberação de recursos para a implementação do Termo de Parceria obedecerá ao respectivo cronograma, salvo se autorizada sua liberação em parcela única.

Art. 16. É possível a vigência simultânea de um ou mais Termos de Parceria, ainda que com o mesmo órgão estatal, de acordo com a capacidade operacional da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

Art. 17. O acompanhamento e a fiscalização por parte do Conselho de Política Pública de que trata o art. 11 da Lei no 9.790, de 1999, não pode introduzir nem induzir modificação das obrigações estabelecidas pelo Termo de Parceria celebrado.

§ 1º Eventuais recomendações ou sugestões do Conselho sobre o acompanhamento dos Termos de Parceria deverão ser encaminhadas ao órgão estatal parceiro, para adoção de providências que entender cabíveis.

§ 2º O órgão estatal parceiro informará ao Conselho sobre suas atividades de acompanhamento.

Art. 18. O extrato da execução física e financeira, referido no art. 10, § 2º, inciso VI, da Lei no 9.790, de 1999, deverá ser preenchido pela Organização da Sociedade Civil de Interesse Público e publicado na imprensa oficial da área de abrangência do projeto, no prazo máximo de sessenta dias após o término de cada exercício financeiro, de acordo com o modelo constante do Anexo II deste Decreto.

Art. 19. A Organização da Sociedade Civil de Interesse Público deverá realizar auditoria independente da aplicação dos recursos objeto do Termo de Parceria, de acordo com a alínea "c", inciso VII, do art. 4o da Lei nº 9.790, de 1999, nos casos em que o montante de recursos for maior ou igual a R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais).

§ 1º O disposto no caput aplica-se também aos casos onde a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público celebre concomitantemente vários Termos de Parceria com um ou vários órgãos estatais e cuja soma ultrapasse aquele valor.

§ 2º A auditoria independente deverá ser realizada por pessoa física ou jurídica habilitada pelos Conselhos Regionais de Contabilidade.

§ 3º Os dispêndios decorrentes dos serviços de auditoria independente deverão ser incluídas no orçamento do projeto como item de despesa.

§ 4º Na hipótese do § 1º, poderão ser celebrados aditivos para efeito do disposto no parágrafo anterior.

Art. 20. A comissão de avaliação de que trata o art. 11, § 1o, da Lei nº 9.790, de 1999, deverá ser composta por dois membros do respectivo Poder Executivo, um da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público e um membro indicado pelo Conselho de Política Pública da área de atuação correspondente, quando houver.

Parágrafo único. Competirá à comissão de avaliação monitorar a execução do Termo de Parceria.

Art. 21. A Organização da Sociedade Civil de Interesse Público fará publicar na imprensa oficial da União, do Estado ou do Município, no prazo máximo de trinta dias, contado a partir da assinatura do Termo de Parceria, o regulamento próprio a que se refere o art. 14 da Lei nº 9.790, de 1999, remetendo cópia para conhecimento do órgão estatal parceiro.

Art. 22. Para os fins dos arts. 12 e 13 da Lei nº 9.790, de 1999, a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público indicará, para cada Termo de Parceria, pelo menos um dirigente, que será responsável pela boa administração dos recursos recebidos.

Parágrafo único. O nome do dirigente ou dos dirigentes indicados será publicado no extrato do Termo de Parceria.

Art. 23. A escolha da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, para a celebração do Termo de Parceria, poderá ser feita por meio de publicação de edital de concursos de projetos pelo órgão estatal parceiro para obtenção de bens e serviços e para a realização de atividades, eventos, consultorias, cooperação técnica e assessoria.

Parágrafo único. Instaurado o processo de seleção por concurso, é vedado ao Poder Público celebrar Termo de Parceria para o mesmo objeto, fora do concurso iniciado.

Art. 24. Para a realização de concurso, o órgão estatal parceiro deverá preparar, com clareza, objetividade e detalhamento, a especificação técnica do bem, do projeto, da obra ou do serviço a ser obtido ou realizado por meio do Termo de Parceria.

Art. 25. Do edital do concurso deverá constar, no mínimo, informações sobre:

- I - prazos, condições e forma de apresentação das propostas;
- II - especificações técnicas do objeto do Termo de Parceria;
- III - critérios de seleção e julgamento das propostas;
- IV - datas para apresentação de propostas;
- V - local de apresentação de propostas;
- VI - datas do julgamento e data provável de celebração do Termo de Parceria; e
- VII - valor máximo a ser desembolsado.

Art. 26. A Organização da Sociedade Civil de Interesse Público deverá apresentar seu projeto técnico e o detalhamento dos custos a serem realizados na sua implementação ao órgão estatal parceiro.

Art. 27. Na seleção e no julgamento dos projetos, levar-se-ão em conta:

- I - o mérito intrínseco e adequação ao edital do projeto apresentado;
- II - a capacidade técnica e operacional da candidata;
- III - a adequação entre os meios sugeridos, seus custos, cronogramas e resultados;
- IV - o ajustamento da proposta às especificações técnicas;
- V - a regularidade jurídica e institucional da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público; e
- VI - a análise dos documentos referidos no art. 11, § 2º, deste Decreto.

Art. 28. Obedecidos aos princípios da administração pública, são inaceitáveis como critério de seleção, de desqualificação ou pontuação:

- I - o local do domicílio da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público ou a exigência de experiência de trabalho da organização no local de domicílio do órgão parceiro estatal;
- II - a obrigatoriedade de consórcio ou associação com entidades sediadas na localidade onde deverá ser celebrado o Termo de Parceria;
- III - o volume de contrapartida ou qualquer outro benefício oferecido pela Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

Art. 29. O julgamento será realizado sobre o conjunto das propostas das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, não sendo aceitos como critérios de julgamento os aspectos jurídicos, administrativos, técnicos ou operacionais não estipulados no edital do concurso.

Art. 30. O órgão estatal parceiro designará a comissão julgadora do concurso, que será composta, no mínimo, por um membro do Poder Executivo, um especialista no tema do concurso e um membro do Conselho de Política Pública da área de competência, quando houver.

§ 1º O trabalho dessa comissão não será remunerado.

§ 2º O órgão estatal deverá instruir a comissão julgadora sobre a pontuação pertinente a cada item da proposta ou projeto e zelar para que a identificação da organização proponente seja omitida.

§ 3º A comissão pode solicitar ao órgão estatal parceiro informações adicionais sobre os projetos.

§ 4º A comissão classificará as propostas das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público obedecidos aos critérios estabelecidos neste Decreto e no edital.

Art. 31. Após o julgamento definitivo das propostas, a comissão apresentará, na presença dos concorrentes, os resultados de seu trabalho, indicando os aprovados.

§ 1º O órgão estatal parceiro:

- I - não examinará recursos administrativos contra as decisões da comissão julgadora;
- II - não poderá anular ou suspender administrativamente o resultado do concurso nem celebrar outros Termos de Parceria, com o mesmo objeto, sem antes finalizar o processo iniciado pelo concurso.

§ 2º Após o anúncio público do resultado do concurso, o órgão estatal parceiro o homologará, sendo imediata a celebração dos Termos de Parceria pela ordem de classificação dos aprovados.

Art. 32. O Ministro de Estado da Justiça baixará portaria no prazo de quinze dias, a partir da publicação deste Decreto, regulamentando os procedimentos para a qualificação.

Art. 33. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 30 de junho de 1999; 178º da Independência e 111º da República.

ANEXO I

(Nome do Órgão Público)
.....
Extrato de Termo de Parceria
Custo do Projeto:
Local de Realização do Projeto:
Data de assinatura do TP:/...../..... Início do Projeto:/...../..... Término:/...../.....
Objeto do Termo de Parceria (descrição sucinta do projeto):
Nome da OSCIP:
.....
Endereço:
.....
Cidade: UF: CEP:
Tel.: Fax: E-mail:
Nome do responsável pelo projeto:
Cargo / Função:

ANEXO II

(Nome do Órgão Público)			
.....			
Extrato de Relatório de Execução Física e Financeira de Termo de Parceria			
Custo do projeto:			
.....			
Local de realização do projeto:			
.....			
Data de assinatura do TP:/...../..... Início do projeto:/...../..... Término :/...../.....			
Objetivos do projeto:			
Resultados alcançados:			
Custos de Implementação do Projeto			
Categorias de despesa	Previsto	Realizado	Diferença
.....			
.....			
.....			
.....			
TOTAIS:			
Nome da OSCIP:			
Endereço:			
Cidade: UF: CEP:			
Tel.: Fax: E-mail:			
Nome do responsável pelo projeto:			
Cargo / Função:			

[Reforma da legislação ® Mudanças recentes]

atualizado em 27.9.1999

Rits – Rede de Informações para o Terceiro Setor
Rua Vicente de Souza 34
22251-070 Rio de Janeiro RJ, Brasil
telefone: (21) 527-8660
fax: (21) 527-5685

ANEXO 3

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.113-31, DE 24 DE MAIO DE 2001. **(Artigo 59 – sobre Lei nº 9.790)**

Altera a legislação das Contribuições para a Seguridade Social - COFINS, para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP e do Imposto sobre a Renda, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

.....

.....

.....

Art. 59. Poderão, também, ser beneficiárias de doações, nos termos e condições estabelecidos pelo inciso III do § 2º do art. 13 da Lei nº 9.249, de 1995, as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP qualificadas segundo as normas estabelecidas na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999.

§ 1º O disposto neste artigo aplica-se em relação às doações efetuadas a partir do ano-calendário de 2001.

§ 2º Às entidades referidas neste artigo não se aplica a exigência estabelecida na Lei nº 9.249, de 1995, art. 13, § 2º, inciso III, alínea "c".

Art. 60. A dedutibilidade das doações a que se referem o inciso III do § 2º do art. 13 da Lei nº 9.249, de 1995, e o art. 59 fica condicionada a que a entidade beneficiária tenha sua condição de utilidade pública ou de OSCIP renovada anualmente pelo órgão competente da União, mediante ato formal.

§ 1º A renovação de que trata o caput:

I - somente será concedida a entidade que comprove, perante o órgão competente da União, haver cumprido, no ano-calendário anterior ao pedido, todas as exigências e condições estabelecidas;

II - produzirá efeitos para o ano-calendário subsequente ao de sua formalização.

§ 2º Os atos de reconhecimento emitidos até 31 de dezembro de 2000 produzirão efeitos em relação às doações recebidas até 31 de dezembro de 2001.

ANEXO 4

LEI Nº 9.608, DE 18 DE FEVEREIRO DE 1998 **Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências.**

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA , faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art 1º Considera-se serviço voluntário, para fins desta Lei, a atividade não remunerada, prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza, ou a instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade.

Parágrafo único. O serviço voluntário não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista previdenciária ou afim.

Art 2º O serviço voluntário será exercido mediante a celebração de termo de adesão entre a entidade, pública ou privada, e o prestador do serviço voluntário, dele devendo constar o objeto e as condições de seu exercício.

Art 3º O prestador do serviço voluntário poderá ser ressarcido pelas despesas que comprovadamente realizar no desempenho das atividades voluntárias.

Parágrafo único. As despesas a serem ressarcidas deverão estar expressamente autorizadas pela entidade a que for prestado o serviço voluntário.

Art 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 18 de fevereiro de 1998; 177º da Independência e 110º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Paulo Paiva

ANEXO 5

Lei nº 9.637, de 15.05.98

Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

Seção I

Da Qualificação

Art. 1º O Poder Executivo poderá qualificar como organizações sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e a saúde, atendidos aos requisitos previstos nesta Lei.

Art. 2º São requisitos específicos para que as entidades privadas referidas no artigo anterior habilitem-se à qualificação como organização social:

I - comprovar o registro de seu ato constitutivo, dispondo sobre:

- a) natureza social de seus objetivos relativos à respectiva área de atuação;
- b) finalidade não-lucrativa, com a obrigatoriedade de investimento de seus excedentes financeiros no desenvolvimento das próprias atividades;
- c) previsão expressa de a entidade ter, como órgãos de deliberação superior e de direção, um conselho de administração e uma diretoria definidos nos termos do estatuto, asseguradas àquele composição e atribuições normativas e de controle básicas previstas nesta Lei;
- d) previsão de participação, no órgão colegiado de deliberação superior, de representantes do Poder Público e de membros da comunidade, de notória capacidade profissional e idoneidade moral;
- e) composição e atribuições da diretoria;
- f) obrigatoriedade de publicação anual, no Diário Oficial da União, dos relatórios financeiros e do relatório de execução do contrato de gestão;
- g) no caso de associação civil, a aceitação de novos associados, na forma do estatuto;
- h) proibição de distribuição de bens ou de parcela do patrimônio líquido em qualquer hipótese, inclusive em razão de desligamento, retirada ou falecimento de associado ou membro da entidade;
- i) previsão de incorporação integral do patrimônio, dos legados ou das doações que lhe foram destinados, bem como dos excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, em caso de extinção ou desqualificação, ao patrimônio de outra organização social qualificada no âmbito da União, da mesma área de atuação, ou ao patrimônio da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, na proporção dos recursos e bens por estes alocados;

II - haver aprovação, quanto à conveniência e oportunidade de sua qualificação como organização social, do Ministro ou titular de órgão supervisor ou regulador da área de atividade correspondente ao seu objeto social e do Ministro de Estado da Administração Federal e Reforma do Estado.

Seção II

Do Conselho de Administração

Art. 3º O conselho de administração deve estar estruturado nos termos que dispuser o respectivo estatuto, observados, para os fins de atendimento dos requisitos de qualificação, os seguintes critérios básicos:

I - ser composto por:

- a) 20 a 40% (vinte a quarenta por cento) de membros natos representantes do Poder Público, definidos pelo estatuto da entidade;
- b) 20 a 30% (vinte a trinta por cento) de membros natos representantes de entidades da sociedade civil, definidos pelo estatuto;
- c) até 10% (dez por cento), no caso de associação civil, de membros eleitos dentre os membros ou os

associados;

d) 10 a 30% (dez a trinta por cento) de membros eleitos pelos demais integrantes do conselho, dentre pessoas de notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral;

e) até 10% (dez por cento) de membros indicados ou eleitos na forma estabelecida pelo estatuto;

II - os membros eleitos ou indicados para compor o Conselho devem ter mandato de quatro anos, admitida uma recondução;

III - os representantes de entidades previstos nas alíneas "a" e "b" do inciso I devem corresponder a mais de 50% (cinquenta por cento) do Conselho;

IV - o primeiro mandato de metade dos membros eleitos ou indicados deve ser de dois anos, segundo critérios estabelecidos no estatuto;

V - o dirigente máximo da entidade deve participar das reuniões do conselho, sem direito a voto;

VI - o Conselho deve reunir-se ordinariamente, no mínimo, três vezes a cada ano e, extraordinariamente, a qualquer tempo;

VII - os conselheiros não devem receber remuneração pelos serviços que, nesta condição, prestarem à organização social, ressalvada a ajuda de custo por reunião da qual participem;

VIII - os conselheiros eleitos ou indicados para integrar a diretoria da entidade devem renunciar ao assumirem funções executivas.

Art. 4º Para os fins de atendimento dos requisitos de qualificação, devem ser atribuições privativas do Conselho de Administração, dentre outras:

I - fixar o âmbito de atuação da entidade, para consecução do seu objeto;

II - aprovar a proposta de contrato de gestão da entidade;

III - aprovar a proposta de orçamento da entidade e o programa de investimentos;

IV - designar e dispensar os membros da diretoria;

V - fixar a remuneração dos membros da diretoria;

VI - aprovar e dispor sobre a alteração dos estatutos e a extinção da entidade por maioria, no mínimo, de dois terços de seus membros;

VII - aprovar o regimento interno da entidade, que deve dispor, no mínimo, sobre a estrutura, forma de gerenciamento, os cargos e respectivas competências;

VIII - aprovar por maioria, no mínimo, de dois terços de seus membros, o regulamento próprio contendo os procedimentos que deve adotar para a contratação de obras, serviços, compras e alienações e o plano de cargos, salários e benefícios dos empregados da entidade;

IX - aprovar e encaminhar, ao órgão supervisor da execução do contrato de gestão, os relatórios gerenciais e de atividades da entidade, elaborados pela diretoria;

X - fiscalizar o cumprimento das diretrizes e metas definidas e aprovar os demonstrativos financeiros e contábeis e as contas anuais da entidade, com o auxílio de auditoria externa.

Seção III

Do Contrato de Gestão

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, entende-se por contrato de gestão o instrumento firmado entre o Poder Público e a entidade qualificada como organização social, com vistas à formação de parceria entre as partes para fomento e execução de atividades relativas às áreas relacionadas no art. 1º.

Art. 6º O contrato de gestão, elaborado de comum acordo entre o órgão ou entidade supervisora e a organização social, discriminará as atribuições, responsabilidades e obrigações do Poder Público e da organização social.

Parágrafo único. O contrato de gestão deve ser submetido, após aprovação pelo Conselho de Administração da entidade, ao Ministro de Estado ou autoridade supervisora da área correspondente à atividade fomentada.

Art. 7º Na elaboração do contrato de gestão, devem ser observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e, também, os seguintes preceitos:

I - especificação do programa de trabalho proposto pela organização social, a estipulação das metas a serem atingidas e os respectivos prazos de execução, bem como previsão expressa dos critérios objetivos de avaliação de desempenho a serem utilizados, mediante indicadores de qualidade e produtividade;

II - a estipulação dos limites e critérios para despesa com remuneração e vantagens de qualquer natureza a serem percebidas pelos dirigentes e empregados das organizações sociais, no exercício de suas funções.

Parágrafo único. Os Ministros de Estado ou autoridades supervisoras da área de atuação da entidade devem definir as demais cláusulas dos contratos de gestão de que sejam signatários.

Seção IV

Da Execução e Fiscalização do Contrato de Gestão

Art. 8º A execução do contrato de gestão celebrado por organização social será fiscalizada pelo órgão ou entidade supervisora da área de atuação correspondente à atividade fomentada.

§ 1º A entidade qualificada apresentará ao órgão ou entidade do Poder Público supervisora signatária do contrato, ao término de cada exercício ou a qualquer momento, conforme recomende o interesse público, relatório pertinente à execução do contrato de gestão, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, acompanhado da prestação de contas correspondente ao exercício financeiro.

§ 2º Os resultados atingidos com a execução do contrato de gestão devem ser analisados, periodicamente, por comissão de avaliação, indicada pela autoridade supervisora da área correspondente, composta por especialistas de notória capacidade e adequada qualificação.

§ 3º A comissão deve encaminhar à autoridade supervisora relatório conclusivo sobre a avaliação procedida.

Art. 9º Os responsáveis pela fiscalização da execução do contrato de gestão, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade na utilização de recursos ou bens de origem pública por organização social, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.

Art. 10. Sem prejuízo da medida a que se refere o artigo anterior, quando assim exigir a gravidade dos fatos ou o interesse público, havendo indícios fundados de malversação de bens ou recursos de origem pública, os responsáveis pela fiscalização representarão ao Ministério Público, à Advocacia-Geral da União ou à Procuradoria da entidade para que requeira ao juízo competente a decretação da indisponibilidade dos bens da entidade e o seqüestro dos bens dos seus dirigentes, bem como de agente público ou terceiro, que possam ter enriquecido ilicitamente ou causado dano ao patrimônio público.

§ 1º O pedido de seqüestro será processado de acordo com o disposto nos arts. 822 e 825 do Código de Processo Civil.

§ 2º Quando for o caso, o pedido incluirá a investigação, o exame e o bloqueio de bens, contas bancárias e aplicações mantidas pelo demandado no País e no exterior, nos termos da lei e dos tratados internacionais.

§ 3º Até o término da ação, o Poder Público permanecerá como depositário e gestor dos bens e valores seqüestrados ou indisponíveis e velará pela continuidade das atividades sociais da entidade.

Seção V

Do Fomento às Atividades Sociais

Art. 11. As entidades qualificadas como organizações sociais são declaradas como entidades de interesse social e utilidade pública, para todos os efeitos legais.

Art. 12. Às organizações sociais poderão ser destinados recursos orçamentários e bens públicos necessários ao cumprimento do contrato de gestão.

§ 1º São assegurados às organizações sociais os créditos previstos no orçamento e as respectivas liberações financeiras, de acordo com o cronograma de desembolso previsto no contrato de gestão.

§ 2º Poderá ser adicionada aos créditos orçamentários destinados ao custeio do contrato de gestão parcela de recursos para compensar desligamento de servidor cedido, desde que haja justificativa expressa da necessidade pela organização social.

§ 3º Os bens de que trata este artigo serão destinados às organizações sociais, dispensada licitação, mediante permissão de uso, consoante cláusula expressa do contrato de gestão.

Art. 13. Os bens móveis públicos permitidos para uso poderão ser permutados por outros de igual ou maior valor, condicionado a que os novos bens integrem o patrimônio da União.

Parágrafo único. A permuta de que trata este artigo dependerá de prévia avaliação do bem e expressa autorização do Poder Público.

Art. 14. É facultado ao Poder Executivo a cessão especial de servidor para as organizações sociais, com ônus para a origem.

§ 1º Não será incorporada aos vencimentos ou à remuneração de origem do servidor cedido qualquer vantagem pecuniária que vier a ser paga pela organização social.

§ 2º Não será permitido o pagamento de vantagem pecuniária permanente por organização social a servidor cedido com recursos provenientes do contrato de gestão, ressalvada a hipótese de adicional relativo ao exercício de função temporária de direção e assessoria.

§ 3º O servidor cedido perceberá as vantagens do cargo a que fizer juz no órgão de origem, quando ocupante de cargo de primeiro ou de segundo escalão na organização social.

Art. 15. São extensíveis, no âmbito da União, os efeitos dos arts. 11 e 12, § 3º, para as entidades qualificadas como organizações sociais pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, quando houver reciprocidade e desde que a legislação local não contrarie os preceitos desta Lei e a legislação específica de âmbito federal.

Seção VI

Da Desqualificação

Art. 16. O Poder Executivo poderá proceder à desqualificação da entidade como organização social, quando constatado o descumprimento das disposições contidas no contrato de gestão.

§ 1º A desqualificação será precedida de processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa, respondendo os dirigentes da organização social, individual e solidariamente, pelos danos ou prejuízos decorrentes de sua ação ou omissão.

§ 2º A desqualificação importará reversão dos bens permitidos e dos valores entregues à utilização da organização social, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

CAPÍTULO II

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 17. A organização social fará publicar, no prazo máximo de noventa dias contado da assinatura do contrato de gestão, regulamento próprio contendo os procedimentos que adotará para a contratação de obras e serviços, bem como para compras com emprego de recursos provenientes do Poder Público.

Art. 18. A organização social que absorver atividades de entidade federal extinta no âmbito da área de saúde deverá considerar no contrato de gestão, quanto ao atendimento da comunidade, os princípios do Sistema Único de Saúde, expressos no art. 198 da Constituição Federal e no art. 7º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.

Art. 19. As entidades que absorverem atividades de rádio e televisão educativa poderão receber recursos e veicular publicidade institucional de entidades de direito público ou privado, a título de apoio cultural, admitindo-se o patrocínio de programas, eventos e projetos, vedada a veiculação remunerada de anúncios e outras práticas que configurem comercialização de seus intervalos.

Art. 20. Será criado, mediante decreto do Poder Executivo, o Programa Nacional de Publicização - PNP, com o objetivo de estabelecer diretrizes e critérios para a qualificação de organizações sociais, a fim de assegurar a absorção de atividades desenvolvidas por entidades ou órgãos públicos da União, que atuem nas atividades referidas no art. 1º, por organizações sociais, qualificadas na forma desta Lei, observadas as seguintes diretrizes:

I - ênfase no atendimento do cidadão-cliente;

II - ênfase nos resultados, qualitativos e quantitativos nos prazos pactuados;

III - controle social das ações de forma transparente.

Art. 21. São extintos o Laboratório Nacional de Luz Síncrotron, integrante da estrutura do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, e a Fundação Roquette Pinto, entidade vinculada a Presidência da República.

§ 1º Competirá ao Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado supervisionar o processo de inventário do Laboratório Nacional de Luz Síncrotron, a cargo do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, cabendo-lhe realizá-lo para a Fundação Roquette Pinto.

§ 2º No curso do processo de inventário da Fundação Roquette Pinto e até a assinatura do contrato de gestão, a continuidade das atividades sociais ficará sob a supervisão da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.

§ 3º É o Poder Executivo autorizado a qualificar como organizações sociais, nos termos desta Lei, as pessoas jurídicas de direito privado indicadas no Anexo I, bem assim a permitir a absorção de atividades desempenhadas pelas entidades extintas por este artigo.

§ 4º Os processos judiciais em que a Fundação Roquette Pinto seja parte, ativa ou passivamente, serão transferidos para a União, na qualidade de sucessora, sendo representada pela Advocacia-Geral da União.

Art. 22. As extinções e a absorção de atividades e serviços por organizações sociais de que trata esta Lei observarão os seguintes preceitos:

I - os servidores integrantes dos quadros permanentes dos órgãos e das entidades extintos terão garantidos todos os direitos e vantagens decorrentes do respectivo cargo ou emprego e integrarão quadro em extinção nos órgãos ou nas entidades indicados no Anexo II, sendo facultada aos órgãos e entidades supervisoras, ao seu critério exclusivo, a cessão de servidor, irrecusável para este, com ônus para a origem, à organização social que vier a absorver as correspondentes atividades, observados os §§ 1º e 2º do art. 14;

II - a desativação das unidades extintas será realizada mediante inventário de seus bens imóveis e de seu acervo físico, documental e material, bem como dos contratos e convênios, com a adoção de providências dirigidas à manutenção e ao prosseguimento das atividades sociais a cargo dessas unidades, nos termos da legislação aplicável em cada caso;

III - os recursos e as receitas orçamentárias de qualquer natureza, destinados às unidades extintas, serão utilizados no processo de inventário e para a manutenção e o financiamento das atividades sociais até a assinatura do contrato de gestão;

IV - quando necessário, parcela dos recursos orçamentários poderá ser reprogramada, mediante crédito especial a ser enviado ao Congresso Nacional, para o órgão ou entidade supervisora dos contratos de gestão, para o fomento das atividades sociais, assegurada a liberação periódica do respectivo desembolso financeiro para a

organização social;

V - encerrados os processos de inventário, os cargos efetivos vagos e os em comissão serão considerados extintos;

VI - a organização social que tiver absorvido as atribuições das unidades extintas poderá adotar os símbolos designativos destes, seguidos da identificação "OS"

§ 1º A absorção pelas organizações sociais das atividades das unidades extintas efetivar-se-á mediante a celebração de contrato de gestão, na forma dos arts. 6º e 7º.

§ 2º Poderá ser adicionada às dotações orçamentárias referidas no inciso IV parcela dos recursos decorrentes da economia de despesa incorrida pela União com os cargos e funções comissionados existentes nas unidades extintas.

Art. 23. É o Poder Executivo autorizado a ceder os bens e os servidores da Fundação Roquette Pinto no Estado do Maranhão ao Governo daquele Estado.

Art. 24. São convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 1.648-6, de 24 de março de 1998.

Art. 25. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Brasília, 15 de maio de 1998, 177º da Independência e 110º da República.
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Pedro Malan

Paulo Paiva

José Israel Vargas

Luiz Carlos Bresser Pereira

Clovis de Barros Carvalho

Publicada no D.O.U. de 18.05.98, Seção I, pág. 8.

ANEXO 6

Mulheres no Mercado de Trabalho: Indicadores de Participação Econômica no Brasil

Elab.: FCC

Mulheres						
Anos	PEA			Ocupadas	Empregadas	
	(Milhões)	Taxa de atividade	Porcentagem de mulheres na PEA	(Milhões)	(Milhões)	Porcentagem de mulheres entre os empregados
1976	11,4	28,8	28,8	11,2	7,3	30,3
1981	14,8	32,9	31,3	14,1	9,4	32,2
1983	16,8	35,6	33,0	16,0	10,5	33,4
1985	18,4	36,9	33,5	17,8	11,8	34,4
1990	22,9	39,2	35,5	22,1	14,7	36,7
1993	28	47	39,6	25,9	11,1	31,8
1995	30	48,1	40,4	27,8	11,6	32,6

Fonte: FIBGE - PNADS 76, 81, 83, 85, 89, 90, 93 e 95

(Tab. 15/ 4 / 3.1 / 4 / 3.1 / 4.2)

Homens						
Anos	PEA			Ocupados	Empregados	
	(Milhões)	Taxa de atividade	Porcentagem de homens na PEA	(Milhões)	(Milhões)	Porcentagem de homens entre os empregados
1976	28,2	73,6	71,2	27,8	16,7	69,7
1981	32,6	74,6	68,7	31,2	19,8	67,8
1983	34,6	74,8	67,0	32,4	21,0	66,6
1985	36,6	76	66,5	35,4	22,5	65,2
1990	41,6	75,3	64,5	40	25,4	63,3
1993	42,8	76	60,4	40,5	23,8	68,2
1995	47,2	75,3	59,6	41,9	24	67,4

Fonte : FIBGE – PNADS 76, 81 83, 85, 89, 90, 93 e 95

(Tab. 15/ 4/ 3.1/ 4/ 3.1/ 4.2)

*para maiores explicações sobre os conceitos, veja **Notas Metodológicas FCC**, anexas

ANEXO 7

NICHOS FEMININOS MAIS DESFAVORECIDOS

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	SEXO		ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DA OCUPAÇÃO FEMININA
	Masculino (%)	Feminino (%)	
Trabalhadores Domésticos	0,8	17,2	- 58% trabalham na prestação de serviços - 52% têm menos de 19 anos - 92% trabalham no domicílio do empregador - 90% ganham menos de 2 S.M
Não-Remunerados	8,0	13,1	- 82% não têm carteira assinada - 41% trabalham na agricultura e 14% no comércio - 70% têm menos de 19 anos e 16% mais de 60 anos
Consumo Próprio e da Família	1,9	9,3	- 70% trabalham em fazendas e sítios - 41% trabalham na agricultura - 37% tem mais de 60 anos

Fonte: FIBGE, PNAD 1995, tabs. 4.18, 4.19, 4.20, 4.21, 4.23

Elaboração: Cristina Bruschini FCC
31/7/98

ANEXO 8

Banco de Dados sobre o Trabalho das Mulheres **Fundação Carlos Chagas**

Notas metodológicas: fontes de dados e conceitos, algumas considerações

As série de dados postas à disposição do público em geral por este banco de dados tiveram como fontes de informação, basicamente, duas pesquisas periódicas realizadas pela FIBGE- Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, os Censos Demográficos e as PNADs- Pesquisas Domiciliares por Amostra de Domicílios .

A PNAD é realizada anualmente por amostragem - exceção feita aos anos de Censo e se destina a investigar diversas características sócio- econômicas, umas de caráter permanente nas pesquisas, como as características básicas da população, habitação, mão-de-obra, rendimento e instrução e outras com periodicidade variável, Como as características sobre fecundidade, migração, orçamentos familiares, nutrição, saúde, educação etc.

Já o Censo Demográfico é realizado com periodicidade decenal , pesquisando de maneira mais completa, para o conjunto da população, variáveis demográficas, nupcialidade e fecundidade, trabalho , educação e características dos domicílios. É operacionalizado em dois estágios, o primeiro através da aplicação de um conjunto de questões básicas a toda a população e, o segundo, abordando uma amostra através de um questionário mais completo .

Ao procurar analisar o trabalho em geral e o das mulheres, em particular, as análises de dados tomaram como base alguns conceitos que vêm sendo utilizados pela FIBGE. O primeiro deles é População Economicamente Ativa (PEA) , assim entendida a população de 10 anos e mais que, no período anterior à pesquisa (seja esse período de 1 semana ou de 365 dias para a PNAD , ou de 365 dias para o Censo), estava exercendo trabalho remunerado, estava trabalhando sem remuneração em algumas atividades por mais de 15 horas semanais , ou não estava trabalhando, mas procurava trabalho (nos últimos 2 meses antes do Censo, ou no último mês antes da PNAD).

Portanto, ainda segundo aquela fonte, fazem parte da População Economicamente Ativa, os Ocupados (trabalhando regularmente) e os Desocupados, assim considerados os que não trabalhavam, mas tomaram alguma providência para encontrar trabalho.

A categoria Ocupados, por sua vez, é desmembrada segundo o tipo de vínculo que apresenta com o trabalho, ou seja, empregados, trabalhadores por conta-própria, empregadores, trabalhadores domésticos e não-remunerados.

Às parcelas da população que não estavam trabalhando regularmente, com ou sem remuneração e não estavam à busca de trabalho, a FIBGE denomina População Não-Economicamente Ativa. Aqui se inserem, as pessoas que, à época da pesquisa, exerciam afazeres domésticos, os estudantes, os aposentados e pensionistas, as pessoas que viviam de rendas, os detentos, os doentes ou inválidos e as pessoas sem ocupação População Economicamente Ativa (PEA), Ocupados e Empregados são três conceitos recorrentemente utilizados nas séries apresentadas neste banco de dados. As diferenças entre essas parcelas da população podem ser observadas nas tabelas apresentadas em Mulheres no mercado de trabalho: grandes números

Com o decorrer dos anos, a própria FIBGE foi introduzindo alterações na forma de apresentar as informações. Algumas delas dizem respeito a mudanças conceituais importantes como, por exemplo, a recente ampliação do conceito de trabalho.

A partir dos anos 90 - em consonância com recomendações da OIT(Organização Internacional do Trabalho) - a PNAD passou por reformulação, incluindo-se aqui uma ampliação da conceituação daquela categoria , que passou a ignorar nas PNADs, a partir de 1992 e, nos Censos, presumivelmente, a partir de 2000.

No novo conceito de trabalho são caracterizadas as condições de trabalho remunerado, sem remuneração e na produção para o consumo próprio. O maior refinamento do conceito favorece a mensuração mais adequada das atividades econômicas porque reduz, consideravelmente, o número mínimo de horas trabalhadas (de 15 para apenas 1) e passa a considerar como trabalho atividades assistenciais e para o autoconsumo, entre outras alterações.

Por outro lado, introduz um viés metodológico no caso da construção de séries históricas. Os efeitos da nova metodologia são muito mais contundentes para o caso do trabalho feminino, sobretudo o rural que, a partir de 92, em termos relativos, quase que duplica. Maiores explicações sobre os efeitos das alterações metodológicas realizadas nas PNADs no decorrer das décadas poderão ser encontradas, em breve, nos tópicos Estudos Especiais e Autores Convidados.

Outras alterações dizem respeito a mudanças nas agregações em certas variáveis a partir de um certo ano dos levantamentos, trazendo efeitos de comparabilidade para as séries. Para citar apenas alguns exemplos dessa situação, citaremos os casos do setor de atividade Prestação de Serviços e da variável Anos de Estudo. O setor de atividade Prestação de Serviços foi desdobrado, a partir da década de 80, em dois, Prestação de Serviços e Serviços Auxiliares da Atividade Econômica. Quanto à variável Anos de Estudo, sua agregação se alterou a partir de 1992, impedindo a comparação com os anos anteriores.

Mas, talvez, a maior restrição encontrada no manuseio dos Censos e das PNADs tenha sido a ausência do cruzamento por sexo para um grande número de informações, particularmente, na década de 70 e nos primeiros levantamentos dos anos 80. Por essa razão, por exemplo, ao analisar o trabalho das mulheres nos primeiros anos das séries aqui apresentadas, teve-se que tratá-lo sobre a PEA, pois não havia o cruzamento por sexo para Ocupados.

Ao montar as séries, tivemos em mente possibilitar aos usuários a mais ampla visão longitudinal possível dos processos de inserção e alocação das mulheres no mercado de trabalho brasileiro, fazendo-o através das informações disponibilizadas pela FIBGE em cada levantamento analisado. Por isso, para o caso acima citado, em algumas tabelas, taxas e percentuais sobre a PEA e sobre os Ocupados serão apresentados lado a lado e, quando isto ocorrer, essa situação sempre será destacada e devidamente assinalada.

Um último esclarecimento se faz necessário, em relação à categoria Trabalhadores domésticos. Esta categoria foi introduzida na PNAD a partir de 1992 e refere-se ao emprego doméstico remunerado e não ao trabalho doméstico realizado pelas donas-de-casa, ainda computado como inatividade econômica.

A análise de dados sobre o trabalho - feminino e masculino - tem se utilizado, tradicionalmente, de indicadores construídos com o intuito de revelar e tornar visível a participação dos dois sexos no mercado de trabalho. Nas séries históricas deste banco de dados os indicadores apresentados são os seguintes:

- Taxa de Atividade Feminina e Masculina: proporção de mulheres/homens economicamente ativos sobre o total de mulheres/homens
- Taxa de Atividade Feminina Global: proporção de mulheres economicamente ativas somada à proporção de mulheres que declararam executar apenas afazeres domésticos
- Taxa de Ocupação Feminina/Masculina: proporção de mulheres/homens ocupadas(os) sobre o total de pessoas ocupadas de ambos os sexos
- Proporção de Mulheres/Homens na PEA (população economicamente ativa): porcentagem de mulheres/homens economicamente ativos(os) no conjunto de pessoas economicamente ativas de ambos os sexos
- Distribuição da PEA por Sexo: porcentagem de mulheres/homens economicamente ativos(os) distribuídas(os) por categorias de uma determinada variável, p.ex., setor de atividade econômica
- Distribuição dos Ocupados por Sexo: porcentagem de mulheres/homens ocupadas(os) distribuídos por categorias de uma determinada variável, p.ex., faixas de idade
- Distribuição dos Empregos por Sexo: porcentagem de empregos masculinos e femininos distribuídos por categorias de uma determinada variável, p.ex., faixas de rendimento.

Outra fonte de dados utilizada, para a análise mais aprofundada do mercado formal, tem sido a RAIS-Relação Anual de Informações Sociais, do MTb- Ministério do Trabalho. A RAIS contém informações fornecidas pelas empresas, referentes a registros de vínculos empregatícios acontecidos no âmbito do mercado de trabalho formalizado, flutuações e remuneração, em associação a outras variáveis, inclusive sexo.

Sobre a estrutura deste banco de dados: na primeira parte, Trabalho feminino: séries históricas, apresentamos as informações trabalhadas, agrupando-as sob seis ângulos de análise. Seguem-se as indicações bibliográficas que serviram de base para este banco. As demais partes, a serem disponibilizadas em breve, são:

- > Estudos Especiais: análises e artigos realizados pela Equipe de Relações de Gênero
- > Autores convidados: espaço aberto para apresentação de textos, artigos, papers e reflexões de pesquisadores e estudiosos do mercado de trabalho e do trabalho feminino
- > O que há de novo: indicativo de atualizações de séries de dados, de estudos novos colocados on-line, de opiniões de convidados etc.

ANEXO 9 – FOLDER REDE MULHER DE EDUCAÇÃO

Anexo 9 - Folder - Rede Mulher de Educação

CÂRDÁPIO DE CURSOS:

A Rede Mulher de Educação conta com um pool de sócias-educadoras, que estão aptas a ministrar cursos para os mais diversificados públicos, como ONGs, sindicatos, federações, conselhos, escolas universitárias/secundárias/elementares, creches etc. Escolha ou indique nossos cursos!

- **Rompendo o Teto de Cristal** (Capacitação de Multiplicadoras em Gênero e Liderança)
- **Relações de Gênero no Ciclo da Projeto**
- **Relações de Gênero e Geração de Renda**
 - Educar para não Discriminar (para monitoras/es de creches)
- **Abre Semente: Capacitação de Adolescentes em Relações de Gênero**
 - Capacitação para o Uso do Vídeo na Ótica Feminista
 - Capacitação para o Uso do Rádio na Ótica Feminista
- **Reciclando Papéis: Análise de Gênero na Imprensa Escrita**
 - Redação sem Discriminação
 - ABC das Relações de Gênero
 - Construção de uma Nova Visão das Relações de Gênero
- **Aprimoramento das Relações Interpessoais**
- **Curso Introdutório de Elaboração de Projetos**
 - Técnicas de Dinâmica de Grupo na Educação Popular
- **Brincando e Cantando: Oficina de Brinquedos Cantados e Rimados**
- **Culinária da Vida: Alternativas Alimentares e Re-educação Alimentar**
 - A Questão de Gênero e a Violência Social e Familiar
 - Pedagogia de Gênero e Alfabetização Ecológica
 - Introdução ao Ecofeminismo
- **Educação para os Direitos Humanos das Mulheres**
 - Planejamento Estratégico

A Rede Mulher de Educação é filiada ou interligada às seguintes instituições nacionais e internacionais:

- Rede Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos
- Rede Brasileira de Educação Ambiental
- ABONG - Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais
- REPEM - Rede de Educação Popular entre Mulheres da América Latina
- CEAAL - Conselho de Educação de Adultos da América Latina
- FEMPRESS - Rede Latino-Americana de Informação Feminista
- ICAIE - Conselho Internacional de Educação de Adultos
- ISIS Internacional - Rede de Documentação e Comunicação entre Mulheres
- WACC - Associação Mundial para a Comunicação Cristã
- WGNRR - Rede Mundial de Mulheres para os Direitos Reprodutivos e Saúde
- Entre Mulheres - Rede de Cooperação Internacional
- Aliança por um Mundo Responsável e Solidário
- RICA - Rede de Informação sobre Culturas Alimentares Alternativas
- WEN - Rede de Mulheres e Meio-Ambiente
- WEDO - Organização de Mulheres, Meio-Ambiente e Desenvolvimento.



REDE MULHER
de educação



REDE MULHER
de educação

Rua Coriolano, 28 - Vila Romana
CEP 05047-000 - São Paulo - SP - Brasil
Fones: (011) 3873-8803 - Fax: (011) 3868-7050
E-mail: rdmulher@redemulher.org.br
Home-Page: <http://www.redemulher.org.br>



**REDE MULHER
de educação**

**Quase duas décadas
de educação
popular feminista,
promovendo o
equilíbrio das
relações sociais
entre
homens
e
mulheres,
em harmonia com a
natureza.**



De onde viemos

A Rede Mulher de Educação - criada em 1980 e institucionalizada em 1983 - nasceu no bojo da conformação dos vários movimentos sociais que marcaram a década de 80. Veio à tona, então, a importância das "novas relações sociais" no âmbito do cotidiano, como fermento para a moldagem de sociedades mais equitativas e justas.

Foi nessa época que a população dos países da América Latina passaram a clamar pela passagem dos sistemas ditatoriais à democracia. E, neste contexto, o "movimento de mulheres" teve um papel importantíssimo, no sentido de impulsionar a coerência das atitudes democráticas nas relações entre os seres humanos. Assim, foi dada ênfase especial às relações entre homens e mulheres, na busca de mostrar a ligação direta desta proposta com o equilíbrio na relação entre a produção de bens e a reprodução da vida.

O "movimento de mulheres", a partir de 1975, entrou definitivamente na agenda e no cenário internacional, consagrando-se a nível planetário como um dos movimentos sociais de maior relevância neste final de milênio.

Apesar da revisão das relações desiguais baseadas em papéis sociais atribuídos a homens e mulheres - historicamente marcados pelo binômio dominação/subordinação -, o "movimento de mulheres" fez emergir a necessidade imperiosa de se rever todas as formas de organização e convívio em sociedade.

Neste contexto e com esta visão foi criada a Rede Mulher de Educação, como um espaço educativo para novas relações entre homens e mulheres (relações de gênero em equilíbrio e reciprocidade).

Quem somos e como atuamos

Num primeiro momento, a Rede Mulher de Educação centrou-se na atuação direta junto a grupos populares de mulheres organizadas. No decorrer dos anos, avaliou para uma "rede de educação popular" dirigida a mulheres e homens interessados/os em relações humanas sem dominação/subordinação de nenhum tipo.

A mudança de paradigma nas relações de gênero é uma proposta que vem das mulheres, mas é para a humanidade toda e é parte da melhoria da qualidade de vida.

A RME é uma organização não-governamental, sem fins lucrativos e sem ligação política, religiosa ou partidária. É financiada com recursos de agências internacionais de cooperação (Novib/Holanda, DSP/Canadá, Inst. de La Mujer/Espanha, GTZ/Alemanha e Diakonia/Suécia) e de convênios/parcerias nacionais (FETAEP, ULT, UNIOESTE). Atua através da Educação Presencial (cursos/laboratórios/seminários), Educação à Distância (Informativo Cunhary, banco de dados e serviço de interconexões), e Articulação, a nível nacional e internacional.

Estrutura:

- Assembleia Geral, composta pelas sócias-educadoras; atualizada 23.
- Conselho de Administração e Fiscal, composto por 9 sócias-educadoras eleitas em AG.
- Coordenação-Executiva, nomeada pelo Conselho.
- Sócias-educadoras, que são pessoas físicas, com direito a voz e voto em Assembleia Geral.
- Filiações/os, que são pessoas físicas ou jurídicas, com direito a voz em Assembleia Geral.

LOCALIZAÇÃO DA SEDE E DOS PONTOS FOCAIS



Operacionalização:

A RME desenvolve projetos e/ou atividades de educação, encaminhados através da sede, dos Pontos Focais, de parcerias/convênios e com as sócias-educadoras. Os Pontos Focais, espalhados pelo Brasil, são ONGs que se tornam referências especiais e com as quais a Rede Mulher de Educação prioriza suas atividades de multiplicação dos serviços de educação popular em gênero e liderança - eixo temático definido para o período entre 1997 e 2000.

A força está na metodologia

A metodologia adotada propicia a construção coletiva de conhecimentos, através da troca de experiências e valorização do saber acumulado pelas inúmeras gerações de mulheres ao longo da história. Participar é a palavra-chave na metodologia desenvolvida.

Acreditamos que o individual reflete o coletivo, assim como o global está no local.

Por isso, exercitamos a visão crítica da realidade a partir do cotidiano.

ANEXO 10 – FOLDER SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA

feminismo movimento social
transformação

quem somos

A SOF é uma organização não-governamental feminista em funcionamento desde 1963, com sede na cidade de São Paulo e atuação em âmbito nacional.

Nosso objetivo é contribuir na construção de uma política feminista articulada ao projeto democrático-popular, que esteja presente na formulação de propostas e nos processos organizativos e de luta dos movimentos sociais. Queremos que esta política transforme as relações de gênero e favoreça a autodeterminação das mulheres.

Nosso público prioritário são as mulheres organizadas no movimento autônomo de mulheres, movimento popular e sindical, rural e urbano.

nós, feministas

Trabalhamos para difundir o feminismo em amplos setores da sociedade e sensibilizar atrizes e atores sociais que lutam pela ampliação da cidadania, a fim de comprometê-los com a igualdade entre mulheres e homens. Compreendemos que as relações de gênero se articulam com as de classe, raça e etnia. Para nós o feminismo é um elemento constitutivo de um projeto global de transformação da sociedade, que se propõe a criar condições de cidadania e igualdade para todas e todos. A reafirmação da igualdade não se faz em detrimento das diferenças, mas acreditamos na possibilidade de processos coletivos, em que se estabeleça um compromisso ético-político comum, sintonizado com as questões apresentadas pelo momento histórico atual.

feminismo, movimento social e transformação são a razão de ser da SOF.

sof
SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA

SOF - SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA
R. Ministro Costa e Silva, 36
Pinheiros - CEP: 05417-080
São Paulo - SP - Brasil
Telefone: 0055-11-8703876
E-mail: sof@ax.apc.org
http://www.alternex.com.br/~sof

linhas de atuação

Trabalhamos pela construção de novas relações de gênero e na intervenção em políticas públicas de gênero, compreendendo elaboração teórica, constituição de atores e ação direta.

Assessoramos grupos de mulheres, de forma pontual e ao longo de processos, contribuindo para seu fortalecimento e sua articulação em níveis mais amplos.

Realizamos formação de multiplicadoras e lideranças sobre relações sociais de gênero, sexualidade, saúde e direitos reprodutivos e capacitação em gênero para formadoras e formadores.

Produzimos conhecimento por meio do levantamento e sistematização de informações e da reflexão permanente sobre o campo de trabalho por nós realizado.

Produzimos materiais educativos e de comunicação que contribuem com o debate, a circulação de informações e o trabalho cotidiano do movimento social de mulheres. Estes materiais procuram sempre considerar as especificidades de classe, raça-etnia e orientação sexual.

Assessoramos movimentos sociais mistos, organizações não-governamentais e órgãos públicos para incorporação de uma perspectiva de gênero em suas análises e na proposição, desenvolvimento e avaliação de políticas.

Mantemos intercâmbio permanente com organizações afins de todo o país e em âmbito internacional. A SOF é filiada à Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos, à Rede Mundial de Mulheres pelos Direitos Reprodutivos e à Associação Brasileira de ONGs (ABONG).



vídeos

LAQUEADURA: CAMINHOS E DESCAMINHOS (1993, 30 min, dir. de JACIRA MELO e SILVANA AFRAM). Apresenta o tema da esterilização feminina, hoje a prática mais usada no Brasil para evitar a gravidez. Informa e estimula o debate.

ABORTO: FATOS DA VIDA (1996, 24 min, dir. de JACIRA MELO e MARCHA MEIRELLES). Aborda aspectos morais, éticos, religiosos. Enfatiza a necessidade de atendimento público. Debate descriminalização e legalização.

GÊNERO, MENTIRAS E VIDENTEIRAS (1996, 29 min, dir. de LUCIA MEIRELLES). De maneira descontraída e bem humorada, procura mostrar como as pessoas são educadas para serem homens ou mulheres. Produção da SOF, Instituto Cajamar e TV dos Trabalhadores, com apoio da Craccevia.

outros materiais

A SOF produz folhetos, cartazes, programas de rádio e outros materiais para campanhas específicas.

publicações recentes

MULHER E SAÚDE ACUTEM TRAMITAL. 17 números editados desde 1993. Temas da saúde da mulher e direitos reprodutivos: aborto, prevenção de aids, consulta ginecológica, mioma, câncer de mama e útero, lesões por esforço repetitivo.

ESTERILIZAÇÃO FEMININA ATRO COM INFORMAÇÕES E REFLEXÕES sobre o assunto. 92 pag, editado em 1994. Guia de trabalho para debates e formação.

COLEÇÃO CADERNOS SEMPRE VIVA

GÊNERO E PRÁTICA: BASE de Nela Faria e Miriam Nóbrega. 1997. Aborda a construção das relações sociais de gênero e sua dinâmica.

SAÚDE DA MULHER TRABALHADORA de várias autoras. 1998. Aborda a situação das mulheres no mundo do trabalho levando em conta sua condição de gênero e os impactos sobre sua saúde.

ANEXO 11 – FOLDER SEMINÁRIO CRIAÇÃO ONG ELAS POR ELAS NA POLÍTICA

Anexo 11 - Folder -Seminário Fundação Elas por Elas na Política

Comissão Organizadora do Seminário:

Ver. Aldaiza Sposati
Cidinha Almeida
Prof.ª Eni de Mesquita Samara
Gracinda Bastos
Ika Fleury
Maria Aparecida de Laia
Maria Estela Segatto Corrêa
Maria de Lourdes Prata Vieira
Maria Sanchez-Carlo
Marilu André
Marta Damasceno
Selma Tavares
Sônia Bressan

Promoção do Evento:

Conselho Estadual da Condição Feminina / SP
Consulado Geral dos Estados Unidos da América
Comissão da Mulher Advogada – Seccional São Paulo
CEDHAL – Centro de Estudos de Demografia Histórica da
América Latina / USP
NEMGE / Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais
de Gênero / USP

SEMINÁRIO

ELAS POR ELAS NA POLÍTICA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Dia – 28 de agosto, Sábado

Horário – das 9 às 17 h.

Local- Assembleia Legislativa do Estado de SP
Av. Pedro Álvares Cabral s/n.º, – Ibirapuera
Plenário – Teotônio Vilela – 2º. andar
(Estacionamento no local)

Para obter informações e confirmar sua presença ligue:
Denise Gomide Carvalho - Fone: (11) 250 0309

A campanha lançada em 1996, "Mulheres Sem Medo do Poder", foi um grande marco no estímulo da participação das mulheres na política partidária brasileira. Baseada nas ações afirmativas propostas na plataforma de Beijing, fomentou a discussão na sociedade sobre o papel da mulher no cenário político, propiciando um campo fértil de encorajamento para que as mulheres fortaleçam sua capacitação política e apresentem suas candidaturas a cargos no legislativo e executivo.

Apesar dessa iniciativa e do estabelecimento de cotas nos partidos, nas eleições realizadas em 1998, presenciamos um fato paradoxal: houve um grande crescimento nas candidaturas femininas, mas poucas mulheres conseguiram se eleger.

Esse episódio nos fez entender que o caminho para a consolidação do espaço das mulheres na política exige um conjunto de iniciativas que, além de apoiar o lançamento de candidaturas, precisa dar suporte à qualificação dos quadros femininos, tanto na estrutura partidária, quanto nas questões conjunturas que permeiam o cenário político.

Em 4 de março de 1999, foi realizada na Pontifícia Universidade Católica, uma reunião suprapartidária de mulheres, com atuação em diversos campos ligados à questão de gênero. Ficou então evidenciada a necessidade de criar no Estado de São Paulo, um espaço de formação e investimento nas candidaturas femininas, ao estilo do que a organização "EMILY's List – Early Money is Like Yeast" (Dinheiro no princípio é como fermento) faz nos EUA. A proposta da EMILY's List é apoiar com recursos financeiros candidatas do Partido Democrata e capacitá-las para a discussão dos temas políticos e relativos à agenda de gênero.

As discussões desse fórum que vem se realizando desde março, apontaram para a formação de uma entidade, com o objetivo de consolidar a capacitação das mulheres e seu ingresso na esfera política, com o seguinte perfil:

- Criar mecanismos de suporte e estímulo para a qualificação das mulheres na política, articulados através de uma organização independente, de natureza suprapartidária, auto-gestionada, que desenvolverá parcerias com outras organizações de mulheres.

O propósito dessa entidade é:

- Identificar, recrutar e treinar mulheres, visando sua capacitação plena para a disputa de cargos eletivos;
- Elaborar uma agenda básica de defesa das políticas públicas de gênero;
- Organizar campanhas de mobilização e conscientização de eleitoras mulheres e homens que votem em mulheres;
- Num segundo momento, depois da implantação e funcionamento adequado dos cursos de treinamento, captar recursos financeiros para as mulheres candidatas.

Este seminário se propõe a discutir a fundação desta organização, incluindo suas funções e agenda prioritária. Participe conosco desta iniciativa para que a mulher assuma uma postura mais atuante na política brasileira!

SEMINÁRIO

ELAS POR ELAS NA POLÍTICA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

9h00 Mesa de Abertura

- A posição da Mulher Brasileira na Política.
Ver. Aldaiza Sposati
- Emily's List: Iniciativa que deu certo.
Maria Sanchez-Carlo – Cônsul, Consulado Geral dos EUA/SP
- A ideia de uma organização em São Paulo.
Maria Aparecida de Lala – Pres. Cons.Est.Condição Feminina/SP
- Constituição e Organização da Entidade.
Dra. Mônica de Melo – Integrante da Comissão da Mulher Advogada – Seccional SP

9h30m Palavra das representantes dos Partidos Políticos

10h00 Café

10h15m Mesa Redonda:
A DIFERENÇA QUE AS MULHERES FAZEM NA POLÍTICA.

- Dra. Lúcia Avelar – cientista social - UNB
- Carlos Figueiredo – publicitário

Coordenação: Prof.a Eri de Mesquita Samara

11h00 Abertura dos Debates

12h00 Almoço

13h30m Painel de Introdução aos Grupos de Trabalho

13h45m Plenário 1 – Discussão do Estatuto.
Plenário 2 – Funcionamento, Filosofia da Organização.
Plenário 3 – Dinâmica, Programas Prioritários e Agenda de Trabalho.

15h00 Café

15h30m Reunião Plenária
1. Apresentação dos resultados dos Grupos de Trabalho
2. Aprovação do Estatuto
3. Eleição da Comissão Provisória da Organização

17h00 Encerramento

ANEXO 12 – FOLDER MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES

Anexo 12 - Folder - Marcha Mundial das Mulheres



O que é a Marcha?

A Marcha Mundial das Mulheres é uma grande mobilização internacional que acontece neste ano 2000, de 8 de março a 17 de outubro, através de ações locais, nacionais e mundiais. O objetivo é marcar a presença e as reivindicações das mulheres na luta contra a pobreza e a violência sexista.

A idéia da Marcha Mundial das Mulheres nasceu de uma proposta do movimento de mulheres de Quebec, no Canadá, em 1995, e foi crescendo junto às entidades feministas, sindicais, de movimentos populares e ONGs – Organizações Não Governamentais. Atualmente, conta com a adesão de mais de 5.000 grupos de pelo menos 155 países, em todos os continentes. No Brasil, são quase 600 grupos espalhados por todos os estados.

No dia 15 de outubro, uma delegação de mulheres dos países envolvidos na Marcha fará uma manifestação em frente ao Banco Mundial e ao FMI – Fundo Monetário Internacional, em Washington, nos Estados Unidos. E, no dia 17, entregará os abaixo-assinados de apoio às reivindicações da Marcha ao secretário geral da ONU – Organização das Nações Unidas, Kofi Annan.

No Brasil, dia 17 de outubro, as mulheres farão manifestações em todas as capitais.

Coordenação Nacional da Marcha:

Comissão de Mulheres: da Central Única dos Trabalhadores, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, da Confederação Nacional dos Bancários; Setorial de Mulheres da Central de Movimentos Populares; Secretaria Nacional de Mulheres do Partido dos Trabalhadores, Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste; União Brasileira de Mulheres; Católicas pelo Direito de Decidir; Sempreviva Organização Feminista; Pastoral Operária; Partido Comunista do Brasil; Representantes dos comitês estaduais.

Secretaria Nacional da Marcha:

SOF – Rua Ministro Costa e Silva, 36, Pinheiros
CEP 05419-080 – São Paulo-SP
Fone/Fax: (0XX11) 3819-3876
Endereço eletrônico: marcha2000@ax.apc.org
Página brasileira da Marcha na Internet:
<http://www.sof.org.br/marcha2000>

Entre em contato conosco!



MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES
2000
Contra a Pobreza e a Violência Sexista

O que exigimos?

No documento aprovado na 2ª Reunião Nacional da Marcha Mundial – Carta das Mulheres Brasileiras – em João Pessoa/PB, nos dias 25 e 26 de abril, as participantes destacaram cinco eixos para serem trabalhados: Terra, Trabalho, Direitos Sociais, Autodeterminação e Soberania.

Terra:

reforma agrária, valorização da agricultura familiar, democratização do uso do solo, fim da exploração depredatória do meio-ambiente;

Trabalho:

emprego, renda e salários justos, divisão do trabalho doméstico, seguridade social;

Direitos Sociais:

democratização da educação com qualidade, saúde para todas e todos, cultura e lazer;

Autodeterminação:

documentação, direito sobre nosso corpo, fim da violência sexista, fim de todo tipo de discriminação;

Soberania:

fim da espiral do endividamento, fim dos programas de ajuste estrutural, combate ao capital especulativo.

Como participar?

O passo mais importante desta Marcha pode ser dado por você. Comece por reunir um grupo de pessoas em seu bairro, escola, igreja, trabalho, enfim, e conversem sobre os dois temas principais da Marcha: a pobreza e a violência contra a mulher, buscando sempre soluções.

Solicite, assine e divulgue o abaixo-assinado com as reivindicações da Marcha.

Os diversos materiais e inclusive as folhas do abaixo-assinado se encontram disponíveis na Secretaria da Marcha no Brasil (veja endereço no verso).



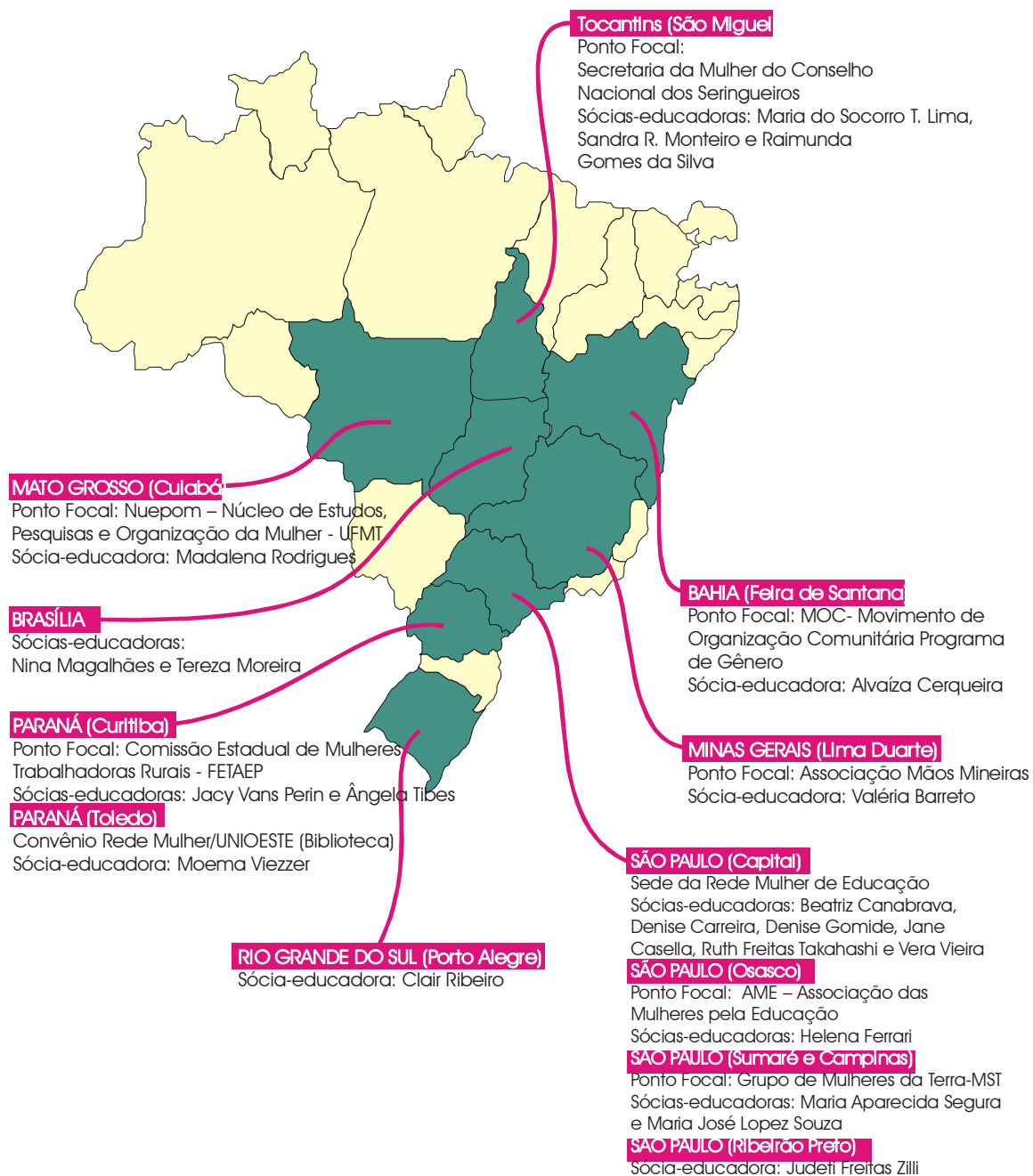
Você sabia?

- ✓ Que 70% dos pobres do mundo são mulheres?
 - ✓ Que as mulheres recebem 36% do valor do rendimento médio dos homens no meio rural brasileiro?
 - ✓ Que as mulheres negras recebem 55% menos do que a média salarial geral?
 - ✓ Que uma mulher é vítima de algum tipo de violência a cada quatro minutos, no Brasil?
 - ✓ Que o índice de mortalidade materna no Brasil é de 110 mortes por 100 mil nascidos vivos, número semelhante aos países mais pobres da América Latina?
 - E que...
 - ✓ Você, unida e organizada com outras companheiras, pode mudar essa realidade?
- Temos 2000 mil boas razões para marchar.
Queremos mudar a vida das mulheres de todo o mundo!

Marcha Mundial das Mulheres 2000 Contra a Pobreza e a Violência Sexista



ANEXO 13 – MAPA DE ATUAÇÃO - 2000 REDE MULHER DE EDUCAÇÃO



ANEXO 14 – LISTA PUBLICAÇÕES REDE MULHER DE EDUCAÇÃO – RME

PUBLICAÇÕES RME

(extraído e adequado da *home page* Rede Mulher de Educação / março 2001)

A Rede Mulher Publica: livros e folhetos sobre diferentes temas.

Informações sobre condições e custos podem ser obtidas
pela telefone: 011-3873-2803; fax: 011-3862-7050 ou
e-mail: rdmulher@redemulher.com.br

Um outro jeito de ser

Da série "Escola de Mulheres para a Educação Ambiental", apresenta os resultados do Laboratório nº 2, do Projeto, sobre "Novas relações sociais entre homens e mulheres na produção de alimentos". , realizado em Curitiba, Paraná, em 1993

Mulheres, pragas e venenos

Relatório de estudo sobre os efeitos do uso de agrotóxicos nas mulheres que trabalham na agricultura e que vão além dos que afetam à comunidade rural em geral, preparado por Moema Viezzer, Ruth Takahashi e Vera Vieira. Mimeo, 1997.

Relações de Gênero no Ciclo de Projetos

Organizado por Berlindes Astrid Küchemann, Moema Viezzer e Neusa Zimmerman é produto do curso de mesmo nome realizado em Brasília em 1996. É um manual de capacitação para a elaboração de projetos contemplando as relações de gênero. Mimeo, 1996.

Superando Obstáculos nas estratégias de Prevenção e Combate à Violência contra a Mulher

Documento resultante da Oficina de mesmo nome realizada em Campinas, São Paulo em 1998, é o resultado de um trabalho coletivo de mulheres que estão envolvidas no seu cotidiano na prevenção e enfrentamento da violência contra a mulher.

Mudando o Mundo: A Liderança Feminina no Século 21

A organização não-governamental Rede Mulher de Educação e a Cortez Editora estarão lançando no próximo dia 19 de abril, em São Paulo, o livro Mudando o Mundo: A Liderança Feminina no Século 21, que aborda questões como: Por que tão poucas mulheres ocupam cargos de chefia e direção no mundo? Quais são os obstáculos que enfrentam para exercer em maior número a liderança nos mais diversos espaços sociais? Como superar tais obstáculos? Afinal, que poder querem as mulheres?, entre outros temas de igual importância. A obra nasceu do Projeto "Gênero e Liderança", desenvolvido entre 1994 e 1998, por meio da parceria das organizações Rede Mulher de Educação, do Brasil, e a Fundación Directa, da Espanha. Viabilizado com o apoio financeiro do Instituto de La Mujer, organismo governamental espanhol, o projeto realizou a capacitação de dezenas de lideranças e educadoras de movimentos sociais, sindicatos, associações, universidades e ONGs de diversos Estados brasileiros.

A organização da Obra é de: Denise Carreira (SP), jornalista e educadora social, presidente da Rede Mulher de Educação e coordenadora do projeto que resultou nesta publicação; Menchu Ajamil, consultora internacional e ex-presidente da Fundación Directa, organização não-governamental espanhola; e Tereza Moreira (DF), jornalista e publisher especializada na

produção de materiais educativos nas áreas de gênero e meio ambiente, editora de Mudando o Mundo e sócia-educadora da Rede Mulher de Educação. A publicação de Mudando o Mundo: A Liderança Feminina no Século 21 contou com o patrocínio do Instituto de la Mujer e do Unifem. O evento de lançamento tem o apoio da Agência Española de Cooperación Internacional - AECI, da organização não-governamental Ação Educativa, do Progetto Sud Uil - Brasil, do grupo Tarsila Instrumental e de Lenisa - Planejamento Visual.

A publicação pode ser adquirida na Rede Mulher ou nas 7 mil livrarias comerciais do país, para as quais a Cortez Editora está distribuindo.

Mudando o Mundo com as Mulheres da Terra

A cada edição deste encarte, você entrará em contato com notícias e dados sobre a formação de lideranças trabalhadoras rurais e extrativistas. Faça bom uso dele. Você pode copiar os textos de seu interesse e distribuir para outras mulheres, colocar no jornal mural do sindicato, da comunidade, da igreja, divulgar pelo rádio ou no jornal do seu município.

O Projeto já começou

As mulheres da terra estão em toda parte: nas pequenas propriedades familiares, nos assentamentos da reforma agrária, na luta dos sem-terra, no trabalho assalariado ou nas jornadas sem direitos das diaristas. Em todas estas situações, elas vivenciam problemas que afetam a todos os seres humanos: a qualidade dos alimentos, o desmatamento e o uso de venenos, a introdução de sementes "melhoradas" geneticamente na lavoura.

Formar lideranças transformadoras no meio rural significa lutar por um "outro jeito de ser" na agricultura, na questão do uso e ocupação da terra, no meio ambiente e na forma de se fazer política. Por isso, a Rede Mulher de Educação dedica o ano 2000 a formar lideranças entre as trabalhadoras rurais e extrativistas de três estados: Tocantins, Minas Gerais e Paraná.

Visando capacitar para a gestão do projeto em parceria, a Rede Mulher de Educação realizou uma oficina em Toledo, no Paraná, entre os dias 23 e 26 de março. Neste encontro foi possível para as participantes visualizarem: o quadro geral do projeto, com os produtos previstos, suas funções e atribuições no mesmo, além se capacitarem para a gestão financeira e para a elaboração de um cronograma de trabalho em comum. Nessa oportunidade, foi possível fazer os acertos finais e a assinatura de contratos e realizar diversos encontros com a comunidade local.

Objetivos

- Capacitar as lideranças femininas rurais para a sistematização de suas experiências nos três pontos focais da RME;
- transferir conteúdo, metodologia de cursos sobre gênero e liderança; e
- produzir materiais educativos (escritos, em áudio e vídeo) por meio da adaptação, para as lideranças rurais, do manual "Mudando o Mundo: a liderança feminina no século 21", produzido pela Rede Mulher de Educação em 1998.

Entidades em parceria

Secretaria da Mulher - Conselho Nacional dos Seringueiros::

Com sede em São Miguel do Tocantins (TO), atua em sete estados amazônicos. Trabalha principalmente com extrativistas de coco babaçu, borracha, castanha e com mulheres atuantes em sindicatos, associações e cooperativas. Articula-se com organizações de mulheres da Amazônia e com várias entidades que lutam pela melhoria da qualidade de vida associada à conservação da natureza. Seu objetivo é ampliar a participação de mulheres nos postos de direção e nas instâncias de decisão dessas entidades.

Comissão Estadual das Mulheres Trabalhadoras da FETAEP::

A CEMTRA está formando lideranças regionais para atuar junto a mais de 20 mil mulheres agricultoras do Estado do Paraná. Ligada à FETAEP, que está organizada em 10 micro regiões sindicais, a CEMTRA conta hoje com uma coordenadora e duas suplentes que atua junto à diretoria da Federação. Em cada micro-região estão sendo formadas coordenadoras,

responsáveis pela capacitação de trabalhadoras rurais (pequenas produtoras familiares, assalariadas e diaristas) dos sindicatos ligados à FETAEP.

Associação Rural Artesanal Mãos Mineiras: Especializada em artesanato com reaproveitamento de materiais, atua em Lima Duarte, Minas Gerais. É composta por cerca de 35 famílias rurais, tendo estabelecido conexões com várias instituições locais, regionais e internacionais, como a rede de economia solidária, universidades, movimento de mulheres e federações sindicais. O grupo tem parceria com a rede Cooperatione Terço Mundo, da Itália, para a comercialização de sua produção na Europa, e possui grande capacidade de inserir a temática gênero e liderança em espaços ampliados.

Equipe do projeto

Responsável pelas atividades gerais

Moema L. Viezer: diretora do projeto pela RME - Vera Vieira: finanças - Salete Parolin: secretária

Representantes institucionais dos subprojetos

Raimunda Gomes da Silva: titular da Secretaria da Mulher/CNS • Vitória Maria Delgado de Almeida: presidente da Associação Mãos Mineiras/MG • Jacy Vanz Perin: coordenadora da CEMTRA/FETAEP/PR

Cordenadoras dos subprojetos

Tocantins: Sandra Monteiro, assessora da Secretaria da Mulher do CNS

Minas Gerais: Valéria Barreto, integrante da Associação Mãos Mineiras

Paraná: Esther Lemos Hein, professora da Unioeste, e Lucilda Girardi, auxiliar do subprojeto pela CEMTRA/FETAEP

Equipe do diagnóstico

Paraná: Marcelo Grondin Nadon

Tocantins: Sandra Monteiro

Minas Gerais: Andréa Pereira

Equipe dos materiais educativos

Materiais escritos: Tereza Moreira • Programas de rádio: Nina Magalhães e Mara Régia di Perna • Vídeo: Berenice Mendes

O projeto é financiado pelo BID

Este projeto é financiado pelo BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento, por meio do Prolid – Programa de Promoção da Liderança da Mulher. Este programa, coordenado por Ana Maria Brasileiro, tem como áreas prioritárias a formação de lideranças femininas na política, no meio empresarial e nas organizações da sociedade civil da América Latina e Caribe.

No ano 2000, o Prolid decidiu apoiar dois projetos para a região: um com sede na Argentina e este no Brasil, sob a responsabilidade de Moema Viezer, da Rede Mulher de Educação.

Periódico

A Rede Mulher de Educação publica, bimestralmente, o periódico *Cunhary Informa*, com tiragem de 3 mil exemplares, distribuídos a filiadas/os, ONGs nacionais e internacionais, entidades públicas e privadas.

Apoio: Novib/Holanda

Edição Nº 38

Jan./Fev.- 2000

Nesta edição:

- **Encontro Brasileiro de Cultura e Socioeconomia Solidárias**
- **Marcha Mundial das Mulheres 2000**
- **500 anos de mulheres maravilhosas**
- **Teses:**

A promessa do Terceiro Setor

ANEXO 15 – LISTA DE PUBLICAÇÕES E VÍDEOS

SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA – SOF

Publicações SOF

(extraído e adequado da *home page* da *Sempreviva Organização Feminista* – junho 2001)

Periódicos

Mulher e Saúde. Boletim trimestral, com 26 números editados desde 1993. Temas da saúde da mulher e direitos reprodutivos: aborto, prevenção de aids, consulta ginecológica, mioma, câncer de mama e útero, lesões por esforço repetitivo.

Folha Feminista. Publicação mensal que tem por objetivo ser um instrumento para o debate de questões práticas e teóricas relacionadas ao movimento feminista. Os temas abordados nos 3 últimos números são:

#22 - abril de 2001

Transgênicos: assunto de mulher, por Miriam Nobre

Assédio Sexual, por Carme Alemany

21 - março de 2001

8 de Março de 2001: nas ruas, o feminismo versus o machismo, o racismo e o neoliberalismo, por Maria Lucia Silveira

Um paro para que nada nos pare, por Begonha Caamanho

20 – fevereiro de 2001

A Marcha Mundial das Mulheres e o Fórum Social Mundial, por Miriam Nobre

Os impactos da globalização na Índia e a luta das mulheres, por Punyavathi Sunkara

Acesse aqui alguns textos já publicados (em formato txt):

12 - maio de 2000

Um olhar sobre o Encontro Feminista, por Nalu Faria

13 - junho de 2000

As mulheres e o Programa de Saúde da Família, por Maria Lúcia Silveira

16 – setembro de 2000

Quem são os cúmplices da violência contra as mulheres, por Maria Otilia Bocchini

17 - outubro de 2000

Nós mulheres e a atuação do Banco Mundial, por Maria Lucia Silveira

Livros

Coleção "Cadernos Sempreviva". Livros que abordam temas variados relativos à mulher. Volumes já lançados:

Gênero nas Políticas Públicas

De Nalu Faria, Maria Lucia Silveira e Miriam Nobre, 2000. Este caderno focaliza essencialmente as relações entre o feminismo e o estado, problematizando o contexto sociopolítico em que se esboçam as políticas públicas de gênero.

Mulheres, Corpo e Saúde

De Nalu Faria e Maria Lúcia Silveira, 2000. O livro debate as relações entre as atuais estratégias de controle do corpo das mulheres e a fragmentação da saúde, oferecendo um panorama dos muitos focos de risco à saúde, ao bem-estar e à autonomia das mulheres.

O Trabalho das Mulheres

De Nalu Faria e Miriam Nobre, 2000. Apresenta o trabalho das mulheres no contexto da

hegemonia do neoliberalismo, com textos que oferecem análises no plano da globalização e do trabalho doméstico.

Gênero e Educação

De Nalu Faria, Miriam Nobre, Daniela Auad e Marília Carvalho, 1999. Um olhar de gênero sobre a educação, com textos que tratam das políticas educacionais e de reflexões sobre experiências na implantação de programas de consciência de gênero.

Sexualidade e Gênero

De Nalu Faria, 1998. Apresenta uma abordagem feminista da questão da sexualidade. Uma análise da construção histórica da sexualidade, propondo uma visão crítica do modelo dominante.

Gênero e Agricultura Familiar

De Miriam Nobre, Emma Siliprandi, Sandra Quintela e Renata Menasche, 1998. O foco do livro é a agricultura familiar, sua contribuição econômica e social e as diferenças de gênero que ocorrem.

Saúde das Trabalhadoras

De Margarida Barreto, Cássia Maria Carloto e Maria Luiza da Costa, 1998. Aborda a situação das mulheres no mundo do trabalho levando em conta sua condição de gênero e os impactos sobre sua saúde.

Gênero e Desigualdade

De Nalu Faria e Miriam Nobre, 1997. Aborda a construção das relações sociais de gênero e sua dinâmica.

Esterilização Feminina. Livro com informações e reflexões sobre o assunto, 92 páginas, editado em 1994. Guia de trabalho para debates e formação.

Vídeos SOF

Laqueadura: Caminhos e Descaminhos. 1993, 30 min., cor/NTSC, direção de Jacira Melo e Silvana Afram. Apresenta o tema da esterilização feminina, hoje a prática mais usada no Brasil para evitar a gravidez. Informa e estimula o debate.

Aborto: Fatos da Vida. 1996, 24 min., de Jacira Melo e Márcia Meirelles. Aborda aspectos morais, éticos, religiosos. Enfatiza a necessidade de atendimento público. Debate descriminalização e legalização.

Gênero, Mentiras e Videoteipe. 1996, 20 min., de Lucia Meirelles. De maneira descontraída e bem humorada, procura mostrar como as pessoas são educadas para serem homem ou mulher. Produção da SOF, Instituto Cajamar e TV dos Trabalhadores, com apoio da Croccevia.

Outros materiais

Produzimos folhetos, cartazes, programas de rádio e outros materiais para campanhas específicas. Consulte-nos!

Como pedir

Preencha e envie este formulário ou use o fax: (0XX11) 3819-3876.

Entraremos em contato assim que o pedido for recebido, passando mais detalhes sobre como adquirir as publicações. Parte inferior do formulário

Pacotes Especiais

A SOF preparou pacotes especiais para quem quiser receber publicações em maiores quantidades. Informações pelo tel/fax (0XX11) 3819-3876 ou via e-mail: sof@sof.org.br